



PARAÍBA 2020



Plano Estratégico de Desenvolvimento

João Pessoa, Junho 2008

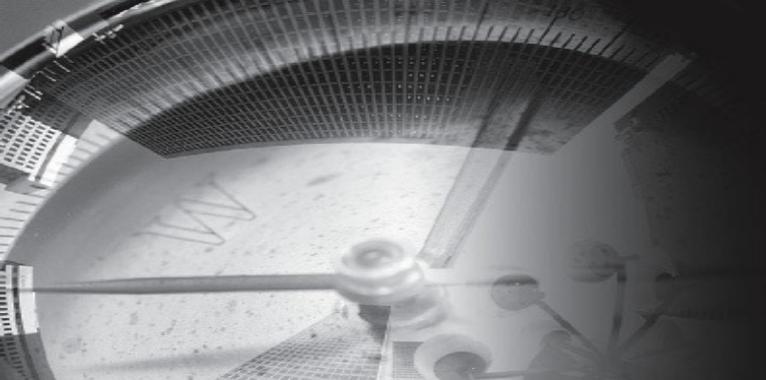


Governo do Estado da Paraíba

Governador do Estado da Paraíba Cássio Cunha Lima

Vice-Governador do Estado da Paraíba José Lacerda Neto

Assembléia Legislativa	Arthur da Cunha Lima
Tribunal de Contas do Estado	Arnóbio Alves Viana
Tribunal de Justiça	Antonio de Pádua Lima Montenegro
Ministério Público	Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer	Ruy Manoel Carneiro B De Aça Queiroz
Casa Civil do Governador	Romero Rodrigues Veiga
Gabinete Militar	Cel. Hilton Almeida Guimarães
Controladoria Geral do Estado	Luzemar da Costa Martins
Secretaria de Estado da Articulação Governamental	Inaldo Rocha Leitão
Procuradoria Geral do Estado	Harrison Targino
Defensoria Pública do Estado da Paraíba	Otávio Gomes de Araújo
Polícia Militar do Estado	Cel. Kelson de Assis Chaves
Secretaria de Estado do Acompanhamento da Ação Governamental	Manfredo Guedes P. Gouveia Junior
Secretaria de Estado da Receita	Milton Gomes Soares
Escritório de Representação do Governo do Estado em Campina Grande	Paulo Renato Teixeira Ribeiro
Secretaria de Estado da Administração	Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira
Secretaria de Estado das Finanças	Jacy Fernandes Toscano de Britto
Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico	Roberto Magno Meira Braga
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	Neroaldo Pontes de Azevedo
Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	Pedro Adelson Guedes Santos
Secretaria de Estado da Saúde	Geraldo de Almeida Cunha Filho
Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social	Eitel Santiago de Brito Pereira
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano	Edina Wanderley
Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente	Jurandir Antônio Xavier
Secretaria de Estado da Comunicação Institucional	Solon Henriques de Sá e Benevides
Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão	Franklin de Araújo Neto
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	Francisco Evangelista de Freitas
Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca	Francisco de Assis Quintans



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO DO GOVERNADOR

<i>Apresentação</i>	1
<i>Introdução</i>	1
<i>I. A Realidade da Paraíba Compreendendo o Passado e o Presente</i>	1
1.1 Dinâmica Econômica	17
1.1.1 Nível de competitividade da Paraíba	19
1.1.2 Evolução da estrutura produtiva	24
1.1.3 Comércio exterior	34
1.1.4 Desempenho das Finanças Públicas	37
1.2 Evolução social	41
1.3 Meio ambiente da Paraíba	46
1.3.1 Características do meio ambiente paraibano	46
1.3.2 Pressões antrópicas e degradação ambiental	51
1.3.3 Mecanismos de gestão ambiental	54
1.4 Concentração territorial da Paraíba	56
<i>II. Alternativas de Futuro Antecipando o Futuro da Paraíba</i>	1
2.1 Tendências Mundiais e Nacionais	59
2.2 Cenários Mundiais	69
2.2.1 Incertezas e Hipóteses	69
2.2.2 Cenários Alternativos	70
2.3 Cenários do Brasil	71
2.3.1 Incertezas do Futuro do Brasil	71
2.3.2 Cenários Alternativos	72
2.3 Cenários Alternativos da Paraíba	73
2.3.1 Determinantes Externos	73
2.3.2 Projetos e Intenções de Investimentos na Paraíba	74
2.3.3 Complicadores Endógenos	77
2.3.4 Incertezas Críticas e Hipóteses	78
2.3.5 Cenários da Paraíba	80
2.4 Trajetória futura mais provável da Paraíba	88
<i>III. A Paraíba Que Queremos Visão do Futuro</i>	1
<i>IV. Estratégia de Desenvolvimento da Paraíba</i>	1
4.1 Circunstâncias da realidade	102

4.1.1 Oportunidades do ambiente externo _____	102
4.1.2 Ameaças do ambiente externo _____	104
4.1.3 Potencialidades internas _____	106
4.1.4 Problemas/estrangulamentos internos _____	107
4.2 Eixos Estratégicos de Desenvolvimento da Paraíba _____	109
4.3 Grandes bandeiras da Paraíba _____	112
4.4 Macro-objetivos e metas globais _____	114
V. Programas e Projetos _____	1
5.1 Programas e projetos _____	137
Eixo 1 - Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura _____	137
Eixo 2 - Aumento da competitividade econômica paraibana _____	142
Eixo 3 - Ampliação e diversificação da base econômica da Paraíba _____	145
Eixo 4 - Ampliação e democratização da educação e do conhecimento _____	150
Eixo 5 - Conservação e recuperação do meio ambiente natural _____	154
Eixo 6 - Melhoria da eficiência e aumento da transparência governamental _____	157
5.2 Carteira de projetos prioritários _____	160
VI. Viabilidade e Instrumentos do Plano - Definindo os Meios para Implantação da Estratégia _____	1
6.1 Investimentos _____	165
6.2 Instrumentos e Disponibilidade de Recursos _____	173
6.2.1 Instrumentos Financeiros _____	173
6.2.2 Instrumentos fiscais _____	181
6.2.3 Instrumentos políticos e organizacionais _____	183
6.2.4. Outros instrumentos _____	186
VII. Modelo de Gestão - Organizando o Estado e a Sociedade para Construção do Futuro _____	1
7.1 Pressupostos Gerenciais _____	184
7.2 Estrutura do Modelo de Gestão _____	185
7.3 Monitoramento do Plano _____	189
Bibliografia _____	1

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba - **PARAÍBA 2020** expressa um conjunto articulado de iniciativas e ações para a construção do futuro desejado da Paraíba, transformando a realidade e preparando o Estado para os grandes desafios do futuro. Analisando e antecipando as mudanças e as incertezas que devem dominar nos próximos 13 anos (2008/2020), o Plano constitui um **referencial** para a organização do governo e dos atores sociais, procurando gerar uma convergência em torno das prioridades estratégicas que preparam a Paraíba para o futuro.

Sintonizada com o pensamento contemporâneo, a formulação do Plano Estratégico partiu dos postulados e princípios do **desenvolvimento sustentável** e adotou uma metodologia de **planejamento participativo**. Desenvolvimento sustentável é entendido como “o processo de mudança social que compatibiliza, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a equidade social e a conservação ambiental”. Desta forma, se estrutura em três grandes pilares articulados: a **competitividade** como condição para a inserção ativa da região na dinâmica econômica nacional e mundial; a **melhoria das condições de vida** e redução das desigualdades sociais, inclusive no tocante a habitabilidade da sociedade local; e **conservação ambiental** para garantir a sustentabilidade no longo prazo. O desenvolvimento deve, portanto, combinar avanços na competitividade, na qualidade de vida e na conservação ambiental.

O desenvolvimento sustentável se expressa na combinação dos três objetivos, enfrentando e contornando condições de rigidez estrutural que, muitas vezes, gera um trade-off entre os objetivos. Os avanços na competitividade não podem ser alcançados em detrimento da qualidade de vida (desemprego, por exemplo) ou da conservação ambiental (pressão antrópica da modernização tecnológica); ao contrário, a conservação ambiental não pode impedir a competitividade ou a ampliação do emprego e da renda da população, em geral associados ao crescimento econômico. Para enfrentar essas tensões entre os objetivos, devem ser redefinidas as bases do desenvolvimento e das características estruturais da economia, da tecnologia e da organização social.

Consistente com o enfoque de desenvolvimento sustentável, o processo de trabalho fundamentou-se no planejamento estratégico e participativo, entendido como um **processo técnico e político de decisão**, com amplo envolvimento da sociedade. O planejamento estratégico deve ter um horizonte de longo prazo e se voltar para enfrentamento dos estrangulamentos estruturais e a priorização dos projetos estruturadores do desenvolvimento. Como um processo técnico e político de

negociação, o planejamento tem que ser **participativo**, procurando contribuir para a construção de um projeto coletivo, que seja reconhecido e assumido pela sociedade, e ajudando na aprendizagem da sociedade que amplia a capacidade da região para adaptar-se e responder aos desafios e às mudanças globais.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba foi concebido como uma **estratégia da sociedade paraibana** e não como um Plano do governo da Paraíba, incorporando as responsabilidades partilhadas dos diversos agentes e atores sociais. Desta forma, trabalha com um horizonte de longo prazo (2020), permitindo a preparação do Estado para os desafios do futuro que amadurecem lentamente no tempo.

Por tratar de uma visão de longo prazo, o Plano procura adotar uma abordagem de cenários que delimitam as possibilidades e permitem identificar as oportunidades e as ameaças que decorrem do contexto externo. A reflexão sobre os futuros alternativos da Paraíba e do seu contexto externo - cenários mundiais e nacionais - definem as circunstâncias em que pode ser construído o futuro da sociedade e economia paraibanas, identificando as tendências e as perspectivas de evolução futura, com seus prováveis impactos sobre a Paraíba.

Sendo o planejamento “uma **aposta no futuro**”, como diz Carlos Matus, as escolhas e as definições de prioridades exigem uma análise sobre as tendências e possibilidades do futuro que terá o Estado da Paraíba, com suas oportunidades e suas ameaças. A aposta é mais evidente na medida em que a sociedade paraibana deve tomar decisões para atuar em um ambiente de alta incerteza e sobre o qual tem limitada governabilidade (pouco controle das principais variáveis que determinam o comportamento da realidade). De forma figurada, a elaboração da estratégia de desenvolvimento representa a construção de um “**plano de navegação**” flexível em ambiente passível de fortes turbulências e de grandes mudanças.

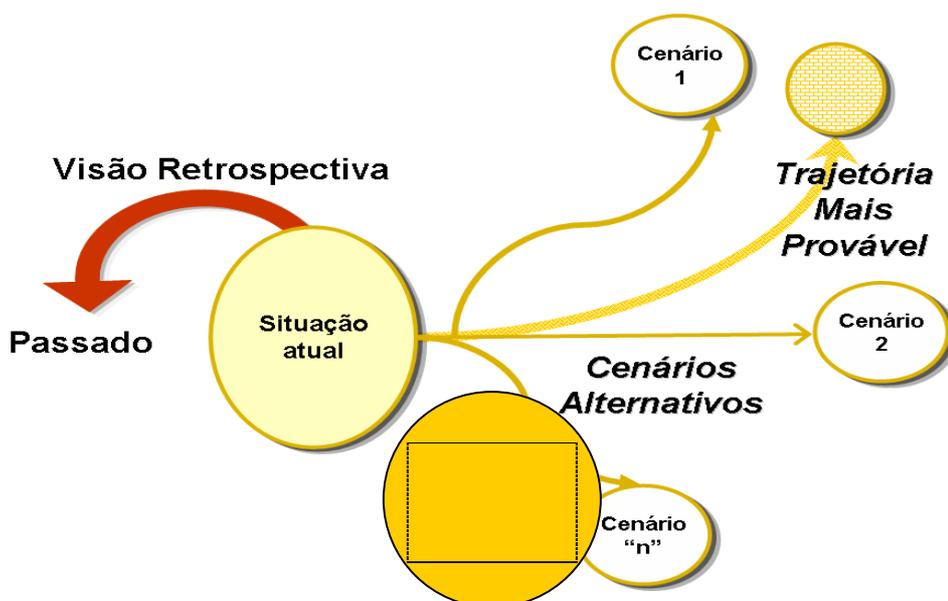
Considerando as incertezas e as possíveis turbulências, a sociedade paraibana e as suas principais lideranças devem se preparar para o futuro organizando uma **reflexão estruturada** sobre as tendências e os sinais de mudança que podem impactar e condicionar suas chances e caminhos. Através desta reflexão, a sociedade paraibana tenta visualizar os prováveis movimentos futuros do ambiente, orientando as decisões para preparar o Estado para os desafios que terá nos próximos anos, contribuindo também para a construção de um **projeto político** da sociedade para o futuro da Paraíba. Em virtude da necessidade de uma reflexão ampla e organizada, o planejamento deve ser **participativo**, envolvendo os diferentes atores sociais - líderes políticos, empresários, gestores públicos, representantes da sociedade civil organizada -, na análise de problemas e potenciais, das possibilidades e das hipóteses de futuro.

No processo de planejamento, a definição dada ao termo “Cenário” é apresentado como “descrições de futuros prováveis que resultam da organização de hipóteses diferenciadas para o desempenho esperado das tendências e movimentos de alta

incerteza”. Nessa construção, analisando estatísticas e informações do passado recente e fatores que estão amadurecendo na realidade e que podem representar tendências e sinais de mudança, formulam-se hipóteses para a definição dos caminhos possíveis e consistentes.

Os cenários devem ser **plausíveis** – ter possibilidade concreta de vir realmente a ocorrer – e **consistentes** – combinar hipóteses de desempenhos que constituam realidades coerentes. A construção ou formulação de cenários passa, por três grandes momentos: identificação das principais **incertezas** - tendências cujo movimento futuro não pode ser antecipado com segurança -; formulação de **hipóteses** plausíveis para o desempenho das mesmas no horizonte futuro; e, **combinação das hipóteses** e **análise de consistência** de cada conjunto de hipóteses. O Gráfico 1, a seguir, mostra, de forma simplificada, as principais etapas do processo de construção de cenários alternativos.

Gráfico 1 - Processo de Construção de Cenários Alternativos



Fonte: Multivisão

Considerando a inserção da Paraíba no ambiente nacional e internacional, cujo desempenho traz repercussões para o futuro do Estado, a formulação dos cenários foi iniciada com a construção dos futuros alternativos desse contexto externo. Em seguida, as alternativas externas foram cruzadas com as incertezas internas e as hipóteses, a fim de conceber os cenários alternativos da Paraíba, resultado da combinação das influências externas com as condições internas e a postura dos atores sociais paraibanos. O estudo analisou também as hipóteses de maior probabilidade de ocorrência, construindo uma trajetória mais provável, com evolução e eventuais inflexões na realidade futura da Paraíba.

Além de estabelecer os espaços de possibilidades de evolução futura da Paraíba, os cenários do contexto externo – mundial e nacional – permitem identificar as

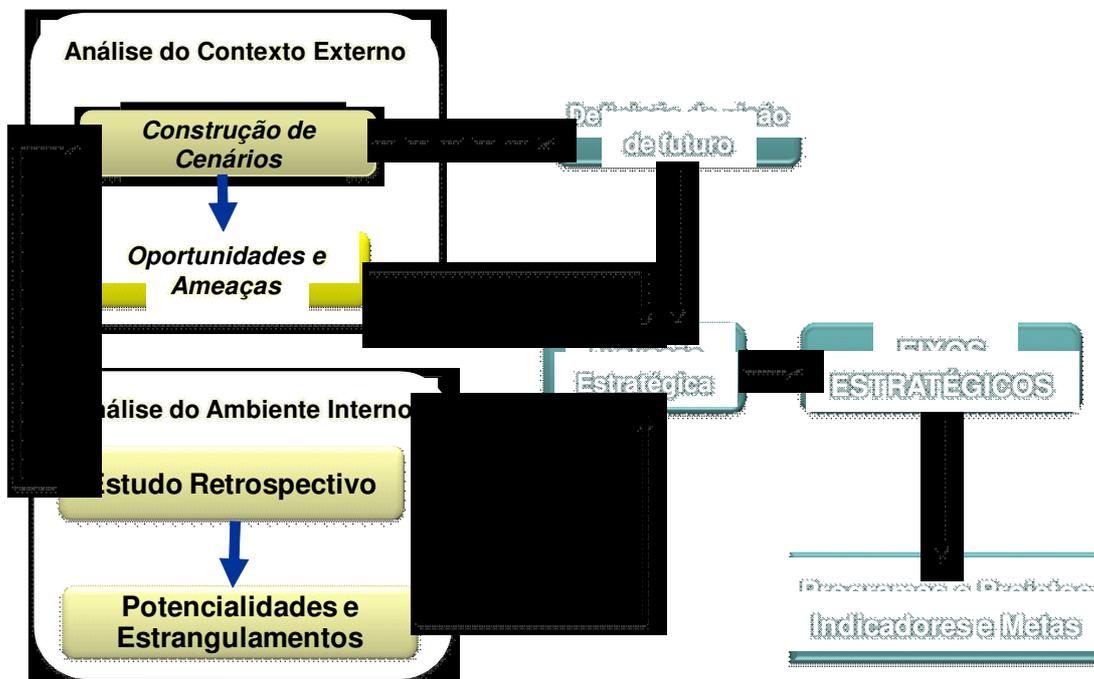
oportunidades e as **ameaças** que devem ser esperadas nos próximos 13 anos, orientando a preparação da Paraíba para as transformações, com a definição dos Eixos estratégicos de desenvolvimento.

Acompanhando o processo de elaboração dos cenários, foi realizada análise da realidade atual e da evolução recente da Paraíba, combinando estudo técnico (compreendendo levantamento e organização de documentos e dados secundários), com entrevistas feitas a personalidades e lideranças da sociedade, objetivando captar as percepções dos atores sociais locais em relação ao movimento do passado e às perspectivas de futuro (Pesquisa Qualitativa).

O Estudo Retrospectivo identificou as condições econômicas, sociais, ambientais, tecnológicas e institucionais da Paraíba, procurando destacar as **potencialidades** e os **estrangulamentos** internos, ou seja, os fatores internos que facilitam ou inibem o desenvolvimento Estadual.

Através da combinação e do confronto das oportunidades e ameaças do contexto externo com condições internas da Paraíba - potencialidades e estrangulamentos -, foi possível definir os **Eixos Estratégicos** para a organização e orientação das ações, programas e projetos. O Gráfico 2 mostra, de forma simplificada, o processo de trabalho para a formulação da estratégia de desenvolvimento da Paraíba.

Gráfico 2 – Processo de Trabalho Para Formulação da Estratégia de Desenvolvimento da Paraíba



Fonte: Multivisão

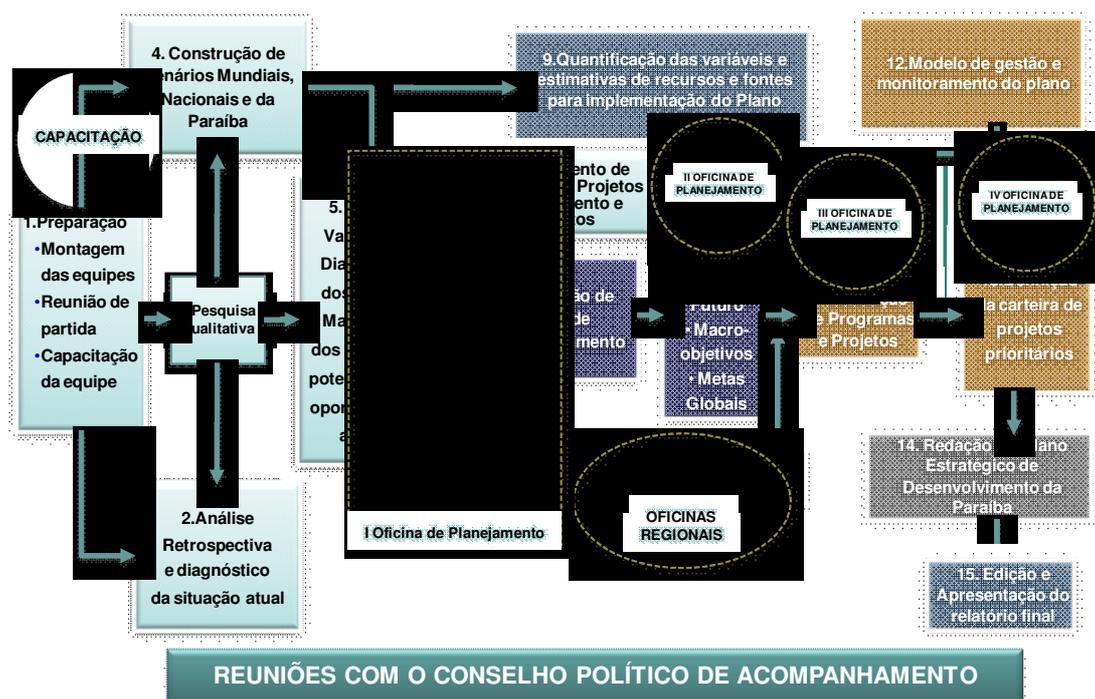
O processo de participação combinou as consultas a lideranças da sociedade, formadores de opinião e especialistas com a realização de quatro **oficinas de**

planejamento, com predominância de técnicos do governo, e 12 **oficinas regionais** com representações dos atores sociais e dos governos locais.

A análise das ações que a Paraíba deve implementar para enfrentar seus problemas e estrangulamentos e aproveitar as potencialidades internas, de modo a se situar bem nas condições externas antecipadas pelos cenários (explorar as oportunidades e se preparar e se defender das ameaças) ocorreu na primeira oficina - I Oficina de Planejamento - com diversos técnicos de todas as áreas do governo e com dimensões da realidade. O produto dessa oficina foi a definição dos **Eixos Estratégicos de Desenvolvimento** da Paraíba: seis grandes vetores que organizam as ações e que se traduzem num conjunto de grandes **bandeiras** da sociedade paraibana para a construção do futuro.

De forma detalhada, a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba seguiu o procedimento apresentado no Fluxograma 1, combinando o tratamento e a análise técnica com a reflexão estruturada e participativa da sociedade e do governo.

Fluxograma 1 – Processo de Trabalho

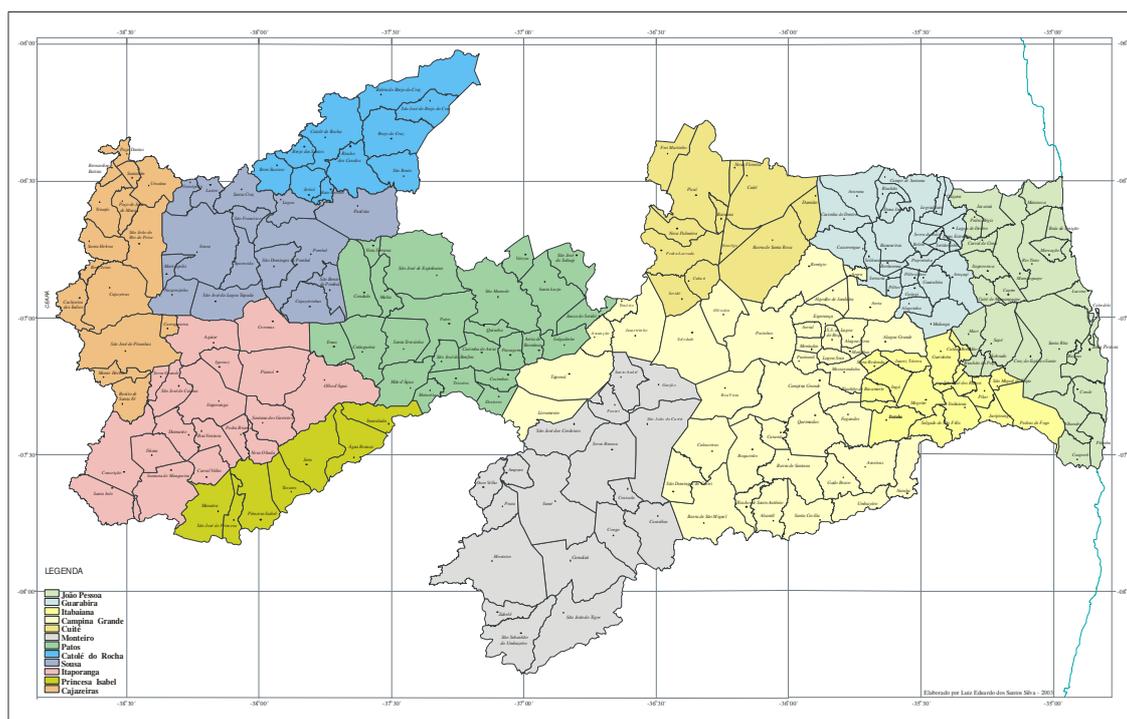


Fonte: Multivisão

A II Oficina de Planejamento procurou aprofundar e detalhar os Eixos estratégicos, complementados pela quantificação das principais variáveis e fontes de recursos, para a definição dos macro-objetivos e das metas globais a serem perseguidas pelo Plano. Além disso, foi trabalhada com os participantes uma visão de futuro que expressasse o futuro desejado.

Nas oficinas regionais de integração e planejamento realizadas em cada Região Geoadministrativa do Estado (ver Mapa 1) – foram discutidas e definidas propostas locais para a estratégia e os projetos de desenvolvimento da Paraíba. Através dessa atividade, procurou-se ouvir os setores organizados da sociedade local, expressando a diversidade social e territorial do Estado, em torno das ações prioritárias que foram organizadas nos Eixos Estratégicos de Desenvolvimento formulados na I Oficina de Planejamento.

Mapa 1 - Regiões Geoadministrativas - Paraíba



Fonte: Atlas Geográfico – Seplan/PB - Multivisão

Em cada uma das oficinas os participantes se dividiram em grupos de trabalho (seis), de acordo com suas competências e interesses, para a discussão e formulação de propostas de ações estruturadoras para os Eixos estratégicos. Ao final dos trabalhos dos grupos, foram apresentadas as propostas em plenário e, por fim, cada um dos participantes pôde escolher, de acordo com a sua percepção, quais as ações que considerava como de maior importância para o processo de desenvolvimento da região¹. Somando os pesos da prioridade dada pelos participantes, foi possível classificar e hierarquizar as propostas em cada Eixo. Os resultados foram computados, inicialmente, para cada uma das oficinas regionais realizadas e, depois, feita a síntese com as prioridades de todas as oficinas. A hierarquização das propostas de ação utilizou dois procedimentos diferentes permitindo uma adequada seleção das expectativas dominantes no Estado segundo o peso relativo e as necessidades diferenciadas das regiões:

¹ A priorização das ações foi feita distribuindo cartões com cores diferentes, para que cada participante indicasse as questões a resolver especificando o grau de prioridade atribuído a cada uma delas, de forma hierarquizada: 1ª prioridade, com peso 3; 2ª prioridade, com peso 2; e, 3ª prioridade, com peso 1.

- a) Soma da pontuação geral obtida por cada uma das propostas de ações por Eixo, definindo uma hierarquia simples, possibilitando a seleção daquelas que se situam no primeiro tercil;
- b) Multiplicação da pontuação das propostas de ação por um coeficiente diretamente proporcional à participação das regiões na população do Estado e inversamente proporcional ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região; o produto definiu uma nova pontuação que permitiu também a hierarquização com a seleção do primeiro tercil.

As propostas de ações das regiões que foram consideradas dominantes no Estado - densidade e presença em conjunto das regiões - foram utilizadas para a formulação dos Programas e Projetos que detalham a estratégia de desenvolvimento. O material das oficinas foi complementado pelas idéias trabalhadas nas entrevistas e pelo levantamento de projetos e iniciativas em curso ou programação, especialmente do governo do Estado.

Como mostra o Fluxograma 1 (processo de trabalho), na etapa seguinte às oficinas regionais organizaram-se os programas e projetos que detalham os Eixos estratégicos. Os seis Eixos estratégicos de desenvolvimento se expressam em **17 bandeiras** da sociedade, **28 programas** detalhados e operacionalizados através de **111 projetos** para serem implementados ao longo do período 2008/2020. Considerando, contudo, que a capacidade institucional, gerencial e financeira dos principais parceiros, principalmente o Governo do Estado, não é suficiente para a implementação de todos os projetos ao mesmo tempo, o passo seguinte consistiu num trabalho técnico de priorização onde foram selecionados para a formação de uma **carteira de projetos prioritários**, os 41 projetos de mais alta relevância.

A priorização foi feita utilizando uma Matriz Multicritério que definiu pesos aos projetos segundo sua contribuição para oito critérios de análise com importância diferente expressa por um peso específico². Foram atribuídos valores numéricos diferenciados para a contribuição dos projetos: zero, para nenhuma contribuição; +1 ou -1 para contribuição baixa, positiva ou negativa; +3 ou -3, para nível de contribuição média, positiva ou negativa; e, +5 ou -5, para grau de contribuição alta, positiva ou negativa. Os valores da contribuição foram multiplicados pelos pesos diferenciados dos critérios, de forma que, somando as linhas tem-se a contribuição final de cada projeto para a estratégia de desenvolvimento. Hierarquizando esses valores representativos da contribuição dos projetos, foi possível organizar uma relação selecionando 25% dos projetos de maior impacto nos objetivos da estratégia (**quarto superior da hierarquia**).

² Os critérios de análise da Matriz multi-critério foram os seguintes: contribuição para qualidade de vida da população (peso 5); contribuição para a conservação ambiental (peso 5); contribuição para a competitividade sistêmica da Paraíba (peso 5); contribuição para a desconcentração espacial da economia (peso 3); contribuição para mudança estrutural da realidade paraibana (peso 3); contribuição para enfrentamento dos estrangulamentos urgentes (peso 3).

A quantificação das principais variáveis e a definição das metas globais tornou possível a definição dos **investimentos e gastos necessários**, públicos e privados, para alcançar os objetivos do Plano, tarefa que foi complementada pelo levantamento de **instrumentos e fontes** alternativas de recursos financeiros, procurando demonstrar a viabilidade da estratégia de desenvolvimento.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento incorpora, finalmente, uma **concepção de gestão** que articula **eficiência e eficácia gerencial**, principalmente dos governos (estadual e municipais) da Paraíba, com **participação da sociedade** na execução e acompanhamento dos projetos. Em discussão com segmentos do governo e com a compreensão das condições gerenciais das instituições paraibanas, foram definidas as bases do modelo de gestão do Plano, que expressam a forma como o Estado e a sociedade devem se organizar e partilhar as responsabilidades pela implementação das ações prioritárias.

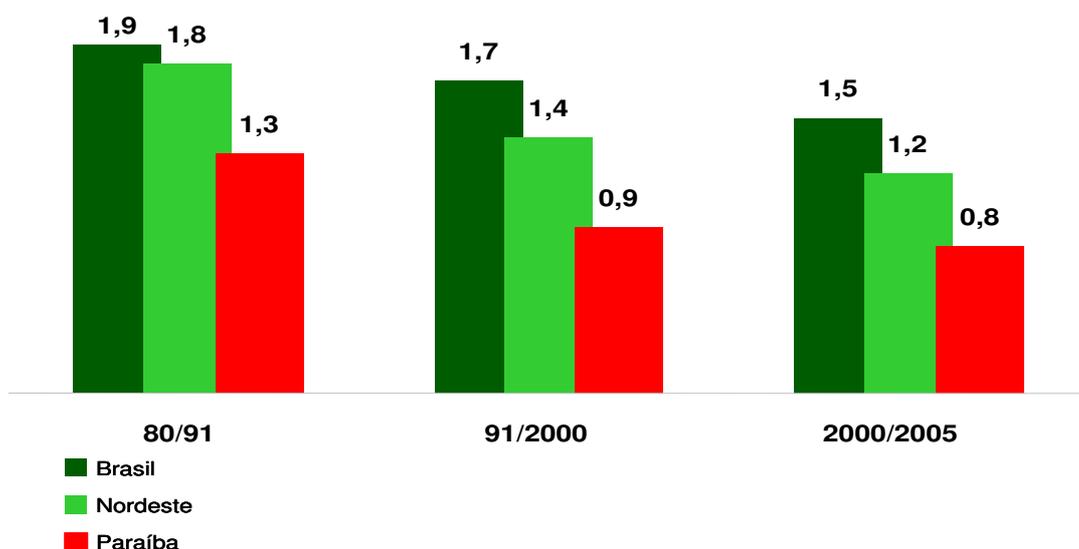
O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba está organizado em sete Capítulos que acompanham, aproximadamente, o processo de trabalho e produção; a lógica da exposição segue também o caminho utilizado para a construção do Plano. Assim, inicia com a análise da realidade atual e da evolução recente da Paraíba (Capítulo I); o Capítulo II apresenta os cenários alternativos com a interpretação dos futuros prováveis, complementado no Capítulo III com a visão de futuro, que se almeja para o Estado. O Capítulo IV referencia a estratégia geral que se manifesta nos Eixos estratégicos e nas grandes bandeiras da sociedade para a construção do futuro desejado. No Capítulo V a estratégia é detalhada através dos Programas e Projetos, explicitando a carteira de projetos prioritários. O Capítulo VI é dedicado aos instrumentos e meios que devem e podem ser mobilizados para a implementação dos programas e projetos, de modo a alcançar as metas globais; e, finalmente, o Capítulo VII apresenta o modelo de gestão para a execução e o acompanhamento da estratégia, seus programas e projetos.

I. A REALIDADE DA PARAÍBA COMPREENDENDO O PASSADO E O PRESENTE

O Estado da Paraíba localiza-se na parte oriental do Nordeste, fazendo limite com os Estados do Rio Grande do Norte, ao Norte; Pernambuco, ao Sul; Ceará, a Oeste e, a Leste, com o Oceano Atlântico, numa faixa de 135 km. Segundo o IBGE, a Paraíba registrava, em 2005, uma população de 3.598.025 habitantes (equivalente a 1,95% da população nacional), distribuída num território de 56.584,60 km², correspondente a 3,62% da área da Região Nordeste e 0,66% do território brasileiro. Com 77,4% de sua população vivendo em áreas urbanas, a Paraíba apresenta uma taxa de urbanização superior à média da Região Nordeste (70,7%), mas inferior à média nacional, que é de 82,9%.

É importante observar que a população do Estado, nas décadas de 1980, 1990 e 2000, cresceu abaixo das médias regional e nacional. Especificamente nas décadas de 1990 e 2000, as taxas médias anuais de crescimento populacional da Paraíba situaram-se em 0,87% e 0,79% respectivamente, aquém das taxas regional (1,38% e 1,21%) e nacional (1,73% e 1,46%), demonstrando tendência semelhante a regional, que apresenta taxa de crescimento menor que a nacional.

Gráfico 3 - Taxas Médias Anuais de Crescimento Populacional do Brasil, Nordeste e Paraíba (em %)



Fonte: IBGE, Censos (1980/1990 e 2000); Contas Regionais, 2005.

A Paraíba tem aproximadamente 86% (48.502 km²) da sua área territorial situada no semi-árido, com parte dela (35.264 km²), apresentando características de degradação e desertificação em estágios variados, conforme pesquisa da EMBRAPA realizada em 1995.

O Estado é formado por 223 municípios que, segundo os principais recortes territoriais usados pelo Ente Nacional e pelo próprio Ente Estadual, estão distribuídos como segue:

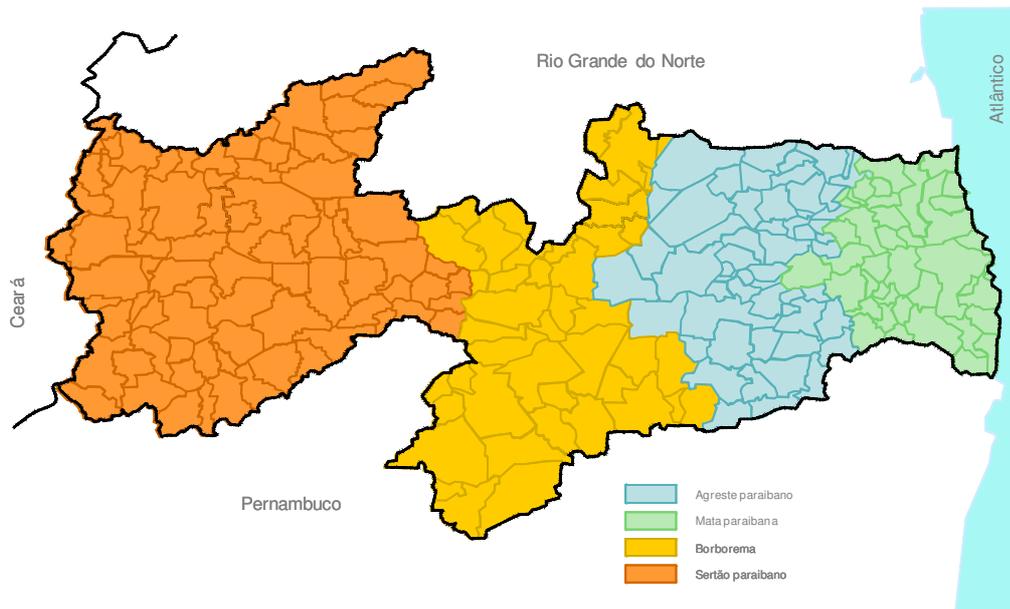
- a) de acordo com recorte territorial usado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Paraíba divide-se em 4 mesorregiões e 23 microrregiões; e,
- b) conforme recorte territorial definido pelo Setor Público Estadual, para fins de planejamento, Estado da Paraíba esta dividido em 12 Regiões Geoadministrativas.

As *mesorregiões* do Estado, catalogadas pelo IBGE, em termos gerais, apresentam as seguintes características econômicas (ver Mapa 2)³:

- a) **Mesorregião da Mata Paraibana** – região onde está situada a cidade de João Pessoa, capital do Estado, apresenta a maior concentração industrial, comercial e de serviços; e, no setor agropecuário, a marcante presença da produção da cana-de-açúcar, da fruticultura (abacaxi e coco) e da produção do inhame
- b) **Mesorregião do Agreste** - região de domínio de policultura alimentícia e de pecuária extensiva de corte. No Brejo destacam-se a cana-de-açúcar e a policultura alimentícia;
- c) **Mesorregião da Borborema** - a mesorregião da Borborema abriga o chamado Compartimento da Borborema e tem como destaque Campina Grande, a segunda maior cidade do Estado em termos de população e importância econômica, onde se destacam as atividades comerciais e de serviços e a produção industrial. No restante da mesorregião predominam as atividades primárias, com destaque para a caprinocultura, a mineração e o cultivo do algodão.
- d) **Mesorregião do Sertão** - área de predomínio de atividades primárias, com destaque para a pecuária bovina de corte e a cotonicultura. No tocante ao comércio, destacam-se na Mesorregião do Sertão, por terem maior expressão, os municípios de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

³ Para a estrutura de planejamento, o Governo do Estado da Paraíba divide o território em 12 Regiões Geoadministrativas nas quais foram realizadas as Oficinas Regionais, como mostra o Mapa 1.

Mapa 2 - Mesorregiões do Estado do Paraíba

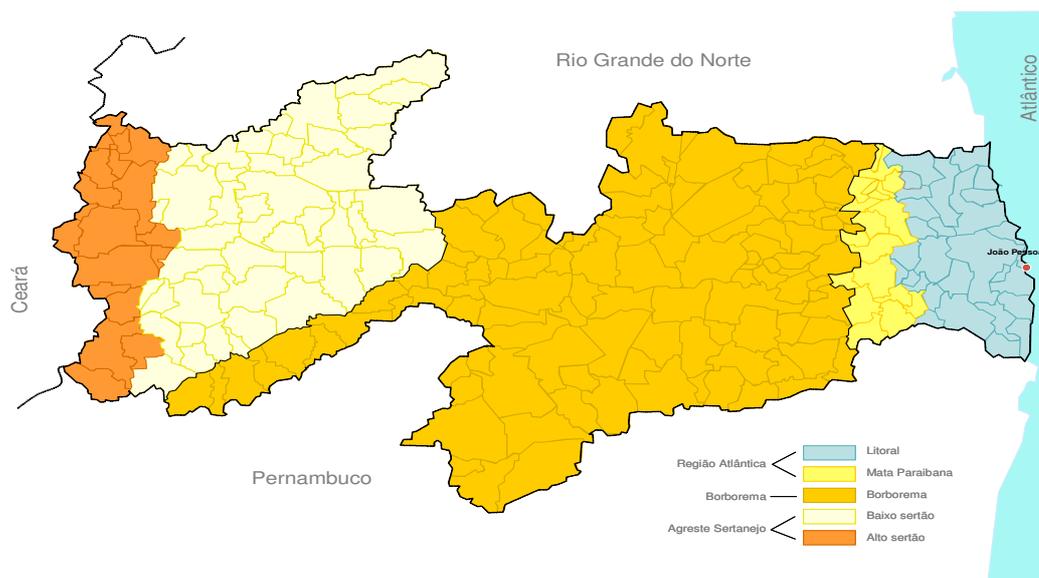


Fonte: SUDEMA

Do ponto de vista do relevo, a Paraíba se distribui em cinco faixas: Baixada Litorânea, Baixos Platôs Costeiros, Depressão Sub-litorânea, Planalto da Borborema e Depressões Sertanejas, como mostra o Mapa 3.

A vegetação, bastante diversificada devido às condições ambientais, apresenta-se, seguindo do Leste para o Oeste, ou seja, do Litoral para o Sertão, com as seguintes denominações: vegetação litorânea, campos e matas de restinga, manguezais, mata úmida, cerrado, agreste, caatinga e matas serranas. O Estado da Paraíba tem um clima quente, com médias de temperatura de 28°C no litoral, 22°C no Planalto da Borborema e 28°C no Sertão, e apresenta duas estações climáticas distintas. As chuvas ocorrem no período outono-inverno e durante todo o resto do ano o clima é quente e ensolarado.

Mapa 3 - Geologia do Estado da Paraíba

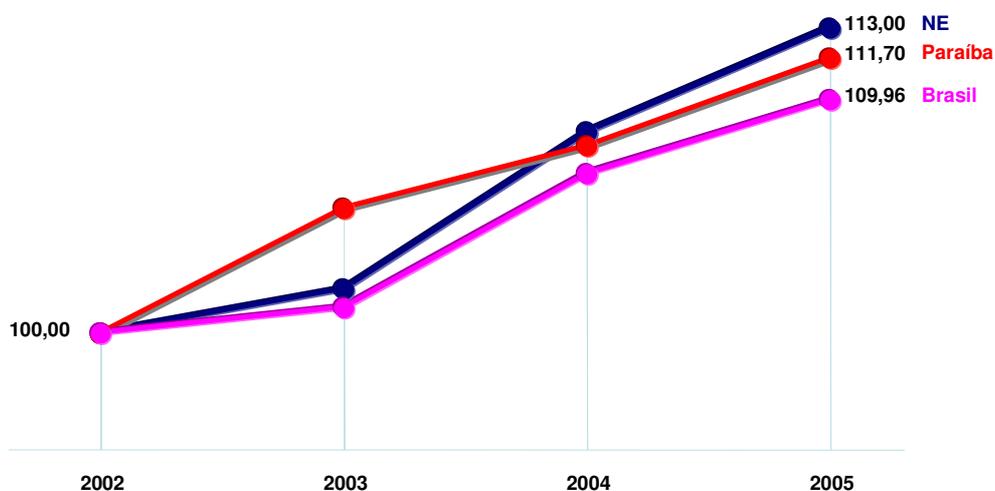


Fonte: SUDEMA

1.1 Dinâmica Econômica

Mesmo considerando o ritmo lento de expansão da economia brasileira e nordestina, nos anos 2002 a 2005, a Paraíba vem apresentando crescimento econômico acima da média nacional, embora entre 2004 e 2005, o crescimento do Estado tenha sido superado pelo regional. O Gráfico 4 demonstra esse movimento com o índice comparado da evolução do PIB real do Brasil, do Nordeste e da Paraíba, que cresce 11,7% de 2002 a 2005. Como se pode constatar, no mesmo período, o Nordeste cresceu 13,0% e o Brasil apresentou uma expansão do PIB de apenas 9,96%.

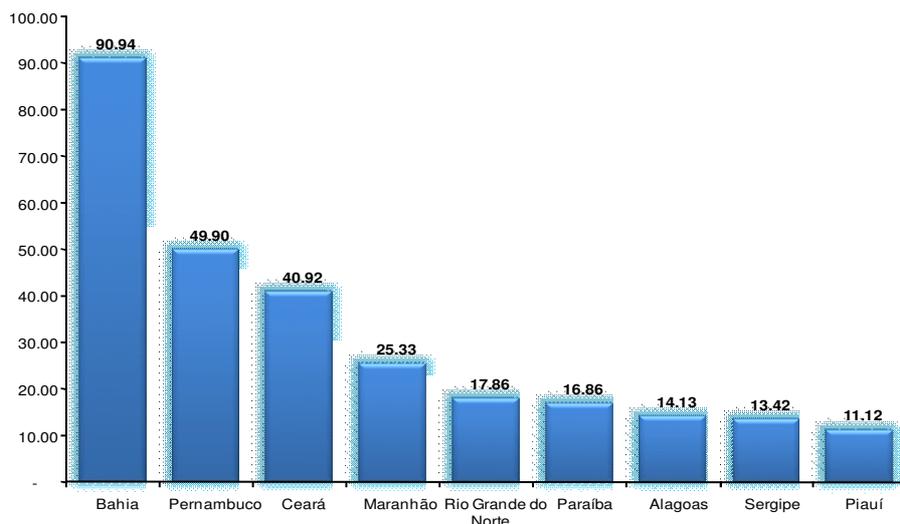
Gráfico 4 - Evolução do PIB Real da Paraíba, Nordeste e Brasil – 2002 – 2005 (Índice Base 2002=100)



Fonte: IBGE, Contas Regionais 2002-2005.

Os números registrados para o ano de 2005 mostram que a Paraíba vem disputando a quinta posição na economia do Nordeste com o Rio Grande do Norte, depois que o Maranhão intensificou o crescimento econômico estimulado pela expansão dos grãos nos cerrados e da indústria minero-siderúrgica. Em 2005, o PIB paraibano era o sexto maior do Nordeste, com um valor da ordem de R\$ 16,96 bilhões; muito próximo do Rio Grande do Norte (R\$ 17,86 bilhões) e à frente de Estados como Alagoas, com R\$ 14,13 bilhões, Sergipe, com R\$ 13,42 bilhões e Piauí, com R\$ 11,12 bilhões (Gráfico 5).

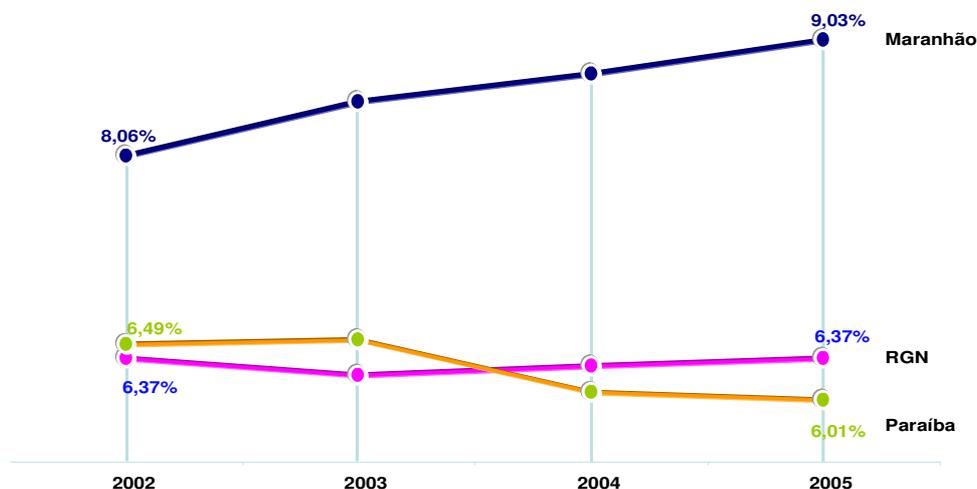
Gráfico 5 - PIB dos Estados do Nordeste - 2005 (R\$ Bilhões)



Fonte: IBGE/IDEME

Com a nova metodologia do IBGE de cálculo do PIB, o Maranhão teve uma reavaliação positiva; e o Rio Grande do Norte, com desempenho que decorre principalmente da expansão da indústria de petróleo e gás, apresentou performance ligeiramente superior a da economia paraibana, entre 2004 e 2005, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Participação do PIB da Paraíba, Maranhão e Rio Grande do Norte no PIB do Nordeste – 2002 – 2005



Fonte: IBGE/IDEME

1.1.1 Nível de competitividade da Paraíba

Embora tenha experimentado perda na posição relativa na economia nordestina, no tocante a competitividade, a Paraíba ocupa o décimo primeiro lugar entre os Estados brasileiros e apresenta o segundo maior nível de competitividade do Nordeste, superado apenas por Pernambuco e à frente dos outros sete Estados nordestinos. A seguir, a Tabela 1, com os dezesseis Estados com melhor colocação no ranking nacional.

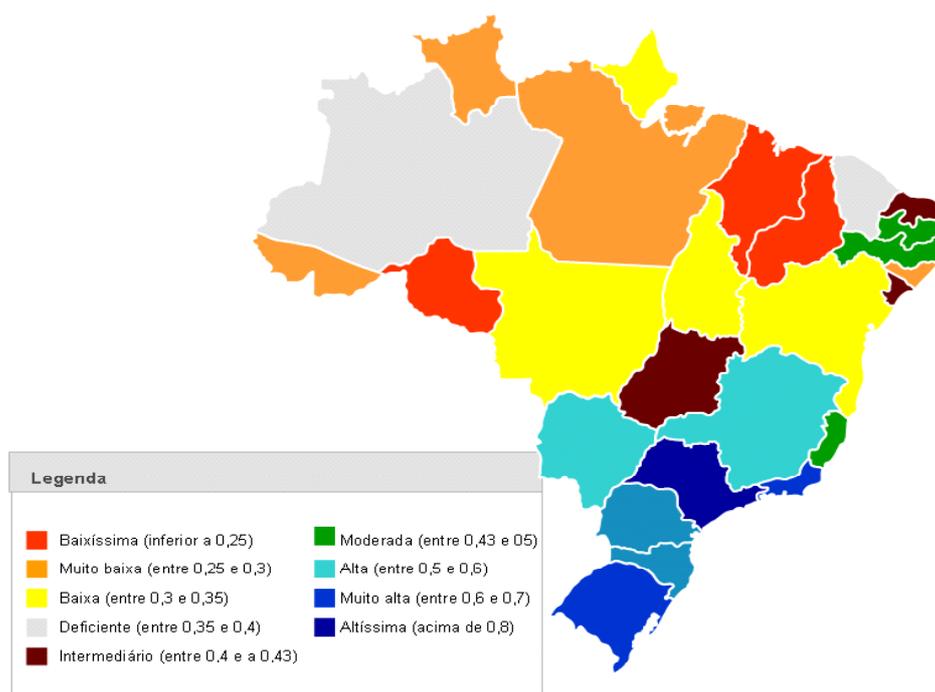
Tabela 1 - Ranking da Competitividade dos Estados Brasileiros

UF	ICE-F		Qualificação da força de trabalho		Conhecimento e inovação		Infra-estrutura	
	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank
São Paulo	0,849	1	0,903	2	0,834	1	0,809	2
Rio de Janeiro	0,792	2	0,866	3	0,698	2	0,811	1
Distrito Federal	0,744	3	0,949	1	0,511	7	0,772	3
Rio Grande do Sul	0,711	4	0,720	4	0,692	3	0,722	5
Paraná	0,696	5	0,717	5	0,647	4	0,724	4
Santa Catarina	0,648	6	0,708	6	0,573	6	0,662	6
Minas Gerais	0,589	7	0,567	8	0,594	5	0,608	8
Mato Grosso do Sul	0,506	8	0,619	7	0,313	16	0,586	9
Espírito Santo	0,475	9	0,482	11	0,333	12	0,610	7
Pernambuco	0,436	10	0,529	10	0,357	8	0,423	13
Paraíba	0,432	11	0,540	9	0,356	9	0,399	15
Sergipe	0,408	12	0,459	12	0,258	20	0,505	11
Goiás	0,401	13	0,394	15	0,302	17	0,506	10
Rio Grande do Norte	0,400	14	0,365	19	0,344	10	0,491	12
Amazonas	0,385	15	0,426	13	0,330	13	0,400	14
Ceará	0,352	16	0,387	16	0,336	11	0,331	22

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e do Movimento Brasil Competitivo (MBC), 2006

A Paraíba forma, com o vizinho Estado de Pernambuco, um território no Nordeste Oriental com a maior competitividade registrada na Região, como apresentado no Mapa 4. O Índice de Competitividade dos Estados é um mecanismo de avaliação elaborado pela organização “Movimento Brasil Competitivo”, que trabalha com um conjunto amplo de indicadores agrupados em três sub-índices: “Qualificação da força de trabalho”, “Conhecimento e Inovação” e “Infra-estrutura”. Analisando de forma desagregada por sub-índice, a Paraíba se destaca na nona posição no ranking do país em “conhecimento e inovação” e “qualificação da força de trabalho”, inclusive neste último sub-índice, figurando em primeiro lugar no Nordeste. É importante considerar, por outro lado, que o estudo não leva em conta o grau de violência na apuração do indicador de competitividade o que constitui, atualmente, um diferencial relevante do ambiente competitivo. Caso fosse considerado o “grau de violência”, a Paraíba possivelmente elevaria sua posição relativa diante de Pernambuco, um dos Estados mais violentos do Nordeste e do Brasil.

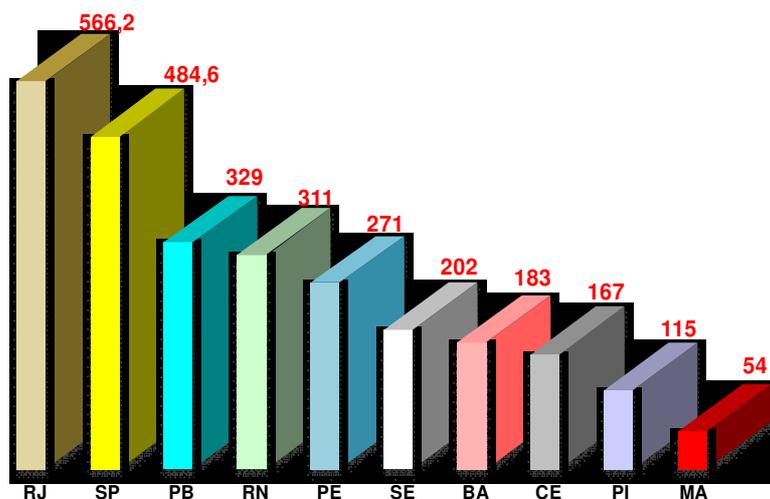
Mapa 4 - Nível de Competitividade dos Estados do Brasil



Fonte: Multivisão – Baseado em “Brasil Competitivo”

A posição em nono lugar no item “Conhecimento e inovação” decorre, em grande medida, das universidades e centros de pesquisa da Paraíba que se destacam na região pela excelência e titularidade. Com efeito, a Paraíba tem o melhor indicador de doutores por milhão de habitantes do Nordeste, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Doutores por Milhão de Habitantes



Fonte: MCT

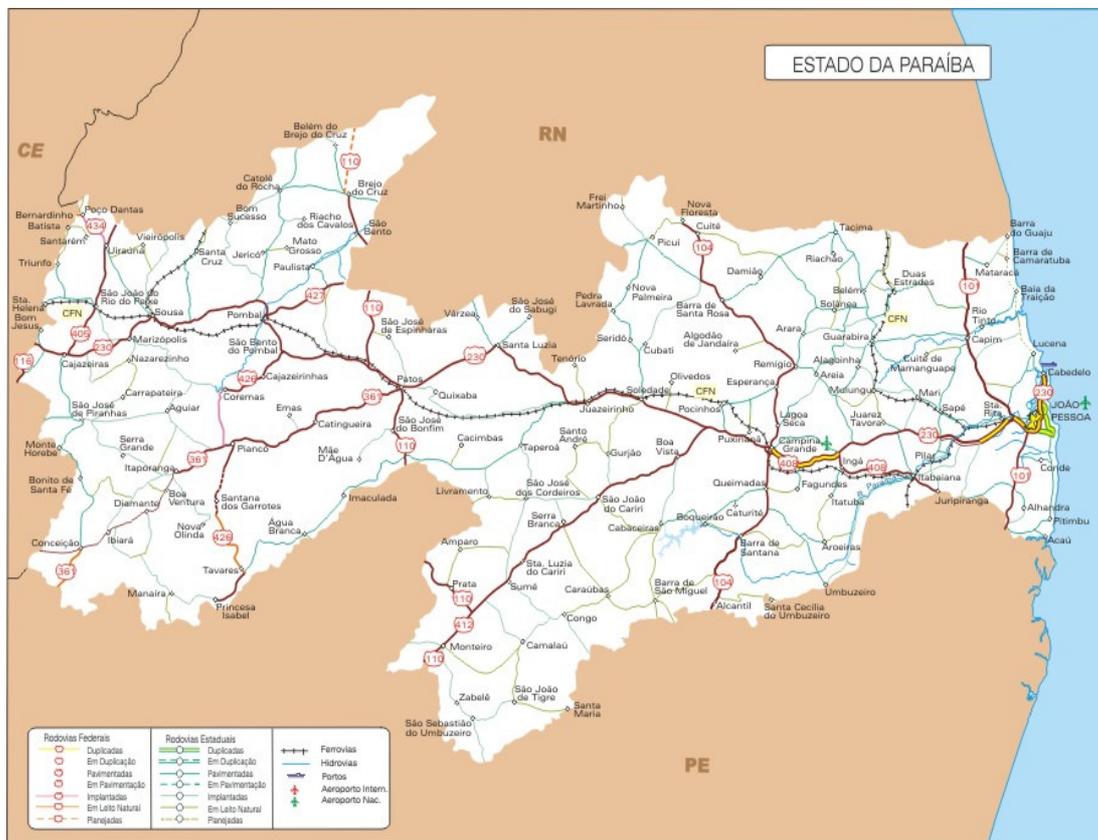
No tocante à infra-estrutura, embora não seja muito diferente da realidade regional, a Paraíba tem problemas e estrangulamentos que podem explicar a redução da sua posição nas vantagens competitivas. A Paraíba ocupa o décimo quinto lugar no Brasil no quesito “infra-estrutura”, o que, no cálculo geral do Índice de Competitividade, leva o Estado ao décimo primeiro lugar no ranking do Brasil. A movimentação de passageiros e de carga na Paraíba é predominantemente rodoviária, o que implica maiores custos de carga e descarga, frete e seguro, retirando competitividade à produção. O transporte ferroviário apresenta linhas com problemas devido à limitação de cobertura da rede e às condições inadequadas da via permanente e do material rodante; o modo de transporte aéreo, que constitui importante suporte para alavancar as atividades de turismo, segmento que vem se mostrando promissor para o Estado, tem frequência de vôo reduzida e vem sofrendo sob os efeitos da profunda crise em nível nacional.

A malha rodoviária do Estado, de razoável dimensão, soma 35.625 km (DNIT, 2005), dos quais 1.339 são de estradas federais e 5.369 estaduais, somando 6.708 km. Desta malha, 3.770 estão asfaltados, o que corresponde a 56,2% do total das estradas federais e estaduais. A rede de rodovias do Estado apresenta alguns Eixos de importância nacional: a BR 101 - grande via litorânea que interliga Natal, no Rio Grande do Norte, a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; a BR-230, Transamazônica, que tem origem em Cabedelo, na Paraíba, e alcança a Região Amazônica, estando, atualmente, o trecho que liga João Pessoa a Campina Grande em fase final de duplicação; a BR-104, que corta o Estado no sentido Norte-Sul, sobre o Planalto da Borborema. De outro lado, as rodovias estaduais PB 110, PB 405, PB 293 e PB 323, além de outras, estão sendo objeto de melhorias em seus trechos de maior tráfego.

A infra-estrutura ferroviária conta com a presença da Companhia Ferroviária do Nordeste, possuindo 720 km de linhas na Paraíba, com traçado longitudinal e litorâneo, fazendo a conexão entre Cabedelo - João Pessoa - Campina Grande e as

idades de Fortaleza, Natal e Recife. A malha é utilizada principalmente no transporte de cargas (Ver Mapa 5).

Mapa 5 - Malha Multimodal de Transporte da Paraíba



Fonte: www.transportes.gov.br/bit/estados

A logística portuária do Estado conta com apenas um porto tipo Handy Size (menor capacidade na hierarquia dos portos) com movimentação de cerca de 900 mil toneladas o que representa 0,1% do movimento brasileiro de carga. Este porto está localizado no município de Cabedelo, a 18 km de João Pessoa, posicionando-se como a instalação portuária mais oriental do País. Opera com as menores tarifas da região, posicionando-se, por isso, com alguma capacidade de competir com os portos da Região. Está equipado para a movimentação de cargas gerais e containeres, tendo adquirido recentemente equipamentos modernos para carga e descarga e de conservação a frio. O porto oferece capacidade de atracação para navios entre 15.000 e 30.000 toneladas de peso bruto e dispõe de área livre de 150 mil metros quadrados para construção de armazéns, depósitos de containeres e serviços logísticos. Graças à operação de empresas internacionais de grande porte, o porto está se convertendo num grande entreposto de pesca na Região Nordeste do Brasil. Complementando a logística portuária, o Estado conta também com 6 terminais multimodais que são centros de carga, descarga e distribuição e de serviços logísticos capazes de operar mais de um tipo de transporte, situando-se em 13º lugar no ranking nacional.

Na rede de aeroportos, a Paraíba conta com um aeroporto classificado como internacional - Aeroporto Castro Pinto localizado na Região da Grande João Pessoa - com uma pista de 2.515 metros de extensão por 45 metros de largura, oferecendo condições adequadas à operação de aviões de grande porte. O Estado possui, além deste, um aeroporto regional que serve a Campina Grande, segundo centro em importância econômica; contando, ainda, com 11 aeródromos localizados em municípios do interior do Estado. O sistema aeroportuário movimentou em torno de 2.487 toneladas (24º lugar no ranking nacional) e 383.302 passageiros, correspondendo a 0,4% do total nacional.

A totalidade da eletricidade consumida na Paraíba é distribuída pelas empresas SAELPA (Capital e a maior parte do interior do Estado) e CELB, que atende Campina Grande e cidades do entorno (ANEEL, 2006). Ambas as empresas, por sua vez, compram a quase totalidade das necessidades de energia elétrica da CHESF. O parque gerador do Estado tem baixa capacidade instalada de produção, 59,0 MW de potência em 2005 (de acordo com o BEN2006) dos quais 55 MW provenientes de Usinas Termoelétricas, sendo que 37,4 são devidos aos autoprodutores dos setores sucroalcooleiro (21,7MW), têxtil (5,7 MW) e alumínio (10 MW). Vale destacar que foram assinados protocolos com 04 importantes empresas para participação em leilão a ser promovido pela ANEEL no segundo semestre de 2008 e, em Campina Grande, está em fase de instalação uma unidade termoelétrica com utilização de óleo combustível e volume de produção de 164,24 MW.

A capacidade de geração de energia elétrica do Estado está sendo ampliada a partir da fonte renovável (energia eólica), com a entrada em operação de uma unidade com capacidade de 10,2 MW, localizada em Mataraca, e uma planta de produção de 45,0 MW, localizada em Barra de Camaratuba, cuja inauguração está prevista para dezembro de 2008. Completa o quadro energético a presença da PBGAS, responsável pelo suprimento de Gás Natural no Estado. A empresa é suprida por gasodutos que transportam o energético desde os campos da Petrobrás, no Rio Grande do Norte, até a capital, João Pessoa. Vale realçar a expansão do gasoduto até Campina Grande, já em fase de operação, ampliando o dinamismo da economia regional no eixo João Pessoa – Campina Grande, permitindo a incorporação ao mercado de parcela significativa de consumidores industriais, de transportes e de consumidores residenciais, no caso de João Pessoa.

No campo das comunicações, vale mencionar que a situação do Estado apresenta indicadores bastante razoáveis quando comparados com outros Estados da Região. Com níveis de qualidade diferenciados, pode-se afirmar que o serviço de telefonia está presente em todos os municípios paraibanos, através de centrais modernas, afora os mais de 1.000 Postos de Serviços, interligando as pequenas comunidades do interior. O atendimento rural, por seu turno, ocupa o segundo lugar no Nordeste e o sexto no país. Paralelamente ao crescimento e melhoria de qualidade da telefonia fixa desenvolve-se, com grande rapidez, a telefonia móvel acompanhando o surto excepcional desse sistema no Brasil. Segundo a ANATEL, em maio de 2006, a Paraíba contava com 328.071 mil terminais de telefonia fixa e 1.261.730 celulares

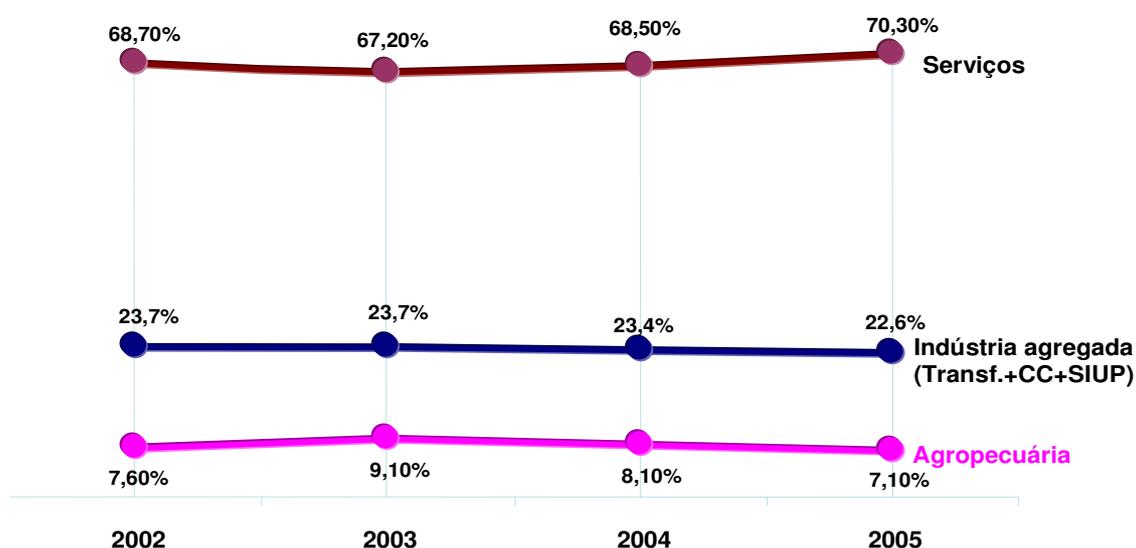
(UCEL), de tal modo que o número de residências com linhas telefônicas alcançava a marca de 36,9% do número total de residências, enquanto que na Bahia é de 41,1%. No tocante ao acesso à telefonia celular, a Paraíba supera a Bahia, registrando percentuais da população com acesso ao serviço na ordem de 35% dos habitantes, comparativamente a 32%, de atendimento na Bahia.

1.1.2 Evolução da estrutura produtiva

A estrutura produtiva da Paraíba, dados de 2005, mostra uma forte presença do setor Comércio e Serviços, que representa 70,3% do Produto Interno Bruto estadual. A participação do setor industrial (indústria agregada) é de 22,6% do PIB paraibano e o setor agropecuário estadual tem uma participação registrada na ordem de 7,1%.

No setor Industrial, a indústria de transformação é responsável por quase metade do valor da produção e representa 11,5% do PIB paraibano. Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) contribuem com 6,6% da economia paraibana, a construção civil alcança 4,0%, e a indústria extrativa tem uma participação de apenas 0,5% do PIB do Estado.

Gráfico 8 - Estrutura Produtiva da Economia da Paraíba



Fonte: IBGE, Contas Regionais 2005.

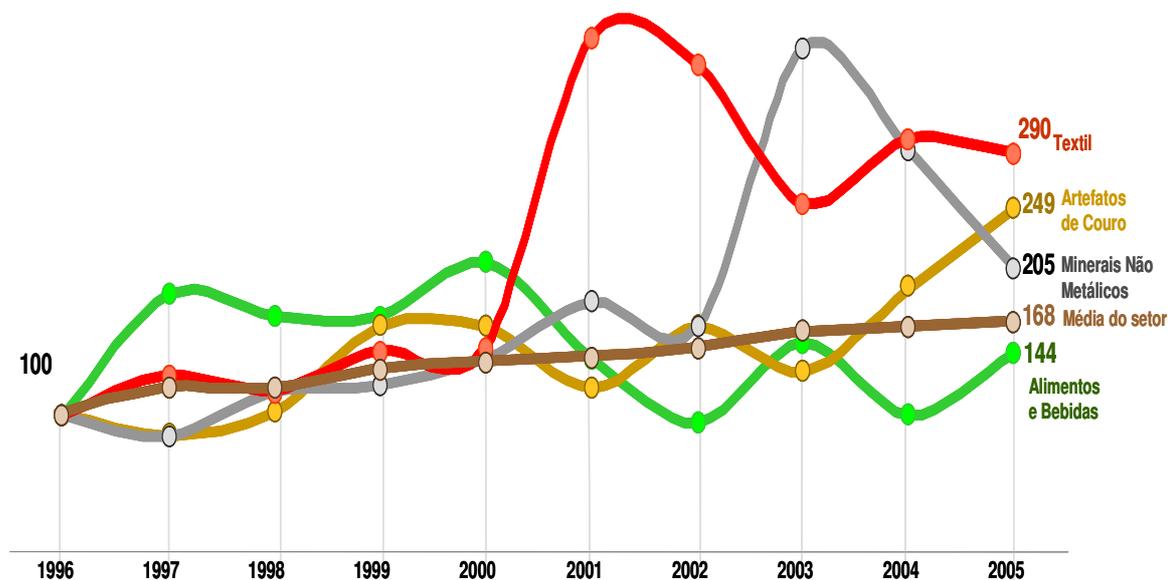
De 2002 a 2005, a agropecuária diminuiu sua participação na formação do PIB agregado estadual caindo de 7,6%, em 2002, para 7,1% em 2005, depois de alcançar 9,1%, em 2003 (ver Gráfico 8). A indústria de transformação capturou a perda de participação da agropecuária, passando de 10,1%, em 2002, para 11,5% em 2005. No mesmo período, a participação do setor Comércio e Serviços oscilou em torno da marca de 68,7% em 2002, fechando 2005 com 70,3%.

A indústria paraibana apresenta pequena diversificação estrutural. Apenas 5 atividades respondem por mais de 80,0% da produção industrial da Paraíba em 2005 (e quatro segmentos representam mais de 77,6% do setor). Predomina o setor de preparação e fabricação de artefatos de couro, que lidera a formação do Valor da Transformação Industrial-VTI, com 24,3%, seguido de perto pelos setores têxtil (com 18,34%), minerais não-metálicos (18,3%) e alimentos e bebidas com 16,33%, e coque, refino e álcool com uma participação bem menor de 4,92% do VTI.

Dentre os demais segmentos industriais cuja participação individual na formação do setor é menor do que 5%, há que se ressaltar que nada menos que 7 deles apresentam, no período sob análise, desempenho acima da média do Estado. Os segmentos de “Móveis e Indústrias Diversas” e o de “Máquinas e Equipamentos”, apresentam forte dinamismo no período, (crescimentos reais médios anuais de 24,9% e 22,2% respectivamente), registrando-se, entretanto que os dois segmentos representam juntos apenas 1,3% da produção industrial paraibana.

Na indústria de transformação da Paraíba, tomando o ano de 1996 como base 100, enquanto a média alcançada pelo setor, registrou 68 pontos de crescimento no período 1996/2005, as principais atividades na indústria de transformação registraram os seguintes índices: atividade Têxtil, 190 pontos; Artefatos de Couro, 149 pontos; Minerais Não-metálicos, 105 pontos; e, o ramo Alimentos e Bebidas, cuja participação no setor industrial corresponde a 16,3%, cresceu 44 pontos, portanto abaixo da média setorial.

Gráfico 9 - Índice de Evolução das Atividades da Indústria de Transformação (1996=100)



Fonte: IBGE, Contas Regionais, 1997, 2001, 2004.

As atividades industriais de maior relevância na economia paraibana são bastante dinâmicas, com crescimento acima da média do setor, mas apresentam um perfil

muito heterogêneo, convivem unidades modernas e tradicionais e empresas de diferentes portes e sofisticação tecnológica. Pelas reais possibilidades de crescimento, ressalte-se a cultura do algodão colorido, cuja área plantada é a maior do Brasil, embora a produção seja ainda modesta em escala industrial, tendo em vista permitir um novo processo industrial da fibra, sem a necessidade de tingimento, portanto com redução de custos e dos impactos ambientais.

Na indústria de minerais não-metálicos destaca-se a produção de cimento Portland e é forte também a presença das atividades de processamento e beneficiamento das rochas ou granitos ornamentais, cuja produção no Estado vem respondendo por mais da metade da produção nacional. A geologia do Estado da Paraíba favorece a ocorrência de rochas cristalinas com grande variedade de cores e texturas, atraindo os consumidores dos exigentes mercados da Itália, Espanha e Estados Unidos.

A atividade de alimentos e bebidas inclui as grandes produtoras de açúcar que atendem a vastos mercados consumidores do País e do exterior, mas também pequenas indústrias, com pouca significação em termos de produção e efeitos para frente e para trás, como padarias, confeitarias, etc. No segmento químico o destaque fica por conta da produção de álcool que, junto com a indústria açucareira, tem como base a lavoura de cana-de-açúcar, importante atividade agropecuária do Estado.

A análise dos números do setor agrícola, permite ver que na agricultura paraibana predomina a cultura temporária, na área colhida e na participação do setor, seja em termos de volume de produção, seja no valor do produto. Em 2005, a cultura temporária representa 89,6% da área colhida, 93,2% da produção física e 75,6% do valor monetário da produção agrícola da Paraíba (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Participação das Culturas Permanentes e Temporárias na Agricultura Paraibana - 2005

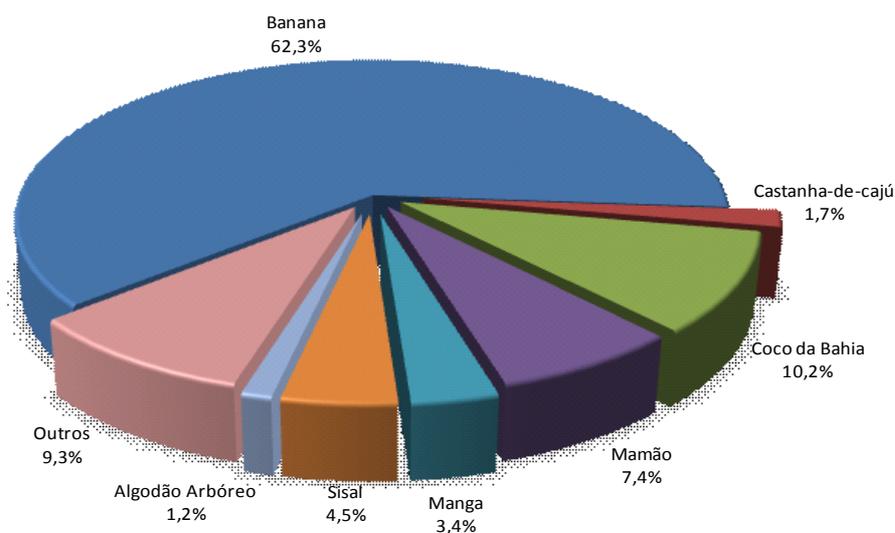
Especificação	Área colhida	Participação no volume da produção	Participação no valor da produção
Cultura Permanente	10,4%	6,8%	24,4%
Cultura Temporária	89,6%	93,2%	75,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 2005.

Dentre os principais produtos que integram as lavouras permanentes no Estado, apenas 7 delas respondem por 73,5% da produção, com destaque para a lavoura de banana que representa 26,9% da área colhida, 61,3% da quantidade e 62,3% do valor da produção. Em seguida vem a cultura de côco-da-baía, sisal e algodão arbóreo.

O mamão destaca-se com melhor rentabilidade, alcançando 7,4% do valor da produção com apenas 1,6% da área colhida. A castanha-de-caju, gera 1,7% do valor produzido, entretanto a área de produção cultivada com a Cajucultura ocupa 13,2% da área da lavoura. As culturas de banana e coco-da-baia respondem, juntas, por quase $\frac{3}{4}$ do valor da produção e metade da área colhida, ou seja, a atividade agrícola estadual, no tocante às culturas permanentes, apresenta um elevado grau de concentração. O Gráfico 10 mostra o valor da produção das principais culturas permanentes do Estado da Paraíba, sobressaindo-se a participação da banana.

Gráfico 10 - Participação no Valor Produção de Produtos e Derivados das Culturas Permanentes em % - 2005



Fonte: Pesquisa da Agropecuária Municipal, IBGE, 2005.

Na agricultura temporária, a concentração não é menor, visto que apenas 6 das 18 culturas mais importantes representam mais de 90% do valor da produção, 93% da área colhida, e quase 99% da quantidade produzida no Estado. Registra-se ainda que dentre as culturas, apenas a cana-de-açúcar já responde por razoável adensamento da cadeia produtiva, com presença em atividades industriais importantes como açúcar e álcool.

Em que pese a baixa produtividade, a boa presença da cultura do milho, em termos de área colhida, com 29,6% do total, sinaliza uma perspectiva promissora ao desenvolvimento das atividades futuras de suinocultura, caprinocultura e avicultura do Estado, as quais, por sua vez encerram potencial de adensamento industrial.

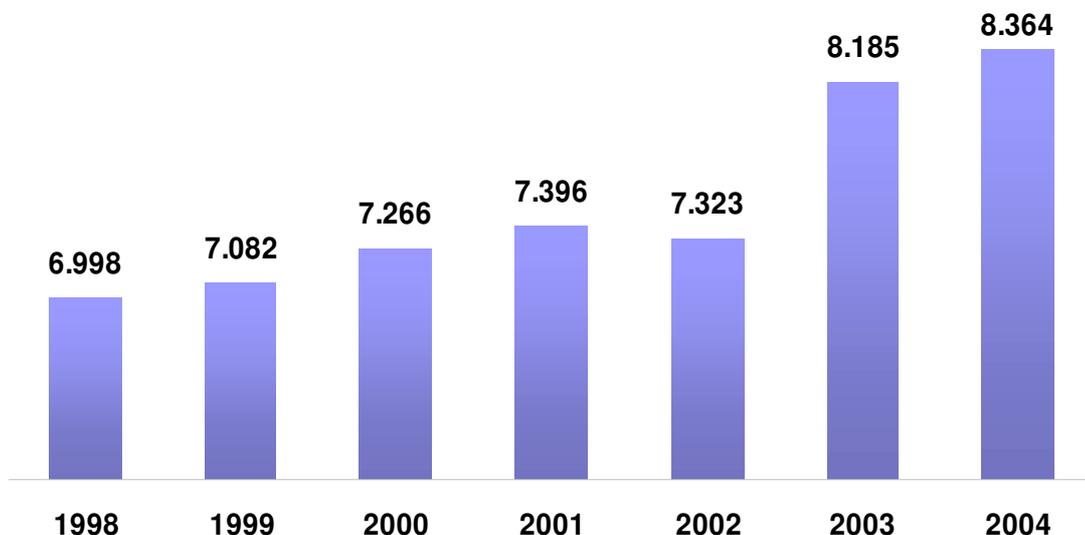
Na mesma linha, as culturas de frutas tropicais, com presença importante na estrutura, também apresentam boas perspectivas de adensamento agroindustrial com vistas à produção de sucos, doces e polpas para o mercado interno e externo. Neste campo, cabe mencionar a excelente produtividade da lavoura do abacaxi que, com apenas 2,15% da área colhida, representa quase 30% do total do valor da produção agrícola temporária, denotando uma elevada valorização no mercado.

Por outro lado, é relevante comparar os rendimentos médios alcançados nas diversas culturas na Paraíba e no Brasil, com vistas a identificar futuros nichos de competitividade e de adensamento da cadeia do agronegócio. Entre as culturas temporárias, o abacaxi com produtividade 19% superior à nacional, representa boa possibilidade de atração de investimentos para a industrialização da fruta. As demais lavouras apresentam rendimentos abaixo das médias nacionais, sobretudo o milho, o arroz, a batata, e o feijão, importantes alimentos de composição da dieta alimentar da grande maioria da população, sendo que o milho representa também uma condição precípua para o desenvolvimento das atividades de criação de aves e suínos.

Quanto aos rendimentos médios no âmbito das lavouras permanentes, a situação é flagrantemente melhor com dois produtos de boa produtividade: a banana (17%) e o algodão com (8%), que superam as marcas nacionais. Para esses produtos, portanto, as possibilidades de adensamento das respectivas cadeias produtivas são mais promissoras, sobretudo no caso do algodão cuja produção do tipo colorido vem se destacando no cenário nacional não só pela diferenciação como também pela qualidade.

Na atividade pecuária da Paraíba existe uma presença destacada da criação de aves, com uma evolução no plantel avícola de estimado de 6,9 milhões de aves em 1998, para 8,2 milhões em 2004 e 9,3 milhões, em 2005, num movimento de expansão continuada no período, na ordem de 34,7%, como mostra o Gráfico 11. No tocante ao rebanho bovino verifica-se uma estabilidade no crescimento do efetivo que evoluiu de 928,5 mil cabeças em 1998, para 1.052 milhões em 2005, representando crescimento de apenas 13,3%.

Gráfico 11 - Evolução do Rebanho de Aves (milhares) – 1998/2004



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal, IBGE, 2005.

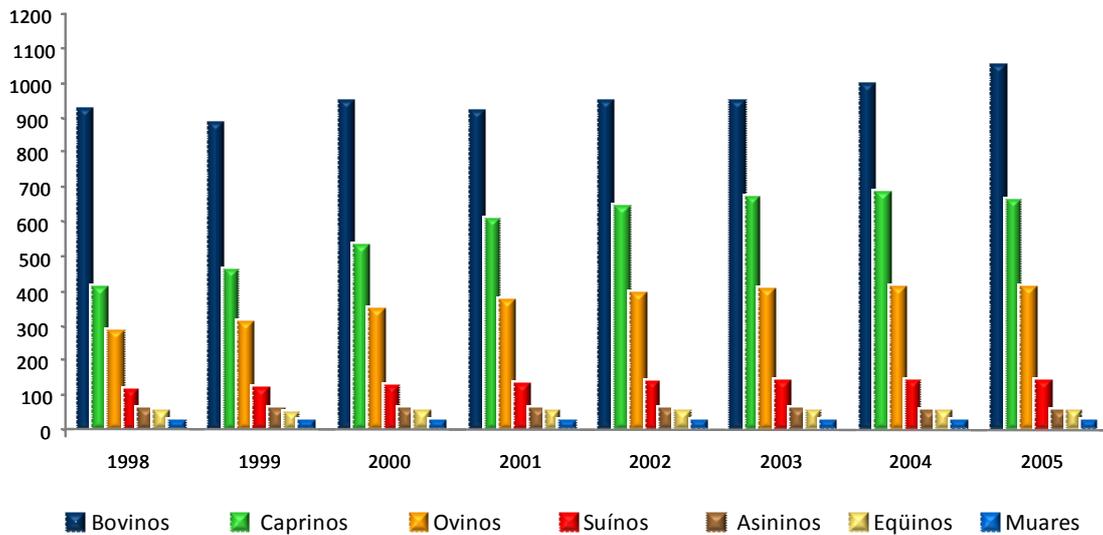
A Tabela 3 apresenta a distribuição dos rebanhos no período 1998-2005, evidenciando que os plantéis de caprinos e ovinos, segundo e terceiro maiores rebanhos da Paraíba, apresentaram crescimentos expressivos. O crescimento verificado no plantel dos caprinos foi de 412,4 mil para 657,8 mil (59,5%), enquanto o rebanho ovino cresceu de 282,8 mil para 411,0 mil (45,3%), mostrando a capacidade e o potencial de expansão da atividade ovino-caprina na Paraíba.

Tabela 3 - Evolução dos Rebanhos da Paraíba 1998-2005 (em milhares e em %)

Rebanho	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bovinos	928,5	886,3	952,7	918,2	951,7	950,8	1.000,0	1.052,6
Varição anual		-4,5%	7,5%	-3,6%	3,6%	-0,1%	5,2%	5,3%
Suínos	112,2	116,3	123,8	128,9	138,3	141,1	144,0	144,5
Varição anual		3,7%	6,4%	4,1%	7,3%	2,0%	2,1%	0,3%
Ovinos	282,8	307,5	343,8	376,9	394,6	406,0	408,6	411,0
Varição anual		8,7%	11,8%	9,6%	4,7%	2,9%	0,6%	0,6%
Caprinos	412,4	458,4	526,1	608,1	642,7	673,4	680,7	657,8
Varição anual		11,2%	14,8%	15,6%	5,7%	4,8%	1,1%	-3,4%
Eqüinos	50,7	50,3	51,0	51,7	52,1	52,3	52,0	50,9
Varição anual		-0,8%	1,4%	1,4%	0,8%	0,4%	-0,6%	-2,1%
Asininos	61,8	61,7	61,8	59,4	58,1	56,9	54,7	52,7
Varição anual		-0,2%	0,2%	-3,9%	-2,2%	-2,1%	-3,9%	-3,7%
Muare	25,5	25,4	25,5	25,4	25,0	24,7	24,1	23,6
Varição anual		-0,4%	0,4%	-0,4%	-1,6%	-1,2%	-2,4%	-2,1%

Fonte: IBGE/SIDRA (www.sidra.ibge.gov.br).

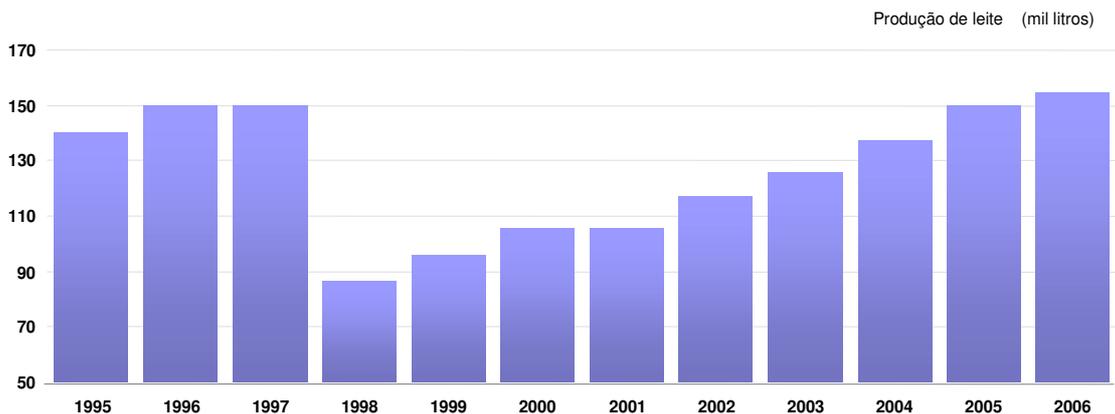
Gráfico 12 - Evolução do Rebanho da Paraíba (milhares) – 1998-2005



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal, IBGE, 2005.

O mais notável crescimento na pecuária paraibana tem lugar na produção leiteira, a despeito da queda drástica observada em 1998; entre 1999 e 2002 verifica-se pequena recuperação e intensificação no processo de recuperação da produção de leite, seqüenciada em 2003, 2004, 2005 e 2006, quando a produção alcança e ultrapassa o bom nível ostentado em 1997 (ver Gráfico 13).

Gráfico 13 - Evolução da Produção de Leite de Vaca na Paraíba – 1995/2005



Fonte: IDEME/PB, 2006.

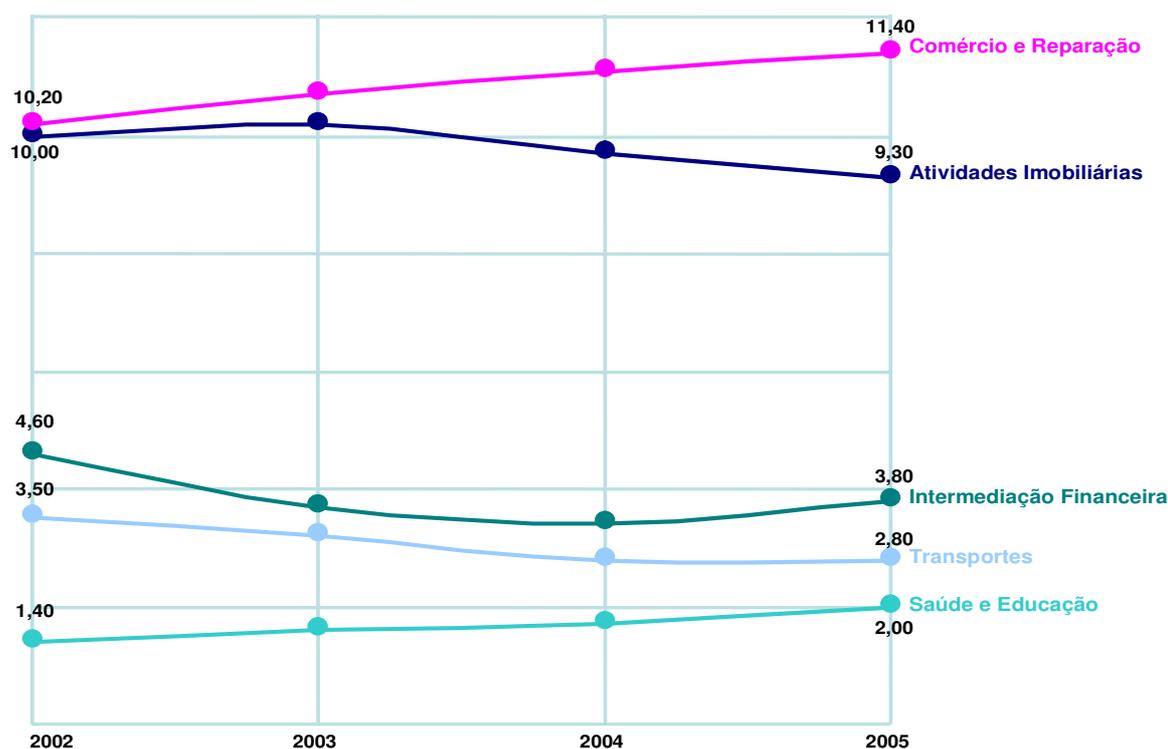
A performance atingida na produção de leite no Estado tem seu êxito associado ao Programa Leite da Paraíba. Iniciativa levada a termo pelo Governo do Estado em parceria com a União, que converte em demanda efetiva pelo produto as necessidades de reduzir carências nutricionais de populações de baixos

rendimentos, com apoio do poder de compra governamental injetado através de políticas públicas de natureza social.

No setor Comércio e Serviços, a atividade Administração Pública Direta, incluindo os serviços de segurança e de seguridade social, responde pela maior parcela na formação do valor agregado setorial, de 31,3% em 2005, percentual que vem aumentando nos últimos anos. Em 2002, a atividade representava 28,4% do PIB setorial.

O segmento Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas é o segundo na formação do PIB setorial, entretanto sua participação vem caindo desde 2002, quando representava 10% do agregado setorial, para 9,3% em 2005, provavelmente refletindo os impactos diretos do desaquecimento da atividade de construção civil (ver Gráfico 14).

Gráfico 14 - Evolução da Participação Relativa de Segmentos Selecionados no Total do Setor Comércio e Serviços % do período 2002-2005



Fonte: IBGE, Contas Regionais, 2005.

A atividade de Comércio e Reparação de Veículos e de Objetos Domésticos vem apresentando uma trajetória de crescimento na participação no produto setorial, entre 2002 e 2005, de 10,2%, para 11,4%. A Intermediação Financeira, por seu turno, que constitui uma atividade de serviços modernos, típica de grandes aglomerados urbanos, perdeu participação na formação do PIB setorial, caindo de 4,6%, em 2002 para 3,8%, em 2004. Os serviços de Transportes e Armazenagem

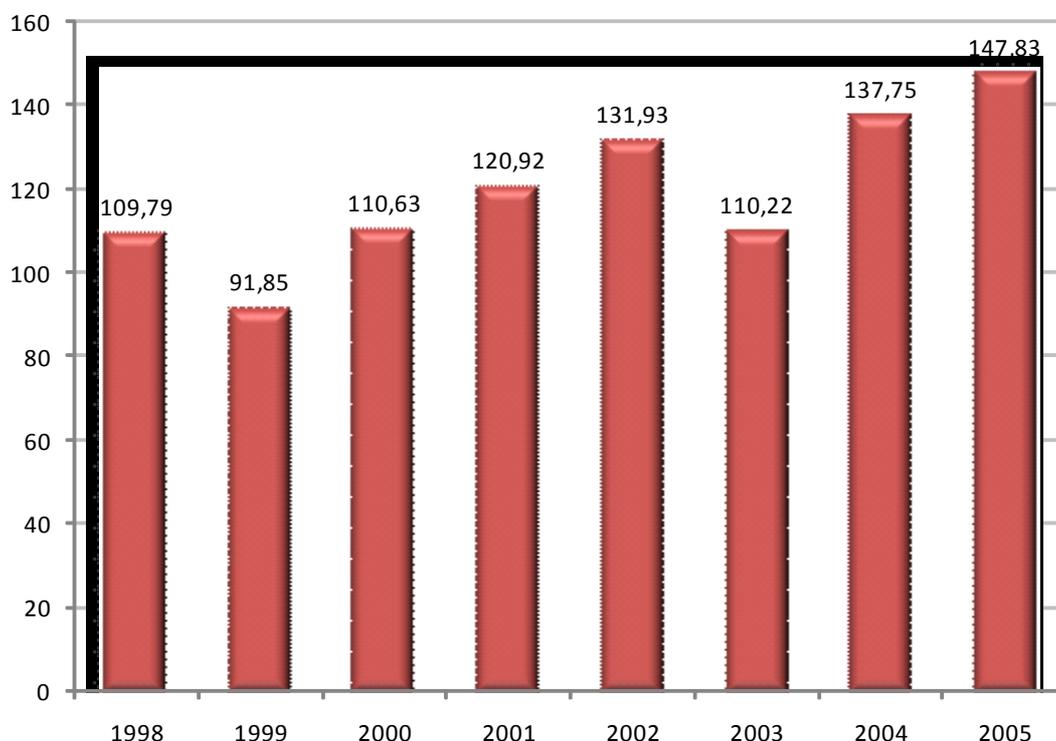
registram o quinto lugar na contribuição da formação do PIB setorial, também com queda de 3,5% para 2,8%, entre 2002-2005; e o segmento Saúde e Educação mostra uma elevação na participação da composição do PIB, 2002-2005, passando de 1,4% para 2,0%.

o turismo não tem peso no valor da produção do setor Comércio e Serviços e não vem apresentando dinamismo nos últimos anos. Como uma medida parcial do turismo pode ser utilizada a atividade do

Os serviços de alojamento e alimentação, conforme dados do IBGE, respondiam conjuntamente, em 2005, por apenas 1,3% do PIB paraibano, tendo apresentado uma redução na sua participação relativa na economia de 0,2%, entre 2002 e 2005. Tendo em vista que o turismo constitui um grande potencial da economia paraibana, depreende-se que esses serviços precisam ampliar a velocidade de aumento de sua participação na economia estadual.

Especificamente com relação à ocupação dos meios de hospedagem na Paraíba, os números mostram que a partir de 1999 houve um crescimento contínuo, apenas com leve declínio em 2003, acompanhando o movimento nacional e nordestino. No período 1995-2005, o fluxo cresceu 47,8%, como mostra o Gráfico 15.

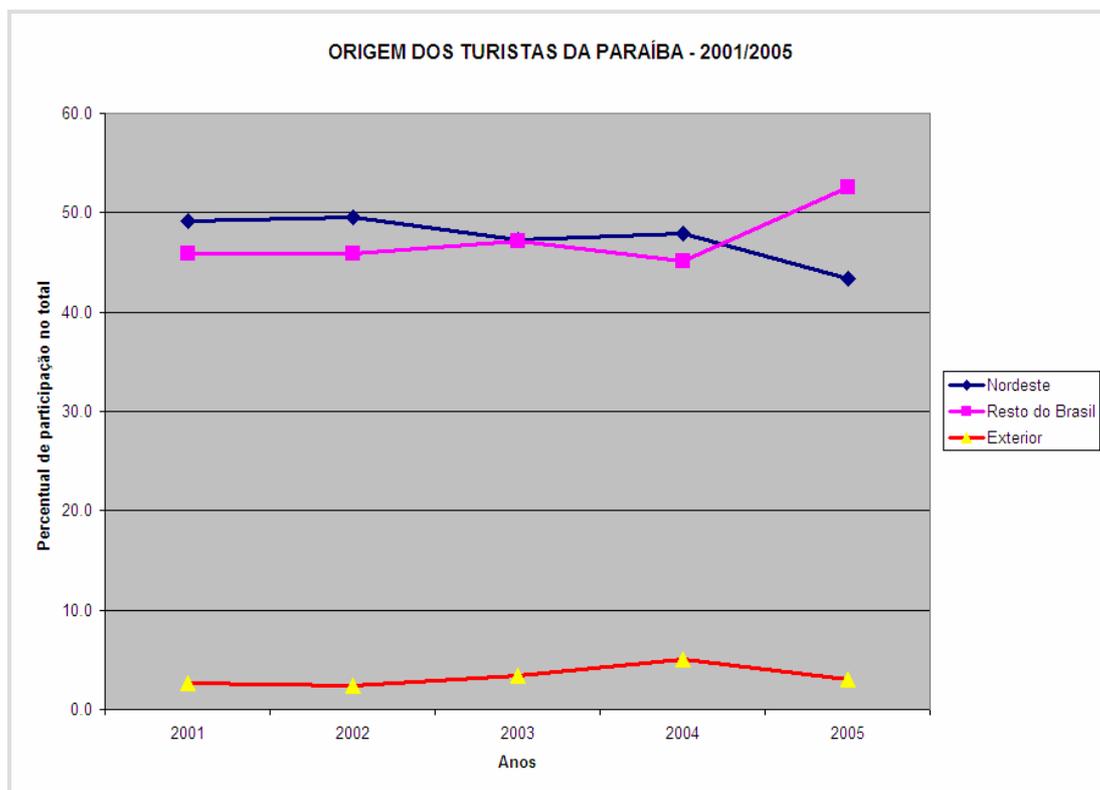
Gráfico 15 – Ocupação nos Meios de Hospedagem na Paraíba 1998/2005 (Índice Base 1995=100)



Fonte: PBTUR

O movimento turístico para a Paraíba é predominantemente de brasileiros, principalmente de outros Estados do Nordeste. Os turistas nordestinos têm representado cerca de 45% do total de visitantes da Paraíba, perdendo a liderança, em 2005, para turistas das demais regiões do Brasil (ver Gráfico 16).

Gráfico 16 – Origem dos turistas da Paraíba – 2001/2005

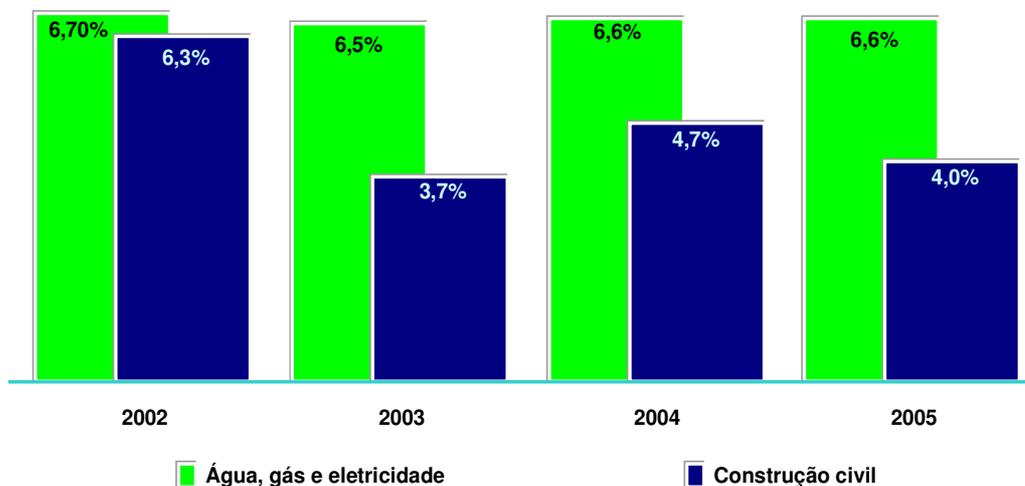


Fonte: PBTUR

Apesar da valorização do Real, que estimularia o turismo externo dos brasileiros (e desestimularia a entrada de estrangeiros no Brasil), o fluxo de turistas das demais regiões do Brasil aumenta bastante sua participação no fluxo de turistas para a Paraíba. O crescimento do movimento de turistas das demais regiões do Brasil, especialmente Sul / Sudeste, indica que a Paraíba ampliou sua atratividade turística nos últimos anos. Por outro lado, os estrangeiros, cuja participação no total de turistas vinha aumentando, perdem levemente posição relativa em 2005, provavelmente como reflexo da valorização do Real.

A Construção Civil registra um forte declínio da sua participação relativa no PIB estadual no período 2002-2005, passando de 6,3%, no primeiro ano, para apenas 4% em 2005, mais de dois pontos percentuais de perda, como mostra o Gráfico 17. No mesmo período, os Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentaram uma grande estabilidade na sua contribuição para a economia paraibana, flutuando em torno de 6,6% do PIB (em 2002 chegou a 6,7%, apenas 0,1 ponto percentual acima de 2005).

Gráfico 17 - Evolução da Participação da Construção Civil e dos Serviços de Abastecimento de Água, Gás e Eletricidade – 2002-2005



Fonte: IBGE/IDEME

1.1.3 Comércio exterior

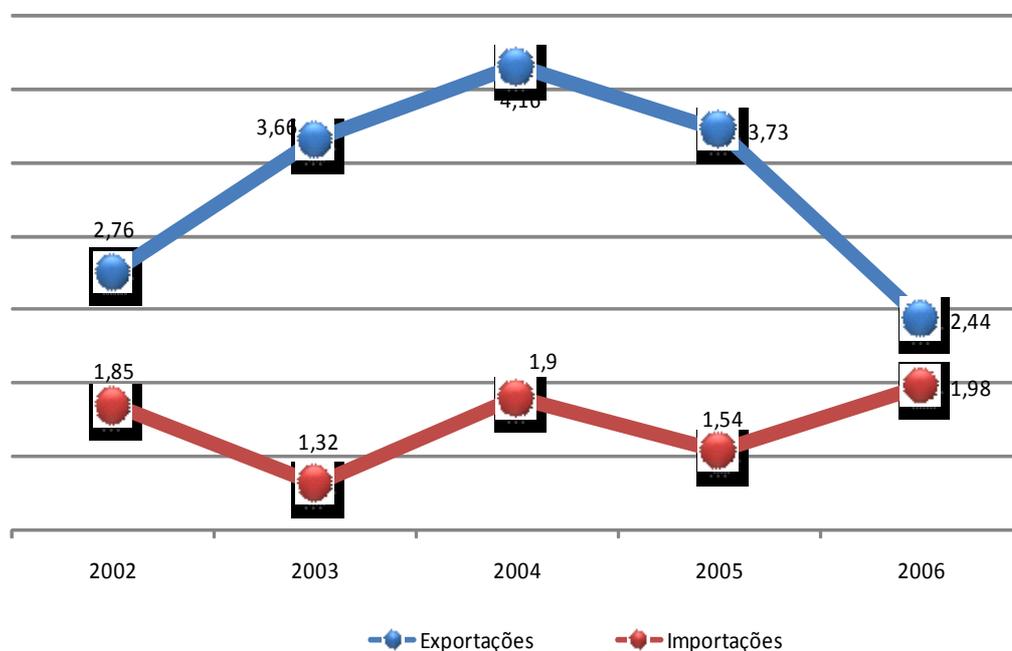
A economia paraibana tem uma baixa abertura externa, medida pelo percentual de participação das exportações no PIB estadual. Entretanto, nos últimos anos, tem aumentado bastante as exportações de bens de consumo e bens intermediários. Segundo dados da SECEX / MDIC, as exportações da Paraíba saltaram de US\$ 77 milhões, em 2001, para US\$ 208 milhões, em 2005, denotando um crescimento nominal acumulado de quase 170%, com destaque para o ano de 2003 que apresentou um crescimento de 43,2% sobre o ano de 2002. Em 2004 e 2005 o crescimento arrefeceu, e em 2006 registrou queda em torno de 8,5% em relação ao ano anterior em razão, provavelmente, da valorização do Real frente ao Dólar e da mudança na pauta de exportação em favor de bens de menor valor agregado.

Como proporção do PIB, as exportações apresentam uma trajetória de crescimento partindo de uma relação de 2,76% do PIB em 2002 até atingir a marca de 4,16% em 2004, tendência que se inverte passando a cair para 2,44% em 2006. As importações, da Paraíba na relação com o PIB⁴, vêm alternando anos de crescimento com anos de declínio. Os números registram uma participação de 1,85% em 2002; número que se reduz para 1,32% em 2003; apresenta nova

⁴ Para a conversão do PIB em reais correntes para PIB em dólar corrente foi utilizada a cotação (dólar médio anual) publicada pela conjuntura econômica

elevação para 1,9% em 2004; reduz-se para 1,54% em 2005; e, finalmente, aumenta a participação para 1,98% em 2006 (ver Gráfico 18).

Gráfico 18 - Evolução da Balança Comercial da Paraíba como Percentual do PIB 2002-2006



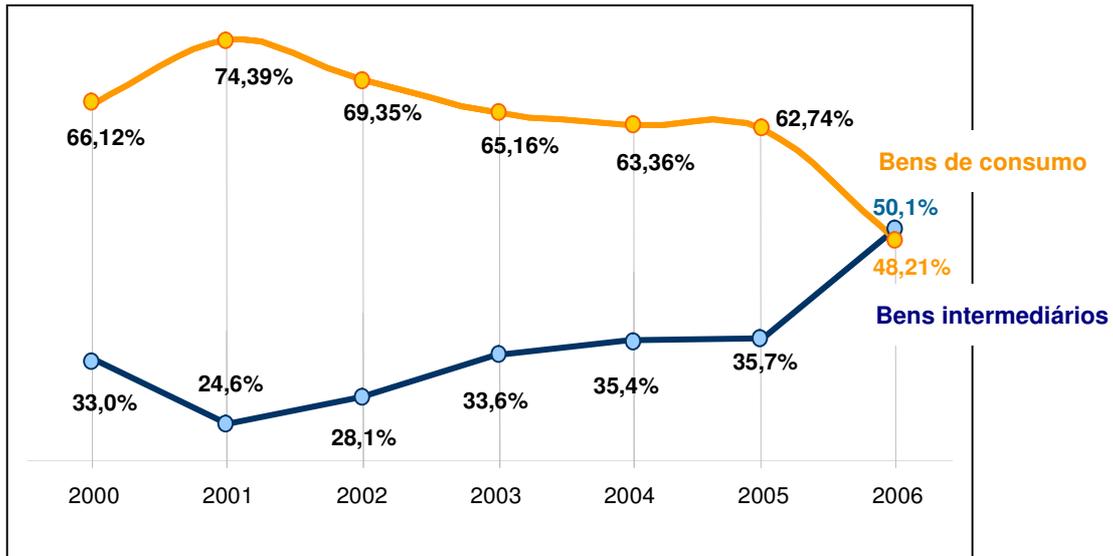
Fonte: MDIC/SECEX

A pauta de exportação apresenta uma relativa concentração em bens de consumo imediato e bens semiduráveis (alimentos industrializados, roupas, etc.), com 62,7% das exportações em 2005 e 48,21%, em 2006; mas, mantém uma trajetória de queda iniciada em 2001, quando representava 74,39% da composição da pauta.

A partir de 2001 cresce a participação de bens intermediários, ao mesmo tempo em que declina o peso relativo das exportações de bens de consumo. Como mostra o Gráfico 19, a exportação dos bens intermediários cresce evoluindo de 24,6% para 35,7% da pauta, entre 2001 e 2005, e para 50,1% em 2006. A exportação de bens de consumo, por sua vez, cai de 74,8% em 2001, para 48,2% em 2006. Na categoria de bens intermediários destacam-se os insumos para Indústria cuja participação, de 2001 a 2006, passou de 21,5% para 41,9% da pauta de exportações, o que pode significar perda de oportunidade de processamento industrial local.

A pauta de exportação da Paraíba tem como principais itens os produtos têxteis e confecções, os artefatos de couros e calçados e o álcool etílico que, juntos, representavam, em 2003 e 2004, em torno de $\frac{3}{4}$ do montante exportado. A exportação de têxteis apresenta leve queda a partir de 2004 (4,1%) e acentuada em 2006 (24,2%); com o açúcar em bruto e granito cortado aparecendo com maior peso no montante exportado.

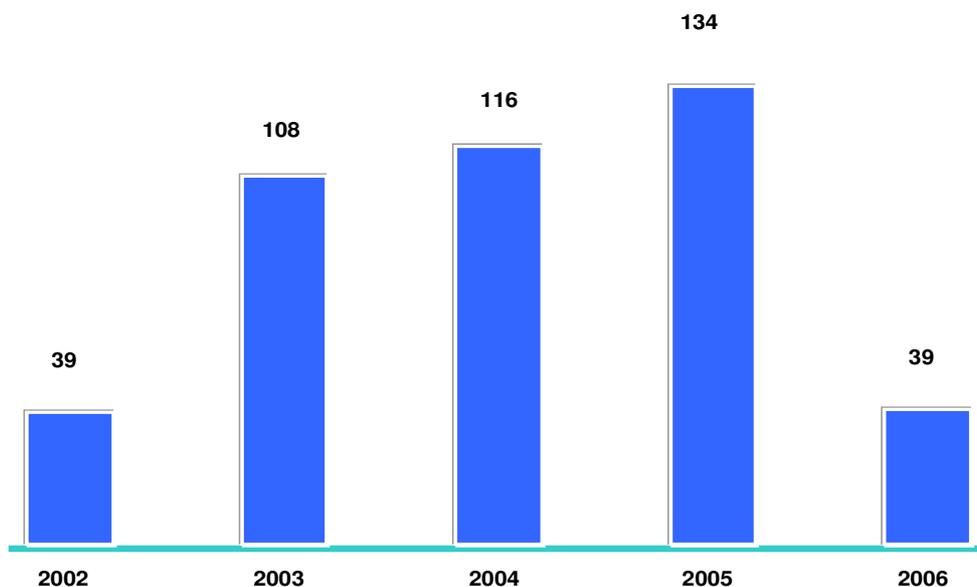
Gráfico 19 - Evolução da Participação dos Bens de Consumo e Intermediários nas Exportações



Fonte: MDIC/SECEX

Ao mesmo tempo em que crescem as exportações ocorre um movimento contrário de declínio das importações da Paraíba, favorecendo a expansão do saldo da balança comercial. De qualquer forma, houve forte crescimento das importações em 2006, provável resultado da valorização do Real, principalmente de bens intermediários (e dentro destes, o de insumos industriais); somente este item correspondeu a 55,0% do aumento das importações em 2006, mantendo-se em torno de 72% da pauta.

A combinação dos movimentos de exportação e importação se expressa na balança comercial da Paraíba, com saldos crescentes de 2002 a 2005 e queda em 2006 para o mesmo valor registrado no início do período, como visto no Gráfico 20, ou seja, US\$ 39 milhões de dólares.

**Gráfico 20 - Evolução do Saldo Comercial da Paraíba
(em milhões de US\$)**

Fonte: MDIC/SECEX.

Nos últimos anos vem ocorrendo uma significativa mudança do perfil das importações da Paraíba, com o aparecimento de considerável volume de importações de máquinas e aparelhos diversos, algodão simplesmente debulhado, trigo e calçados para esportes, representando 25% da pauta. As importações de algodão e tecidos diversos mantêm volume estável, com crescimento em 2004, quando chegou a representar 35% da pauta. Os itens ferro e aço e coque de petróleo não calcinado vêm evoluindo ano a ano, já passando a representar, cada um, em 2006, cerca de 7% do montante importado.

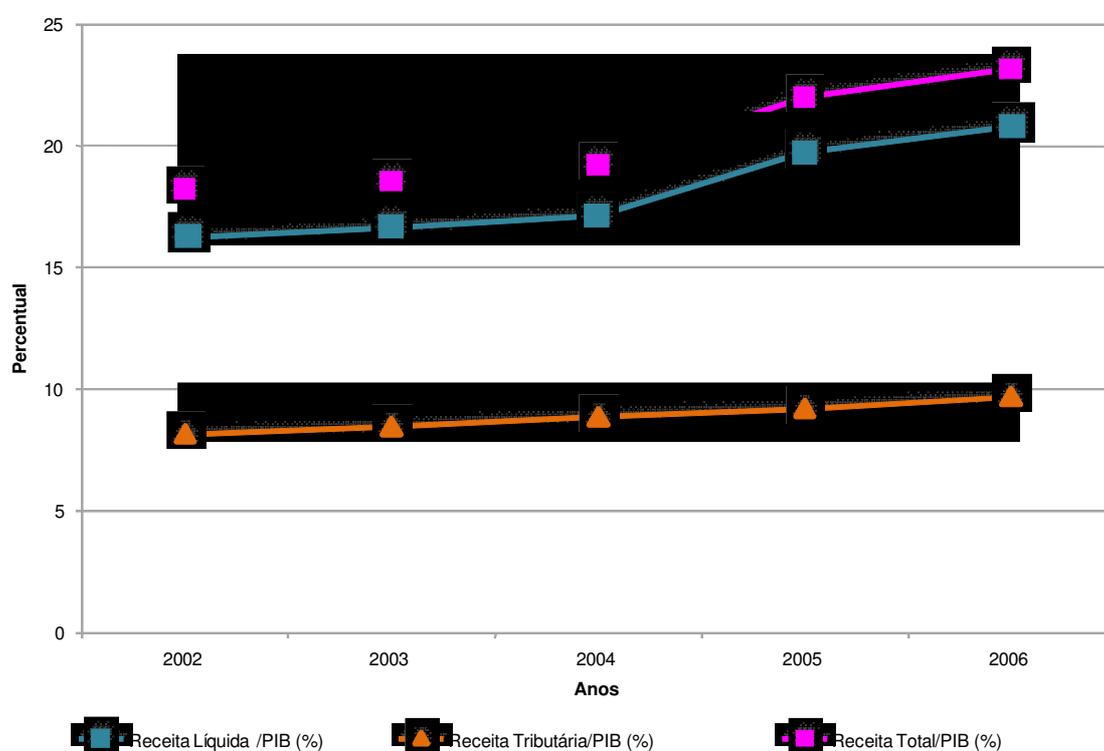
1.1.4 Desempenho das Finanças Públicas

Fruto de intenso esforço o Governo Estadual, a situação financeira da Paraíba tem apresentado, nos últimos 5 anos, sensível melhora, entretanto, como ocorre com a maior parte dos estados, persiste ainda uma dependência das finanças públicas do Estado às transferências da União.

As dificuldades dos Estados, no tocante ao equilíbrio das finanças públicas, têm um histórico que vai além de duas décadas, no entanto, nos últimos 20 anos, a situação tem se agravado na medida em que vêm declinando fortemente as receitas públicas compartilhadas pelo Governo Federal para os Entes Estaduais, com a União aumentando continuamente a sua participação no total das receitas arrecadadas. Os dados registram que a proporção das receitas compartilhadas pelo Ente Nacional recuou de uma participação de 76,18% do montante da receita global, em 1988, para cerca 50% em 1998, e para apenas 44,35%, em 2004.

A receita total do Estado como percentual do PIB, aumentou de 18,18% em 2002, para 23,12%, em 2006, quase cinco pontos percentuais em quatro anos. Esse crescimento reflete principalmente o esforço governamental do Estado para aperfeiçoar o seu sistema arrecadador. No mesmo período, também se elevaram, como percentual do PIB, a receita própria e a receita líquida, como mostra o Gráfico 21, embora a participação da receita tributária própria na receita total tenha apresentado declínio nos últimos anos, registrando em 2006 o patamar de 41,9%.

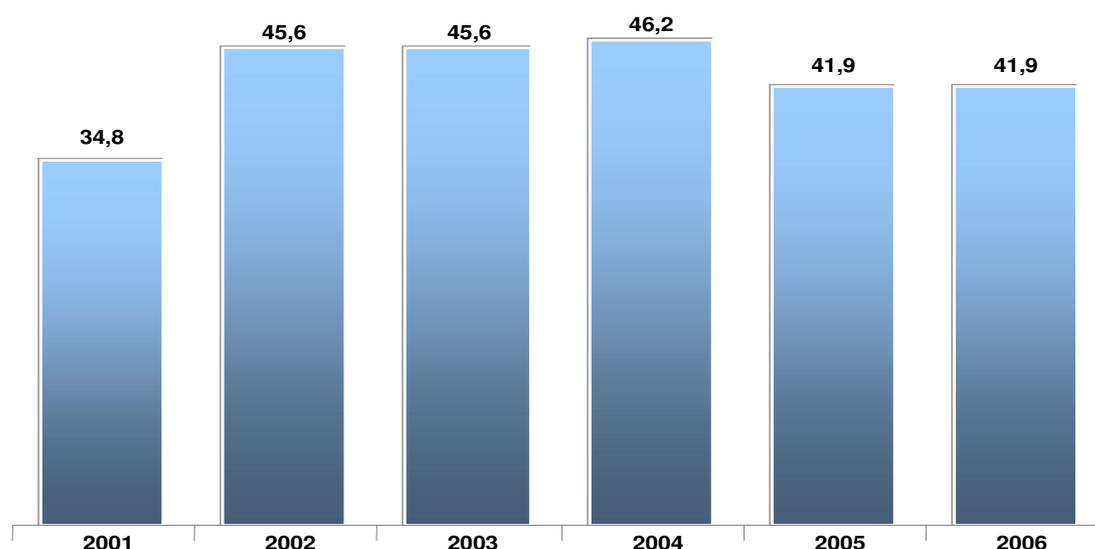
Gráfico 21 – Receitas Estaduais como Percentual do PIB 2002/2006



Fonte: Contadoria Geral do Estado da Paraíba, 2001-2006; IDEME/SEPLAG.

Registre-se, ademais, o aumento no volume das transferências correntes nas receitas do orçamento público estadual em comparação com o Produto Interno Bruto do Estado-PIB, que passaram de 9,9% do PIB, em 2002, para 11,7%, em 2006 (Dados da Contadoria Geral do Estado), resultado que confirma a dependência das finanças do Estado aos recursos de transferências, conforme se pode depreender no Gráfico 22.

Gráfico 22 - Evolução da Participação da Receita Tributária na Receita Total



Fonte: Contadoria Geral do Estado da Paraíba, 2001-2006; IDEME/SEPLAG.

A receita pública arrecadada pelo Governo do Estado apresenta na sua estrutura de formação, dois grandes itens que, somados, representam cerca de 2/3 do seu montante global: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, transferência realizada pelo Governo da União e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, principal tributo arrecadado sob a competência do Erário Estadual. No comportamento da arrecadação do ICMS no Estado da Paraíba, os números mostram bom desempenho para os anos compreendidos de 2003 a 2006, com crescimento de 12,8% de 2003/2002; 10,47% de 2004/2003; 15,59% de 2005/2004; e 15,48%, de 2006/2005. Por outro lado, vale ainda mencionar que nos anos compreendidos nesse período referenciado, o ICMS teve expressivas participações na receita total do Estado: 39,4% em 2003; 39,5% em 2004; 35,6% em 2005; e, 35,9% em 2006.

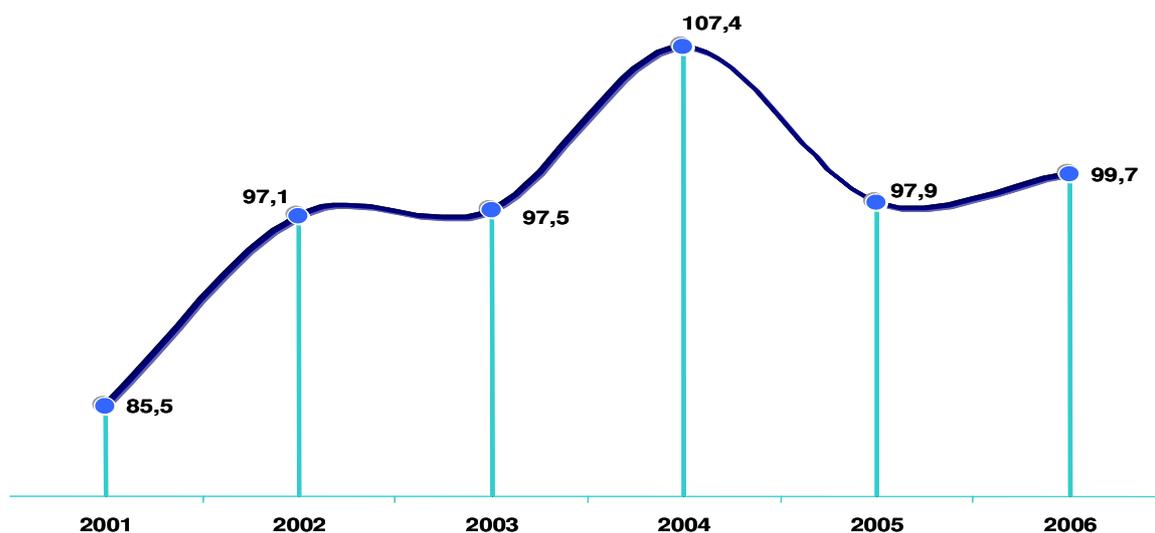
As finanças públicas da Paraíba, apesar do êxito do Governo Estadual nas medidas de ampliação de suas receitas e racionalização do seu uso, têm apresentado duas características diferenciadas: uma boa performance na arrecadação, o que resulta do esforço governamental para aperfeiçoar instrumentos, mecanismos e procedimentos que permitam racionalizar a atuação da máquina arrecadadora; e uma dependência das transferências governamentais da União.

Mesmo considerando importante a melhoria na receita e a racionalização dos gastos, verifica-se que isso não tem sido suficiente para uma ampliação relevante da capacidade de investimentos do governo do Estado, devido à rigidez orçamentária e ao peso da dívida pública estadual. O serviço da dívida do Estado, um dos fatores de estrangulamento das suas finanças, tem exercido pressão sobre a receita estadual; de 3,43% da receita total, registrado em 2001, cresceu para 5,13% em 2006. No período de 2004-2006, o pagamento dos serviços da dívida pública

paraibana consumiu recursos financeiros na ordem de R\$ 1,049 bilhão, no exercício de 2007, o valor programado na LOA foi de R\$ 435,0 milhões. Para o exercício de 2008 o montante previsto na Lei Orçamentária é de R\$ 360,9 milhões, o que mostra o acerto das ações do Governo Estadual no tocante ao controle da dívida pública estadual.

A despesa total, como proporção da receita total, passou de 97,2% em 2002, alcançando 107,4% em 2004 e 99,7% em 2006 (ver Gráfico 23), acompanhando a elevação da relação Despesa/PIB que saltou de 17,7% em 2002 para 23,05% em 2006, com reflexos na capacidade de investimentos. Esta redução reflete, provavelmente, o esgotamento dos recursos da privatização de empresas públicas paraibanas disponíveis para aplicação pelo Governo até o ano de 2002. De fato, os investimentos, como proporção do PIB, caíram de 3,2% para 1,48%, comprometendo a implementação de projetos e iniciativas de peso para o desenvolvimento do Estado. A participação destes gastos no total das despesas teve uma forte redução de 18,2% em 2002 para 6,4% em 2006, a despeito de estar crescendo desde 2003 quando atingiu o ponto mais baixo de 4,84%. Como proporção da receita total a queda dos investimentos foi de 17,7% para 6,38%.

Gráfico 23 - Evolução da Despesa Total como Proporção da Receita Total - 2001 - 2006



Fonte: Contadoria Geral do Estado da Paraíba, 2001-2006; IDEME/SEPLAG.

1.2 Evolução social

De um modo geral, tem havido avanços significativos e diferenciados dos indicadores sociais da Paraíba, embora parte dos índices ainda permaneçam baixos e inferiores às médias registradas para o Brasil e alguns casos para o Nordeste, como mostra a Tabela 4. Com efeito, a Paraíba supera os indicadores médios brasileiros de número de leitos por habitante e domicílios com água encanada; e, leva vantagem sobre os índices do Nordeste no nível de escolaridade, nas taxas de analfabetismo, analfabetismo funcional e concentração de renda.

A defasagem do Estado da Paraíba e do Nordeste em relação às Regiões mais desenvolvidas do Brasil decorre diretamente das desigualdades da renda per capita (e PIB per capita) no território brasileiro. De acordo com os dados mais recentes do Relatório de Contas Regionais do IBGE, o PIB per capita nacional alcançou, em 2005, o valor de R\$ 11.658,00 enquanto que o regional foi de apenas R\$ 5.498,00, e o da Paraíba de R\$ 4.690,00 reais. Apesar da redução, ao longo dos anos, o PIB per capita do Brasil ainda é 2,5 vezes superior ao do Estado da Paraíba; e o PIB per capita do Distrito Federal, estimado em R\$ 34.510,00, é mais de sete vezes acima do paraibano, o que revela o abismo de desigualdade regional no Brasil.

Na oferta de água tratada, indicador fundamental de qualidade de vida, a Paraíba se situa acima da média do Nordeste e entre os melhores dos Estados da Região. Em 2006, a cobertura de água tratada era de 94,3% das residências. O suprimento é satisfatório e de qualidade também para fins industriais, e estão sendo realizados importantes investimentos para ampliação da oferta o que faz com que o índice de 2006, já tenha sido suplantado.

Tabela 4 - Comparação de Indicadores Sociais Selecionados, 2005

Indicadores	Brasil	Nordeste	Paraíba
Mortalidade infantil (em mil nascidos vivos)	25,1	36,9	39,4
Leitos por 1000 habitantes.	2,7	2,5	3,27
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB			
- Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,8		3,0
- Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5		2,5
- Ensino Médio	3,4		2,6
Analfabetismo (% da população com 15 ou +)	11,0	21,9	25,2
Analfabetismo Funcional urbano (% da população com 15 anos ou +)	19,3	28,5	32,9
Escolaridade média (população com 10 anos ou +) (*)	6,6	5,4	5,2
Rendimento médio mensal (R\$ de 2005)	800,80	490,40	524,40
Domicílios com água encanada (% de domicílios urbanos)	91,6%	87,2%	94,3%
Domicílios com rede coletora de esgoto (% de domicílios urbanos)	66,8%	41,6%	45,7%
Domicílios com coleta de lixo (% de domicílios urbanos)	90,8%	80,1%	88,8%
Domicílios com computador e internet (% de domicílios urbanos)	25,5%	12,9%	13,0%
Índice de GINI	0,552	0,551	0,569

Fonte: IBGE Síntese de Indicadores Sociais, 2006/ MULTIVISÃO – (*) PNAD/2005.

A oferta dos serviços de saneamento básico teve grande reforço nos últimos três anos, com aplicação de recursos em volume superior a R\$ 100,0 milhões nesse tipo de infra-estrutura, levando a Paraíba ao patamar de 45,7% dos domicílios urbanos com rede coletora de esgotos, superando a média do Nordeste (41,6% de domicílios atendidos) e de outros Estados da Região, que apresentam os seguintes números: Piauí tem apenas 8,1% dos domicílios com rede coletora de esgotos, o Maranhão 13,9%, Alagoas 15,7% e o Rio Grande do Norte 25,2%, quase metade da Paraíba.

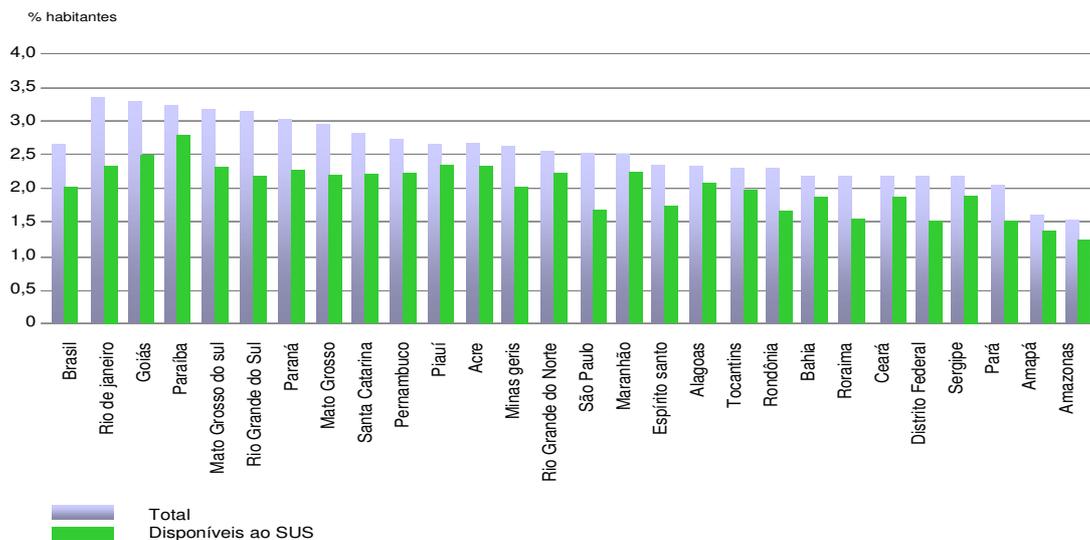
No tocante aos serviços de limpeza urbana e coleta de lixo, verifica-se uma melhora significativa ao longo dos anos em todo o País, incluindo o Estado da Paraíba. Segundo dados do IBGE, o Estado registra uma taxa de coleta direta de lixo de 87,9% de cobertura dos domicílios urbanos, superior à de muitos dos Estados e da média regional, estimada em 79,5%.

A posição relativamente positiva e melhor que o Nordeste no saneamento básico, decorrente dos recentes investimentos realizados pelo Governo do Estado ainda não se refletem satisfatoriamente nas condições de saúde pública, particularmente quando se trata da mortalidade infantil, indicador muito sensível à qualidade da água e do esgotamento sanitário. De fato, a Paraíba tem uma mortalidade infantil apenas um pouco inferior à do Nordeste, com 39,4 mortos em cada grupo de mil nascidos, contra a taxa de 36,9/mil óbitos da região e bem acima dos 25,1/mil óbitos da média brasileira. Este indicador tem apresentado sensível melhoria na Paraíba.

Embora o sistema de saúde não seja o único responsável pela redução da mortalidade infantil, é interessante verificar que, no que se refere ao número de leitos por mil habitantes, a Paraíba tem uma posição bem melhor que a média do Nordeste e do Brasil. Considerado apenas os leitos disponíveis no SUS -Sistema Único de Saúde, a Paraíba tem 1,76 leitos/1000 habitantes, superando os 1,23 da região e os 1,46 do país. Analisando o total de leitos (incluindo o sistema privado), o índice da Paraíba é de 3,27 leitos/mil habitantes, superior ao preconizado pelo Ministério da Saúde (portaria GM 1101 de julho de 2002), que é de 2,5 a 3,0 leitos para cada 1000 habitantes (ver Gráfico 24).

Neste quesito, a Paraíba supera quase todas as regiões do país. Somente os leitos totais das Regiões Sudeste (2,61), Sul (2,94) e Centro-Oeste (2,83) atingiram estes parâmetros. Nas Unidades da Federação, o patamar preconizado pelo Ministério da Saúde só foi atingido pelos Estados de Piauí (2,62), Pernambuco (2,67), Minas (2,56), Rio (3,25), Paraná (2,95), Santa Catarina (2,70), Rio Grande do Sul (3,06), Mato Grosso do Sul (3,05), Mato Grosso (2,77), e Goiás (3,09).

Gráfico 24 - Leitos para Internação, Total e Disponível ao SUS – BR e UF, 2002.

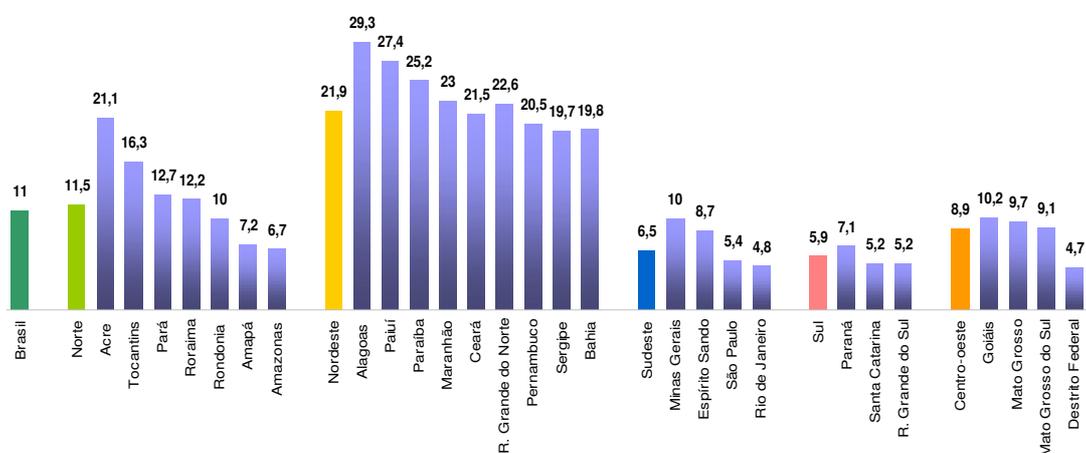


Fonte: IBGE, Pesquisa de Assistência Médico Sanitária 2002.

Na educação, a Paraíba vem investindo significativamente nos últimos anos, apresentando resultados quanto à consolidação do ensino fundamental, à expansão do ensino médio e à autonomia da Universidade Estadual da Paraíba. No entanto, ainda apresenta indicadores inferiores aos da média nacional e, quase sempre, também abaixo da média do Nordeste. Estes dados parecem contrastar com o nível de competitividade identificado para a economia paraibana, apresentado no sub-capítulo anterior, especialmente quando se trata do item “Conhecimento e inovação”. Com efeito, a fragilidade paraibana na educação básica, fundamental e média, é compensada, neste caso, pela presença das universidades estadual e federais e os centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Os principais indicadores da educação registram:

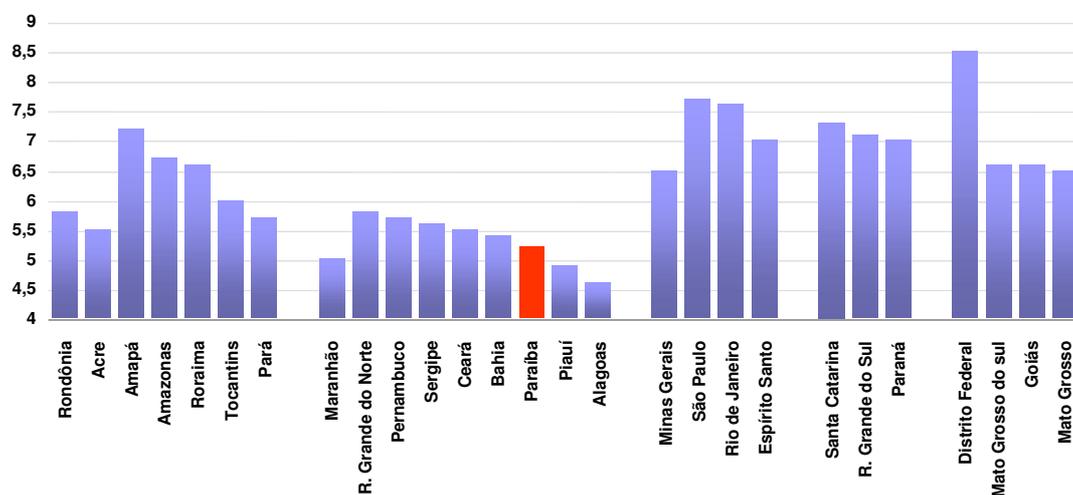
1. A **taxa de analfabetismo** na Paraíba, em 2005, na população acima de 15 anos, era de 25,2%, mais que o dobro do que tinha sido estimado para o Brasil, vale dizer, 11%, e acima da média regional, 21,9% (ver Gráfico 25). Quando se utiliza o conceito de analfabetismo funcional, nas áreas urbanas, o Brasil tinha 19,3% da população de 15 anos ou mais de idade, enquanto que o Nordeste contava com nada menos que 28,5% e a Paraíba com 32,9%. (IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais – PNAD2005).
2. O **número médio de anos de estudo** das pessoas de 10 anos e mais, era, em 2005, de apenas 5,2 anos de estudo, abaixo da média nordestina, estimada em 5,4 e ao índice brasileiro que já alcançava 6,6. (Gráfico 26).

Gráfico 25 - Taxas de Analfabetismo das Pessoas de 15 anos ou mais, 2005



Fonte: Indicadores Sociais do IBGE, 2006.

Gráfico 26 - Média de Anos de Estudo das Pessoas de 10 anos ou mais – UF – 2005



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio, 2005.

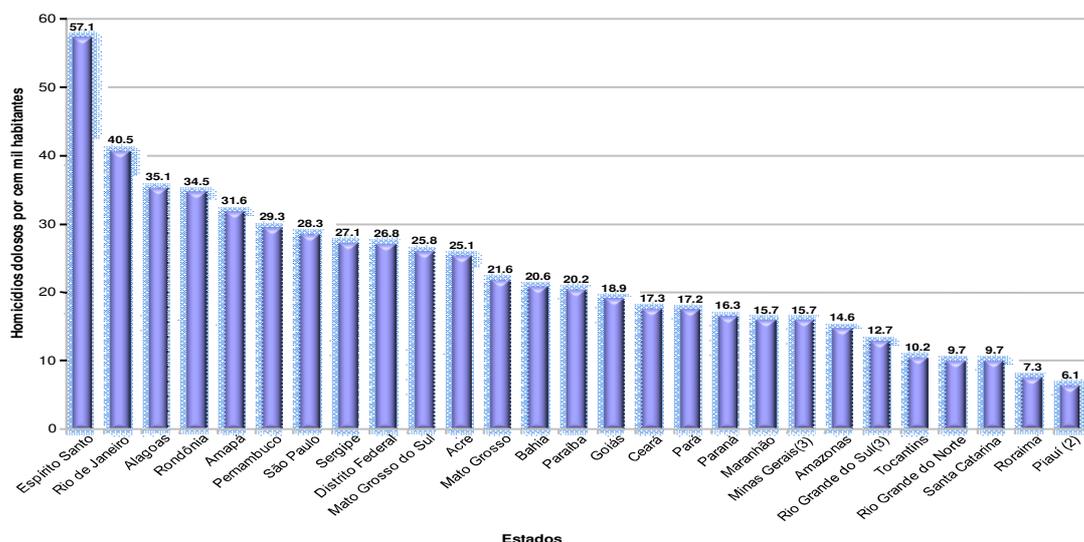
Apesar do modesto dinamismo da economia paraibana, o desemprego no Estado é bastante reduzido quando se compara com a média nacional e com outros Estados do Nordeste. Com 7,5% da PEA desocupada, em 2005, a Paraíba estava muito melhor que o Brasil, com 9% e que o Nordeste, com 9,3% de desemprego; Esta situação parece particularmente favorável se consideramos os índices de desocupação nas regiões metropolitanas de Recife (18,3%) e Salvador (17,5%), os dois Estados mais industrializados da Região.

O Estado da Paraíba apresenta também uma situação melhor que a do Nordeste na remuneração média mensal da população ocupada, registrando R\$ 524,40 contra R\$ 490,40 da média regional. De qualquer forma, valor ainda bem abaixo da situação média brasileira que registrava cerca de R\$ 800,80, no mesmo ano (2005). Esta desigualdade regional e estadual da remuneração do trabalho reflete o modo de inserção no mercado de trabalho, principalmente a qualificação média dos trabalhadores e a estrutura produtiva.

A concentração de renda paraibana é muito alta e superior à media do Nordeste e do Brasil. Segundo dados da PNAD/2005, o índice de Gini da Paraíba era de 0,569 enquanto no Nordeste a concentração era estimada em 0,551 e no Brasil 0,552. Os 10% mais ricos na Paraíba ganham 17,8 vezes mais que os 10% mais pobres, concentração superada, no Nordeste, apenas por Piauí (30,6), Ceará (20,9) e Rio Grande do Norte (18,8).

A Paraíba leva uma vantagem competitiva no Nordeste atual pelo moderado nível de violência registrado, quando comparado com outros Estados da região, especialmente o vizinho Pernambuco. Os dados do Ministério da Justiça (ver Gráfico 27) mostram que o Estado da Paraíba está em décimo quarto lugar no Brasil em violência com 20,2 homicídios dolosos por cem mil habitantes. No Nordeste, o índice de violência da Paraíba é inferior ao de Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia; e é quase 40% inferior ao que foi registrado para o vizinho Estado de Pernambuco, com 29,3 homicídios dolosos por cem mil habitantes, no mesmo período.

Gráfico 27 – índice de Violência dos Estados do Brasil - 2003



Fonte: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança

Notas: 1 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários. 2 - A Secretaria de Segurança Pública do Piauí, no ano de 2003, informou os dados da Capital. Os dados da Região Metropolitana foram informados a partir de julho e não foram informados os dados do interior. 3 - As Secretarias de Minas Gerais e Rio Grande do Sul informaram dados de Homicídios. Não diferenciando Culposos e Dolosos.

O índice do Estado do Espírito Santo, 57,1 homicídios dolosos por cem mil habitantes, é mais do dobro do registrado na Paraíba; e o do Rio de Janeiro, segundo maior taxa de violência (40,5 homicídios), é praticamente duas vezes superior ao paraibano. De qualquer forma, é necessário que o Governo do Estado implemente políticas públicas na área de segurança, para possibilitar a redução dos índices de violência da Paraíba, aproximando-os dos de outros Estados do Nordeste que apresentam índices mais favoráveis, a exemplo do Ceará que, mesmo com população mais numerosa e alta densidade urbana, ostenta taxas mais baixas.

1.3 Meio ambiente da Paraíba

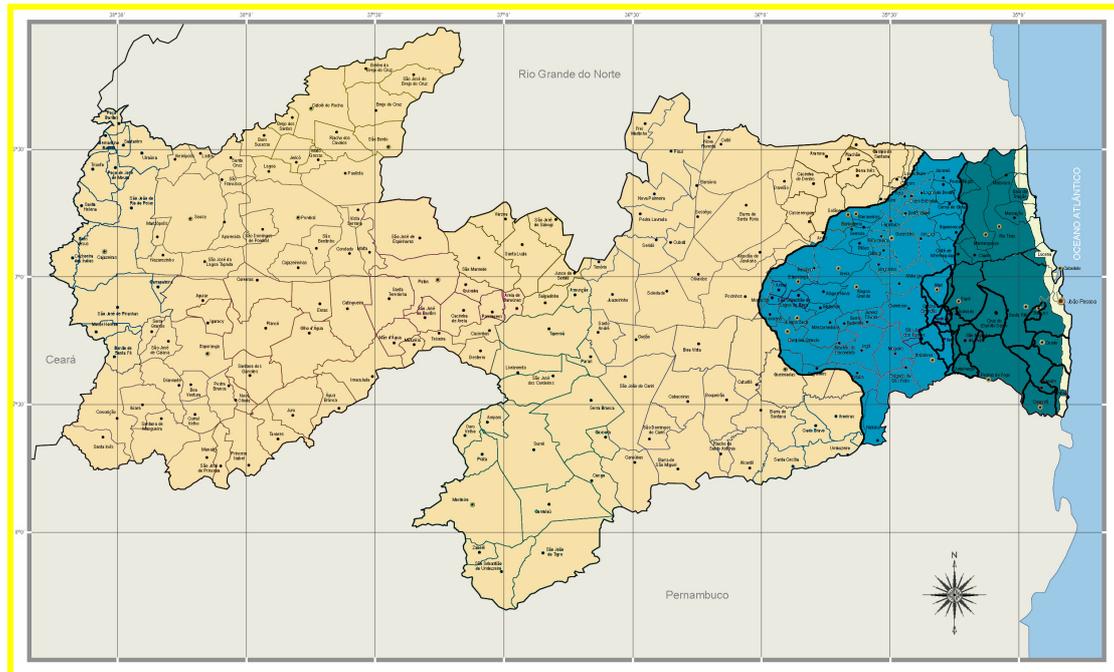
O Estado da Paraíba tem um importante patrimônio natural e ambiental, formado pelos recursos hídricos e vegetais, pelas riquezas mineralógicas e pelas evidências paleontológicas e arqueológicas. Apesar das formas de exploração econômica que vêm provocando um impacto antrópico e degradação ambiental, a Paraíba tem uma grande diversidade de paisagens e ambientes naturais.

1.3.1 Características do meio ambiente paraibano

As paisagens estão distribuídas entre as **áreas úmidas** - Manguezais, Cerrado, Mata da Restinga, Mata Atlântica, Brejos de Altitudes e Matas Serranas - e as **áreas semi-áridas**, com cobertura florestal de caatinga, que varia entre a caatinga arbórea fechada das serras e a caatinga arbustiva aberta (Diagnóstico Florestal da Paraíba, 2004). Esta diversidade ambiental pode ser agrupada em quatro ecossistemas ou zonas naturais de paisagem com características diferenciadas, ocupando parcelas diversas dos 56,4 mil quilômetros quadrados do território paraibano: Planícies litorâneas (ou Terras baixas), Floresta, Áreas de Transição e Caatinga. As Planícies Litorâneas e as Florestas situam-se na Zona Litoral-Mata, as Áreas de Transição, na Zona do Agreste, e o Brejo e a Caatinga, na Zona Semi-Árida.

Como apresentado no Mapa 6, a Caatinga representa quase 4/5 do território, enquanto a zona de Terras baixas se concentra numa pequena faixa do litoral paraibano.

Mapa 6 - Zonas Naturais de Paisagem da Paraíba



Fonte: Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, 1985.

Com efeito, a zona de **Terras baixas** compreende uma faixa estreita e descontínua de acumulações recentes, de origem marinha, flúvio-marinha, lacustre e eólica, disposta na faixa costeira e nas grandes várzeas ou baixios nas margens dos rios. Apresenta maior expressão territorial conforme o recuo dos tabuleiros costeiros, sendo localmente limitada por falésias ativas e inativas, naturalmente esculpidas. Neste caso, ocorrem diferentes formas de relevo, como a foz estuarina lagunar, flechas, estuários afogados contendo manguezais, com a formação de dunas (microdunas) ocorrendo, mais visivelmente, no litoral Norte do Estado.

A cobertura vegetal é representada por espécies características de ambientes marinho e flúvio-marinho, compreendendo vegetação rasteira, gramíneas e lenhosas, a exemplo das restingas e mangues no litoral, e matas ciliares no interior do continente.

A zona de **Floresta** constitui uma faixa com dimensões variadas, caracterizada por um clima de sub-úmido a úmido, com totais pluviométricos anuais variando entre 1.500 a 1.800 mm. O relevo é predominantemente Plano, com suaves ondulações, apresentando-se, em pequenas proporções, interflúvios tabulares e vales de fundo chato nas encostas abruptas. Os tabuleiros costeiros foram esculpido basicamente em sedimentos terciário-quadernários e compostos por arenitos síltico-argilosos e areno-argiloso, em sua base principal. A vegetação natural da zona de Floresta apresenta uma variação de floresta sub-perenifólia a perenifólia, com encaves de cerrado.

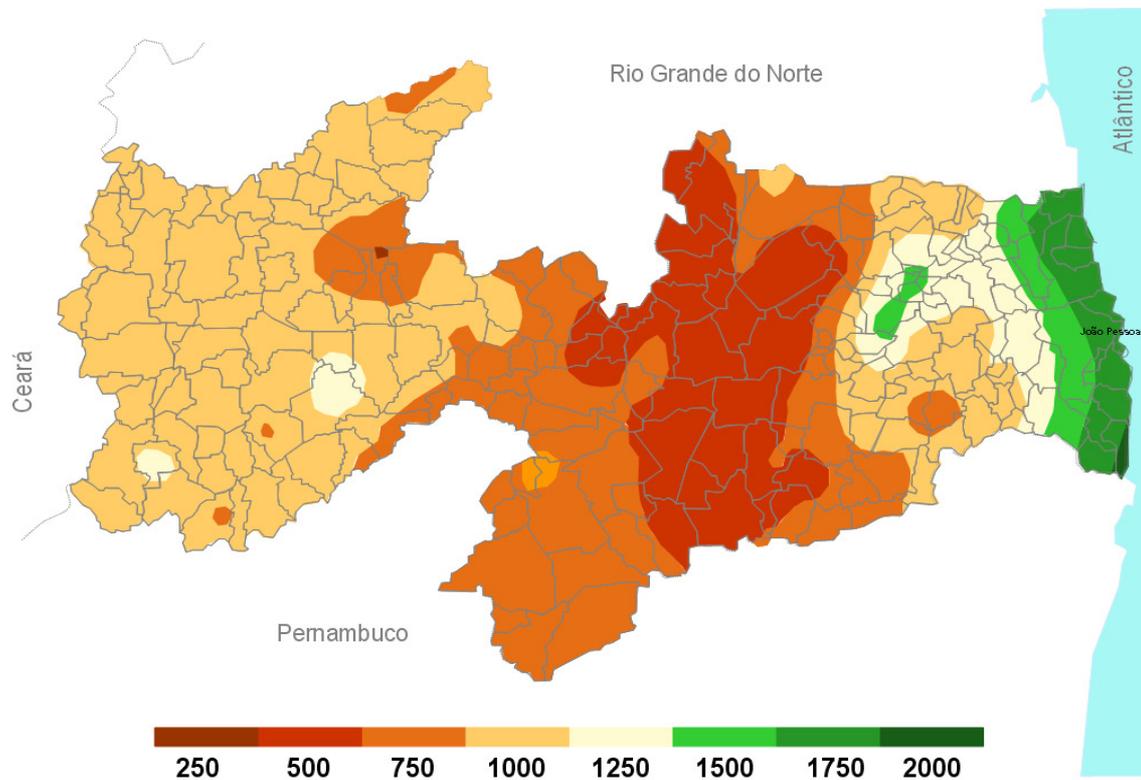
A faixa de terras situadas entre o litoral úmido e o sertão semi-árido é conhecida como **Zona de Transição**, caracterizada por um clima sub-úmido, com precipitação pluviométrica média anual em torno dos 1.000 mm. Abrange as superfícies aplainadas situadas entre os baixos planaltos costeiros e os rebordos do planalto da Borborema, bem como, as superfícies elevadas da porção oriental deste planalto, onde se caracteriza a transição entre a unidade do brejo úmido e o sertão das caatingas.

A vegetação predominante na Zona de Transição é de floresta caducifólia e sub-caducifólia, com ocorrência de floresta perenifólia (brejos de altitude), representando um mosaico de paisagens, representando o caráter de transição relacionada à cobertura vegetal original. O relevo é dissecado, apresentando formas convexas e aguçadas, ressaltando cristas alinhadas e linhas de cumeadas, registrando ainda uma elevada densidade de drenagem, com rios de regime permanente, com rios que drenam a superfície da depressão sub-litorânea.

A **Caatinga**, maior ecossistema da Paraíba, é caracterizada pelo predomínio da formação florestal de Caatinga, abrangendo a maior parte do território paraibano, estando associada, e condicionada, a um clima do tipo árido e semi-árido: mais de 50 dias secos, baixos índices pluviométricos anuais (entre 300 e 1000 mm), altas taxas de evaporação e distribuição irregular de chuvas. A zona da Caatinga ocupa as porções central e ocidental do planalto da Borborema, assim como toda a depressão sertaneja. Em função das características do relevo, dos solos e das condições climáticas locais, a Caatinga apresenta variações fisionômicas: caatingas arbóreas (serras), caatinga arbustiva densa (caatinga hipoxerófila), caatinga arbustiva aberta e caatinga aberta, com tapete de gramíneas (Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, 1985). A Caatinga reúne duas grandes bacias hidrográficas - a do rio Piranhas e a do rio Paraíba - e conta com uma drenagem exorréica formada por rios intermitentes, alguns dos quais com parte de seus cursos perenizados devido à construção de barragens.

A precipitação pluviométrica no Estado da Paraíba é bastante desigual no território, compreendendo alta precipitação na Planície litorânea e parte da Floresta - entre 1.500 e 2.000 mm por ano - até um volume inferior a 500 mm por ano na parte ocidental da Caatinga (Mapa 7).

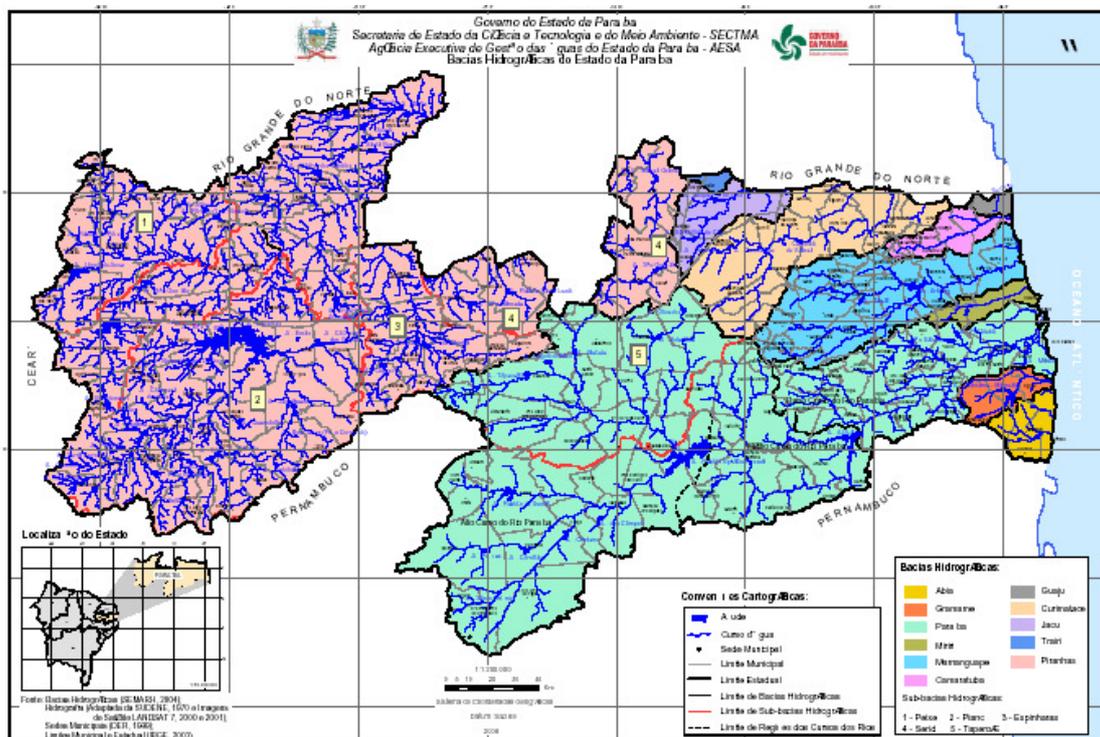
Mapa 7 - Climatologia da Precipitação Anual Acumulada (mm)



Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba

O território paraibano forma um sistema hidrográfico com onze bacias, como mostra o Mapa 8: Paraíba, Abiaí, Gramame, Miriri, Mamanguape, Piranhas, Camaratuba, Guaju, Curimataú, Jacu e Trairi.

Mapa 8 - Bacias Hidrográficas da Paraíba



Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba - PERH (Relatório Final)

A bacia do Rio Piranhas é dividida em quatro sub-bacias (Rio do Peixe, Rio Piancó, Rio Espinharas e Rio Seridó) e duas regiões hidrográficas (Alto Piranhas e Médio Piranhas); e a bacia do Paraíba é formada por uma sub-bacia (Rio Taperoá) e três regiões (Alto Paraíba, Médio Paraíba e Baixo Paraíba).

O Estado da Paraíba é dotado também de uma grande riqueza mineral distribuída em diferentes áreas do território, ainda pouco explorada e, via de regra, com baixo valor agregado e gerando pressão antrópica sobre o ambiente natural. A Paraíba conta com minérios metálicos de grande valor, como ouro, titânio, zircão e tântalo, com reservas apresentadas na Tabela 5. Além desses minérios, há registro de vários minerais não-metálicos, entre os quais se destacam bentonita, calcário, caulim, e rochas ornamentais, incluindo granito (ver Tabela 6).

Tabela 5 - Reservas de Minerais Metálicos da Paraíba

MINÉRIO	Unidade	Medida	Indicada	Inferida	Lavrada
Ouro (Primário)	Kg au	792	404	54	792
Tântalo (Columb/Tantal)/Sec.	Kg ta ₂ O ₅	3	-	-	2.89
Titânio (Limenta)	l TiO ₂	567.326	617.082	-	1.184.408
Titânio (Rubio)	l TiO ₂	583.08	617.082	-	1.200.162
Zircão (Primário)	l Z SO ₄	160.742	137.216	-	297.968

Fonte: DNPM – Anuário Mineral Brasileiro – Parte II – Estatística de Unidades da Federação (consulta aos apêndices A1 e A2)

Tabela 6 - Reservas de Minerais não-metálicos da Paraíba

MINÉRIO	Unid.	Medida	Indicada	Inferida	Lavrada
Areia	m ³	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Areia Industrial	t	6.380.204	1.020.000	1.500.000	2.180.492
Argilas comuns	t	27.465.748	26.421.754	8.020.000	14.016.654
Argilas Plásticas	t	1.939.337	-	-	1.334.062
Bentonita e Argilas Descorantes	t	10.350.046	4.443.876	357.348	5.283.062
Calcário (Rochas)	t	1.124.322.168	510.307.987	1.241.306.882	1.403.140.720
Caulim	t	190.924	166.037	54.573	163.87
Cianta e outros minerais refratários	t	75.655	31.500	-	107.155
Feldspato	t	29.925.932	6.683.822	53.312	30.022.084
Falto	t	169.943.454	-	-	169.943.454
Fosfato	t P ₂ O ₅	1.156.764	1.160.457	-	1.156.764
Quartzito ornamental	m ³	3.000.000	-	-	900
Quartzo	t	284.718	22.387	22.387	284.719
Rochas (Britadas) e Cascalho	m ³	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Rochas Ornamentais e outras	m ³	287.3	-	-	287.300
Rochas Ornamentais (granitos e afins)	m ³	445.720.714	36.006.179	14.399.773	363.362.492
Vermiculita e Perita	t	1.976.018	596.233	115.752	2.572.251

Fonte: DNPM – Anuário Mineral Brasileiro – Parte II – Estatística de Unidades da Federação (consulta aos apêndices A1 e A2)

1.3.2 Pressões antrópicas e degradação ambiental

A ocupação do espaço e a expansão da economia e da população no território paraibano vêm gerando, ao longo das décadas, forte pressão antrópica com alteração do ambiente natural da Paraíba. Embora com ritmo e intensidade diferentes, porque os fatores antrópicos são diversificados, tem havido uma degradação em todos os ecossistemas paraibanos. As alterações no meio ambiente

se manifestam no desmatamento e erosão do solo, na redução da diversidade biológica, e no processo de desertificação na Caatinga, a exemplo do que ocorre em todo o semi-árido paraibano.

Segundo os dados mais recentes da Sudema, de 2004, restavam apenas 30% da cobertura florestal original do Estado; particularmente no que se refere à vegetação úmida, apenas 1,5% continuam conservados, sendo 0,6% a cobertura original remanescente da Mata Atlântica (dados de 2001), como mostra a Tabela 7. As formações úmidas, distribuídas em algumas áreas do território, foram quase totalmente extintas, registrando-se limitados percentuais da cobertura, resultado do desmatamento para implantação de empreendimentos e execução de projetos e programas econômicos e sociais;

Tabela 7 - Quantificação da Vegetação Úmida - 2001

Formações	Cobertura	%
Mata Atlântica	36.020	0,6
Cerrado	4.830	0,1
Semi-decidual	27.130	0,5
Brejo de Altitude	6.680	0,1
Mangues	13.590	0,2
Restinga	860	0,0

Fonte: Atualização do Diagnóstico Florestal da Paraíba – 2004

Segundo a SUDEMA, na “Mesorregião da Borborema, uma das mais ricas em recursos minerais metálicos e não-metálicos do Estado, também estão sendo observados graves problemas de poluição do ar, nas unidades de beneficiamento, às formas de deposição dos resíduos da mineração, à destruição da flora nativa para obtenção da lenha usada como combustível na calcinação do calcário e no beneficiamento da bentonita, e, conseqüentemente, na extinção da fauna” (texto do site da Sudema na internet).

Quando avança na Caatinga, o desmatamento tende a ampliar a suscetibilidade ao processo de desertificação que constitui um problema sério no Semi-árido nordestino, assim como na Paraíba. A mineração e a agropecuária, sem manejo adequado da caatinga, provocam o desmatamento que leva ao processo de desertificação; este já é preocupante nas regiões do Curimataú Ocidental, Cariri Oriental e Cariri Ocidental, bem como do Seridó.

De acordo com estudo de Schenkell e Matallo, citados por Janizete Rangel, em 1999, 71,82% do território da Paraíba registrava grau de ocorrência de desertificação grave ou muito grave, equivalente a 40.429 quilômetros quadrados de área, como apresentado na Tabela 8. Deste total, pouco mais de 32,1 mil km² apresentam processo muito grave de ocorrência de desertificação, correspondente a 57% do território paraibano. Aparentemente, os fatores determinantes da desertificação não arrefeceram nos últimos anos, provavelmente, os dados recentes podem ser mais preocupantes.

Tabela 8 - Situação do Estado da Paraíba quanto ao Grau de Ocorrência à Desertificação na Paraíba

Grau de Ocorrência	Área Atingida (km ²)	Percentual do Estado (%)
Muito Grave	32.109	57,06
Grave	8.320	14,76
TOTAL	40.429	71,82

Fonte: SCHENKELL E MATALLO JÚNIOR (1999), citado por Janizete Rangel.

A degradação e os focos de **poluição das águas** superficiais e subterrâneas de todas as bacias do Estado, resultam de fatores naturais e de ações antropicas. Os fatores naturais estão relacionados com a constituição geológica, com os elementos do clima, da vegetação, do solo e do relevo e, naturalmente com os recursos hídricos. Os efeitos do antropismo resultam das atividades sobre esses recursos naturais, sendo os mais significativos a urbanização, a industrialização, a pecuária e a irrigação. O processo de erosão dos solos a montante dos açudes vem comprometendo também os recursos hídricos superficiais, disponíveis em rios e reservatórios do semi-árido, a exemplo das Mesorregiões do Agreste, da Borborema e do Sertão. Os solos utilizados na agricultura irrigada vêm sendo submetidos a danos muitas vezes irreparáveis, comprometendo o aproveitamento das áreas potencialmente irrigáveis, assim como os recursos hídricos do Semi-Árido.

A alteração do meio ambiente nas **Terras baixas** decorre em grande medida do uso desordenado do solo, seja para agricultura, pecuária, mineração, e, principalmente para loteamentos urbanos. Separando em dois conjuntos, pode-se descrever a degradação ambiental na região da seguinte forma:

- a) Zona costeira – a forte especulação imobiliária, com a abertura de loteamentos de veraneio e a fixação de residências nestes loteamentos sem ordenamento de uso e ocupação do solo provocam uma pressão antrópica que geram degradação ambiental;
- b) Áreas Ciliares (interior do continente) - supressão da vegetação nativa com objetivo de substituição por agricultura de subsistência e ocupação espontânea geram erosão do solo e redução da biodiversidade.

A área de **Floresta** vem sendo ocupada por diferentes atividades econômicas, normalmente monoculturas agrícolas, como cana-açúcar, de abacaxi, coco e outras culturas agrícolas, gerando uma pressão antrópica no meio ambiente. Além destas atividades agrícolas, a área vem registrando grandes loteamentos, condomínios fechados, e empreendimentos turísticos de grande e médio porte, também com impacto sobre as áreas florestais. A exclusão da população nativa gera invasões, com retirada de florestas, bem como, utilização da lenha para diferentes fins (edificação, cocção de alimentos, energético florestal, e comercialização), associada à ocupação desordenada de assentamentos rurais. Mais recentemente, merece destaque a ampliação e intensificação da mineração na região que, mesmo com

abrangência restrita na extração de calcário, dinamiza a economia a um alto custo de degradação dos ecossistemas locais.

A agropecuária, atividade dominante na **Zona de Transição**, tem sido responsável pelas pressões antrópicas e pela alteração do seu ambiente natural, resultado do uso inadequado do solo e dos recursos hídricos. No Brejo Paraibano a atividade agroindustrial canavieira, a partir dos engenhos de cana-de-açúcar, são os principais responsáveis pela degradação ambiental.

Na **Caatinga** a antropização teve início com a expansão da pecuária extensiva, inicialmente baseada no binômio algodão e gado que passou por uma desorganização e retração nas últimas décadas. Os sinais de recuperação das atividades econômicas, com crescimento da produção do algodão colorido, com grande aceitação no mercado, podem gerar pressões antrópicas sobre a vegetação da Caatinga. A área ecológica sofre também um processo de desmatamento da floresta como fonte de energia para os setores residencial, comercial e industrial, na medida em que só é proibida quando a retirada é feita em reserva legal ou área de preservação. Estudo do PNUD e FAO conclui que a vegetação nativa da Caatinga já encontra-se bastante enfraquecida, destacando-se o predomínio da Caatinga antropizada arbustiva arbórea aberta, com pouca diversidade de espécies e fraca cobertura do solo.

1.3.3 Mecanismos de gestão ambiental

Embora com eficácia limitada, a Paraíba conta com diversos instrumentos e mecanismos de gestão e conservação do meio ambiente natural, desde uma legislação ambiental avançada até instituição de controle e fiscalização, como a Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba-SUDEMA, criada pela Lei 4.033, de 30/12/1978. Na prática, contudo, como acontece no Brasil e na maioria dos Estados brasileiros, a efetividade destes instrumentos é muito limitada, permitindo que continuem as ações antrópicas no território paraibano, que podem se intensificar numa retomada do crescimento da economia.

A gestão ambiental da Paraíba é baseada na Lei nº. 4.335, de 16/12/1981, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição ambiental e estabelece normas disciplinadoras, definindo as atividades preventiva, fiscalizadora e repressiva no Estado, na defesa dos recursos ambientais. A legislação define um conjunto de diretrizes administrativas, normas e instruções técnicas destinadas a fixar a ação governamental no campo da utilização e manejo racional dos recursos ambientais, visando à preservação e ao controle da degradação da qualidade ambiental.

Especificamente sobre os recursos florestais, o Estado tem um Código Florestal expresso na Lei nº. 6.002, de 29/12/1994, que tem por fim o uso adequado e racional dos recursos florestais com base nos conhecimentos ecológicos, visando à

melhoria da qualidade de vida da população e a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação do ambiente e o equilíbrio ecológico.

A legislação ambiental do Estado cria o Conselho de Proteção Ambiental (COPAM) que deve orientar as políticas e a gestão ambiental que será executada pela SUDEMA. Assim, além da atuação do IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a Paraíba tem sua própria legislação de gestão ambiental e um órgão ambiental, a SUDEMA, encarregada do controle das relações antrópicas com o meio ambiente, vale dizer, fiscalização, aplicação de multa e licenciamento ambiental.

O Estado da Paraíba construiu, recentemente, um Plano Estadual de Recursos Hídricos para orientar na utilização sustentável das águas, executado pela Agência Estadual de Gestão das Águas – AESA. Como instrumentos para uma ação conjunta em torno da gestão das águas, estão sendo formados os Comitês de Bacias nas principais bacias hidrográficas da Paraíba.

Outro recurso utilizado pelo Estado da Paraíba para a gestão e conservação ambiental são as **Unidades de Conservação** em biomas e ecossistemas com características importantes ou riscos de degradação ambiental. A Paraíba conta com oito Unidades Estaduais de Conservação, sendo quatro parques, duas reservas ecológicas, um monumento natural e um jardim botânico, ocupando uma área total de 3.315,7 hectares (Diagnóstico Florestal da Paraíba, 2004). A Tabela 9 descreve estas unidades, identificando a área, o município em que estão localizadas e o bioma a que pertencem,. No Estado, existem **26 reservas florestais**, sendo 16 estaduais, 6 federais e 4 municipais (Portal Correio de 29/07/2007).

Tabela 9 - Unidades Estaduais de Conservação do Estado da Paraíba

Nome	Área (ha)	Município	Bioma
Reserva Ecológica Mata do Pau-Ferro	607,0	Areia	Mata Atlântica
Reserva Ecológica Mata do Rio Vermelho	1.500,0	Rio Tinto	Mata Atlântica
Parque Pico do Jabre	500,0	Maturéia e Mãe D'água	Mata Atlântica
Monumento Natural Vale dos Dinossauros	40,0	Sousa	Caatinga
Parque Estadual Pedra da Boca	157,3	Araruna	Caatinga
Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha		Cabedelo	
Jardim Botânico Benjamim Maranhão	329,4	João Pessoa	Mata Atlântica
Parque Estadual da Mata do Xém-Xém	182	Bayeux	Mata Atlântica

Fonte: SUDEMA

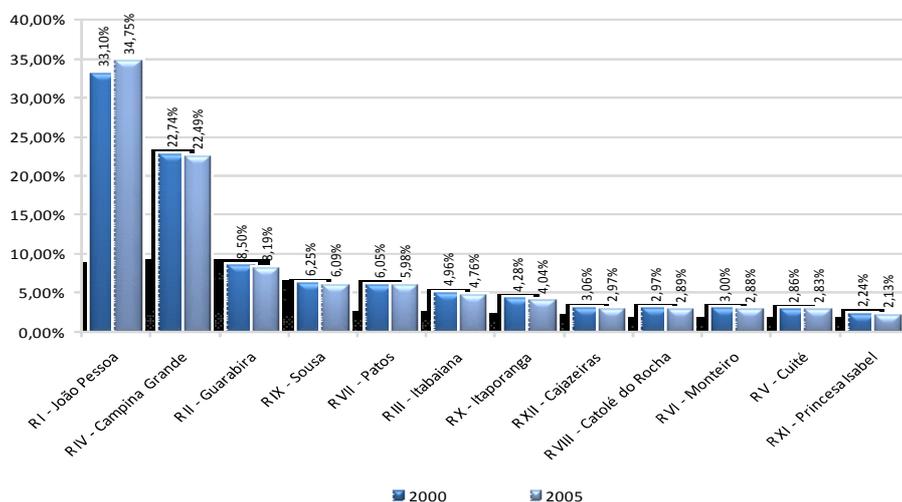
1.4 Concentração territorial da Paraíba

A Paraíba tem uma forte concentração territorial com grande parte da produção e da população reunida nas Regiões Geoadministrativas de João Pessoa e Campina Grande, principalmente no município de João Pessoa, capital do Estado. A população da Paraíba vem se concentrando nos últimos anos, como resultado de uma migração para as duas grandes cidades. Em 1991, os municípios de João Pessoa e de Campina Grande respondiam por pouco mais de 25,5% da população do Estado, saltando para 29,4% em 2005. Este crescimento deve-se, em grande parte à expansão demográfica de João Pessoa. No decênio 1991/2000 referenciado, Campina Grande manteve taxa de crescimento demográfico similar à do Estado (aproximadamente 0,9% ao ano) e João Pessoa, por outro lado, observou crescimento demográfico mais forte, 2,05% ao ano, impulsionado em parte pela migração do interior do Estado e em menor medida, pelo fluxo de outros Estados para a capital paraibana.

Do total de 223 municípios da Paraíba, apenas 9 apresentam população com mais de 50 mil habitantes; mas, juntos esses municípios detêm perto de 44% da população do Estado, mostrando uma forte concentração populacional nas maiores cidades.

De 2000 a 2005, a população da Paraíba apresenta uma tendência de concentração, principalmente, na Região Geoadministrativa de João Pessoa, com o aumento da sua participação no total do Estado. Em apenas cinco anos passou de 33,1%, alcançado em 2000, para 34,75% da população paraibana, em 2005, como mostra o Gráfico 28. Ao mesmo tempo, diminuiu a participação relativa de todas as outras regiões, inclusive a região de Campina Grande, alcançando 22%, em 2005. Duas regiões Geoadministrativas, Itaporanga e Princesa Isabel apresentam declínio absoluto da população. Enquanto a região de João Pessoa teve um crescimento demográfico de 1,86% ao ano, no período, a população de Itaporanga caiu 0,26% ao ano, e Princesa Isabel 0,14% ao ano.

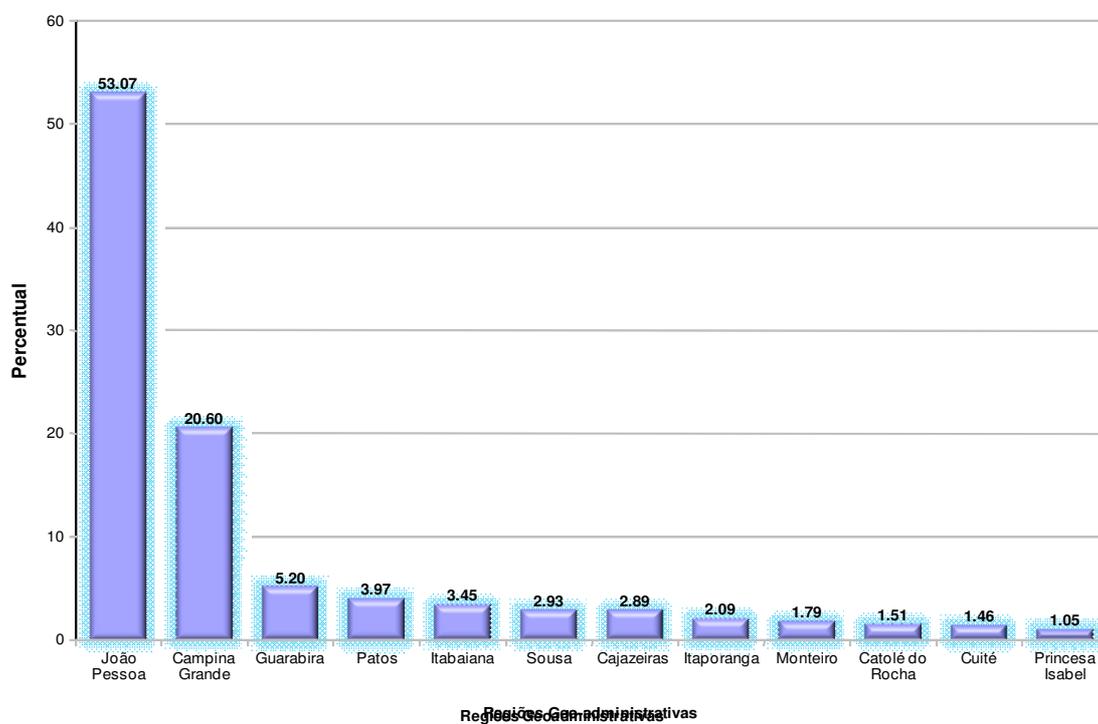
Gráfico 28 – Participação das Regiões na População da Paraíba – 2000/2005



Fonte: IBGE/SEPLAG

A economia paraibana também está muito concentrada regionalmente, o que explica o movimento migratório da população para as regiões de maior peso econômico. Nas últimas décadas, vem aumentando a concentração econômica no território paraibano, particularmente nas regiões geoadministrativas de João Pessoa e, em menor medida, de Campina Grande. Pode-se observar no Gráfico 29, que a região geoadministrativa de João Pessoa concentra em 2005, mais de 53% do PIB do Estado, sendo que apenas João Pessoa, capital do Estado e município pólo da região, reúne 29,8% de toda a produção bruta da Paraíba. As regiões de João Pessoa e Campina Grande, que agrupam quase 57% da população do Estado, representam juntas 73% da economia paraibana, o que evidencia também mais alto PIB per capita.

Gráfico 29 – Distribuição Regional do PIB da Paraíba - 2005



Fonte: IBGE / IDEME



II. ALTERNATIVAS DE FUTURO ANTECIPANDO O FUTURO DA PARAÍBA

Os desafios da Paraíba no futuro dependem de como evoluam nas próximas décadas as condições do contexto externo, particularmente o Brasil, com sua influência diversificada no território nacional. O desempenho da economia internacional influencia o futuro do Brasil, facilitando ou dificultando seu movimento futuro, e, através dele, cria condições diferenciadas para o desenvolvimento futuro da Paraíba. Além do mais, algumas tendências mundiais também podem ter impacto direto sobre a Paraíba. Por conta disso, a antecipação do futuro do Estado demanda uma análise e reflexão sobre as perspectivas mundiais e nacionais, embora, evidentemente, a responsabilidade pela Paraíba em 2020 é da própria sociedade paraibana nas suas características próprias.

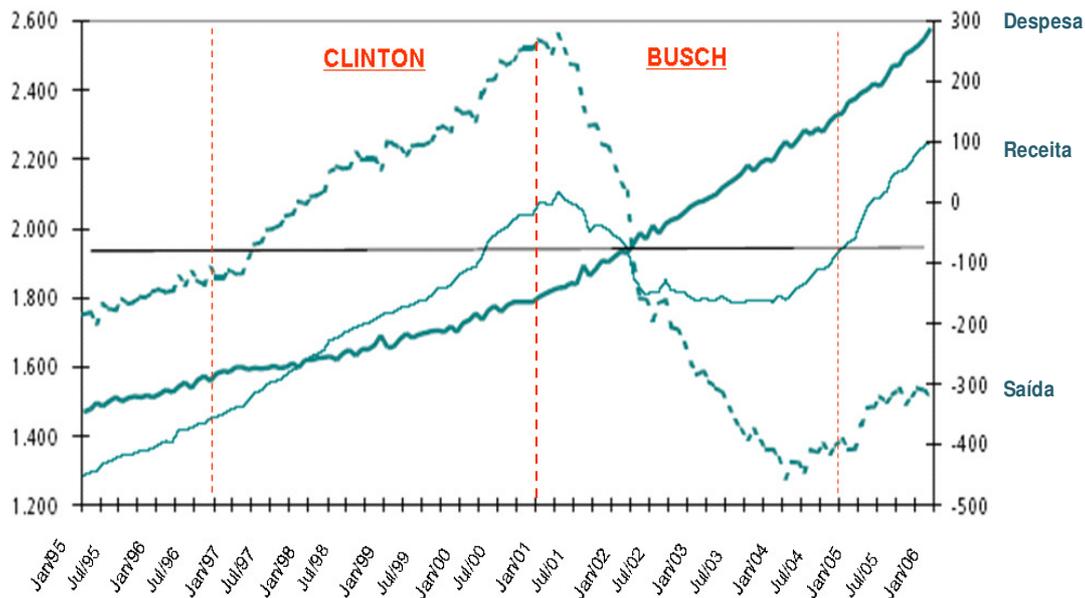
2.1 Tendências Mundiais e Nacionais

O mundo e o Brasil passam por grandes mudanças e convivem com tendências e processos sociais, econômicos, políticos e tecnológicos que determinam o futuro, muitos desses processos carregados de incertezas. Do conjunto da reflexão realizada em torno dos movimentos em maturação, foram identificadas as seguintes tendências de futuro no contexto externo (mundo e Brasil), destacando os que podem ter impacto sobre a Paraíba:

1. **Desorganização da estrutura de poder mundial** – a emergência da China e o relativo isolamento da grande potência norte-americana podem levar a uma crise do sistema unipolar que vem predominando desde a queda do muro de Berlim, em 1989. A depender das posturas e negociações diplomáticas entre os grandes blocos políticos mundiais – Estados Unidos, União Européia, Japão e China – o jogo político internacional pode evoluir para um novo equilíbrio multipolar ou para uma desorganização da hegemonia.
2. **Fatores de desequilíbrio econômico e financeiro mundial** – os chamados “déficits gêmeos” dos EUA – fiscal e externo - e o forte endividamento das famílias norte-americanas provocaram um excesso de liquidez mundial que se refletiu na recente crise do sistema imobiliário dos Estados Unidos. A intervenção dos bancos centrais conseguiu conter uma instabilidade da economia mundial (ver Gráfico 30). Por outro lado, a China, outra locomotiva do atual ciclo de expansão da economia mundial (juntamente com os

Estados Unidos), convive com problemas e dificuldades internas – pressão inflacionária, inadimplência do sistema bancário, poluição ambiental e concentração de riqueza – que podem atrapalhar a continuidade do acelerado crescimento dos últimos anos⁵; Além disso, a China tem que administrar a contradição latente entre uma economia de mercado e um sistema centralizado e autoritário de direção governamental.

Gráfico 30 - Déficit dos Estados Unidos da América do Norte em US\$ bilhões (acumulado em 12 meses)



Fonte: Departamento do Tesouro EUA

- 3. Negociações para regulamentação do comércio internacional** – as negociações diplomáticas na Organização Mundial do Comércio estão parcialmente travadas, mas existe uma tendência de retomada do diálogo para tratar das barreiras alfandegárias e dos subsídios, principalmente de parte dos países centrais em relação aos produtos agrícolas. Ao mesmo tempo em que as negociações avançam muito lentamente e com poucos resultados, vão sendo ampliadas as barreiras não tarifárias e intensificados os acordos bilaterais entre países. De qualquer modo, mesmo com eventuais movimentos de protecionismo localizado, existe uma tendência de médio/longo prazo de regulamentação do comércio com redução de barreiras, incluindo controle sobre formas espúrias de concorrência, podendo favorecer os bens de consumo como têxtil e confecções, e açúcar, este

⁵ Especialistas vêm alertando para a possibilidade de ocorrer, nos próximos anos até 2010, uma crise no abastecimento de água em algumas importantes cidades da China. Algumas, como a capital provincial Shijiazhuang, de 2 milhões de habitantes, já apresentam esgotamento total de suas fontes de água (O Estado de São Paulo, 07/10/2007, página A17)

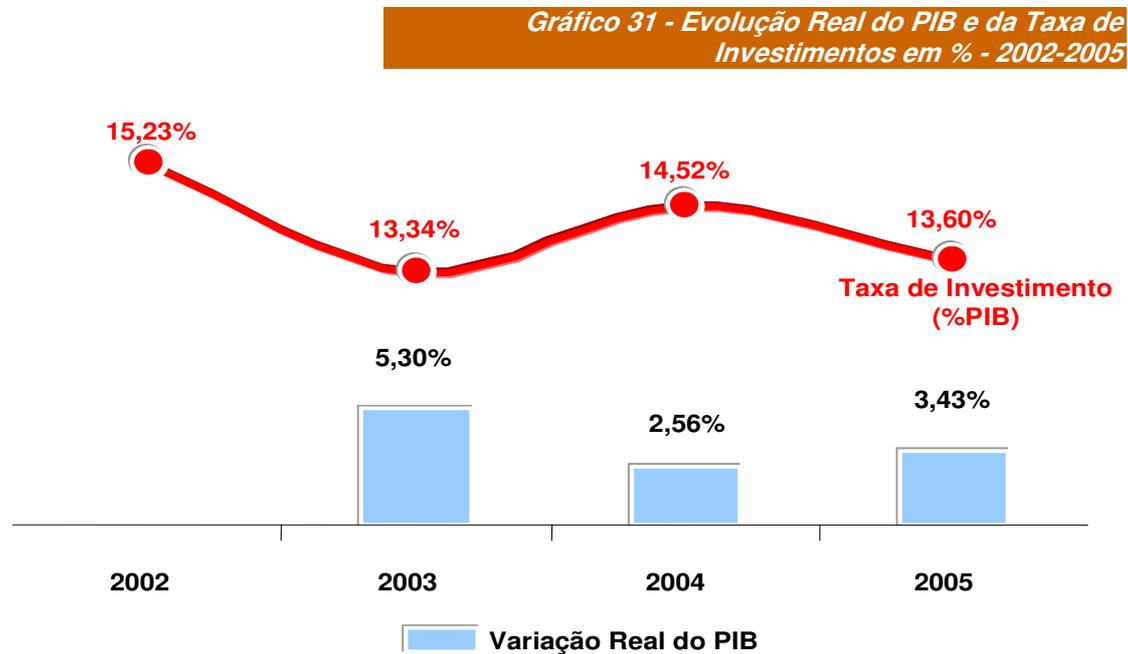
altamente subsidiado pela Europa. As negociações estão paralisadas devido a divergências profundas de interesses que separam os países industrializados, com alta tecnologia, dos países emergentes, produtores e exportadores de produtos agropecuários e commodities. Principalmente a Europa e os Estados Unidos não estão dispostos a concessões significativas na redução de barreiras e subsídios aos agricultores e exigem uma maior abertura dos países emergentes para produtos industrializados e serviços, incluindo propriedade intelectual⁶.

4. **Tratamento das mudanças ambientais** – as preocupações mundiais com as mudanças climáticas estão levando a intensas negociações e iniciativas inovadoras para redução das pressões antrópicas, com destaque para o Protocolo de Kyoto que define metas de redução da emissão de gases de efeito estufa para os países industrializados. Embora os Estados Unidos, maior emissor do mundo, não tenham assinado o Protocolo, e apesar da China, segundo maior poluidor, não estar obrigada pelo Protocolo à redução das emissões, está se formando um mercado mundial de crédito de carbono. A resistência político-diplomática dos Estados Unidos, por outro lado, ressalta que países emergentes com grande emissão, como a China, deveriam também assumir compromissos de redução da geração dos gases poluentes. Além disso, surge um movimento de geração e consumo de fontes alternativas de energia, principalmente biocombustível (destaque para o álcool) que tende a provocar uma lenta, mas consistente mudança da matriz energética⁷.
5. **Estabilidade e recuperação da economia brasileira** – embora de forma lenta e convivendo com alguns estrangulamentos, com destaque para o endividamento público e o crescimento continuado dos gastos correntes do governo, a economia brasileira confirma a estabilidade e apresenta sinais de recuperação do crescimento. Esta tendência está sendo estimulada por condições favoráveis da economia internacional e pode se esgotar se não se elevar a taxa de investimentos produtivos para patamares muito acima dos verificados nos últimos anos. Os economistas consideram que o crescimento sustentado a taxas médias de 5,0% ao ano somente será possível se a taxa de investimento atingir algo em torno de 25,0% do PIB; sem isto, o Brasil vai continuar alternando anos de bons e maus crescimentos como mostra o

⁶ Segundo Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Londres e presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, “As pressões, por parte dos países desenvolvidos, sobre Brasil, Índia e África do Sul para maior abertura industrial podem ser puro jogo de cena para tentar lançar a culpa do fracasso da rodada nos países em desenvolvimento, visto que dificilmente os EUA aceitarão reduzir seus subsídios. A sorte da Rodada de Doha não está em Genebra, mas em Washington, nas mãos de um legislativo de maioria democrata em um governo republicano em baixa e em fim de mandato.” (O Estado de São Paulo, página A2, de 09/10/2007)

⁷ As previsões da Agência Internacional de Energia sinalizam para uma mudança na matriz Energética Mundial em 2020 com a presença de 20% de energias renováveis com lugar destacado para os biocombustíveis em geral e em particular o etanol cuja demanda tende a crescer fortemente com a decisão dos EUA em substituir 20% do consumo de gasolina até o ano de 2020.

Gráfico 31. Por seu turno, as taxas de investimentos dependem do quadro macroeconômico (estabilidade), mas também do ambiente microeconômico (tributário, trabalhista, regulatório, etc.) que estimula as decisões privadas de investimento.

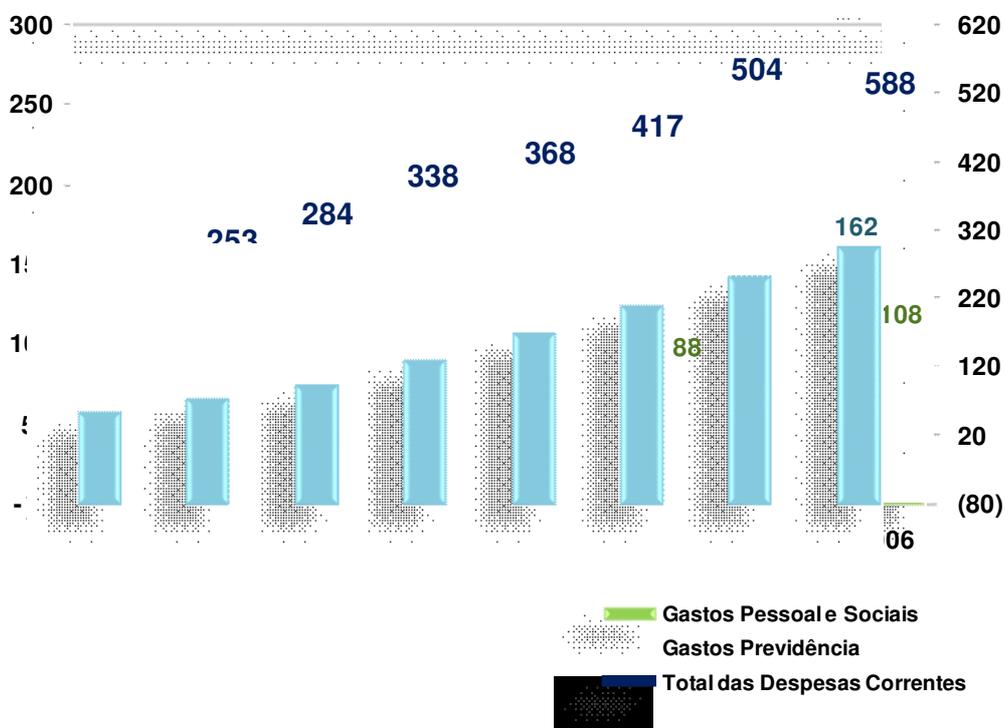


Fonte: IBGE - Contas Regionais, 2002-2005.

Ainda é bastante elevado o endividamento público do Brasil em parte decorrente do continuado crescimento dos gastos correntes públicos reais (como percentual do PIB). A Previdência Social vem ampliando rapidamente o volume de benefícios e convive com déficits excessivos, resultado da baixa e decrescente relação contribuinte/beneficiário (ver Gráfico 32).

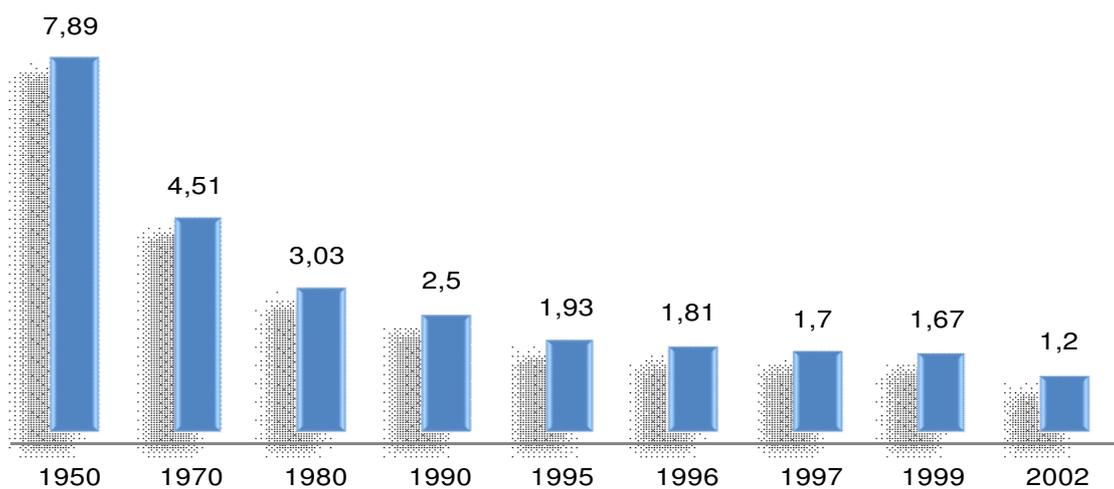
Como mostra o Gráficos 33, a relação contribuinte/beneficiário do sistema de previdência social caiu de 2,5, em 1990, para 1,2, em 2002. Essa relação deve continuar piorando na medida em que se acelera o envelhecimento da população brasileira, embora possa declinar um pouco numa eventual retomada do crescimento da economia, ampliando o número de contribuintes.

Gráfico 32 - Evolução das Despesas Correntes Totais, Gastos com Previdência com Pessoal - 1999-2006 (R\$ Bilhões correntes)



Fonte: Relatório Mensal do Bacen, 2007.

Gráfico 33 - Relação Contribuinte / Beneficiário do Sistema de Previdência do Brasil - 1950 - 2002



Fonte: Ministério da Previdência Social

6. ***Indefinição e restrições do ambiente microeconômico*** – apesar da estabilidade econômica e do declínio recente das taxas de juros, a economia brasileira apresenta ainda modesta taxa de crescimento que decorre dos níveis insuficientes de formação bruta de capital fixo, vale dizer, de investimentos. Segundo muitos economistas e empresários, os investimentos não se ampliam de forma significativa porque o ambiente microeconômico inibe e desestimula a iniciativa do empresariado, na medida em que aumenta custos e reduz competitividade. Destacam-se os seguintes elementos: a elevada carga tributária e a complexidade do sistema, os altos encargos sociais decorrentes da legislação trabalhista, a incerteza jurídica e a confusão no sistema de regulação dos setores oligopolizados. Reitere-se que a chamada “agenda microeconômica” reúne um conjunto de iniciativas para reforma da legislação visando melhorar o ambiente e estimular os investimentos produtivos, condição para o crescimento sustentado da economia brasileira.
7. ***Desagregação social e elevado custo social*** – o Brasil convive com elevado estágio de violência, com crescimento do crime organizado e sua presença dominante em espaços territoriais importantes, como no Rio de Janeiro, reflexo da inoperância do Estado, da marginalidade dos jovens e da desagregação social dos costumes, da moral e dos valores das famílias. Essa situação reduz a qualidade de vida dos brasileiros, compromete a competitividade da economia brasileira e gera um elevado “Custo Brasil”. A desorganização dos valores leva também ao descontrole da corrupção e à impunidade dos crimes entre políticos e governantes, ampliando o descrédito da população.
8. ***Investimentos estruturadores anunciados no Brasil*** – o governo brasileiro anunciou o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento com previsão de investimentos de R\$ 503,9 bilhões de reais em infra-estrutura (logística, energética e social-urbana) em quatro anos (2007/2010), como mostra a Tabela 10. Desse total, R\$ 80,4 bilhões de reais seriam aplicados na região Nordeste (quase 16% do total) em diferentes projetos, alguns dos quais no território paraibano e outros com impacto indireto na Paraíba.

**Tabela 10 - Previsão de Investimento em Infra-estrutura
2007-2010 (R\$ bilhões)**

Eixos	2007	2008-2010	Total
Logística	13,4	44,9	58,3
Energética	55,0	219,8	274,8
Social e Urbana	43,6	127,2	170,8
Total	112,0	391,9	503,9

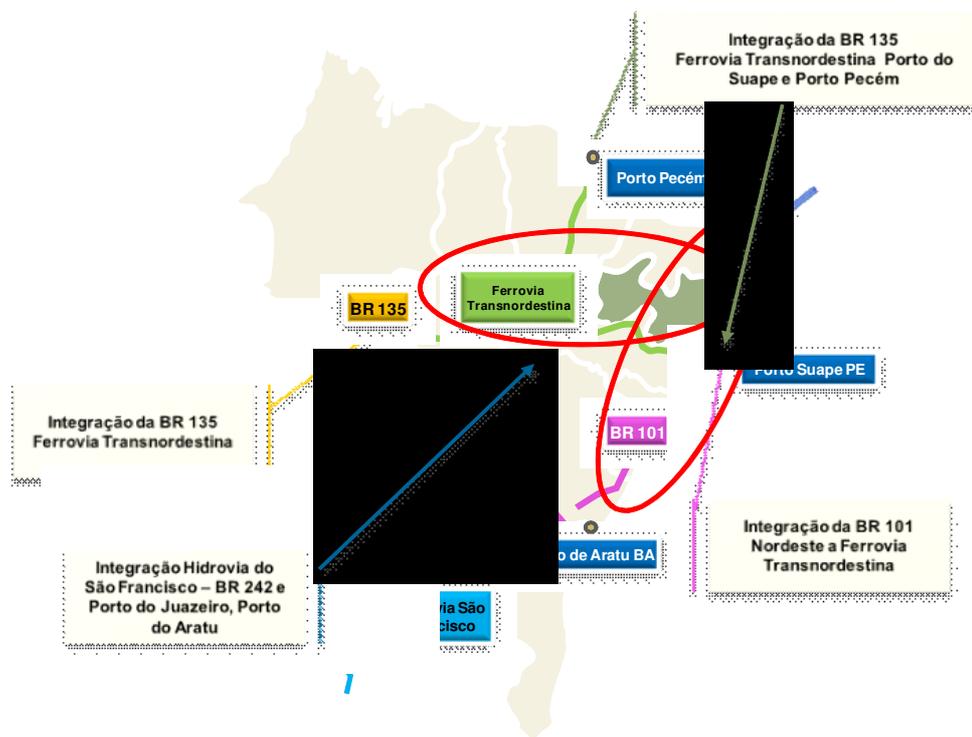
Fonte: Ministério do Planejamento

9. **Crescimento e mudança do perfil do turismo mundial e nacional** – com a elevação da renda e o envelhecimento da população, tanto em escala mundial quanto no Brasil, o fluxo turístico tende a se elevar bastante, nas próximas décadas. De certa forma, está havendo uma tendência de diversificação da demanda turística, resultando na segmentação da atividade turística, que coloca lado a lado produtos turísticos tradicionais (turismo de sol e mar), com produtos específicos como o turismo ecológico (rural, verde, de aventuras, de observação), de lazer, de saúde, turismo para a terceira idade (com atividades apropriadas ao entretenimento, lazer e repouso do idoso), entre outras modalidades.
10. **Ampliação e diversificação da produção de biocombustível** – o fomento governamental ao biocombustível no Brasil tende a ampliar e diversificar a produção de diferentes formas de combustível da biomassa, incluído o biodiesel no semi-árido nordestino, aproveitando a mamona, pinhão-manso e algodão, com criação de oportunidades econômicas em área de pouca vantagem competitiva no Estado da Paraíba. Portanto, o etanol se apresenta como a grande estrela entre os biocombustíveis com perspectiva de expansão da produção, em escala nunca antes imaginado, para atender um consumo, em âmbito mundial, também em expansão, cujo destaque é os EUA, uma vez que já manifestaram o interesse em substituir 20% do consumo de gasolina por etanol até o ano 2020.
11. **Dinamismo econômico do Nordeste oriental** – o anúncio de grandes investimentos na região, principalmente os projetos previstos para Pernambuco (refinaria, pólo de poliéster, fármacos e estaleiro), combinados com a melhoria da infra-estrutura e logística regional, tende a provocar um importante potencial de irradiação para os Estados da região, em especial para a Paraíba.

12. **Projetos estruturadores com impacto na Paraíba** – os investimentos anunciados no PAC e alguns outros projetos previstos ou em negociação para o Nordeste e diretamente para a Paraíba podem gerar mudanças importantes na economia regional e estadual, desde que efetivamente sejam implementados nos próximos anos. Entre os projetos de impacto no futuro da Paraíba podem ser destacados os seguintes:

- a. **Duplicação da BR-101** – a duplicação da rodovia BR-101 no trecho Rio Grande do Norte - Paraíba - Pernambuco, prevista no PAC e já em andamento, amplia o Eixo litorâneo, facilitando a integração da Paraíba com as economias do Nordeste oriental e fortalecendo o potencial logístico da Paraíba (Mapa 10).

Mapa 10 - Projetos de Ligações Intermodais 2007 – 2010 com Impacto na Paraíba



Fontes: PAC

- b. **Transnordestina** – embora dependa de decisão da Companhia Ferroviária do Nordeste, a modernização e construção da Transnordestina – de Eliseu Resende, no cerrado piauiense, fazendo a ligação do Porto de Pecém (Ceará) até o Complexo Portuário de SUAPE (Pernambuco), gera uma importante interiorização do desenvolvimento e integra o Nordeste oriental com os Cerrados dinâmicos. Mesmo concentrando atividades em SUAPE, a ferrovia aproxima a Paraíba do Eixo logístico regional e pode se estender ao Porto de Cabedelo, caso

seja construído o ramal para o Porto paraibano. O mapa das ligações intermodais (Mapa 10) apresenta a consolidação do Eixo logístico regional pela combinação da BR-101 duplicada com a Transnordestina.

- c. **Transposição de Águas do Rio São Francisco** – o projeto de Transposição de águas da bacia do Rio São Francisco, incluído no PAC, contempla a construção de dois Eixos de transporte de água no Semi-árido: o Eixo Norte passa por Pernambuco e leva água para o sistema de açudes do Ceará e do Rio Grande do Norte, cortando a fronteira oeste da Paraíba; e o Eixo Leste passa também por Pernambuco e entra na Paraíba, no município de Monteiro e lança água no Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão), possibilitando a disponibilização de água para as regiões do Vale do Mamanguape e Baixo Paraíba por meio da construção de canal ligando os Açudes de Acauã e Araçagi (Mapa 11).

Mapa 11 - Transposição do Rio São Francisco



Fonte: Ministério da Integração Nacional

- d. **Projeto de irrigação das Várzeas de Sousa** – o PAC contempla também a implantação do projeto de irrigação das Várzeas de Sousa, que prevê utilização da agricultura moderna em 5.100 hectares.

- e. **Conclusão da duplicação da BR 230** – a BR-230 já tem cerca de 95% das obras de duplicação no trecho entre João Pessoa e Campina Grande, estando com a conclusão prevista para o início do segundo semestre de 2008, com recursos alocados no PAC e no orçamento do Governo Estadual. A conclusão da obra virá ampliar a integração econômica e o sistema logístico da Paraíba.
- f. **Construção dos gasodutos Nordeste II e GASENE** – a oferta de energia na Paraíba demanda a diversificação das fontes com o aumento do gás natural na matriz energética. Para tanto, está sendo planejada a ampliação do transporte de gás no Nordeste pelo interior, passando por Campina Grande, como previsto no Nordeste II, de modo a garantir ampliação do suprimento. Além disso, a construção do gasoduto GASENE, prevista no PAC, integra o sistema nordestino com a produção do Sudeste, permitindo uma gestão nacional equilibrada do suprimento do gás natural.
- g. **Implantação do PRODETUR/NE** – o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste amplia a disponibilidade de recursos financeiros para projetos destinados a modernizar a infra-estrutura e os serviços turísticos da Paraíba, aumentando a capacidade de atração de fluxo turístico em âmbito regional, nacional e internacional.
- h. **Reforma e modernização do Aeroporto Castro Pinto** – mesmo com a realização da reforma e ampliação da estação de passageiros, para se constituir num centro de carga e passageiro, é necessária a ampliação da pista e modernização dos terminais de passageiros, incluindo finger, garantindo o aumento do movimento de passageiros no Estado, principalmente turistas, bem como o aumento do volume de cargas.
- i. **Exploração da bacia petrolífera** – a Paraíba tem identificadas duas bacias petrolíferas – na região do Rio do Peixe, no Sertão Paraibano, e na plataforma continental – que podem transformar o Estado em produtor de petróleo, criando uma alternativa econômica importante para alavancar o desenvolvimento estadual. No último leilão da ANP foram comprados vários lotes da bacia do Rio do Peixe, abrindo a perspectiva de exploração no médio prazo.
- j. **Pólo de Hemoderivados em Pernambuco** – destinado à produção de fatores VIII e IX de coagulação, albumina, imunoglobulina e complexo protrombínico, a Hemobras deve se instalar na fronteira de Pernambuco com a Paraíba com investimento de US\$ 65 milhões. A formação de um pólo de fármacos na fronteira pode permitir uma irradiação da produção para a Paraíba, considerando a proximidade com o centro industrial de João Pessoa.

2.2 Cenários Mundiais

Parte das tendências analisadas no contexto mundial está bastante consolidada ou é dependente do desempenho de outros sinais de mudança. No entanto, algumas têm um grande impacto no futuro da realidade mundial e apresentam comportamento altamente incerto nas próximas décadas. Essas incertezas críticas determinam o futuro do mundo que deve resultar das alternativas do seu desempenho. Consideradas como incertezas, as alternativas podem ser organizadas com base em hipóteses sobre este desempenho no futuro.

2.2.1 Incertezas e Hipóteses

Foram identificadas três incertezas críticas do contexto mundial, apresentadas a seguir com duas hipóteses consideradas plausíveis para cada uma delas, abrindo as possibilidades de futuro.

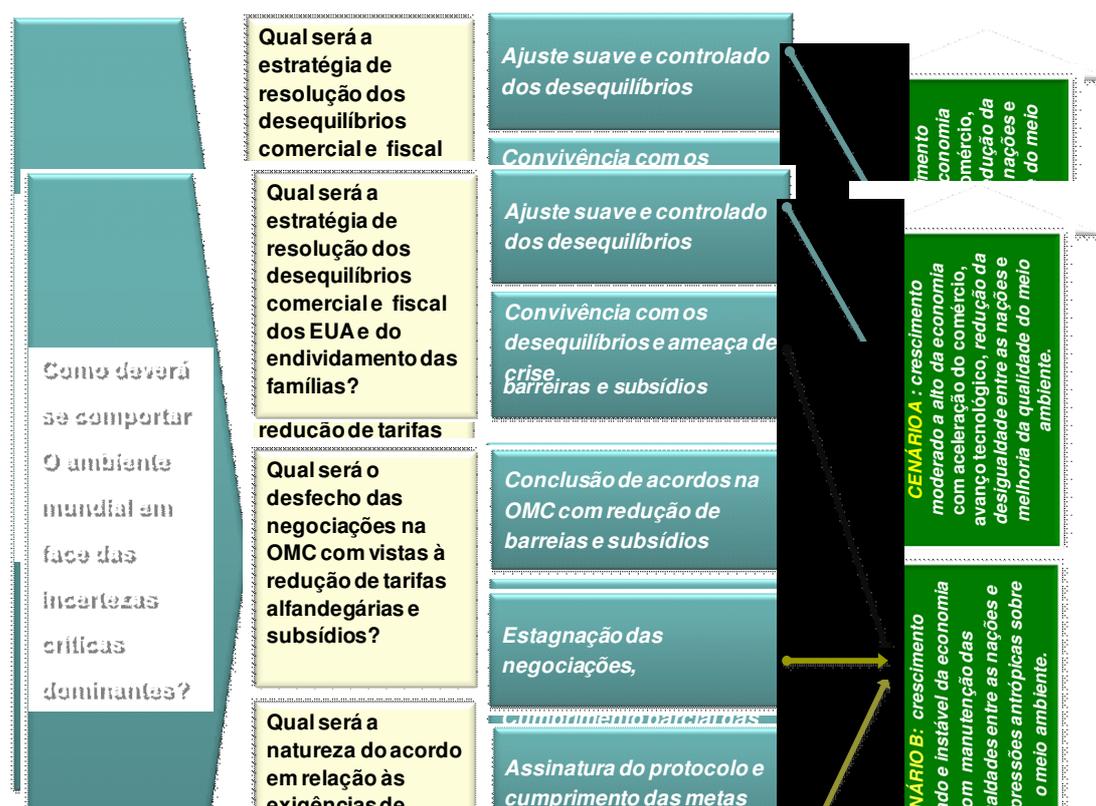
- a) *Desequilíbrios financeiros e ajuste fiscal e cambial dos Estados Unidos e endividamento das famílias.* Diante dessa incerteza podem ser formuladas duas hipóteses:
 - Ajuste suave e controlado dos desequilíbrios;
 - Convivência com os fatores desequilibradores da economia norte-americana e mundial.
- b) *Negociações na OMC e definição de acordos de redução de tarifas alfandegárias e subsídios.* Duas possíveis hipóteses podem ser consideradas para essa incerteza:
 - Conclusão de acordos na OMC com redução de barreiras e subsídios;
 - Estagnação das negociações, estimulando acordos bilaterais e movimentos protecionistas.
- c) *Protocolo de Kyoto e tratamento de questão ambiental.* No futuro, foram consideradas plausíveis duas hipóteses diferenciadas:
 - Assinatura do protocolo pelos EUA e inclusão da China como país com compromisso de metas de redução das emissões de gás de efeito estufa;
 - Moderado e parcial cumprimento das metas nas nações industriais, sem assinatura do Protocolo pelos Estados Unidos e sem compromisso da China.

2.2.2 Cenários Alternativos

Da combinação das hipóteses das incertezas críticas mundiais, analisando a consistência das mesmas, podem ser formulados dois cenários alternativos que formam o leque de possibilidades do futuro, como mostra a Figura 1.

Cenário A – o cenário **A** é o resultado da combinação do *ajuste suave dos desequilíbrios da economia norte-americana*, com a *conclusão na OMC de acordos de redução de barreiras e controle da concorrência espúria*, assinatura do *Protocolo de Kyoto pelos Estados Unidos e adoção de metas de redução de emissão pela China* e outros países emergentes. Essa combinação de fatores intimamente articulados – resultado do predomínio de uma postura negociadora na configuração mundial de nações – leva a um **crescimento moderado a alto da economia internacional** (4,0% a 4,5% ao ano), estimulada pela aceleração do comércio e pelo avanço tecnológico, com **redução da desigualdade entre as nações e melhoria da qualidade do meio ambiente**.

Figura 1 – Incertezas e Cenários Mundiais



Fonte: Multivisão

Cenário B – a combinação de convivência com os desequilíbrios da economia norte-americana, estagnação das negociações na OMC com intensificação dos acordos bilaterais, o recrudescimento do protecionismo e o moderado e parcial cumprimento de metas do Protocolo de Kyoto, levam à **moderação do ritmo de**

crescimento da economia (2,5% a 3,0% ao ano), permanecendo a **instabilidade**, a **manutenção das desigualdades entre as nações**, e as **pressões antrópicas** sobre o meio ambiente.

2.3 Cenários do Brasil

Analisando os sinais de mudança na realidade brasileira foram identificadas duas grandes incertezas críticas que determinam fortemente o futuro do Brasil e que são altamente incertas no horizonte 2008-2020. As incertezas estão apresentadas a seguir contemplando duas hipóteses alternativas para o desempenho futuro de cada uma delas, abrindo as possibilidades de evolução do Brasil nas próximas décadas.

2.3.1 Incertezas do Futuro do Brasil

As duas incertezas críticas tratam das condições e das políticas macroeconômicas, e do ambiente microeconômico e as iniciativas para a implementação das reformas na chamada “agenda microeconômica”.

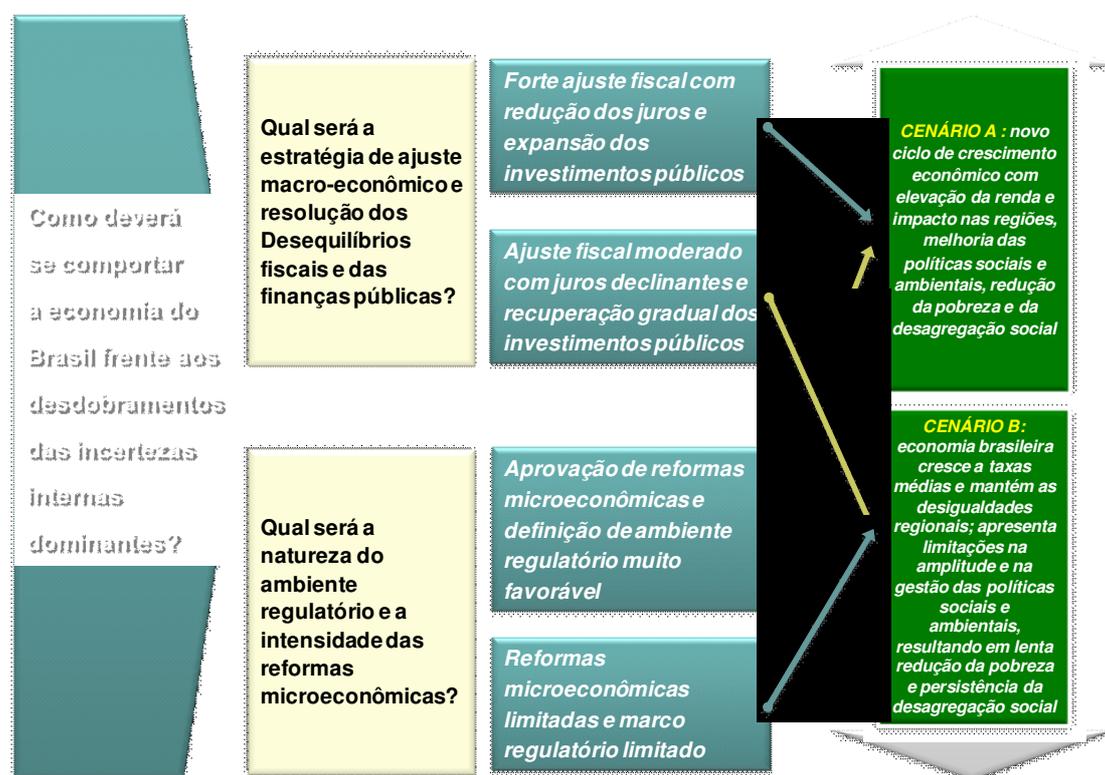
- a) *Desequilíbrios fiscais e ajuste macroeconômico* das finanças públicas. Foram identificadas duas hipóteses para o tratamento dos desequilíbrios que expressam diferença de intensidade e profundidade do ajuste fiscal:
 - Ajuste fiscal forte (redução dos gastos correntes) com queda da taxa de juros e rápida recuperação da capacidade de investimentos;
 - Ajuste fiscal moderado com juros declinantes e recuperação gradual da capacidade de investimento público.
- b) *Ambiente regulatório e microeconômico*. Com relação ao comportamento futuro do ambiente microeconômico (e regulatório) foram consideradas duas hipóteses que expressam abrangência e profundidade das reformas da agenda microeconômica:
 - Aprovação de reformas microeconômicas (tributária, trabalhista, etc.) e definição de ambiente regulatório das atividades com oligopólio natural;
 - Reformas microeconômicas lentas e limitadas e persistência de imprecisões no marco regulatório.

2.3.2 Cenários Alternativos

Da combinação das hipóteses das incertezas críticas do Brasil e da análise da consistência das mesmas, foram formulados dois cenários alternativos que formam o leque de possibilidades do futuro da realidade brasileira nos próximos 13 anos (Figura 2).

Cenário A – a implementação de *medidas fortes de equilíbrio das finanças públicas*, especialmente dos gastos correntes, combinadas com a aprovação de reformas microeconômicas – trabalhista, tributária, judiciária – e do marco regulatório, estimula os investimentos produtivos e permite a recuperação da capacidade de investimento público. Assim, o Brasil entra em um novo **ciclo de crescimento econômico a taxas médias anuais entre 5% e 5,5%, e elevação da renda**, que se propaga em várias regiões. Inclusive no Nordeste oriental, com **melhoria das políticas sociais e ambientais**, tanto pelo aumento dos recursos quanto pela melhoria da eficiência gerencial, contribuindo para a **redução da pobreza e da desagregação social** inclusive a violência.

Figura 2 – Incertezas Críticas e Cenários do Brasil



Fonte: Multivisão

Cenário B – a *convivência com desequilíbrios fiscais*, especialmente o aumento dos gastos correntes públicos, aliada às dificuldades políticas para realização das reformas microeconômicas (principalmente tributária) e aprimoramento do marco

regulatório, inibem o investimento produtivo e compromete a recuperação da capacidade de investimento público. Como resultado, os investimentos são apenas moderados e a ***economia brasileira tende a crescer a taxas médias*** (entre 2,5% e 3,5%) e com grande desigualdade no território, ao mesmo tempo em que os governos continuam com ***limitações na amplitude e na gestão das políticas sociais e ambientais***. Dessa forma, ocorre uma ***pequena e lenta redução da pobreza e persistem a desagregação social e moral na sociedade*** brasileira.

2.3 Cenários Alternativos da Paraíba

Como já foi referido, o futuro da Paraíba depende não somente das tendências e mudanças no contexto externo (internacional e nacional), mas também dos fatores que amadurecem internamente no Estado, especialmente as atitudes e iniciativas dos atores sociais, com destaque, evidentemente, para os governos paraibanos e suas decisões ao longo dos próximos anos. Dessa forma, para construir os cenários alternativos da Paraíba, é necessário começar observando os determinantes externos, referenciados no Capítulo anterior, cujo desempenho futuro acompanha os cenários identificados para o Brasil e o mundo.

2.3.1 Determinantes Externos

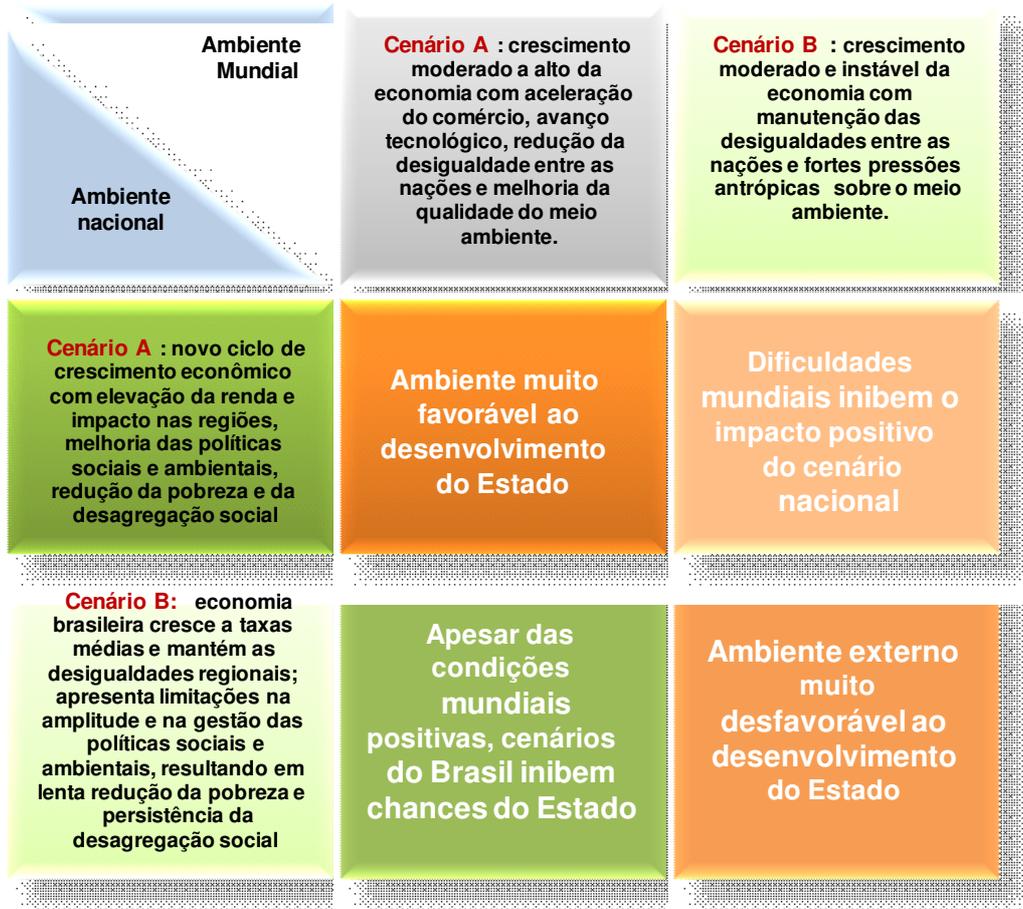
As circunstâncias externas com as quais a Paraíba vai ter que lidar nos próximos 13 anos flutuam em torno das possibilidades abertas pelos cenários mundiais e nacionais, que combinam os condicionantes diretos e indiretos dos mesmos. Ao combinar os dois cenários mundiais com os dois cenários do Brasil formam-se quatro alternativas de futuro do contexto externo da Paraíba, como mostra a Figura 3. Cada combinação alternativa apresenta uma configuração diferenciada para o futuro do Estado, que deve ser confrontado com as posturas e atitudes internas dos atores, mediando as influências externas:

1. ***Cenário mundial A com o cenário nacional A*** – combinação muito favorável para a Paraíba, já que as condições internacionais de crescimento, abertura comercial e mudança da matriz energética coincidem (e reforçam) o ambiente nacional de crescimento econômico e políticas públicas ativas e eficazes;
2. ***Cenário mundial A com cenário nacional B*** – as condições internacionais favoráveis são neutralizadas por dificuldades e restrições internas no Brasil, com crescimento moderado e limitações nos investimentos e políticas públicas;
3. ***Cenário mundial B com cenário nacional A*** – o processo interno no Brasil, com crescimento econômico e políticas públicas ativas e eficazes,

incluindo maior disponibilidade de recursos públicos, é bastante contido pelas dificuldades na economia e no comércio mundiais;

4. **Cenário mundial B com cenário nacional B** – esta combinação é bastante negativa para a Paraíba, na medida em que coincidem limitado crescimento econômico mundial e restrições comerciais com moderado crescimento da economia brasileira que continua convivendo com baixa capacidade de investimento público e ineficazes políticas públicas.

Figura 3 - Cenários: Mundial, do Brasil e da Paraíba.



Fonte: Multivisão

2.3.2 Projetos e Intenções de Investimentos na Paraíba

Diante das quatro configurações externas, evidenciam-se processos e condições internas que estabelecem as mediações da influência externa – com diferentes graus de facilidade e dificuldade - no futuro da Paraíba. O primeiro conjunto de fatores internos se manifesta em projetos em negociação ou implementação na Paraíba por iniciativa dos governos e de empresários, complementando e aproveitando os investimentos estruturadores que partem do governo federal e impactam no Estado. Entre os projetos endógenos, podem ser destacados os seguintes:

1. **Programa Boa Nova** – iniciativa levada a efeito pelo Governo Estadual, o programa atua na implantação e/ou fortalecimento da oferta de serviços de saneamento básico nos municípios da Paraíba, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e, ao mesmo tempo, aumentando a competitividade da economia, especialmente no que se refere ao turismo;
2. **Terminais de Cabedelo** – ampliação do Terminal de Armazenagem do Porto de Cabedelo para aumentar a capacidade de 15 para 45 milhões de litros de estocagem de combustível e operacionalização do terminal pesqueiro para estimular a atividade pesqueira no Estado, ampliando as oportunidades de renda de parte da população e a oferta de alimentos;
4. **Expansão de novos segmentos agrícolas** – a iniciativa visa diversificar a atividade agrícola na Paraíba, incluindo a produção do algodão colorido, além da expansão da fruticultura irrigada;
5. **Centro de Comercialização de Hortifruti** – a implantação de um centro de comercialização de hortifruti em Patos prevê a utilização de uma área de 3,9 hectares em um galpão de 1.360 m²;
7. **Pólo cerâmico de Campina Grande** – aproveitando as vantagens competitivas de Campina Grande, o pólo cerâmico deve ampliar as oportunidades de emprego no Estado, adensando a cadeia produtiva;
8. **Ampliação da oferta de energia elétrica** – a oferta de energia elétrica na Paraíba deve ser diversificada pela implantação da usina térmica de Campina Grande, a produção eólica (60 mW) de Mataraca e barra de Camaratuba, e a co-geração (100 mW)
9. **Adutora de Camalaú e outras - Adutora de Camalaú:** Implantação de Sistema Adutor; uma estação de bombeamento intermediária (EB-1); e, uma ETA e estação de bombeamento comunitária (EB-2) beneficiando os municípios de São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê, através de aproximadamente 87 km de adutoras de recalque;
10. **Alça Noroeste em Campina Grande** - Implantação da Alça Noroeste, interligação da BR 230 no seu km final, trecho João Pessoa/Campina Grande - saída para a Região do Brejo - saída para o Sertão, complementando o anel rodoviário de contorno do município de Campina Grande;
11. **Barragens - Cacimba Nova em São João do Rio do Peixe, Camará (reconstrução,; Conclusão da Barragem de Jandai, Barragem de Manguape e outras;**
12. **Canal de Acauã - Araçagi** - conexão do Eixo Leste do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco com a Região Litorânea do

Estado da Paraíba, a partir do Açude Presidente Epitácio Pessoa (Boqueirão), mediante interligação das barragens de Acauã e Araçagi;

13. **Aeroporto Regional** - Cajazeiras e Sousa - aeroporto de porte regional; pista de 1.600 m; Estação de passageiros com 1.500 m e capacidade para atendimento de 200.000 passageiros/ano;
14. **Centro Cultural de Patos** – obra de grande relevância para o desenvolvimento do turismo e a consolidação do município de Patos como centro de referência regional de educação, cultura e lazer, alcançando uma população estimada em 220.000 pessoas, englobados o município de Patos e 23 outros municípios da Região Geoadministrativa por ele polarizada.
15. **Centro de Agronegócios de Guarabira** - centro de comercialização de produtos agropecuários e derivados na cidade de Guarabira, beneficiando população estimada cerca de 300.000 pessoas, compreendendo a população de Guarabira e de 25 municípios em sua área de polarização;
16. **Centro de Convenções de João Pessoa** - complexo voltado para finalidades múltiplas (pauta cultural, eventos, convenções, etc.). A iniciativa resolve grave deficiência da Capital paraibana, disponibilizando equipamento para alavancar o desenvolvimento do turismo no Estado, apoiando iniciativas culturais, educativas e eventos em geral;
17. **Duplicação BR-104 trecho Campina Grande-Divisa PE – e da BR-230, trecho Campina Grande – Patos** - construção de rodovia com 74 km, ligando o município de Campina Grande à divisa com o Estado de Pernambuco. Duplicação de 187 km de pista e recapeamento asfáltico de 187 km da pista atual da BR 230 (Campina Grande - Patos);
18. **Hospital de Trauma de Campina Grande** - Hospital Regional de Urgência e Emergência em Campina Grande, em terreno próprio; de alta complexidade, e com cobertura de assistência a uma população estimada em 1.900.000 habitantes;
19. **Museu Assis Chateaubriand Campina Grande** - no município de Campina Grande, objetivando oferecer à comunidade acadêmica, científica, aos turistas e ao público em geral, espaço adequado expressão das suas legítimas manifestações culturais, inclusive gerando meios para alavancar o turismo no 2º maior município do Estado;
20. **Ponte Cabedelo – Lucena** - com 2.000 metros de extensão, sobre o Rio Paraíba, ligando o município de Cabedelo a Lucena, definindo uma nova alternativa de ligação rodoviária da Região da Grande João Pessoa ao litoral norte do Estado;
21. **Urbanização do Vale Jaguaribe – João Pessoa** – Ampliação e melhorias do sistema viário e de saneamento básico da área litorânea da Capital do

Estado, com serviços de infra-estrutura de saneamento (drenagem superficial e profunda, esgotamento sanitário e serviço complementar), infra-estrutura urbana (melhoria de vias, pavimentação etc.).

22. **Ampliação da Infra-estrutura do Porto de Cabedelo** - adequar o Porto de Cabedelo à nova política portuária brasileira, dotando-o de um sistema operacional mais eficiente.

Além desses projetos de interesse e iniciativa governamental, vários investimentos produtivos estão sendo realizados no Estado da Paraíba, parte dos quais se beneficiando do sistema de incentivos fiscais. Apenas o que já foi aprovado, nos últimos quatro anos, pelo sistema de incentivos estaduais, estima-se que foram realizados ou estão em fase de implantação investimentos totais de R\$ 610 milhões de reais⁸, cerca de R\$ **152 milhões de reais por ano**. Considerando que estão incluídos neste valor apenas grandes e médias empresas que solicitaram e tiveram aprovados incentivo fiscal, trata-se de um volume relevante de investimentos no Estado.

2.3.3 Complicadores Endógenos

Os projetos e as iniciativas referidos anteriormente sinalizam para mudanças e melhoria das condições de desenvolvimento da Paraíba, que preparariam o Estado para os impactos externos dos cenários mundiais e nacionais. A amplitude de implementação dos projetos assim como a eficácia dos seus resultados depende, evidentemente, das condições externas, facilitando ou dificultando o futuro. Entretanto, existem também alguns fatores internos que constituem complicadores ou restrições ao desenvolvimento da Paraíba e deixam o Estado menos preparado para os desafios que surgem da evolução da realidade mundial e nacional nos próximos 13 anos. Podem ser destacados os seguintes complicadores internos à Paraíba:

1. **Restrições da oferta de energia** - o Nordeste e, particularmente a Paraíba, tem uma grande dependência de transmissão de energia elétrica e gás natural de fora da região e do Estado, na medida em que são limitados os recursos hidrelétricos e a oferta de gás natural. Em grande medida, a garantia de suprimento de energia no futuro está na dependência de realização dos grandes projetos nacionais, particularmente no Norte e Centro-Oeste, ou da construção de plantas de Gás Natural Liquefeito - GNL para processamento de gás natural importado;

⁸ Dados do CINEP-SISCRED – Secretaria do FAIN

2. **Limitações na escolaridade e na qualificação dos recursos humanos** – entre as vinte e sete unidades da Federação, a Paraíba ocupa a décima primeira posição no Índice de Competitividade dos Estados. Apesar dessa vantagem, existem alguns indicadores a serem melhorados como: a taxa de analfabetismo na população 15 anos e mais, que atingiu 2,7%, em 2006; e, a média de anos de estudo da população com 10 anos e mais, que no mesmo ano referenciado registrou 5,5 anos. Tais fatores dificultam o processo de qualificação da mão-de-obra, reduzindo a competitividade⁹;
3. **Limitações da capacidade de investimento público** – como a quase totalidade dos governos estaduais brasileiros, o Estado da Paraíba e seus municípios têm grandes restrições financeiras para implementação de projetos estruturadores capazes de preparar a Paraíba para os desafios do futuro¹⁰;
4. **Postura passiva do empresariado paraibano** – a implementação de projetos de desenvolvimento e investimentos, principalmente no adensamento das cadeias do Estado e do Nordeste oriental, requer iniciativa e postura pró-ativa do empresariado paraibano. Como ocorre na maioria do Nordeste, o empresariado paraibano parece muito dependente dos incentivos e fomento governamentais que compensam as restrições de competitividade. Este pode ser um complicador endógeno às mudanças necessárias para preparar a Paraíba para os desafios do contexto mundial e nacional.

2.3.4 Incertezas Críticas e Hipóteses

Considerando as tendências e sinais de mudança analisados até agora, incluindo os projetos em maturação ou negociação, **podem ser identificadas quatro incertezas críticas do futuro da Paraíba**, duas das quais dependem diretamente de condições exógenas. As incertezas críticas estão apresentadas a seguir, com a formulação de duas hipóteses plausíveis de desempenho futuro de cada uma delas.

- a) *Amplitude dos investimentos em infra-estrutura* – diante de um conjunto de investimentos anunciados e em implantação na Paraíba, incluindo os projetos federais, o futuro da Paraíba pode ser diferente dependendo da abrangência da sua concretização nos próximos 13 anos, apresentada em duas hipóteses:

- Ampla implantação dos investimentos em infra-estrutura;

⁹ Os indicadores de analfabetismo e de escolaridade referem-se à população com 15 anos ou mais de idade.

¹⁰ Apenas 1,28% do PIB são gastos com investimentos públicos na expansão da infra-estrutura econômica e social

- Moderada implantação dos investimentos em infra-estrutura.
- b) *Abrangência e volume dos investimentos produtivos* – as intenções de investimentos produtivos anunciados pelas empresas (aprovação de incentivo ou protocolo de intenções) podem ser implementadas em grande escala ou serem inibidos e adiados para além do período dos cenários (2020); por isso, diante dessa incerteza, podem ser formuladas duas hipóteses distintas de desempenho nos próximos 13 anos:
- Intensos e abrangentes investimentos produtivos;
 - Parcial e limitado investimento produtivo.
- c) *Intensidade e orientação das políticas públicas* - os governos da Paraíba, ao longo dos próximos 13 anos (mais três gestões além do governo atual), podem contar com diferentes recursos e adotar distintas posturas políticas para enfrentar os desafios sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos que devem emergir no período, incluindo nível de investimentos previstos. Essas políticas exercem um papel central no futuro da Paraíba e, como constitui uma incerteza, podem ser traduzidas em duas alternativas diferenciadas:
- Políticas públicas intensas (incluindo volume de recursos para os projetos previstos) e estruturadoras de mudança;
 - Políticas públicas limitadas e compensatórias.
- d) *Iniciativa e atitude do empresariado paraibano* – embora ainda predomine, no meio empresarial paraibano, certa dependência das decisões e apoio governamentais, existem sinais de movimentação e iniciativas que podem antecipar uma nova postura do empresariado paraibano diante dos desafios e das oportunidades futuras (incluindo sua disposição de investir no desenvolvimento do Estado). Assim, seu comportamento futuro pode ser expresso em duas hipóteses diferentes, dependendo do que venha predominar nos próximos 13 anos:
- Atitude pró-ativa e ousada do empresariado diante dos desafios e oportunidades;
 - Atitude passiva e tímida do empresariado, esperando pelo fomento e incentivos governamentais.

A combinação das hipóteses das incertezas críticas permite abrir diversas possibilidades de futuro decorrentes dos processos internos, preparando as alternativas que serão influenciadas pelos fatores externos que decorrem dos cenários mundiais e nacionais. Analisando, inicialmente, apenas as incertezas

críticas, podem ser formadas duas combinações de maior consistência, como apresentadas na Figura 4.

2.3.5 Cenários da Paraíba

Os cenários alternativos da Paraíba dependem da forma em que evoluam no futuro as incertezas críticas endógenas, fluando entre as hipóteses formuladas para cada uma delas. Assim, para construir os cenários devem ser feitas combinações das hipóteses, considerando as de maior consistência como a base dos futuros alternativos da Paraíba. Entretanto, como já foi referido antes, este processo interno, que abre diferentes alternativas, é condicionado e influenciado pelos cenários mundiais e nacionais e sua combinação de impacto sobre o Estado.

Figura 4 - Combinações das Hipóteses das Incertezas Críticas Endógenas

Incertezas críticas	Hipóteses	
1. Amplitude dos investimentos em infra-estrutura	ampla implantação	moderada implantação
2. Abrangência e volume dos investimentos produtivos	intensa e abrangente	parcial e limitada
3. Intensidade e orientação das políticas públicas dos governos	intensas e estruturadoras	limitadas e conservatórias
4. Iniciativa e atitude do empresariado paraibano	atitude pró-ativa e ousada	atitude passiva e tímida
	Combinação A	Combinação B

Fonte: Multivisão

Embora não possam ainda ser consideradas como cenários da Paraíba, as combinações das hipóteses das incertezas críticas endógenas apresentam um primeiro conjunto de possibilidades, permitindo selecionar aquelas de maior consistência interna. Como mostra a Figura 4, as combinações mais consistentes formam dois conjuntos que abrem as possibilidades da Paraíba a serem confrontadas com os determinantes exógenos.

1. **Combinação A** – amplo investimento em infra-estrutura econômica, intensa e abrangente volume de investimentos produtivos, políticas públicas intensas e estruturadoras de mudança, e atitude pró-ativa e ousada do empresariado.

2. **Combinação B** – investimentos estruturadores são implementados apenas de forma moderada e os investimentos produtivos são limitados e parciais, ao mesmo tempo em que os governos definem políticas públicas modestas e de caráter predominantemente compensatório e o empresariado continua com uma atitude passiva e tímida diante dos desafios e oportunidades.

Embora outras combinações possam também ser consistentes, essas duas são as que articulam melhor os comportamentos das incertezas críticas, abrindo o leque de possibilidades de futuro da Paraíba. A combinação dos cenários do contexto externo – mundiais e nacionais – com as alternativas apresentadas acima para as incertezas críticas internas permite identificar quatro cenários da Paraíba, como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Combinação dos Cenários do Contexto Externo - Mundial e Nacional



Fonte: Multivisão

Cenário 1 – O Reino de Quaderna¹¹

“A Paraíba entra num ciclo de **crescimento econômico alto**, acima do dinamismo brasileiro, com **aumento da renda** e **dinamização do mercado interno** estadual, acompanhado da **integração econômica e comercial**, especialmente no Nordeste oriental, e **melhoria da qualidade de vida** dos paraibanos”.

¹¹ Quaderna, personagem de Ariano Suassuna no romance A Pedra do Reino, se diz descendente de legítimos reis brasileiros, castanhos e "cabras" da Pedra do Reino - sem relação com os "imperadores estrangeiros e falsificados da Casa de Bragança", que se envolveu com as lutas e as desavenças políticas, literárias e filosóficas no seu reino.

Determinantes do Cenário

O cenário 1 resulta do efeito combinado de condições externas muito favoráveis (mundiais e nacionais) com movimentos internos de mudança e iniciativas ousadas dos governos e do empresariado paraibano. De forma sintética, no Plano internacional ocorreria um ajuste suave dos desequilíbrios da economia norte-americana, a conclusão de acordos positivos de redução de tarifas e subsídios ao comércio mundial, assim como controle da concorrência espúria, e aceleração das medidas definidas pelo Protocolo de Kyoto, levando a um crescimento moderado a alto da economia global. No Brasil, este movimento internacional seria acompanhado de um forte ajuste fiscal, com redução drástica dos gastos correntes públicos, e aprovação das reformas microeconômicas. Como resultado, ampliam-se os investimentos públicos e privados, viabilizando projetos em todo o Brasil, levando a alto crescimento do PIB brasileiro e sua irradiação nos Estados brasileiros, especialmente nas economias vizinhas da Paraíba.

Ao mesmo tempo e, em parte estimulado pelas condições externas, ocorrem amplos investimentos em infra-estrutura na Paraíba, acompanhados de intensos investimentos produtivos, cuja extensão e impactos são favorecidos pelas políticas públicas dos governos estaduais, abrangentes e estruturadoras, e pela atitude pró-ativa e ousada dos empresários paraibanos.

Descrição do cenário (a Paraíba em 2020)

Nas condições definidas acima, a Paraíba vive, nos próximos 13 anos, um período de **alto crescimento econômico, superior à média do Brasil** que também recupera o ciclo de dinamismo, assim como acima da média regional, com **articulação na economia do Nordeste oriental**. **A renda per capita da Paraíba também se expande de forma significativa**, mesmo porque a população evolui a taxas muito inferiores à da renda. Como resultado, o **mercado interno da Paraíba ganha dinamismo**, ao mesmo tempo em que a economia paraibana tende a operar num amplo mercado regional como **parte do Eixo logístico do Nordeste**. Também **umentam as exportações paraibanas**, incluídos açúcar e álcool para mercados mais abertos e diversificação da matriz energética mundial.

No Plano social, **melhoram as condições de vida** da população e **a pobreza declina rapidamente** no Estado, como resultado do crescimento da renda e do emprego e das políticas sociais. **A elevação da escolaridade** e **a melhoria da qualificação da mão-de-obra** reduzem as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, aumentam a competitividade da economia paraibana. Os indicadores sociais da Paraíba melhoram e, em alguns casos, **superam a média nacional** na medida em que se aproxima de 2020.

A economia paraibana também registra uma **mudança significativa na estrutura produtiva**, com o aumento da participação da indústria no PIB, incluindo o adensamento das cadeias produtivas e a agregação de valor da produção agropecuária e mineral. O setor terciário sofre uma pequena redução do peso na economia, apesar do crescimento do terciário moderno e, principalmente, do turismo.

O **meio ambiente** da Paraíba apresenta **níveis moderados de recuperação**, especialmente dos recursos hídricos e florestais, como resultado da **redução das pressões antrópicas** devido não só à difusão de tecnologias sustentáveis, mas, também pela redução da área plantada com agricultura e redução da população no campo.

Cenário 2 – A Astúcia de Chicó¹²

“Mesmo em condições desfavoráveis no Brasil e no mundo, a Paraíba consegue um **moderado crescimento da economia**, pouco acima da média nacional (relativamente baixa), **pequena elevação da renda** e **modesta ampliação do mercado** interno, **parcial integração econômica e comercial** e **persistência de problemas sociais e ambientais** com lenta redução da pobreza”¹³.

Determinantes do Cenário

O desempenho da Paraíba, no cenário 2, resulta de iniciativas e posturas ousadas e abrangentes dos atores sociais e dos governos paraibanos num contexto de condições externas adversas (mundo e Brasil). O ambiente internacional convive, nos 13 anos com desequilíbrios fiscais e cambiais apenas administrados e com estagnação das negociações da OMC, levando a acordos bilaterais e a recaídas protecionistas de vários países. O Protocolo de Kyoto é cumprido apenas parcialmente, e a economia flutua entre a estagnação e crescimento moderado, refletindo os momentos de instabilidade. No Brasil, também não são realizados ajustes fiscais fortes e decididos que reduzam os gastos correntes públicos, da mesma forma que são lentas e difíceis as reformas microeconômicas. Como resultado, a economia brasileira prossegue com taxas de crescimento modestas, na medida em que os investimentos privados se retraem, e o governo ainda enfrenta grandes limites na capacidade de investimento.

¹² Chicó é o personagem do Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna, pobre e astucioso, engana os ricos e cangaceiros, ilude o Diabo com sua inteligência e criatividade, num culto à sabedoria sertaneja.

¹³ Este cenário pode parecer, a princípio, inconsistente e com chances limitadas de realização, tendo em vista a necessidade imperativa de o Estado superar as condições externas adversas, mobilizando mentes e corações dos atores internos em prol de um futuro melhor para a Paraíba.

Apesar dessas condições externas desfavoráveis (mundo e Brasil), a Paraíba consegue implementar políticas públicas abrangentes e estruturadoras, apenas moderadas pela relativa limitação de recursos, complementadas por uma postura pró-ativa de empreendedora dos paraibanos. Assim, consegue viabilizar um volume de recursos para infra-estrutura econômica, dentro dos limites da capacidade brasileira, e atrair também vários investimentos produtivos que impactam positivamente na economia estadual.

Descrição do Cenário (Paraíba em 2020)

No cenário 2, a Paraíba registra **taxas moderadas de crescimento** da economia, mesmo assim acima da média do Brasil e da região Nordeste que crescem pouco, na medida em que consegue se diferenciar do quadro de dificuldades dominantes no país. Dessa forma, até 2020 a economia paraibana **eleva sua participação no PIB brasileiro**, de forma lenta, mas continuada; **a renda per capita aumenta moderadamente**, aproximando da média nacional, mesmo porque a Paraíba continua sendo um dos Estados de mais baixa expansão demográfica no Brasil.

Como resultado, o **mercado interno paraibano se amplia pouco** e a **integração com a economia regional do Nordeste oriental é modesta e limitada**, especialmente pelas restrições na ampliação na infra-estrutura econômica nordestina. As **exportações da Paraíba aumentam pouco** graças à expansão das exportações de álcool, respondendo ao crescimento, mesmo contido, da demanda mundial por novas fontes de combustível (agroenergia).

Na área social a Paraíba contabiliza um **leve e persistente aumento da escolaridade e da qualificação da mão-de-obra**, em ritmo um pouco acima do movimento médio do Brasil e do Nordeste, embora as desigualdades sociais e a pobreza declinem muito lentamente, mantendo níveis elevados. De qualquer forma, os **indicadores sociais do Estado continuam melhorando** nos próximos 13 anos e se aproximando da média brasileira, não obstante baixa.

Mesmo considerando o moderado crescimento da economia, a **estrutura produtiva do Estado passa por uma pequena alteração** que decorre do aumento dos investimentos industriais, elevando a participação relativa no PIB, incluindo o adensamento parcial de algumas cadeias produtivas; o turismo apresenta dinamismo, mas não chega a manter o peso relativo do setor serviços na economia paraibana.

A combinação de moderado crescimento econômico e implementação de política ambiental na Paraíba contribui para a **redução das pressões antrópicas** que tendem a melhorar a qualidade do meio ambiente no Estado.

Cenário 3 – A Farsa da Boa Preguiça¹⁴

“A Paraíba não consegue aproveitar as oportunidades de um contexto (mundial e nacional) muito favorável que, de qualquer forma, influencia a economia paraibana ao **crescimento médio**, embora inferior ao do Brasil e do Nordeste (que apresentam taxas de crescimento altas), levando à **lenta a moderada evolução da renda e do mercado interno**, combinada com **integração econômica** no Nordeste oriental, e **persistência de problemas sociais e ambientais** com lenta redução da pobreza”.

Determinantes do Cenário

O cenário 2 é o resultado combinado de condições externas muito favoráveis com dificuldades e passividade interna dos atores sociais e governos, perdendo as chances que se abrem no ambiente mundial e, principalmente, nacional. De forma sintética, no Plano internacional ocorreria um ajuste suave dos desequilíbrios da economia norte-americana, a conclusão de acordos positivos de redução de tarifas e subsídios ao comércio mundial, assim como controle da concorrência espúria, e aceleração das medidas definidas pelo Protocolo de Kyoto, levando a um crescimento moderado a alto da economia global. No Brasil, este movimento internacional seria acompanhado de um forte ajuste fiscal, com redução drástica dos gastos correntes públicos e aprovação das reformas microeconômicas. Como resultado, ampliam-se os investimentos públicos e privados, viabilizando projetos em todo o Brasil, levando a alto crescimento do PIB brasileiro e sua irradiação nos Estados brasileiros, especialmente nas economias vizinhas da Paraíba.

Apesar da melhoria da capacidade de investimento público federal, o Estado tem dificuldades para implantar importantes projetos de infra-estrutura econômica e mesmo para atrair investimentos produtivos privados, em razão da baixa mobilização dos atores sociais e governo em prol de um futuro melhor. As limitadas políticas públicas, em grande parte de caráter compensatório, e a passividade e timidez do empresariado desestimulam os investimentos e restringem os possíveis efeitos positivos do contexto externo.

Descrição do Cenário (Paraíba em 2020)

Nos próximos 13 anos a Paraíba registra **taxas médias de crescimento** da economia, abaixo do desempenho do Brasil e do Nordeste, levando a um **declínio lento da participação** da economia paraibana no PIB brasileiro e regional. A renda dos paraibanos se eleva de forma modesta, graças à

¹⁴ Obra literária de Ariano Suassuna inspirada na cultura popular nordestina (paraibana) que faz uma crítica irônica à ideologia do trabalho distinguindo um ócio de Deus e um ócio do Diabo. Como diz na peça, “Há uma Preguiça com asas/ outra com chifres e rabo/ Há uma preguiça de Deus / E outra preguiça do Diabo”

pequena expansão demográfica, mantendo grande defasagem do PIB per capita nacional. Como resultado, o **mercado interno da Paraíba permanece relativamente contido**, aumentando a importância do mercado externo e nacional para a economia paraibana. Apesar de restrições na competitividade da economia, a **Paraíba aumenta moderadamente as exportações**, especialmente de açúcar e álcool para os mercados internacionais abertos e com mudança da matriz energética mundial.

Os **indicadores sociais da Paraíba apresentam pequena melhora continuada** no período (2008-2020), mesmo com a timidez das políticas estaduais, devido às condições nacionais e às iniciativas compensatórias pouco sustentáveis. O **nível de escolaridade e a qualificação da mão-de-obra** mostram uma pequena evolução, **mas continuam baixos**, comprometendo a competitividade da economia e **mantendo as desigualdades sociais** e a **pobreza** que, em todo o caso, **declinam lentamente**.

A **estrutura produtiva da Paraíba quase não se altera**, permanecendo com um grande peso do terciário, devido, principalmente ao dinamismo do turismo, com pequena ampliação do setor industrial, integrado à economia nacional e regional que se vale do adensamento parcial de algumas cadeias produtivas.

O processo de **degradação ambiental da Paraíba mostra pequena redução** devido à implantação de mecanismos de gestão do governo federal, mesmo com limitada atuação das instituições públicas estaduais.

Cenário 4 – A Onça Caetana¹⁵

“A Paraíba experimenta um longo período de **baixo crescimento econômico**, acompanhando as restrições do contexto mundial e nacional, com **limitada expansão da renda e do mercado interno**, baixa **integração econômica regional** (Nordeste oriental) e **persistência de pobreza e baixos indicadores sociais**”.

Determinantes do Cenário

O cenário 4 é o resultado combinado de um contexto externo de dificuldades com a ausência de iniciativas e medidas ousadas e inovadoras dos atores sociais da Paraíba, tanto do governo quanto dos empresários. No ambiente internacional persistem os desequilíbrios fiscais e cambiais apenas administrados e com estagnação das negociações da OMC, levando a acordos bilaterais e a recaídas protecionistas de vários países. O Protocolo

¹⁵ No Cariri paraibano, a Morte é chamada carinhosamente de Caetana, formada de onça e moça. A Moça nos abraça suavemente, nos acaricia e seduz; a Onça nos ataca, morde e esfolia.

de Kyoto é cumprido apenas parcialmente e a economia flutua entre a estagnação e crescimento moderado, refletindo os momentos de instabilidade. No Brasil, também não são realizados ajustes fiscais fortes e decididos que reduzam os gastos correntes públicos, da mesma forma que são lentas e difíceis as reformas microeconômicas. Assim, a economia brasileira prossegue com taxas de crescimento modestas, na medida em que os investimentos privados se retraem e o governo ainda enfrenta grandes limites na capacidade de investimento.

Diante desse contexto externo, o Estado tem dificuldades para implantar importantes projetos de infra-estrutura econômica e mesmo para atrair investimentos produtivos privados. As limitadas políticas públicas, em grande parte de caráter compensatório, e a passividade e timidez do empresariado desestimulam os investimentos e enfraquecem a Paraíba diante dos efeitos negativos do contexto externo.

Descrição do Cenário

Ao longo dos próximos anos (até 2020), a Paraíba continua com uma economia relativamente estagnada e com baixos indicadores sociais. A economia estadual deve registrar **baixa taxa de crescimento**, acompanhando, na melhor das hipóteses, a média do desempenho econômico brasileiro, mantendo praticamente **estável a participação paraibana no PIB do Brasil**. **A renda per capita evolui de forma muito lenta**, na medida em que a população também cresce pouco, inclusive devido a processos imigratórios, e, portanto, o **mercado interno se contrai**. O Estado da Paraíba apresenta limitada integração regional e os mercados mundial e nacional também não se expandem. **A Paraíba mantém o nível de exportação** com pequeno aumento das vendas externas de álcool (estimulada pela leve mudança da matriz energética mundial).

A combinação de baixo crescimento econômico com limitadas e compensatórias políticas sociais, mesmo porque os governos não têm grande capacidade de gasto, provoca a **manutenção dos baixos indicadores sociais** na Paraíba, **incluindo o nível de escolaridade e deficiente qualificação da mão-de-obra**. A competitividade da economia sofre restrições devido a estes indicadores e às limitações na ampliação da infra-estrutura econômica. No geral, a Paraíba continua tendo **níveis elevados de pobreza**, acima da média nacional e em torno do patamar nordestino, apesar de leve e lento declínio dos mesmos no período.

A estrutura produtiva da Paraíba praticamente não se altera no período, na medida em que são limitados os investimentos e irrelevante o adensamento das cadeias produtivas do Estado. Mesmo assim, ainda deve haver pequeno aumento da participação da indústria no PIB estadual e um crescimento lento, mas diferenciado do turismo.

As **pressões antrópicas são moderadas**, apesar de certa estagnação na economia, na medida em que continuam dominantes processos e tecnologias inadequadas às características dos ecossistemas paraibanos.

As características diferenciadas dos quatro cenários da Paraíba estão apresentadas na matriz abaixo de forma simplificada.

Matriz 1 - Comparação dos cenários alternativos da Paraíba

Variáveis	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Contexto Externo (Brasil e Mundo)	Ambiente (mundial e nacional) muito favorável; Brasil e mundo crescem forte	Ambiente (mundial e nacional) desfavorável com Brasil e mundo crescendo pouco	Ambiente (mundial e nacional) muito favorável; Brasil e mundo crescem forte	Ambiente (mundial e nacional) desfavorável com Brasil e mundo crescendo pouco
Contexto Interno	Amplios investimentos, políticas públicas estruturadoras e atitude pró-ativa do empresariado.	Investimentos estruturadores e produtivos moderados, políticas públicas modestas e compensatórias e atitude passiva	Amplios investimentos, políticas públicas estruturadoras e atitude pró-ativa do empresariado.	Investimentos estruturadores e produtivos limitados, políticas públicas modestas e compensatórias e atitude passiva e tímida dos empresários
Economia da Paraíba	PIB cresce forte e acima da média nacional com mudança expressiva na estrutura produtiva e expansão da integração	Crescimento moderado do PIB, um pouco acima do nacional, com pequena mudança na estrutura produtiva e baixa expansão da integração externa	Crescimento médio do PIB, mas abaixo do nacional, com pequena e lenta mudança na estrutura produtiva e moderada expansão da integração externa	Crescimento baixo do PIB, acompanhando o nacional, sem mudança na estrutura produtiva e baixa expansão da integração externa
Renda Per Capita e Mercado Interno	Aumento da renda e dinamização do mercado interno	Aumento moderado da renda e baixa dinamização do mercado interno	Aumento limitado da renda e baixa dinamização do mercado interno	Lento avanço da renda e retração do mercado interno
Pobreza	Declínio rápido da pobreza	Lento declínio da pobreza	Pobreza declina muito lentamente.	Pobreza se mantém em níveis elevados e acima da média nacional
Escolaridade e Qualificação da mão-de-obra	Elevação da escolaridade e melhoria da qualificação da mão-de-obra	Leve, mas persistente aumento da escolaridade e da qualificação da mão-de-obra	Nível de escolaridade e a qualificação da mão-de-obra mostram uma pequena evolução, mas continuam baixos	Nível de escolaridade e a qualificação da mão-de-obra baixos comprometendo a competitividade da economia
Meio ambiente	Redução das pressões antrópicas e recuperação moderada, especialmente dos recursos hídricos e florestais.	Redução das pressões antrópicas e lenta melhoria do quadro ambiental	Processo de degradação ambiental da Paraíba mostra pequena redução	As pressões antrópicas são moderadas, apesar da estagnação econômica, e sem recuperação ambiental

Fonte: Multivisão

2.4 Trajetória futura mais provável da Paraíba

Embora todos os cenários sejam, em princípio, igualmente plausíveis, já que as hipóteses definidas são consideradas pertinentes (podem, efetivamente, ocorrer nos próximos 13 anos), é possível refletir sobre o futuro de maior probabilidade de ocorrência no período, concebendo o que se pode chamar de **trajetória mais provável**. A trajetória mais provável é o caminho que, ao longo do tempo, pode se alterar e ganhar conotações próximas dos cenários alternativos, construído com base numa reflexão sobre o movimento de maturação dos eventos e processos, com diferentes ritmos e tendências dominantes.

A trajetória mais provável da Paraíba é o resultado da probabilidade combinada de evolução do contexto externo – mundial e nacional – com o movimento interno no Estado das incertezas críticas endógenas

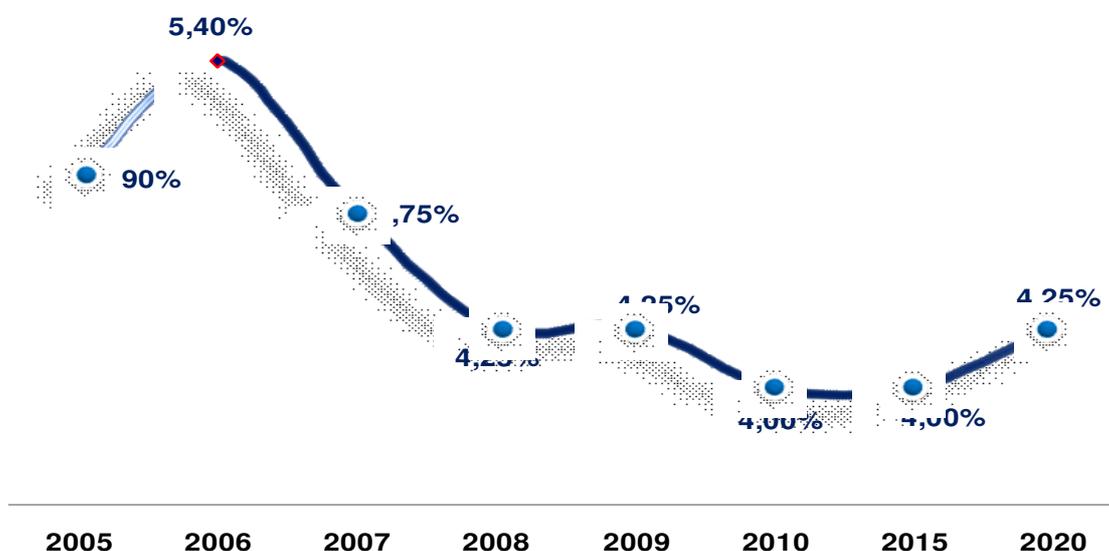
No **ambiente internacional**, a evolução mais provável parte do quadro atual, dominado por desequilíbrios numa economia em crescimento com negociações estacionadas em torno do comércio mundial, iniciando, nos próximos anos, um ajuste da economia mundial – alinhamento cambial e redução dos desequilíbrios da economia norte-americana - e início de acordos da OMC (sem resultados no período); e avanços moderados do Protocolo de Kyoto (entre 2008 e 2010).

Apenas na segunda década do século (2011 a 2020), se acelera o crescimento da economia mundial, com equilíbrio, redução de barreiras comerciais e intensificando a implementação do Protocolo de Kyoto, com a assinatura pelos EUA e a adesão da China a metas de redução da emissão de gases de efeito estufa.

Nessas condições, a economia mundial deve crescer a uma taxa média de 4,13% ao ano entre 2008 e 2020, devendo apresentar uma pequena inflexão no final desta década por conta de um ajuste nos desequilíbrios fiscais e cambiais dos Estados Unidos, acompanhado por uma moderação do ritmo acelerado de crescimento da China. O Gráfico 34 apresenta o resultado da simulação feita para a dinâmica futura da economia mundial com base nas hipóteses e seus desdobramentos econômicos.

No **Brasil**, este movimento é acompanhado de um processo lento e tardio de ajuste na economia e de implementação das reformas microeconômicas, com resultados de retomada do crescimento e fortalecimento de políticas a partir da virada da década. Parte do quadro atual - processo combinado de estabilidade econômica e modesto crescimento e ambiente microeconômico de alto custo, políticas sociais e regionais limitadas e compensatórias – para incorporar, a partir de 2010, ajuste fiscal forte, com redução dos gastos correntes públicos, e reformas trabalhista, tributária e regulatória.

Gráfico 34 - Estimativa do Crescimento Real do PIB Mundial na Trajetória Mais Provável- 2005-2020



Fonte: Multivisão

Dessa forma, o Brasil inicia, a partir de 2008, a retomada moderada do crescimento econômico e recuperação da capacidade de investimento, que vão se intensificar e amadurecer com o ajuste fiscal e as reformas. Os resultados serão contabilizados apenas na segunda década do século (2011/2020), quando o Brasil registra um crescimento econômico moderado a alto (ver resultado da simulação no Gráfico 35), com estabilidade e implementação de políticas regional, social e ambiental estruturadoras.

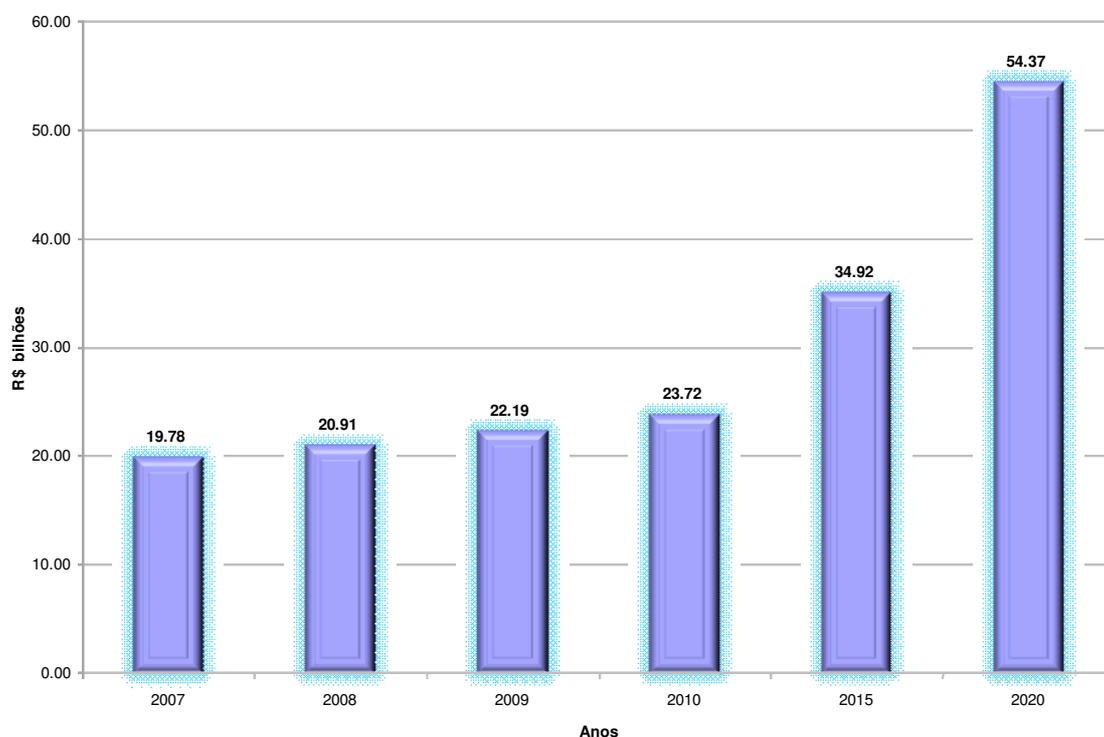
Gráfico 35 - Crescimento Real do PIB Brasil na Trajetória Mais Provável - 2005-2020



Fonte: elaboração Multivisão

Acompanhando o contexto externo – mundo e Brasil – a evolução futura mais provável da Paraíba vai de um quadro de *baixo crescimento com início parcial da implantação de projetos e iniciativas* (Cena 1: 2008-2010) para uma *lenta, mas consistente retomada do crescimento econômico* (Cena 2: 2011-2020) na medida em que amadurecem os processos e investimentos e melhoram as condições do ambiente externo, refletindo no *aumento (também lento) dos indicadores sociais* do Estado. Na média, a Paraíba cresce 8% ao ano nos próximos 13 anos, sendo 6,24% nos três anos até 2010, e se acelerando para uma média de 8,65% nos últimos dez anos do período. O PIB da Paraíba se eleva dos atuais, R\$ 19,78 bilhões de reais (estimativa para 2007) para R\$ 23,72 bilhões, em 2010 e evoluindo para R\$ 59,37 bilhões em 2020 (ver Gráfico 36).

Gráfico 36 – Evolução do PIB da Paraíba na Trajetória Mais Provável 2007-2020 (em R\$ Bilhões)

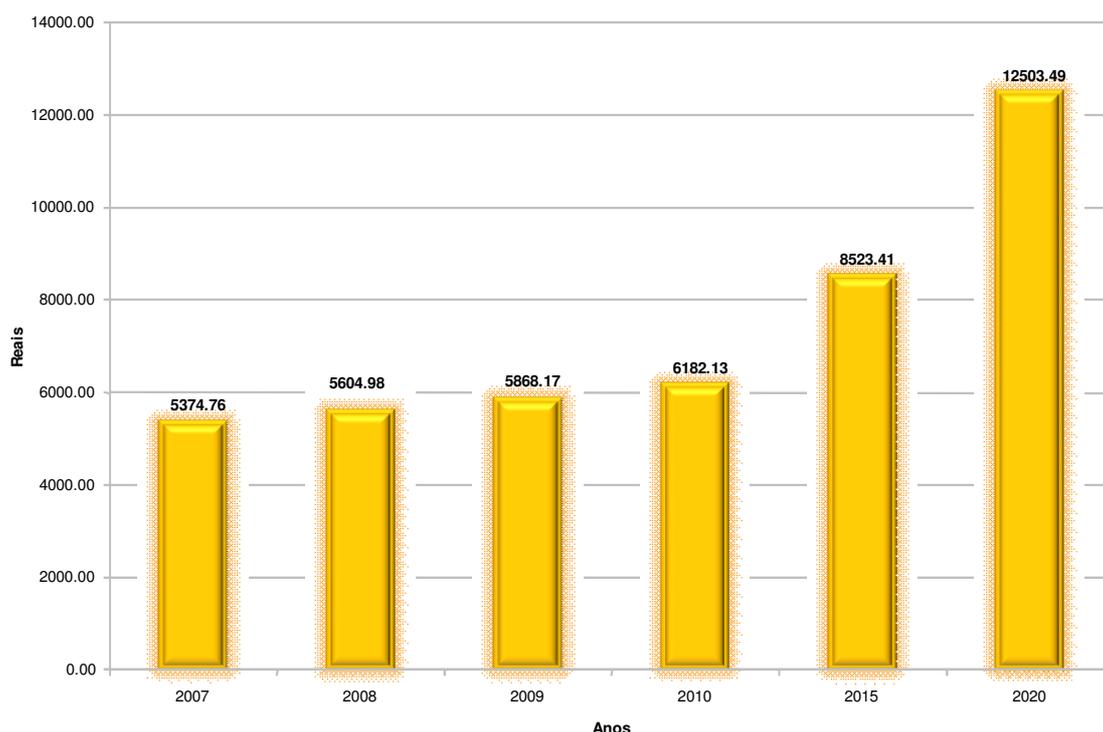


Fonte: Multivisão

Dessa forma, as características atuais ainda são dominadas, nos primeiros anos, por dificuldades governamentais e postura passiva e dependente do empresariado paraibano, mas iniciando a concepção e elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento, definindo as grandes bandeiras do Estado para os desafios do futuro. A partir de 2008 (início da cena 1), a Paraíba inicia a implementação (ainda com dificuldades) do Plano estratégico de desenvolvimento (Paraíba 2020), cujos efeitos são potencializados pelas mudanças favoráveis no contexto externo, repercutindo também na mudança de atitude dos empresários que assumem iniciativas inovadoras e ousadas de investimento e adensamento das cadeias produtivas do Estado.

A retomada do crescimento econômico num Estado com baixa expansão demográfica provoca uma importante elevação do PIB per capita da Paraíba, mesmo considerando que, de acordo com as hipóteses, nos últimos anos, deve declinar a emigração e aumentar um pouco o ritmo de crescimento da população. Como mostra o Gráfico 37, o PIB per capita da Paraíba atinge de R\$ 5.604,98 em 2008, se eleva para R\$ 6.182,00, em 2010, e evolui para R\$ 12.503,00, em 2020, praticamente dobrando em 13 anos.

Gráfico 37 – Evolução do PIB Per Capita da Paraíba na Trajetória Mais Provável 2007-2020 (em R\$)



Fonte: Multivisão

Na medida em que amadurecem as condições externas e se implementam o Plano Estratégico combinado com a nova postura dos empresários, a Paraíba entra num ciclo de dinamização da economia e de implementação de políticas econômicas, sociais e ambientais estruturadoras. E como deve crescer acima da média nacional e regional, a economia paraibana vai aumentando sua participação no PIB do Brasil e do Nordeste; de 5,97% da economia nordestina, estimada para 2007, o PIB paraibano passa a representar 6,05%, em 2010, e evolui para 6,67%, em 2020, consolidando sua posição de quinta economia nordestina. Em relação à economia brasileira, a Paraíba avança dos atuais 0,85% do PIB nacional (estimativa para 2007), para 0,88%, três anos depois (2010), e logo para 1,17% em 2020 (ver Gráfico 38).

Figura 6.1 - Trajetória Mais Provável - Mundial, Nacional e da Paraíba - Cena de Partida - 2007.



Figura 6.2 - Trajetória Mais Provável - Mundial, Nacional e da Paraíba - Cena 1 – 2008/2010

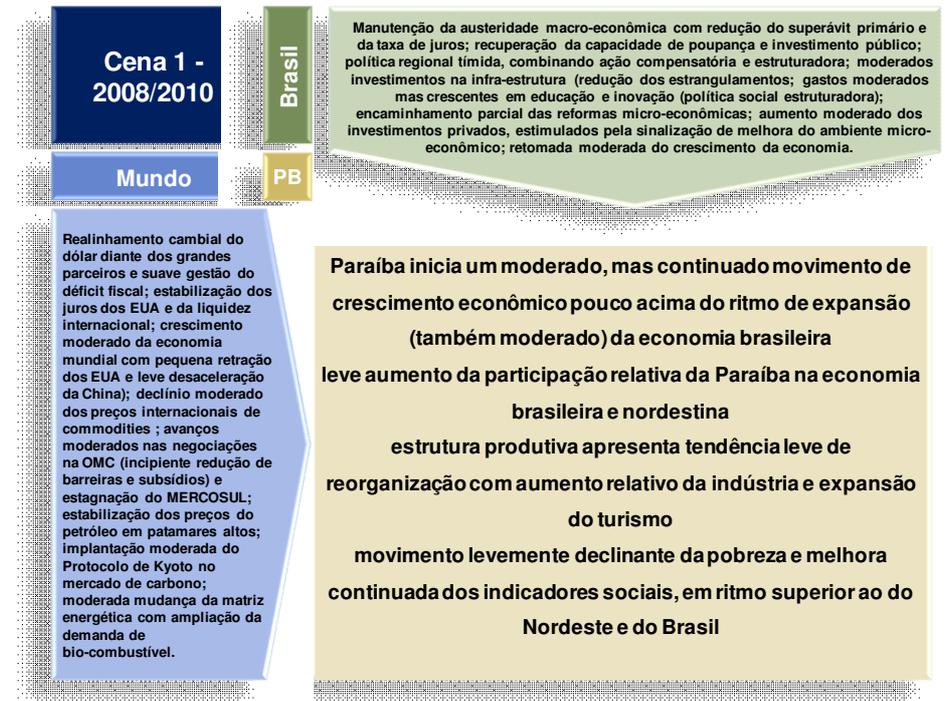
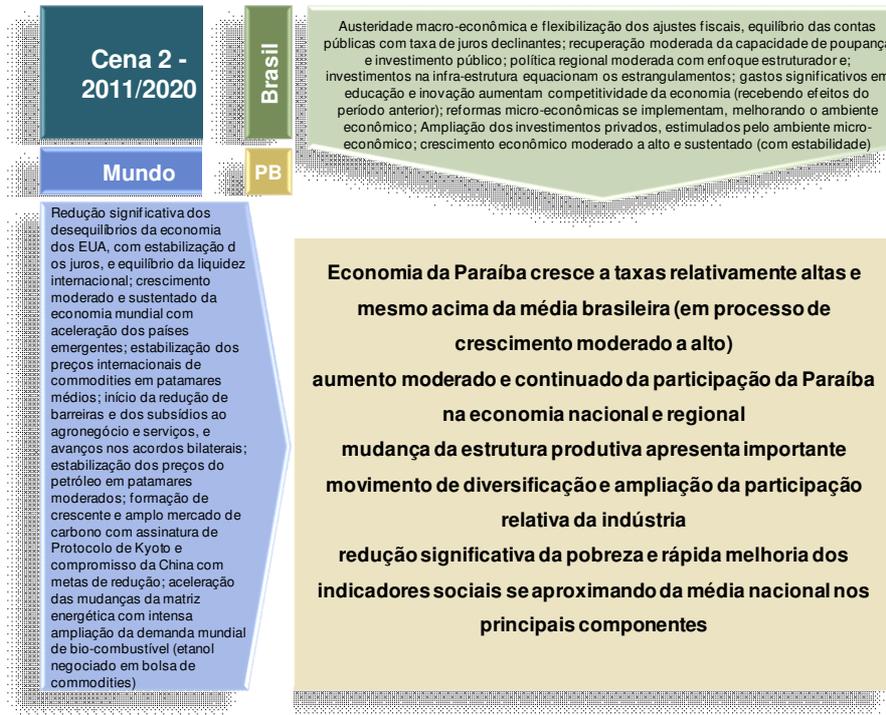
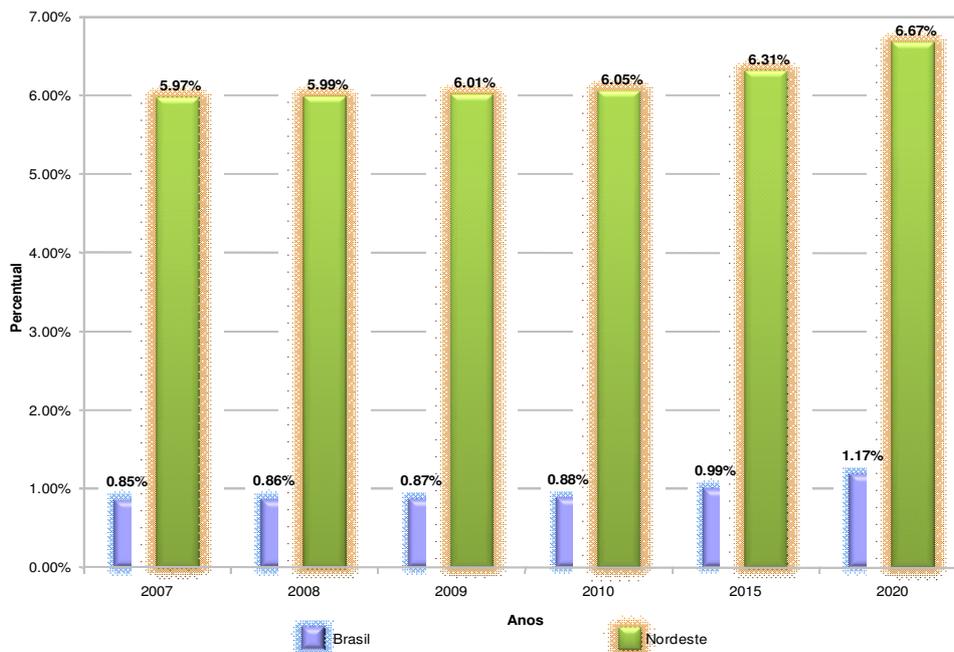


Figura 6.3 - Trajetória Mais Provável - Mundial, Nacional e da Paraíba - Cena 2 – 2011/2020



Fonte: Multivisão

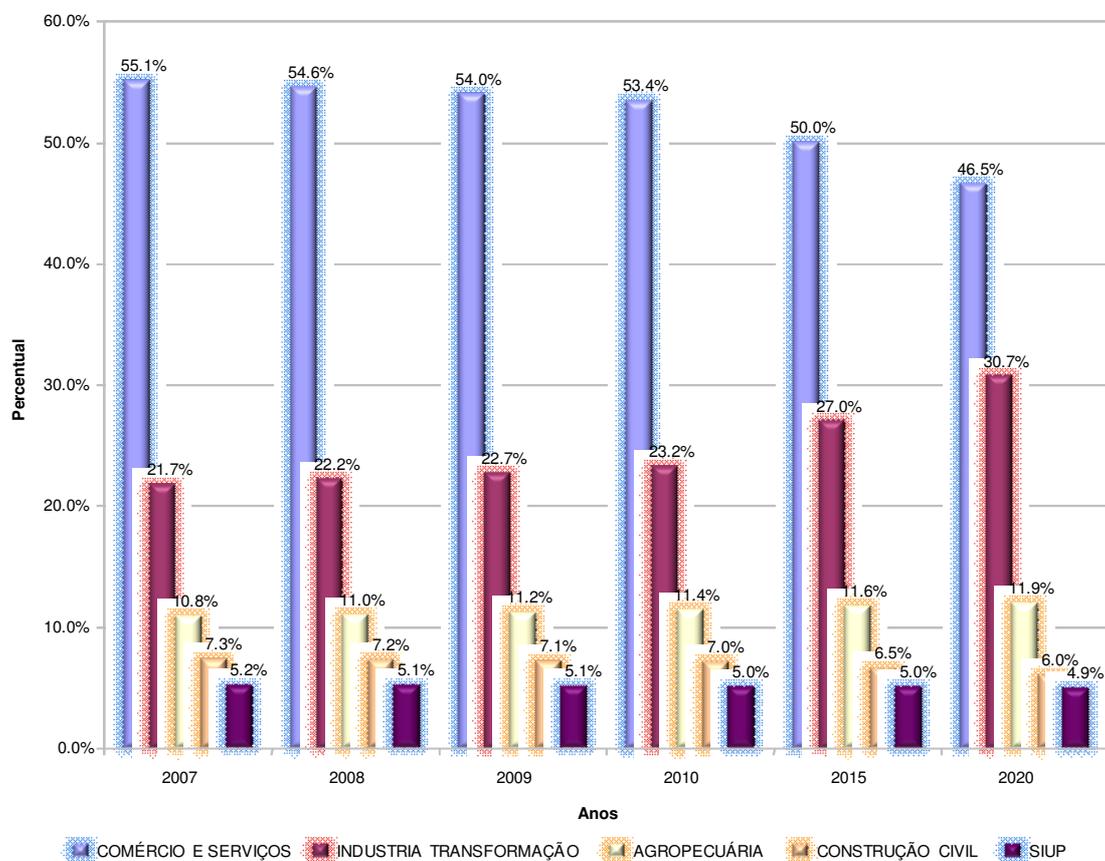
Gráfico 38 – Evolução da Participação da Paraíba no PIB do Brasil e do Nordeste na Trajetória Mais Provável 2007-2020



Fonte: Multivisão

O crescimento e a modernização da economia paraibana devem ser acompanhados de uma lenta, mas importante alteração da estrutura produtiva do Estado, ampliando o peso relativo da indústria de transformação ao mesmo tempo em que declina a participação do setor Comércio e Serviços. Como mostra o Gráfico 39, a indústria de transformação passa de 21,7% (estimativa de 2007) para 23,2%, em 2010, saltando para 30,7%, em 2020, como resultado dos investimentos na agregação de valor e adensamento das cadeias produtivas. Embora continue como o de maior peso na economia paraibana, o setor Comercio e Serviços perde posição relativa; declina de 55,1% de 2007, para 53,4%, em 2010, e logo para 46,5%, em 2020.

Gráfico 39 – Evolução da Estrutura Produtiva da Paraíba na Trajetória Mais Provável 2007 -2020



Fonte: Multivisão

A Matriz 2 apresenta, de forma detalhada, o resultado da simulação dos principais indicadores econômicos da Trajetória mais Provável da Paraíba e seu contexto externo (mundial e nacional).

Matriz 2 - Resumo do Desempenho das Variáveis Centrais na Trajetória Mais Provável

Desempenho das Variáveis Centrais da TMP Mundial						
Variáveis	2007	2008	2009	2010	2015	2020
PIB Mundial (US\$ Tri - 2006)	50,43	52,57	54,80	57,00	69,34	85,39
Variação Real Anual (%)	4,75%	4,25%	4,25%	4,00%	4,00%	4,25%
Comércio Mundial (US\$ Tri)	32,08	34,46	37,03	39,62	42,39	56,48
Fluxo Líquido de Capital Privado (US\$ Bi)	277,35	299,65	323,34	347,68	436,87	597,71
Fluxo Líquido de Capital Privado Para o Brasil (Bi US\$)	16,64	18,73	21,02	23,47	34,95	59,77
Inflação Mundial (%)	3,50%	3,25%	3,00%	3,00%	3,00%	3,25%
Taxa de Juros Nominais de LP Tesouro EUA (%)	5,25%	5,00%	4,75%	4,75%	4,50%	4,25%
Desempenho das Variáveis Centrais da TMP do Brasil						
Variáveis	2007	2008	2009	2010	2015	2020
PIB Brasil (Bi R\$ Correntes)	2.507,48	2.726,88	2.958,67	3.210,15	4.882,84	7.427,09
PIB Brasil (Bi R\$ 2005)	2.333,22	2.444,04	2.560,14	2.688,14	3.513,30	4.646,40
Variação Real Anual	4,75%	4,75%	4,75%	5,00%	5,50%	5,75%
População BR (Milhões Habitantes)	189.980	192.725	195.462	198.188	211.097	223.461
Variação Anual	1,47%	1,44%	1,42%	1,39%	1,27%	1,14%
Renda Total (Bi R\$ de 2005)	1464,73	1534,30	1607,18	1687,54	2205,55	2916,88
Renda Per Capita (R\$ de 2005)	7.709,9	7.961,1	8.222,5	8.514,8	10.448,1	13.053,2
PIB Percapita BR (R\$ de 2005)	12.281,39	12.681,51	13.097,90	13.563,59	16.643,09	20.792,88
Cambio Médio Anual	2,000	1,975	1,950	1,925	1,900	1,875
Inflação (IPCA-IBGE)	3,20%	4,00%	3,75%	3,50%	3,25%	3,00%
Investimento - FBKF (% do PIB)	18,0%	19,0%	20,0%	21,0%	22,5%	25,5%
Exportações (% do PIB)	13,9%	14,7%	15,2%	15,5%	15,7%	15,5%
Importações (% do PIB)	10,1%	11,6%	12,8%	13,7%	14,2%	14,0%
Saldo BC (% do PIB)	3,8%	3,1%	2,4%	1,8%	1,5%	1,5%
Grau de Abertura ((X+M)/PIB)	24,0%	26,3%	28,0%	29,3%	29,9%	29,5%

Continua...

...Continuação

Desempenho das Variáveis Centrais da TMP do Nordeste						
Variáveis	2007	2008	2009	2010	2015	2020
PIB Nordeste (% Brasil)	14,19%	14,29%	14,42%	14,59%	15,76%	17,55%
PIB Nordeste (bi R\$, Correntes)	355,79	389,55	426,50	468,26	769,72	1303,77
PIB Nordeste (bi R\$ de 2005)	331,06	349,14	369,05	392,12	553,83	815,64
Variação Anual Real	5,23%	5,46%	5,70%	6,25%	7,15%	8,05%
População NE (milhões de habitantes)	52,35	52,99	53,62	54,25	57,67	60,93
População NE / População Brasil (%)	27,56%	27,50%	27,44%	27,38%	27,32%	27,27%
PIB Per Capita NE (R\$ de 2005)	6.323,51	6.588,80	6.881,89	7.226,68	9.602,37	13.385,09
Renda Per Capita (R\$ de 2005)	4.378,81	4.562,52	4.765,47	5.004,23	6.649,31	9.268,71
Desempenho das Variáveis Centrais da TMP do Paraíba						
Variáveis	2007	2008	2009	2010	2015	2020
PIB PB (bi R\$ correntes)	21,25	23,33	25,65	28,32	48,54	86,91
PIB PB (bi R\$ de 2005)	19,78	20,91	22,19	23,72	34,92	54,37
Variação Real Anual	5,36%	5,74%	6,13%	6,88%	8,04%	9,26%
PIB PB (% PIB BR)	0,85%	0,86%	0,87%	0,88%	0,99%	1,17%
PIB PB (% PIB NE)	5,97%	5,99%	6,01%	6,05%	6,31%	6,67%
Agropecuária (% PIB)	10,78%	10,95%	11,15%	11,38%	11,63%	11,90%
Indústria Agregada (% PIB)	34,2%	34,5%	34,9%	35,2%	38,4%	41,6%
Indústria de Transformação (% PIB)	21,70%	22,20%	22,70%	23,20%	26,95%	30,70%
Serviços de Gás/Água/Eletric.(% PIB)	5,15%	5,10%	5,05%	5,00%	4,95%	4,90%
Construção Civil (% PIB)	7,30%	7,20%	7,10%	7,00%	6,50%	6,00%
PIB Setor Serviços (% PIB)	55,08%	54,55%	54,00%	53,43%	49,98%	46,50%
PIB Agropecuária (R\$ mi 2005)	2.131,15	2.289,98	2.474,69	2.698,20	4.059,88	6.470,29
PIB Indústria Agregada (R\$ mi 2005)	6.754,41	7.215,01	7.734,79	8.349,58	13.410,70	22.618,82
PIB Indústria Transformação (mi R\$2005)	4.291,97	4.642,70	5.038,16	5.503,13	9.411,94	16.692,25
PIB Construção Civil (R\$ mi 2005)	1.018,60	1.066,57	1.120,82	1.186,02	1.728,72	2.664,24
PIB SIUP (Gás, Água Eletricidade) (R\$ mi 2005)	1.443,84	1.505,74	1.575,81	1.660,43	2.270,04	3.262,33
PIB Serviços (R\$ mi 2005)	10.893,09	11.408,08	11.985,04	12.672,62	17.453,12	25.283,05
População PB (1000 habitantes)	3.680	3.731	3.782	3.837	4.097	4.349

Continua...

Desempenho das Variáveis Centrais da TMP do Paraíba						
Variáveis	2007	2008	2009	2010	2015	2020
População PB/População BR	1,937%	1,936%	1,935%	1,936%	1,941%	1,946%
PIB Per Capita PB (R\$ 2005)	5.374,76	5.604,98	5.868,17	6.182,13	8.523,41	12.503,49
PIB Per Capita PB / NE (%)	85,0%	85,1%	85,3%	85,5%	88,8%	93,4%
PIB per capita PB / BR (%)	43,8%	44,2%	44,8%	45,6%	51,2%	60,1%
Renda Total (mi R\$ de 2005)	12.678,68	13.405,88	14.227,33	15.205,45	22.387,09	34.854,11
Renda Per Capita (R\$ de 2005)	3.445,37	3.592,95	3.761,67	3.962,92	5.463,75	8.015,09
Renda Per Capita (% Nordeste)	78,68%	78,75%	78,94%	79,19%	82,17%	86,47%
Receita Total (Correntes + Capital - Fundef)/PIB	22,50%	22,44%	22,31%	22,09%	20,69%	18,99%
Transferências Correntes/PIB	11,38%	11,38%	11,38%	11,38%	11,38%	11,38%
Receita Própria (Tributária)/PIB	11,12%	11,06%	10,93%	10,71%	9,31%	7,62%
Gastos do Governo/PIB	22,50%	22,44%	22,31%	22,09%	20,69%	18,99%
Investimento Público / PIB	1,45%	1,46%	1,49%	1,53%	1,83%	2,49%
Investimento Público/Receita Corrente	6,19%	6,26%	6,36%	6,48%	7,17%	8,08%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (% PIB)	13,28%	13,51%	13,92%	14,53%	18,43%	25,13%
Investimento Privado (% PIB)	11,83%	12,05%	12,43%	13,01%	16,60%	22,63%
Exportações (%PIB)	1,12%	1,19%	1,29%	1,42%	2,17%	3,17%
Importações (%PIB)	0,89%	0,94%	1,02%	1,14%	1,89%	2,89%
Grau de Abertura (%PIB)	2,01%	2,13%	2,31%	2,56%	4,06%	6,06%
Saldo Comercial (% PIB)	0,22%	0,25%	0,27%	0,27%	0,27%	0,27%

Fonte: Multivisão/SEPLAG



III. A PARAÍBA QUE QUEREMOS VISÃO DO FUTURO

Em 2020, a Paraíba é um Estado com qualidade de vida da população e uma economia competitiva que favorece a integração econômica nacional e ampliação do comércio externo, aproveitando as potencialidades paraibanas, com conservação e recuperação do meio ambiente. A Paraíba ostenta os melhores indicadores sociais do Nordeste e próximos da média nacional, estimulados pela elevação da renda per capita e pelas políticas social e ambiental implementadas pelos governos paraibanos nos próximos 13 anos. Neste período, de mais de uma década, O Estado passou por um acelerado processo de mudança e modernização com controle ambiental e desdobramento social do dinamismo econômico acima da média nacional e regional.

No processo de desenvolvimento do Estado, merece destaque a melhoria da infraestrutura, como elemento que amplia a competitividade da economia e a qualidade de vida dos cidadãos. A melhoria e ampliação da infra-estrutura econômica aumentam a competitividade da economia paraibana e complementa a integração regional, fortalecendo a formação de um grande Eixo logístico no Nordeste oriental apoiado no Porto de Cabedelo. A malha rodoviária é muito boa e as estradas estão duplicadas, conservadas e bem sinalizadas. A duplicação da BR-101 dinamizou a economia regional e irradiou o dinamismo ao longo do Eixo litorâneo, ampliando os investimentos industriais, o comércio e os serviços de qualidade. Em 2020, a Paraíba é um grande centro logístico no Nordeste.

O aeroporto Castro Pinto foi ampliado e modernizado e opera com regularidade estimulando o turismo e a integração da economia paraibana com o resto do mundo. Cabedelo é um porto moderno e amplo, com maior calado e custos baixos, tornando-se uma porta para exportação e logística regional e está adaptado para a atividade pesqueira e para o portal de recebimento de turistas. Houve interiorização do transporte ferroviário para carga e passageiros, fortalecendo a competitividade das economias locais e facilitando a locomoção da população e a interiorização da economia, incluindo o turismo.

O aumento da escolaridade da população paraibana, resultado de continuados investimentos e gestão pública competente, assim como a melhoria da qualidade mão-de-obra paraibana, ampliam significativamente a competitividade da economia paraibana, principalmente porque foi acompanhado do fortalecimento do sistema de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação do Estado, de forma desconcentrada no território da Paraíba.

O crescimento econômico da Paraíba supera as taxas de crescimento do Brasil e a economia cresceu em todas as regiões do Estado, elevando o emprego e a renda da

população e contribuindo para a desconcentração regional da economia paraibana. Além disso, aumenta a capacidade de investimento e gastos governamentais, combinando a ampliação do PIB com a melhoria da eficiência da máquina pública arrecadadora.

Os setores produtivos estão articulados em torno de arranjos produtivos locais, devidamente inseridos nos mercados externos e atentos às regulações ambientais. O mundo empresarial está mais participativo, mais produtivo e gera emprego para todos, e várias indústrias nacionais e internacionais estão instaladas de forma uniforme, por todo o Estado. O crescimento industrial é viabilizado pela competitividade da economia ampliada e consolidada com a base científica e tecnológica, que recuperou o lugar de destaque da Paraíba no cenário nacional, em especial, na área de inovação tecnológica.

A universidade é acessível a todos, e, através dos seus centros de pesquisa tem mantido uma integração constante com os setores produtivos, introduzindo inovações tecnológicas de produtos e de processos nas empresas paraibanas, abrindo-lhes oportunidades, tanto no cenário nacional, quanto no cenário externo. O crescimento da escolaridade e do ensino superior tem sido acompanhado da ampliação da Educação Profissional, preparando a população para a empregabilidade numa economia dinâmica.

A base econômica do Estado é bastante diversificada, com produtos agropecuários e minerais e com um parque industrial amplo que agrega valor à economia paraibana. A integração da Paraíba com a ferrovia Transnordestina, a exploração de petróleo e gás natural no interior e na plataforma continental estimulam o crescimento econômico e dinamizam as exportações paraibanas.

O turismo atrai grande volume de capital estrangeiro, ampliando os serviços para melhor atendimento ao turista, se tornando importante fonte de emprego e renda. Houve uma ampliação na instalação de hotéis, especialmente, ligando o litoral norte e sul, ao mesmo tempo em que se amplia o turismo rural, estimulando e ampliando as condições de habitabilidade no território do Estado.

O dinamismo da economia paraibana e a ampliação das políticas sociais dos governos, especialmente em saneamento, educação, saúde pública e segurança promovem o aumento geral da qualidade de vida da população paraibana, reduzindo as desigualdades sociais, a mortalidade infantil e o analfabetismo, e ampliando o acesso da população a bens e serviços sociais de qualidade.

A qualidade de vida do paraibano melhorou muito, especialmente para as parcelas mais pobres da população, que têm acesso à escola, a atendimento médico-hospitalar, melhor alimentação e à moradia digna. As cidades dotadas de saneamento ambiental e de infra-estrutura básica constituem-se atrativos para implantação de novas empresas e de novos negócios.

Todas as crianças e jovens estão na escola e não há mais crianças vivendo nas ruas. O governo do Estado, em parceria com os municípios e empresas privadas, recuperou e equipou todas as escolas do Estado, proporcionando, também, a inclusão digital. As escolas funcionam em tempo integral, ampliando a motivação dos estudantes que se projetam através do protagonismo juvenil, valorizando os profissionais do magistério.

A maior média de anos de estudo reduziu o desemprego, melhorando os indicadores sociais, reduzindo o analfabetismo e a mortalidade infantil, que se aproxima das taxas dos países de primeiro mundo. O índice de criminalidade está bastante reduzido, na medida em que o combate ao crime organizado, inclusive, com a polícia de fronteiras coíbe o tráfico de drogas. Os policiais são treinados e bem remunerados e as cadeias são, de fato, locais de socialização do apenado. A cultura paraibana está preservada e disseminada em todo o Estado, com divulgação ampliada, o que é fator fundamental para ampliação da auto-estima da população, além de favorecer a atração do turismo.

A população tem acesso à casa própria e a recuperação de favelas, com a implantação de programas na área de saneamento básico, melhorou bastante as condições de habitabilidade e criou oportunidades para os jovens, através do emprego, do esporte, da cultura e do lazer. O emprego aumentou a auto-estima dos paraibanos. Os serviços de saúde são de qualidade em todos os municípios, tendo sido construídos vários hospitais regionais que contam com profissionais qualificados e garantem bom atendimento.

A transposição das águas do Rio São Francisco proporcionou uma melhor gestão dos recursos hídricos, o que possibilita o desenvolvimento da agricultura irrigada e a melhoria de vida do homem do campo. O Canal da Redenção se concretizou e as bacias hídricas foram interligadas, facilitando o desenvolvimento da carcinicultura. A conscientização ambiental do paraibano é forte, ajudando a conservar o meio ambiente e dando sustentação política a iniciativas e instrumentos de gestão ambiental do Estado, o que contribui para a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida. O reflorestamento se amplia, aumentando a cobertura florestal e reduzindo a suscetibilidade à desertificação.

A Paraíba ganhou maturidade política, de tal modo que, apesar da tradicional rivalidade política, todos trabalham para o bem do Estado, os poderes vivem em harmonia, zelando pelos interesses da sociedade; houve um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento do Estado. Esta mudança política foi acompanhada e validou uma reorganização da estrutura organizacional do Estado paraibano, introduzindo racionalidade, planejamento e eficiência na administração pública paraibana. Os políticos sabem que a população tem conhecimento do Plano de Desenvolvimento e que, independentemente dos interesses partidários, este Plano deve ser cumprido.



IV. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA

A estratégia de desenvolvimento da Paraíba é o conjunto articulado e convergente de ações e iniciativas públicas e privadas que promovam as mudanças na economia e na organização social do Estado em conformidade com as características ambientais. Trata-se da estratégia capaz de construir o futuro da Paraíba na direção da visão desejada e esperada da realidade paraibana nos próximos 13 anos. O cenário desejado, que mais se aproxima da visão de futuro, segue uma trajetória semelhante à considerada mais provável: movimento lento e continuado de melhoria do contexto externo, principalmente do Brasil, incluindo retomada do crescimento econômico, e efetiva implantação da estratégia de desenvolvimento, resultado da postura dos atores em favor do desenvolvimento do Estado. Em outras palavras, a implantação da estratégia foi considerada provável e, portanto, se beneficiando de um ambiente externo favorável (considerado também o mais provável). A Paraíba avança na direção de uma economia moderna e competitiva com melhoria da qualidade de vida e conservação ambiental; e vai vencendo as restrições e equacionando os estrangulamentos que preparam a Paraíba para os desafios do futuro.

4.1 Circunstâncias da realidade

A estratégia deve incorporar iniciativas e ações da Paraíba para se situar positivamente no contexto externo, vale dizer, se preparar para aproveitar as oportunidades que devem surgir no contexto mundial e nacional e para se defender ou neutralizar as ameaças externas, segundo o que foi considerado mais provável na trajetória dos cenários.

4.1.1 Oportunidades do ambiente externo

Analisando os cenários mundiais e nacionais e, principalmente a trajetória mais provável do ambiente externo à Paraíba, foi identificado um conjunto de oportunidades, entendidas como **processos ou fatores exógenos**, sobre os quais o Estado não tem controle, e que **podem exercer influência positiva sobre ele**,

favorecendo o seu desenvolvimento, desde que efetivamente aproveitados. São as seguintes as oportunidades de futuro da Paraíba:

- a) **Abertura do mercado internacional** de açúcar com redução das barreiras e subsídios, no âmbito das negociações multilaterais na OMC, especialmente na Europa, criando oportunidades para as regiões produtoras de açúcar do Brasil inclusive a Paraíba, que mesmo com menor produtividade que a Região Sudeste do Brasil, tem vantagem competitiva em nível mundial;
- b) Tratamento das mudanças ambientais (climáticas) com **ampliação do Protocolo de Kyoto, com impacto na mudança da matriz energética** trazendo crescimento da utilização de biocombustíveis, especialmente álcool combustível e biodiesel. A preocupação com os problemas ambientais, inclusive climáticos, deve levar um aumento significativo da demanda mundial de biocombustíveis (especialmente álcool) como resultado da mudança da matriz energética gerada pelo avanço do Protocolo de Kyoto (assinatura pelos EUA e definição de metas pela China), elevação dos preços do petróleo e preocupação com a dependência externa das grandes potências;
- c) **Ampliação de mercado de crédito de carbono** para projetos de reflorestamento, tratamento de lixo urbano e produção de energia de biomassa, podendo favorecer a Paraíba;
- d) **Crescimento do turismo mundial e nacional**, na busca da natureza – sol e mar - e da diversidade cultural e especificidades arqueológicas, nos quais a Paraíba tem grandes atrativos;
- e) **Produção de biodiesel no semi-árido** aproveitando a mamona, o algodão, o Pinhão Manso e outras oleaginosas, com criação de oportunidades econômicas em área de pouca vantagem competitiva no Estado da Paraíba;
- f) **Recuperação lenta, mas continuada da economia brasileira**, tendo em vista que a reduzida capacidade de inversões do setor público para ofertar infra-estrutura econômica e apoiar investimentos produtivos;
- g) Aprovação parcial e lenta das principais **reformas microeconômicas**, mas com avanços pontuais como no caso da aprovação do novo marco do saneamento básico, formando um

ambiente favorável ao investimento produtivo nacional (diminuição da carga tributária, redução dos encargos sociais, fortalecimento dos marcos regulatórios, etc.);

- h) Recuperação a médio prazo da **capacidade de poupança e de investimento público** nacional, aumentando a disponibilidade para aplicação nos projetos estaduais de interesse relevante;
- i) Implementação de **investimentos estruturadores** no Brasil (PAC) estimando R\$ 80,4 bilhões na Região Nordeste com influência direta ou indireta na Paraíba;
- j) **Integração do Nordeste Oriental** (especialmente Pernambuco e Paraíba) com a duplicação da BR 101 abrindo uma mancha logística no litoral e permitindo uma irradiação econômica regional, articulando com a retomada do dinamismo econômico de Pernambuco como resultado dos grandes investimentos e potencial irradiação regional (Nordeste oriental)
- k) **Integração com os cerrados brasileiros** (centro do agronegócio brasileiro) pela implantação da ferrovia Transnordestina, adensando a mancha logística para oeste, principalmente se for construído o ramal para Cabedelo;
- l) **Ampliação da demanda mundial (e nacional) de alimentos** (incluindo proteína animal), acompanhando o crescimento da renda, especialmente na Ásia, onde se concentra expressiva parcela da população e da pobreza mundial;
- m) **Crescimento da demanda mundial e nacional por produtos orgânicos** e com processos produtivos sustentáveis (selo de qualidade ambiental);
- n) **Implementação de mecanismos de indução da desconcentração regional da economia nacional** (estímulo às regiões de menor desenvolvimento).

4.1.2 Ameaças do ambiente externo

A trajetória mais provável do contexto externo carrega um conjunto de **processos ou fatores exógenos**, sobre os quais o Estado não tem controle, e que **podem dificultar o seu desenvolvimento**, a não ser que sejam adotadas medidas que

moderem ou neutralizem seus impactos. São as seguintes as ameaças de futuro da Paraíba:

- a) **Concorrência espúria da China** com salários baixos, subsídios e limitado controle ambiental, que devem persistir alguns anos enquanto as regras da OMC não exerçam controle e inibam este tipo de concorrência, ameaçando os negócios da Paraíba;
- b) **Restrições da oferta de energia** no Nordeste (incluindo Gás Natural) com dependência dos grandes projetos energéticos nacionais (incluindo as hidrelétricas e o GASENE);
- c) **Limitação da capacidade de investimento público** do Brasil, nos primeiros anos, para implantação dos projetos estruturadores com impacto na Paraíba (duplicação da BR 101, Transnordestina, Transposição da bacia do São Francisco, adutoras, etc.);
- d) **Indefinições e restrições do ambiente microeconômico**, nos primeiros anos, contendo os investimentos privados no Brasil (também na Paraíba) e, portanto, o dinamismo econômico;
- e) **Desagregação social e elevado custo social do Brasil** (e Estados vizinhos) devido à violência, ao crime organizado, pobreza, corrupção, impunidade e marginalidade, especialmente dos jovens (Custo Brasil);
- f) Aumento das **exigências de qualidade da demanda mundial** (e nacional) de bens e serviços (responsabilidade social e ambiental);
- g) Elevação das **barreiras não tarifárias** no comércio internacional como fitossanitárias, ambientais, etc.;
- h) Manutenção da **concorrência interestadual no Brasil** e, principalmente, no Nordeste na captação de recursos públicos e atração de investimento privado, enquanto não se concretiza a reforma tributária;
- i) Intensificação da **concorrência de países do MERCOSUL** com comprovados prejuízos para os Estados do Nordeste já que tendem a concentrar o comércio do Sul e Sudeste com os parceiros do bloco econômico, combinando proximidade física e competitividade;

4.1.3 Potencialidades internas

A Paraíba tem características internas positivas que constituem **potencialidades** de desenvolvimento, como um **diferencial positivo do Estado no** contexto nacional e mundial (**vantagem competitiva**), que podem constituir a base para o desenvolvimento do Estado, desde que devidamente, exploradas e focadas nas condições externas. Da análise da realidade paraibana foram identificadas as seguintes potencialidades:

- a) Recursos naturais e histórico-culturais para o desenvolvimento de **atividades turísticas** nas modalidades de lazer, negócios e rural, como as belezas naturais na faixa litorânea com reserva de Mata Atlântica, rios, mangues, flora, fauna, falésias, lagoa natural artisticamente urbanizada na capital, a Ponta do seixas, o ponto extremo mais oriental das Américas e importantes conjuntos urbanísticos e histórico culturais. E, no interior do Estado, importantes sítios paleontológicos e arqueológicos, rico artesanato e patrimônio cultural, grandes eventos, tudo em harmonia com arquiteturas antiga e moderna;
- b) *Posição favorável com boa oferta de infra-estrutura econômica, disponibilidade de uma **boa malha rodoviária** e capacidade e localização do **Porto de Cabedelo**;*
- c) Capacidade de produção de **insumos e matérias-primas de qualidade** diferenciada e **qualidade da mão-de-obra** para expansão e desenvolvimento da cadeia da indústria têxtil e de confecções;
- d) Base importante de **recursos minerais não-metálicos** em quantidade e qualidade necessárias à implantação de unidades de produção de insumos para a indústria da construção civil em geral (cimento, pisos, revestimentos e outros);
- e) Disponibilidade de **petróleo e gás natural** na bacia do Rio do Peixe, no Oeste paraibano, e na plataforma continental da Paraíba, identificada através de estudos prospectivos da Petrobrás, com áreas de exploração já adquiridas por empresas através de processo de licitação;
- f) Capacidade instalada para o desenvolvimento da **cadeia do artesanato** acoplada às atividades de exploração do turismo, representado por uma produção artesanal de admirável diversificação e beleza; da cerâmica à estopa, ao couro, aos

- santos esculpidos em madeira e em mármore, ao batik, a tecelagem, as rendas e aos labirintos, aos bordados, a cestaria e trançados, cuja produção além da função econômica cumpre a função social de garantir a sobrevivência de milhares de artesãos;
- g) Capacidade instalada (campus avançado da UFPB e Universidade Estadual) para a implantação de um **Centro de Conhecimentos** no Agreste que se irradia para todo o interior paraibano;
 - h) Capacidade instalada (resultado da parceria entre UFCG e iniciativa privada) para produção e exportação de **software** para os EUA e Europa via Pólo de Tecnologia Digital (Farol Digital) no município de Campina Grande;
 - i) Base para a expansão e/ou desenvolvimento de **Arranjos Produtivos Locais** (APL) nos seguintes segmentos produtivos: pesca e carcinicultura, couro, algodão colorido, artesanato, apicultura, fruticultura, sucro-alcooleiro e bio-combustíveis (a partir do algodão, Pinhão Manso, Mamona, Girassol e outras oleaginosas);
 - j) Base para o desenvolvimento da **cadeia de grãos** (sobretudo milho) como suporte à nascente produção avícola;
 - k) Base para o desenvolvimento da **agricultura irrigada**, especialmente com o aumento da oferta de água com adutoras e com a transposição de águas a partir do Rio São Francisco;
 - l) Disponibilidade de mão-de-obra com capacitação, **barata e abundante, em áreas estratégicas**.

4.1.4 Problemas/estrangulamentos internos

O desenvolvimento da Paraíba está sendo, contudo, restringido e contido por várias características internas negativas e indesejadas – **problemas e estrangulamentos** - que, se não forem devidamente enfrentadas e equacionadas, impedirão o aproveitamento das potencialidades e a relação favorável com o contexto externo. Da análise da realidade paraibana foram identificados os seguintes problemas e estrangulamentos internos:

- a) Processo de **degradação ambiental** na Mata Atlântica, na Caatinga, o mais importante bioma do Estado, e nos manguezais litorâneos, comprometendo o berçário natural da fauna e da flora.

A utilização intensiva da lenha, durante décadas, como principal energético residencial, industrial e comercial, promoveu forte degradação na caatinga e nos manguezais litorâneos, comprometendo o berçário natural da fauna e da flora. Além disso, ocorre poluição do ar, das águas e dos escassos mananciais, pelo enxofre liberado no meio ambiente pela utilização do energético “petcoque” – resíduo do processo de destilação do petróleo, importado da Venezuela e dos EUA – em importantes indústrias de João Pessoa.

- b) **Baixos indicadores sociais** com destaque para os indicativos do grau de escolaridade e de analfabetismo funcional, assim como da qualidade da mão-de-obra, ambos fundamentais à atração de investimentos em projetos Industriais e de serviços modernos, como o Turismo. Baixa qualidade de vida da população interiorana, decorrente, em parte, da insuficiência da oferta de serviços sociais de natureza essencial (abastecimento d’água e esgotos sanitários), e dos reduzidos rendimentos auferidos pelos grupos familiares);
- c) **Seca e falta de água** recorrentes em todo o Estado, comprometem a sua capacidade de desenvolvimento econômico-social e de atrair investimentos de porte na agricultura e indústria, sobretudo, para as regiões interioranas;
- d) Acentuado nível de **concentração de renda** no Estado, medido pelo índice de GINI de 0,569, em 2005, em conseqüência da insuficiência de políticas públicas adequadas, que possibilitem reduzir as desigualdades e injustiças sociais;
- e) **Forte migração de mão-de-obra do campo** para os núcleos urbanos de maior porte do Estado e para a Capital, permanecendo residindo no interior o contingente populacional de mais baixa qualificação profissional;
- f) Perversa combinação de baixa renda per capita e baixos rendimentos da força de trabalho com uma forte concentração da renda, **restringem a capacidade de consumo do mercado**, o que se constitui em claro obstáculo a instalação de indústrias voltadas à produção de bens de consumo imediato e duráveis para o mercado interno;

- g) **Frágil infra-estrutura de transportes**, com predomínio do transporte rodoviário, com boa cobertura mas ainda com baixo **nível de pavimentação**, encarecendo os custos de movimentação de passageiros e de carga;
- h) **Transporte ferroviário restrito** com limitações de cobertura da rede e condições inadequadas da via permanente e do material rodante;
- i) **Limitações de calado e de infra-estrutura do Porto de Cabedelo**, importante estrategicamente, comprometendo a capacidade logística do Estado e a capacidade operacional do sistema portuário;
- j) **Movimento aéreo incipiente**, representando apenas cerca de apenas 0,37% do total movimentado no País;
- k) **Limitações na oferta de energia** elétrica e no suprimento de gás natural que podem comprometer a competitividade da economia paraibana e, portanto, a atração de investimentos produtivos para o Estado;
- l) **Estrutura econômica fortemente concentrada** no setor de comércio e serviços, com cerca de quase 70,39%, e mais especificamente nas atividades ligadas aos gastos governamentais como administração pública, segurança e seguridade social (representa quase 1/3 da atividade econômica da Paraíba);
- m) **Forte concentração regional** da economia e da população, assim como desigual distribuição territorial dos indicadores sociais na Paraíba, com os dois grandes centros - João Pessoa e Campina Grande - atraindo a quase totalidade das atividades dos setores industriais e de serviços.

4.2 Eixos Estratégicos de Desenvolvimento da Paraíba

Considerando os fatores exógenos – oportunidades e ameaças – e as condições endógenas – potencialidades e estrangulamentos – foram definidos os grandes Eixos da estratégia que devem **organizar e orientar as ações dos governos e da sociedade** nas próximas décadas, de modo a construir o futuro desejado. Os Eixos estratégicos de desenvolvimento devem assegurar a **convergência das ações e**

iniciativas dos atores sociais e agentes públicos da Paraíba (incluindo as negociações com potenciais parceiros externos).

A estratégia de desenvolvimento da Paraíba está estruturada com base em **seis Eixos estratégicos** que definem a trajetória de mudança que organiza as ações, de forma convergente e complementar para a construção do futuro do Estado. Os Eixos articulam a intervenção concentrada nas grandes dimensões da realidade, cujo efeito combinado leva ao **desenvolvimento sustentável da Paraíba**, tradução síntese do futuro desejado pela sociedade paraibana. A Figura 7 apresenta os Eixos estratégicos e o resultado da sua implementação combinada:

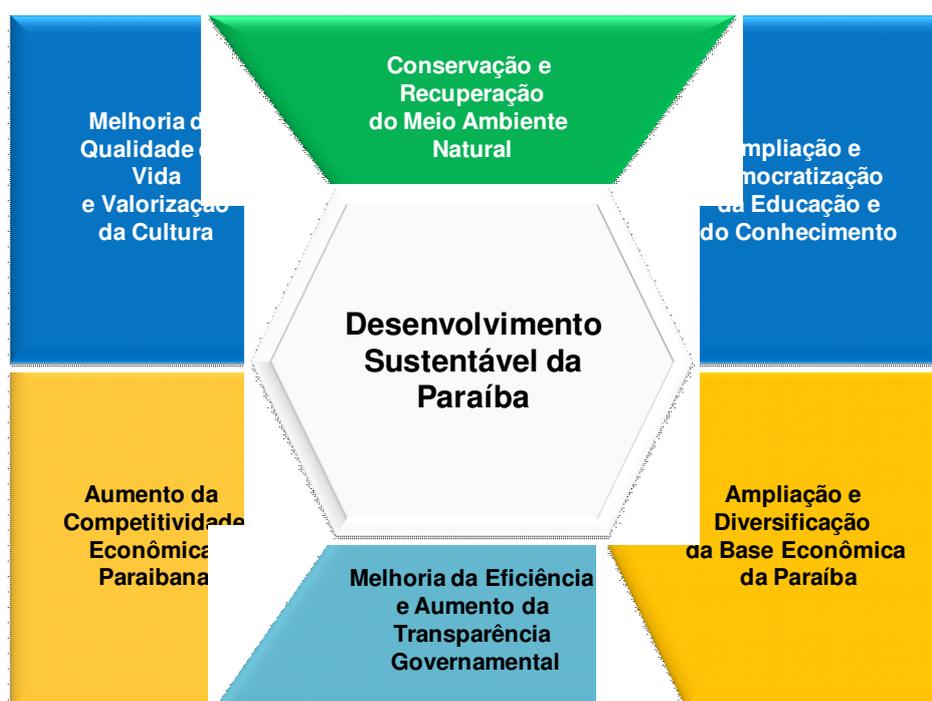
Eixo 1 - Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura

O Eixo 1 agrupa e organiza todas as ações e iniciativas que tratam das questões sociais e culturais e que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, particularmente saneamento, saúde, segurança pública; e aumentem a auto-estima do paraibano.

Eixo 2 - Aumento da competitividade econômica da Paraíba

O Eixo 2 trata das condições da infra-estrutura e hídrica, e da logística que são fundamentais para a competitividade da economia paraibana, principalmente nos transportes rodoviário, ferroviário e portuário do Estado. Embora a competitividade da economia dependa também de segmentos importantes tratados em outros Eixos, como educação e inovação tecnológica (Eixo 4), o Eixo 2 organiza as ações numa parte fundamental das vantagens competitivas da Paraíba.

Figura 7 - Eixos Estratégicos de Desenvolvimento da Paraíba



Fonte: Multivisão

Eixo 3 - Ampliação e diversificação da base econômica da Paraíba

O Eixo 3 focaliza as ações estratégicas e estrutura os programas e projetos que contribuem para a dinamização da economia paraibana e, principalmente, a sua diversificação produtiva que decorre do adensamento dos principais arranjos e cadeias produtivas e da agregação de valor na economia da Paraíba. O crescimento da economia que será promovido pelo Eixo 3 deve elevar a renda da população e ampliar as oportunidades de emprego, contribuindo, portanto, para os resultados sociais. Além disso, deve permitir aumentar a arrecadação pública, viabilizando a ampliação dos gastos e investimentos nos diferentes programas e projetos. Por outro lado, a ampliação e diversificação da economia dependem de ações próprias no Eixo, mas a amplitude e abrangência dos resultados decorrem também da competitividade da economia paraibana, vale dizer, do Eixo 2 e o Eixo 4.

Eixo 4 - Ampliação e democratização da educação e do conhecimento

A educação ampla da população e o desenvolvimento científico e tecnológico são fundamentais para o aumento da competitividade da economia, mas, ao mesmo tempo, contribuem para a redução das desigualdades sociais (educação) e para a melhoria da qualidade de vida. O Eixo 4 estrutura, portanto, as iniciativas voltadas para uma educação de qualidade e de amplo acesso à população paraibana e à consolidação da Paraíba como pólo de inovação do Nordeste, base para a igualdade de oportunidades na sociedade e, ao mesmo tempo, aumento da competitividade da economia paraibana, incluindo a qualificação dos recursos humanos do Estado.

Eixo 5 - Conservação e recuperação do meio ambiente natural

Os investimentos que promovem o dinamismo da economia e a elevação da renda e do emprego não podem comprometer a qualidade do meio ambiente natural, gerando degradação e poluição que podem destruir algumas vantagens competitivas (potencialidades) e prejudicar a qualidade de vida que estará sendo construída pelo Eixo 1. Assim, o crescimento da economia e da renda deve ser mediado e controlado pela gestão ambiental que delimite os espaços e defina as formas de aproveitamento dos recursos naturais, recupere os biomas degradados e incorpore tecnologias e processos sustentáveis. Com efeito, o Eixo 5 define os parâmetros da produção econômica com conservação ambiental, introduzindo mudanças de processo e de tecnologia.

Eixo 6 - Melhoria da eficiência e transparência governamental

A implementação de grande parte das iniciativas dos Eixos estratégicos (e seus projetos) será de responsabilidade dos governos (tanto estadual quanto municipais), de modo que a efetiva transformação da realidade indicada pela estratégia depende da capacidade gerencial das instituições governamentais, vale dizer, da eficiência com que vão administrar os recursos escassos (humanos e financeiros). Por conta

disso, é fundamental articular um conjunto de ações capazes de gerar mudanças na estrutura dos governos, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade, ao mesmo tempo em que cria formas democráticas de gestão. Os governos também devem melhorar sua capacidade de arrecadação para aproveitar o dinamismo da economia (favorecido pelo Eixo 3) de modo a ampliar a capacidade de gasto e investimento nas prioridades do desenvolvimento da Paraíba. O Eixo 6 articula as iniciativas na modernização e reestruturação das instituições públicas para prestar serviços de qualidade e implementar a ação estratégica de governo, com eficiência, eficácia e efetividade.

4.3 Grandes bandeiras da Paraíba

Os Eixos estratégicos de desenvolvimento estão desdobrados num conjunto de bandeiras que simbolizam os **consensos gerais** da sociedade paraibana em torno das **grandes prioridades** para incorporação nas ações públicas e sinalização para o setor privado. Embora não constituam ainda um instrumento operacional, consubstanciado nos programas e projetos (dos governos e dos atores sociais) as bandeiras destacam a mensagem dos pilares centrais da ação transformadora da realidade paraibana, desagregando os Eixos em mensagens fortes e concretas da ação. Desta forma, para cada Eixo estratégico foram definidas algumas poucas bandeiras que constituem prioridades em torno das quais convergem os atores sociais paraibanos, dando o foco central da ação dos governos e dos atores sociais nas próximas décadas. As 17 bandeiras estão apresentadas a seguir dentro dos eixos a que pertencem como iniciativa ou ação desagregada.

Eixo 1 - Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura

As bandeiras centrais do Eixo 1 são:

- Implantação do saneamento em larga escala
- Segurança pública e cidadania
- Recuperação das condições de habitabilidade

Eixo 2 - Aumento da competitividade econômica da Paraíba

No Eixo 2 foram destacadas as seguintes bandeiras da Paraíba

- Interligação da Paraíba com o Eixo logístico regional
- Modernização e ampliação do porto de Cabedelo
- Ampliação do aeroporto

Eixo 3 - Ampliação e diversificação da base econômica da Paraíba

Para o Eixo 3, foram destacadas cinco grandes bandeiras para o desenvolvimento paraibano.

- Turismo de qualidade
- Dinamização da indústria com integração às cadeias produtivas do nordeste
- Petróleo e gás natural da bacia do Rio do Peixe e da plataforma continental
- Produção sustentável dos recursos minerais
- Fruticultura irrigada nas várzeas de Sousa e áreas beneficiadas pela transposição

Figura 8 - Eixos Estratégicos e Grandes Bandeiras da Paraíba



Fonte: Multivisão

Eixo 4 - Ampliação e democratização da educação e do conhecimento

As bandeiras do Eixo 4 são as seguintes:

- Escolas públicas de qualidade
- Capacitação ampla e intensa da mão-de-obra paraibana
- Intensificação da pesquisa e difusão de tecnologias

Eixo 5 - Conservação e recuperação do meio ambiente natural

No Eixo 5 destacam-se duas grandes bandeiras:

- Gestão dos recursos hídricos com integração de bacias
- Recomposição da cobertura florestal do semi-árido paraibano

Eixo 6 - Melhoria da eficiência e transparência governamental

A bandeira central do Eixo 6 é:

- Gestão de projetos com foco nos resultados

4.4 Macro-objetivos e metas globais

A estratégia de desenvolvimento da Paraíba expressa neste Plano e organizada pelos Eixos Estratégicos de Desenvolvimento tem o objetivo geral de **construir uma Paraíba moderna e competitiva, com qualidade de vida e com o ambiente natural conservado**, promovendo as mudanças necessárias para o desenvolvimento sustentável do Estado. Este objetivo geral sintetiza a visão de futuro que se pode alcançar (desejo plausível) dentro das circunstâncias analisadas, e se manifesta em um conjunto de **macro-objetivos**. Por outro lado, os macro-objetivos se apresentam de forma quantitativa em **metas** a serem perseguidas e que permitem representar os objetivos em indicadores, como forma de acompanhar e monitorar os resultados do Plano. As metas foram definidas analisando o nível atual da variável (indicador) e adotando uma referência (em geral a situação registrada atualmente – 2005 – no Estado de Santa Catarina, do porte aproximado da Paraíba, mas com indicadores sociais, econômicos e institucionais muito melhores que os paraibanos e que a média nacional).

Os macro-objetivos e suas metas estão apresentados a seguir organizados nos Eixos estratégicos de desenvolvimento.

Eixo 1 - Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura

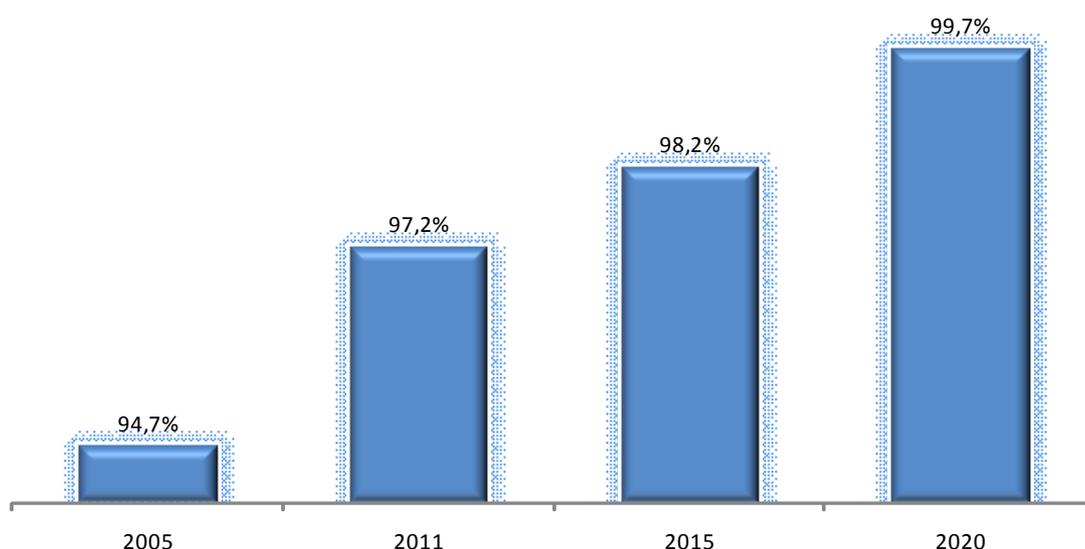
Foram definidos quatro macro-objetivos do Eixo 1 expressos em 17 metas quantificáveis de resultados a serem alcançados no futuro e distribuídos em três intervalos temporais:

1. Ampliação significativa da qualidade de vida da população para níveis acima da média nacional;
2. Melhoria contínua do nível geral de saúde da população de modo a colocar o Estado nos primeiros lugares na região e acima da média nacional;
3. Redução significativa da pobreza, das desigualdades sociais e da concentração de renda, posicionando o Estado acima da média nacional e entre os melhores da região;
4. Formação e expansão planejada de uma rede paraibana de cidades integradas.

As **metas** do Eixo 1 são as seguintes:

1. Ampliação do acesso ao sistema de **abastecimento de água** de 94,7% dos domicílios, em 2005, para 99,7%, em 2020, com um movimento lento, mas continuado no período (Gráfico 40); Santa Catarina já tem, hoje, 100% dos domicílios, e o Nordeste apresenta, atualmente, uma média de 91,8%.

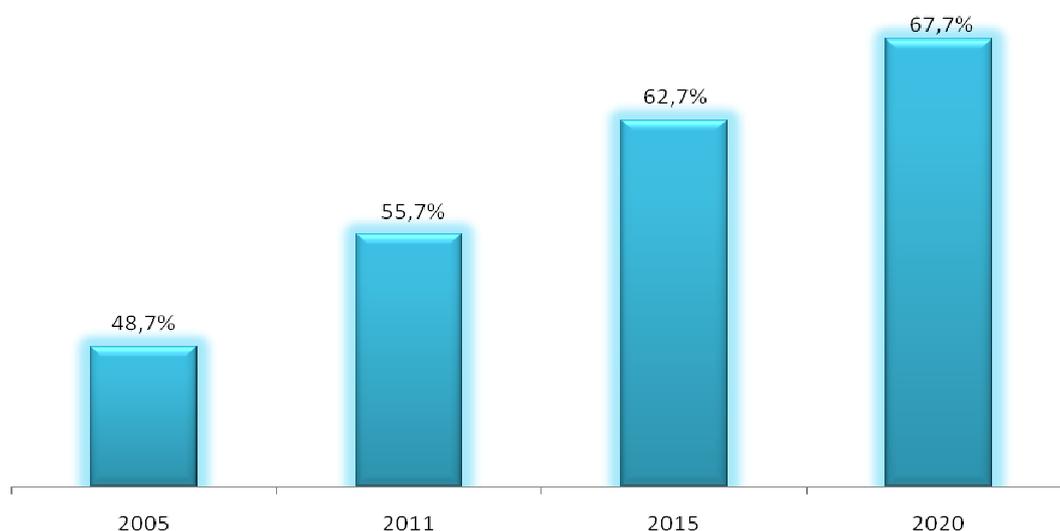
Gráfico 40 - Metas de Acesso ao Sistema de Abastecimento de Água



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO - Multivisão/SEPLAG.

2. Ampliação do acesso à rede de coleta de **esgoto sanitário** de 48,7% dos domicílios, em 2005, para 64,7% em 2020, seguindo a trajetória apresentada no Gráfico 41. Convém lembrar que, em 2005, o Nordeste tinha 41,6% dos domicílios com o acesso, e Santa Catarina, 60%.

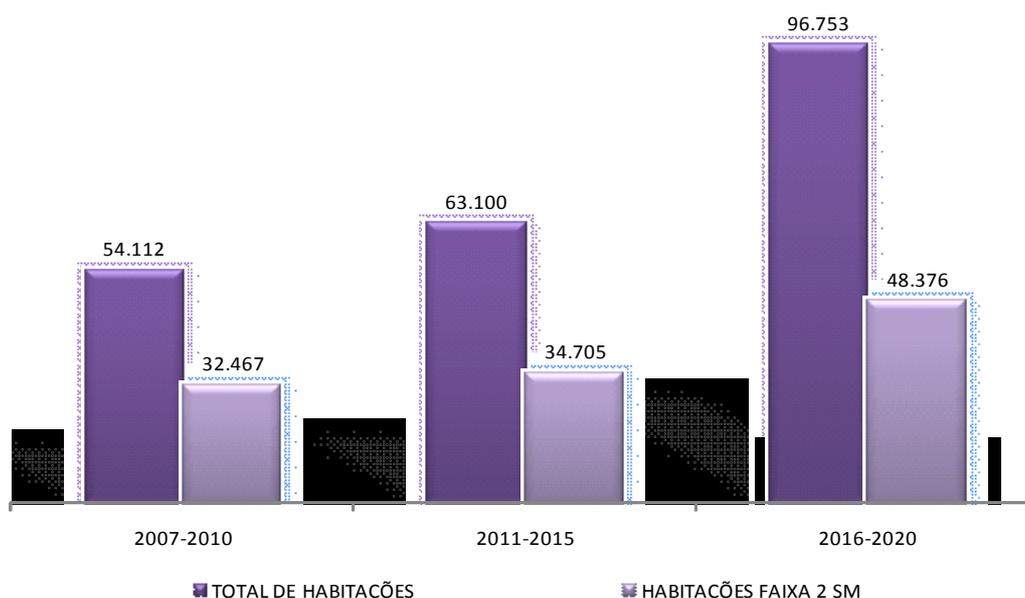
Gráfico 41 - Metas de Acesso à Rede de Coleta de Esgoto Sanitário



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO - Multivisão/SEPLAG.

3. Redução do **déficit de habitações** de 18,6% do total de famílias, em 2005, para 13,5%, em 2020, com a construção anual de cerca de 16.500 casas, entre 2007 e 2020, totalizando 214 mil habitações no período. Desse montante de habitações, cerca de 115 mil serão destinadas à população de renda até 2 SM; o déficit em Santa Catarina atualmente é de apenas 6,7% (ver Gráfico 42).

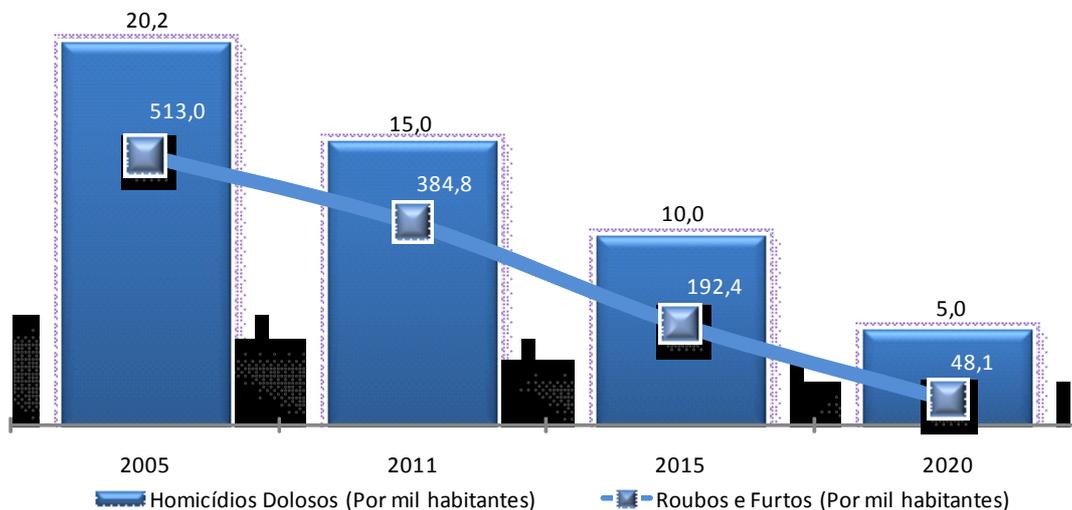
Gráfico 42 - Metas de Déficit Habitacional



Fonte: HISTÓRICO – Estudo FGV/PNAD2005; PROJEÇÃO - Multivisão/SEPLAG.

4. Redução dos índices de **criminalidade**, passando de 20 homicídios dolosos por 100 mil habitantes, em 2005, para 5 por 100 mil habitantes em 2020; e 513 roubos e furtos por 100 mil habitantes, em 2005, para 48,1 em 2020 (Gráfico 43). No Nordeste a violência é estimada em 20,5 em 100 mil habitantes e em Santa Catarina é apenas 9,7.

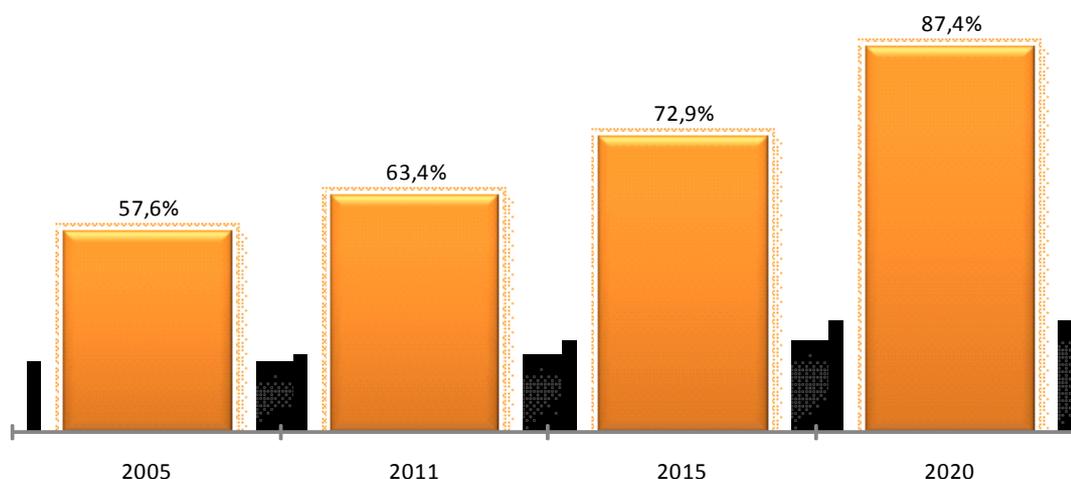
Gráfico 43 - Metas Índice de Criminalidade 2005-2020



Fonte: HISTÓRICO – MJ - PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG

5. Ampliação do percentual dos domicílios urbanos nos quais pelo menos um morador tem **acesso ao sistema móvel de telefonia**, passando de 57,6% em 2005 para 87,4% em 2020 (Gráfico 44). A referência desta meta é o Distrito Federal que já tem, hoje, 89,9%; e o Nordeste, na média, tem apenas 58,2%.

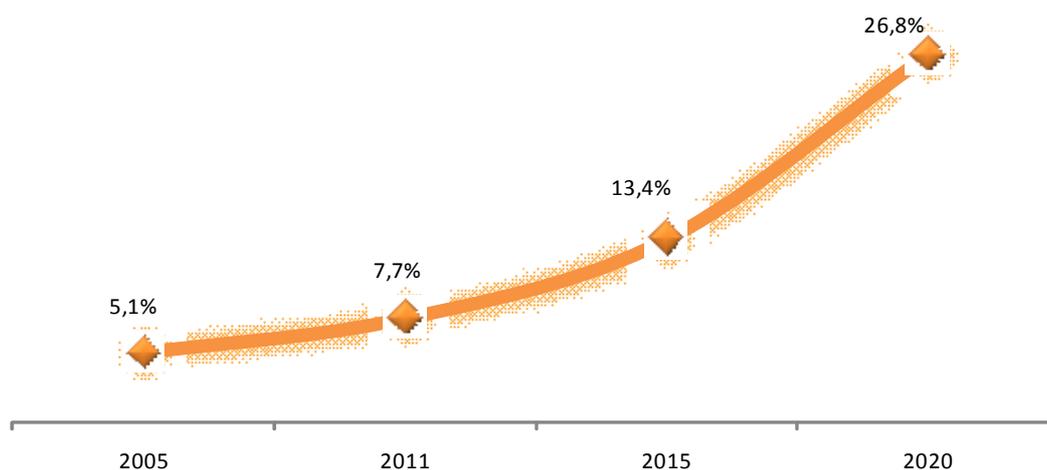
Gráfico 44 - Metas de Acesso ao Sistema Móvel de Telefonia 2005-2020



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

6. Elevação do percentual dos domicílios urbanos com **acesso à eletricidade, telefone fixo, geladeira, máquina de lavar, computador e internet e TV em cores**, de 5,1%, em 2005, para 26,8% em 2020 (Gráfico 45). No Nordeste são apenas 5,4% dos domicílios urbanos, enquanto o Distrito Federal já alcança 28,8%.

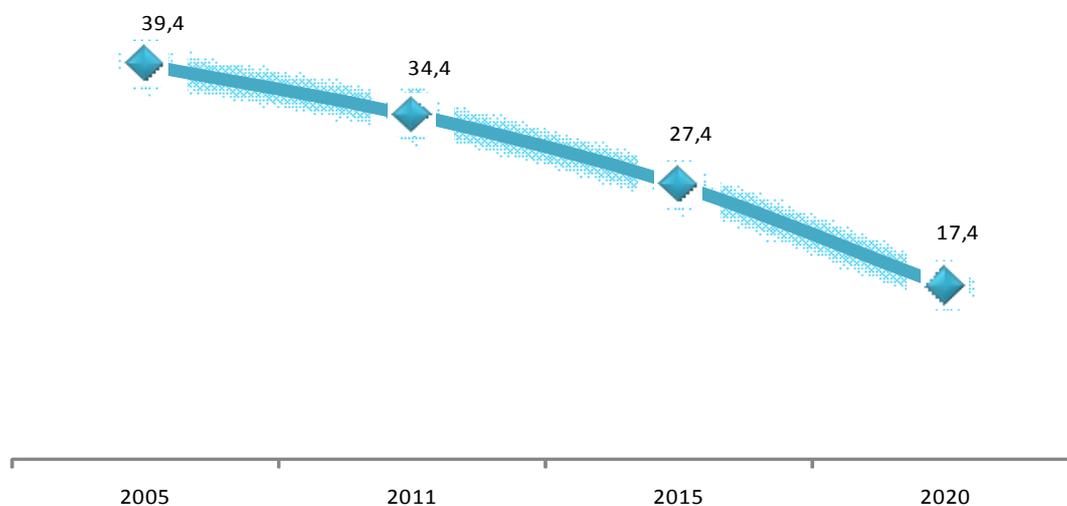
Gráfico 45 - Metas de Acesso à Eletricidade, Telefone Fixo, Geladeira, Máquina de Lavar, Computador, Internet e TV em cores



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

7. Redução da **mortalidade infantil** de 39,4 óbitos, por mil crianças nascidas vivas, em 2005, para 17,4 óbitos em 2020 (Gráfico 46). No Nordeste, a mortalidade infantil nesse mesmo ano é de 36,9 óbitos, enquanto em Santa Catarina alcança 16,6 óbitos em mil crianças nascidas vivas.

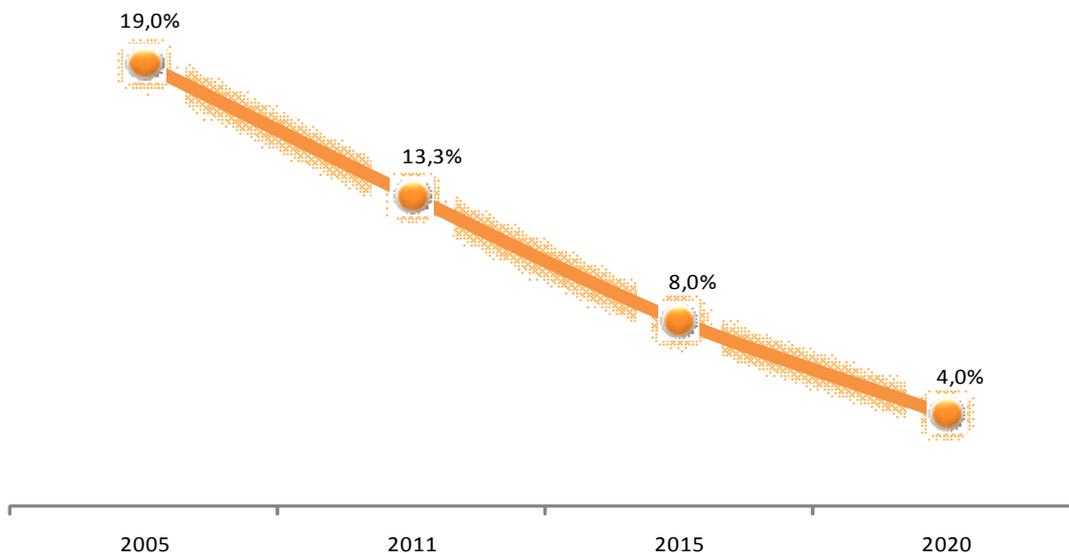
Gráfico 46 - Metas de Mortalidade Infantil



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

8. Redução da **taxa de desnutrição** da população infantil com idade até 2 anos (grupo de risco) coberta pelos programas públicos (ACS/SF), de 19,0%, em 2005, para 4,0% em 2020 (Gráfico 47). Na média regional, a desnutrição é estimada em 8,9% e em Santa Catarina apenas 4,3%.

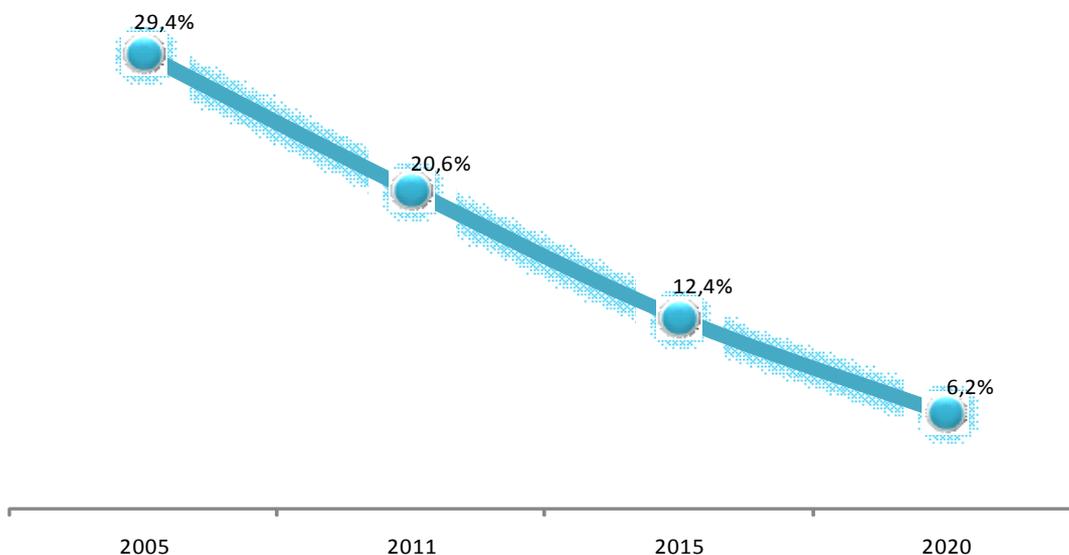
Gráfico 47 - Metas de Desnutrição da População Infantil



Fonte: HISTÓRICO - MS; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

9. Redução da taxa de **incidência de diarreia e infecção respiratória aguda (IRA)** na população infantil com idade até 2 anos (grupo de risco), de 29,4% em 2005 para 6,2% em 2020 (Gráfico 48). Para comparação, atualmente o Nordeste registra 8,9%, e Santa Catarina 4,2%.

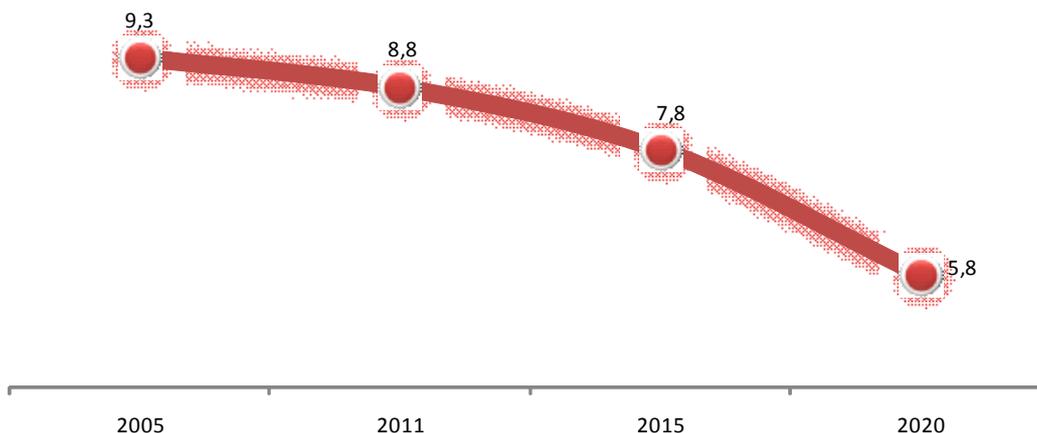
Gráfico 48 - Metas de Incidência de Diarreia e IRA na População Infantil



Fonte: HISTÓRICO - MS; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

10. Redução da **mortalidade infantil por diarreia e IRA**, de 9,3 óbitos em mil crianças nascidas vivas, em 2005, para 5,8 óbitos em 2020 (Gráfico 49). O Nordeste registra, em 2005, índice de 12 e Santa Catarina de 7 óbitos em mil crianças nascidas vivas.

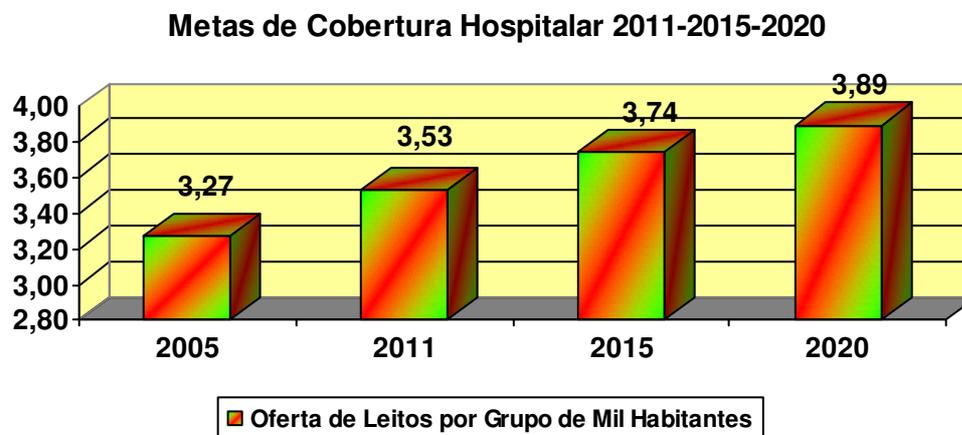
Gráfico 49 - Metas de Mortalidade Infantil por Diarreia e IRA



Fonte: HISTÓRICO - MS; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

11. Expansão da **cobertura hospitalar** à população com aumento do número de leitos por mil habitantes, de 3,27, em 2005, para 3,89 em 2020 (Gráfico 50). O referencial, Santa Catarina apresenta 2,7 leitos por mil habitantes e o Nordeste conta com 2,5 leitos.

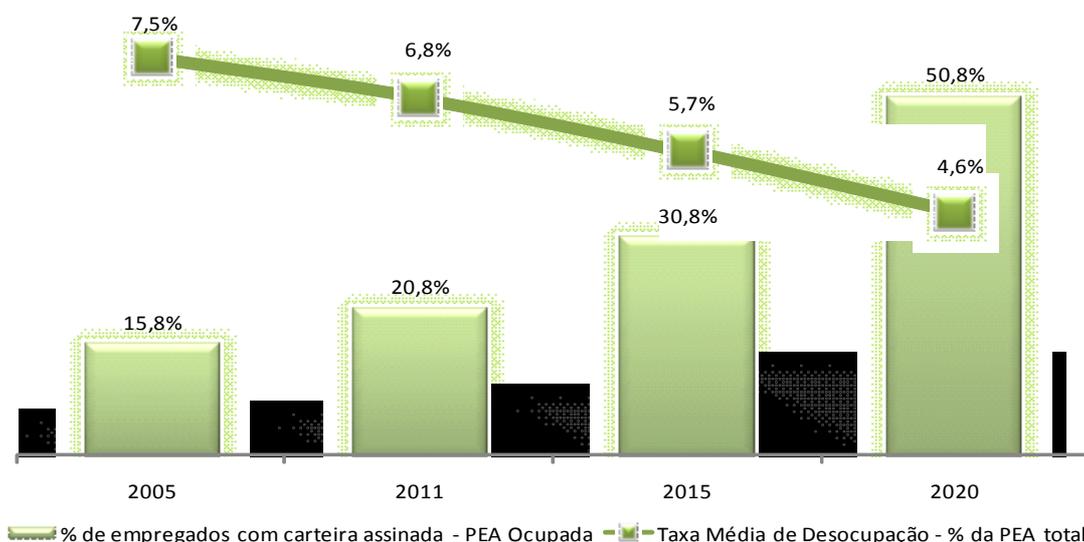
Gráfico 50 - Metas de Cobertura Hospitalar - Número de Leitos Ofertados por mil habitantes



Fonte: HISTÓRICO - MS; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

12. Redução da **taxa média de desocupação** da população com 10 anos ou mais, de 7,5%, em 2005, para 4,6%, em 2020 e elevar a taxa média de empregados com carteira assinada de 15,8%, em 2005, para 50,8%, em 2020 (Gráfico 51). A desocupação no Nordeste está estimada em 9% e em Santa Catarina apenas 4,5% da PEA.

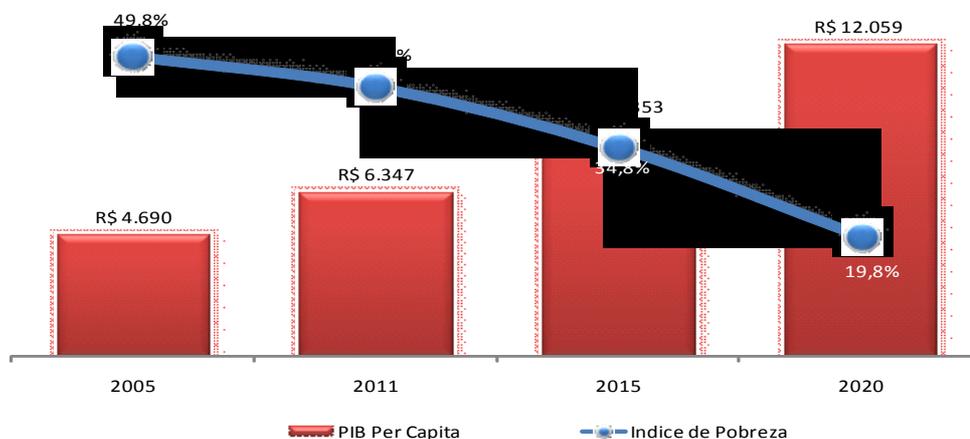
Gráfico 51 - Metas de Desocupação



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

13. Elevação do **PIB per capita** de R\$ 4.690,00 em 2005, para cerca de R\$ 13.470,00 em 2020, a preços de 2005, (Gráfico 52); e redução do **índice de pobreza** (famílias com renda per capita até 1/2 SM/mês) dos 49,8% da população, em 2005, para 19,8%, em 2020. O Estado de Santa Catarina tem, para o mesmo, apenas 12,1% de pobres, menos de um quarto dos 53,3% da média do Nordeste.

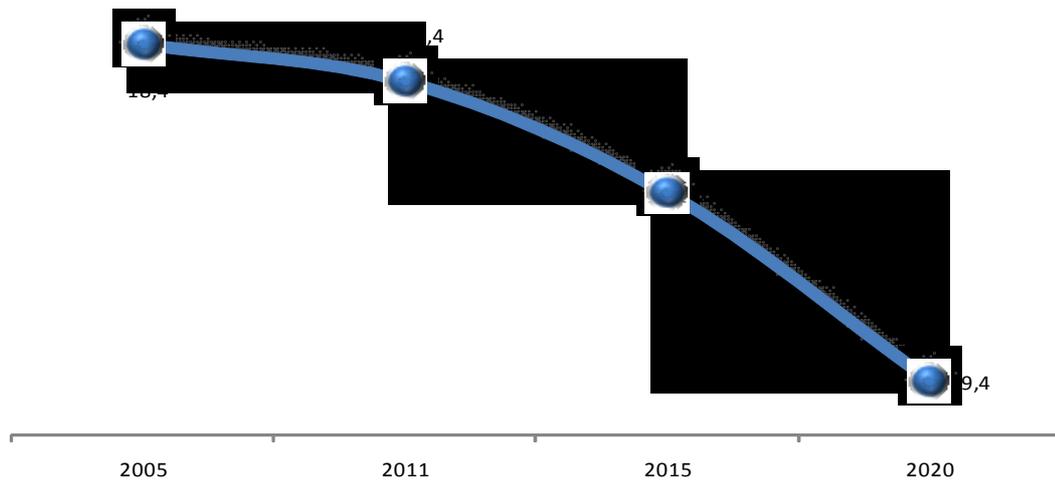
Gráfico 52 - Metas de PIB per capita e Pobreza



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

14. Redução da relação entre os **rendimentos médios dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres** da população ocupada, de 18,4 vezes em 2005, para 9,4 vezes em 2020 (Gráfico 53). No Nordeste, a relação é de 17,8 vezes e em Santa Catarina 10,7.

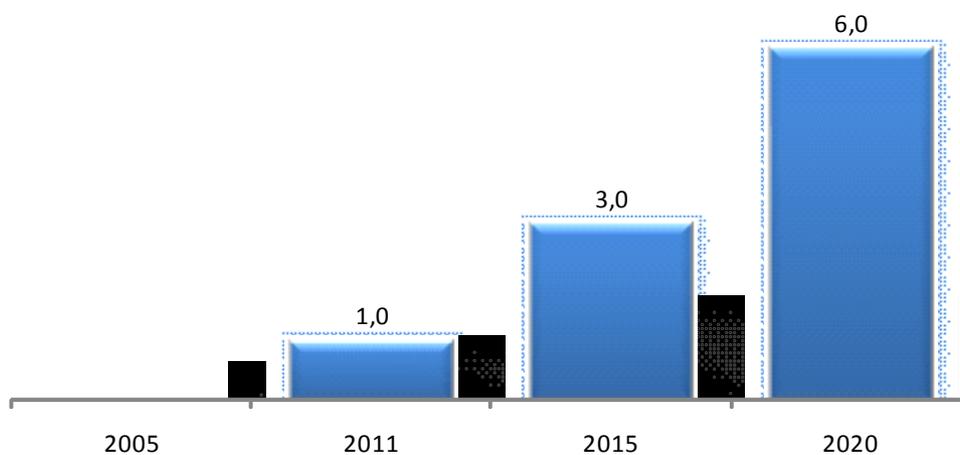
Gráfico 53 - Metas de Distribuição de Rendimentos



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

15. Implantação, até 2020, de 6 **usinas regionais de tratamento de lixo urbano** e produção de energia (gás ou termoeletricidade) nas cidades-pólos das regiões administrativas, com vistas à despoluição ambiental, geração de créditos de carbono e economia de energia.

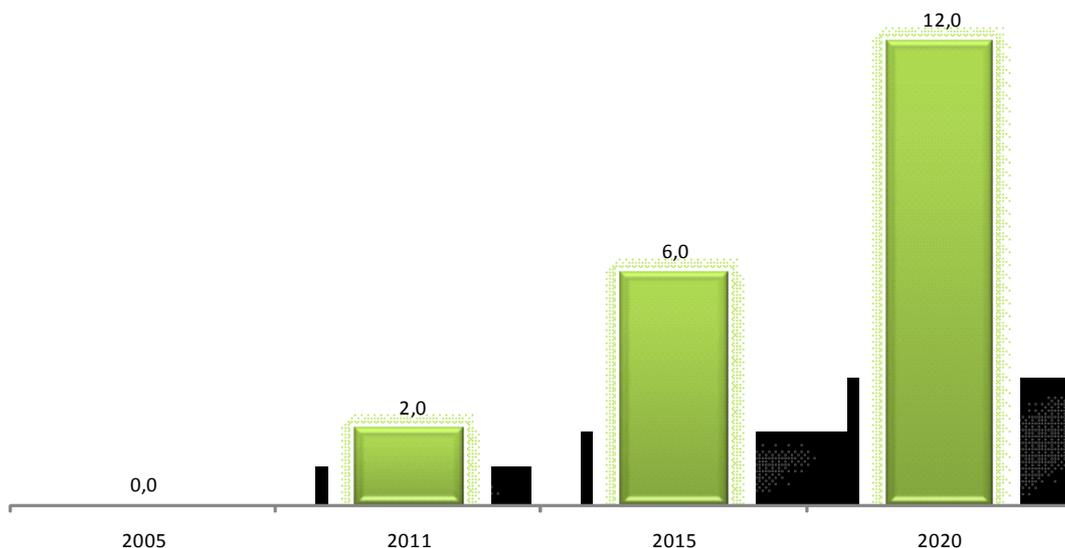
Gráfico 54 - Metas de Usinas de Tratamento de Lixo Urbano



Fonte: ELABORAÇÃO – MULTIVISÃO/SEPLAG

16. Criação, entre 2008 e 2020, de uma **Rede de 12 Centros Estratégicos Regionais Integrados** de Produção e Difusão de Bens e Serviços de educação, intermediação financeira, de inovação tecnológica, promoção da cultura e lazer, do turismo etc.

Gráfico 55 - Metas de Centros Estratégicos Regionais Integrados



Fonte: ELABORAÇÃO – MULTIVISÃO/SEPLAG

Eixo 2 - Aumento da competitividade econômica da Paraíba

Para o Eixo 2, foram definidos dois macro-objetivos expressos em cinco metas quantificáveis de resultados a serem alcançados no futuro e distribuídos em três intervalos temporais:

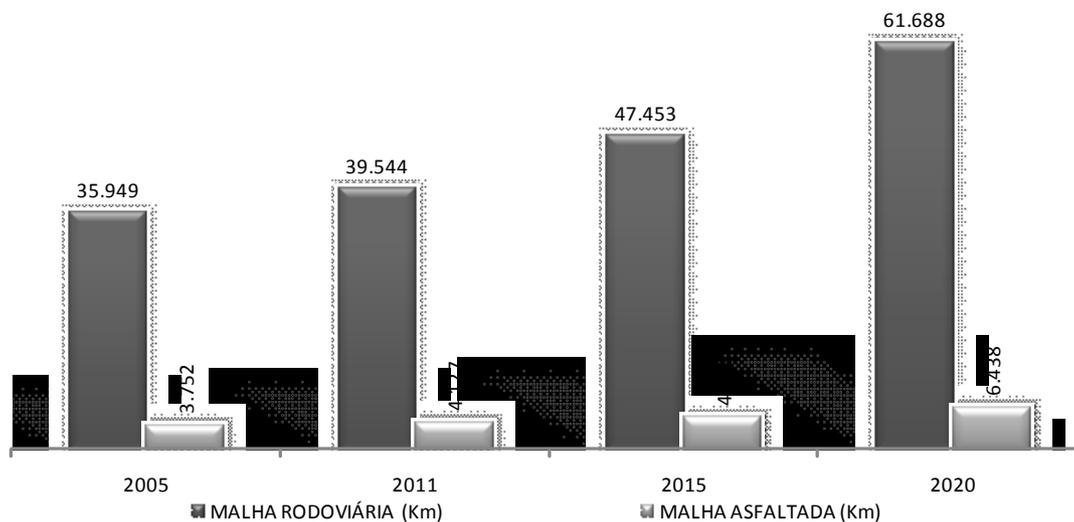
1. Consolidação da competitividade sistêmica da economia paraibana com manutenção da posição de segunda economia mais competitiva do Nordeste e ampliando a capacidade do Estado na disputa pela preferência dos empreendedores;
2. Integração da Paraíba ao eixo logístico do Nordeste Oriental articulando o Porto de Cabedelo e o ramal adicional da Transnordestina com a BR 101 duplicada e o Porto de SUAPE, em Pernambuco;

As **metas** do Eixo 2 são as seguintes:

1. Ampliação da **malha rodoviária** do Estado de 35.949 km, em 2006, para 61.688 em 2020, com manutenção do percentual com pavimentação asfáltica em 10,4%, no período e expansão da **malha rodoviária pavimentada** do Estado de 3.752 km, em 2005, para 6.438 km em 2020 (Gráfico 56), o que corresponde à

pavimentação de 206 km/ano no período. Santa Catarina tem um total de 107 mil quilômetros de estradas sendo sete mil asfaltadas.

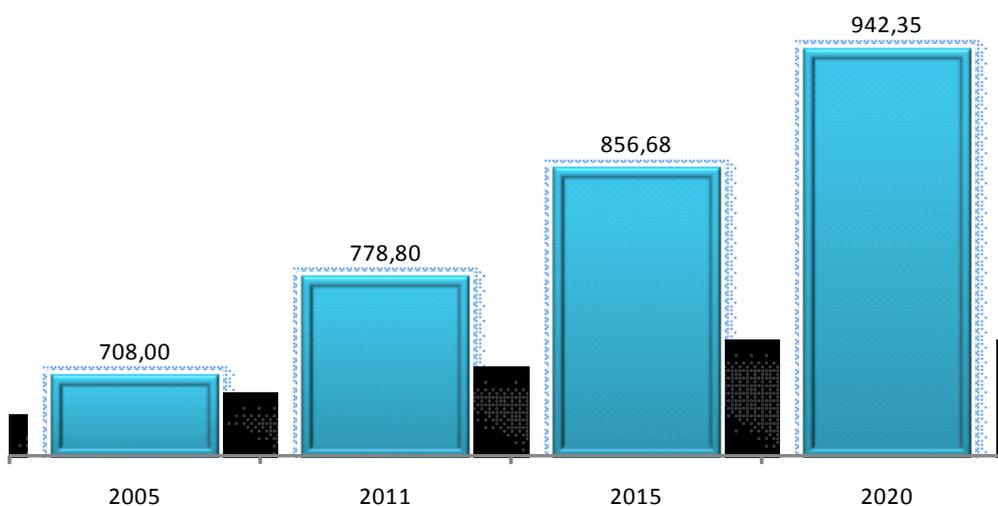
Gráfico 56 - Metas da Malha Rodoviária



Fonte: HISTÓRICO – DNIT/ ANUÁRIO EXAME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

2. Expansão da **malha ferroviária** de 708 km, em 2005, para 942 km em 2020, para integração da Paraíba com o sistema logístico Nordeste Oriental, articulando o Porto de Cabedelo e ramal da Transnordestina com a BR 101 e o Porto de Suape. Santa Catarina tinha, em 2005, cerca de 1.360 quilômetros de ferrovia.

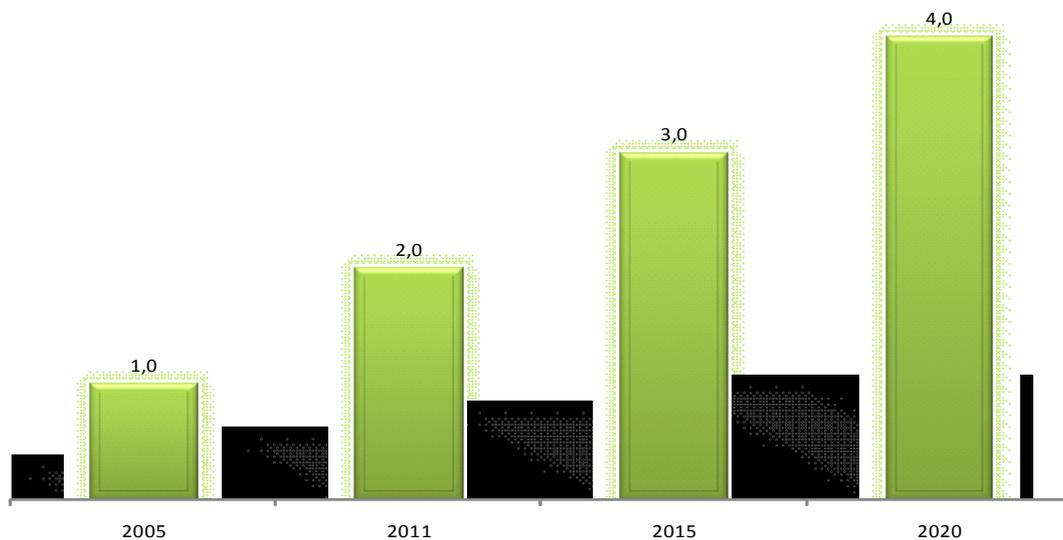
Gráfico 57 - Metas da Malha Ferroviária



Fonte: HISTÓRICO – ANTT / ANUÁRIO EXAME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

3. Implantação até o ano de 2020 de três novos **terminais de embarque e desembarque de cargas** como parte do esforço de modernização e ampliação da capacidade operacional e logística de Cabedelo. O Porto de Itajaí em Santa Catarina tem 3.

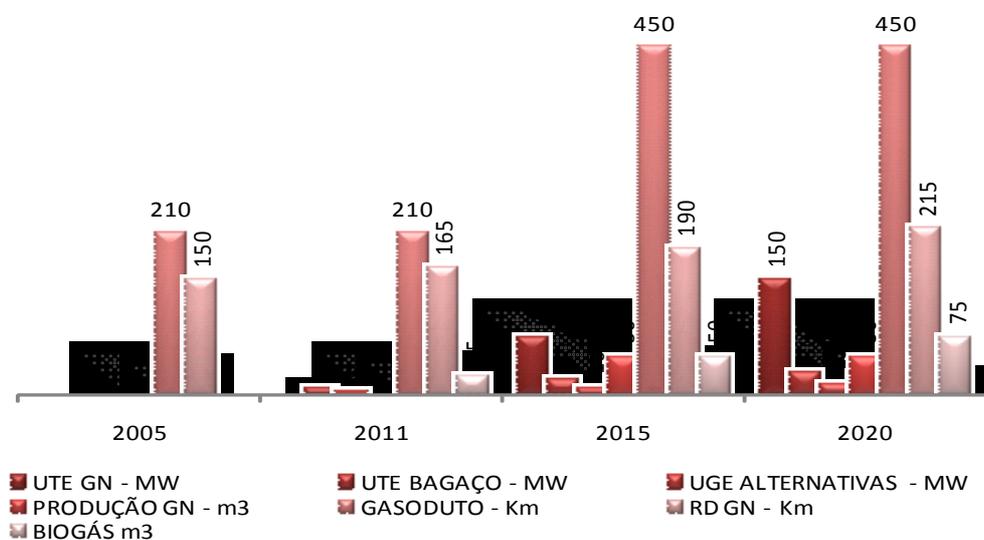
Gráfico 58 - Metas de Terminais de Embarque e Desembarque de Cargas



Fonte: HISTÓRICO - ANTAQ; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

4. Ampliação do **sistema de oferta de gás natural** (produção, transporte e distribuição) para atender a uma expansão da demanda de GN, de 350 mil m³/dia, em 2005, para cerca de 1 milhão de m³/dia em 2020; e de energia elétrica para fazer frente a uma demanda que deve atingir a marca de 12.000 Gwh em 2020, contra cerca de 3.300 Gwh em 2007.

Gráfico 59 - Metas de Oferta de Gás Natural



Fonte: HISTÓRICO – ANT/ANEEL; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

Eixo 3 - Ampliação e diversificação da base econômica da Paraíba

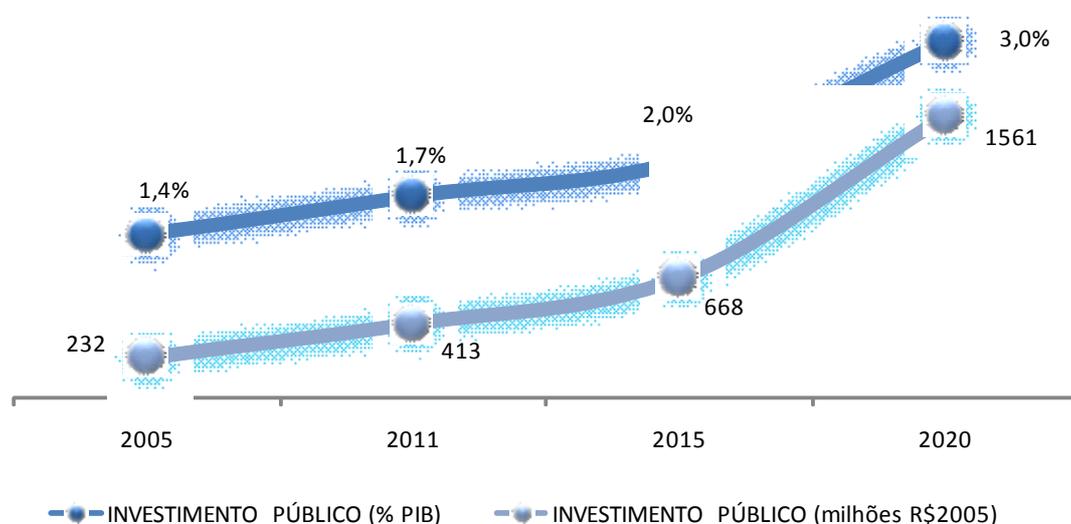
O Eixo 3 Eixo se orienta por três macro-objetivos, como referidos abaixo, que se traduzem em oito metas quantificáveis de resultados a serem alcançados no futuro e distribuídos em três intervalos temporais:

1. Crescimento e dinamização da economia da Paraíba com expansão vigorosa do PIB, acima das médias regional e nacional, consolidando o Estado na 5ª posição na região;
2. Ampliação e diversificação da estrutura produtiva do Estado com adensamento das cadeias produtivas e APL e ampla expansão do turismo;
3. Ampliação das relações comerciais da economia paraibana com o resto do mundo, sustentado por um significativo aumento e diversificação das pautas de exportações e importações com ênfase, sobretudo nos produtos de maior valor agregado na exportação e de bens de capital na importação.

São as seguintes as **metas** do Eixo 3:

1. Ampliação dos **investimentos do Estado na infra-estrutura** econômica e social de R\$ 232 milhões, em 2005, para R\$ 1.561 milhões em 2020 (em Reais de 2005), o que significa elevar a participação dos gastos públicos com investimentos de 1,4% do PIB, em 2005, para 3% do PIB, em 2020.

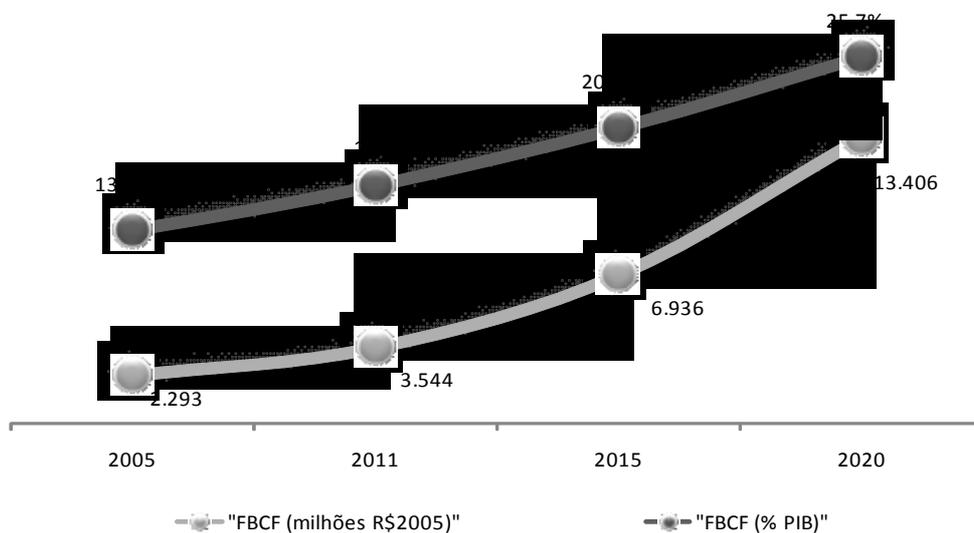
Gráfico 60 - Metas de Investimento Público na Infra-estrutura



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

3. Ampliação do **investimento total** em Formação Bruta de Capital Fixo-FBCF de cerca de R\$ 2,3 bilhões, em 2005, para R\$ 13,4 bilhões (a preços de 2005), em 2020, o que significa elevar a participação dos investimentos de 13,6% do PIB para 25,7%, entre 2005 e 2020.

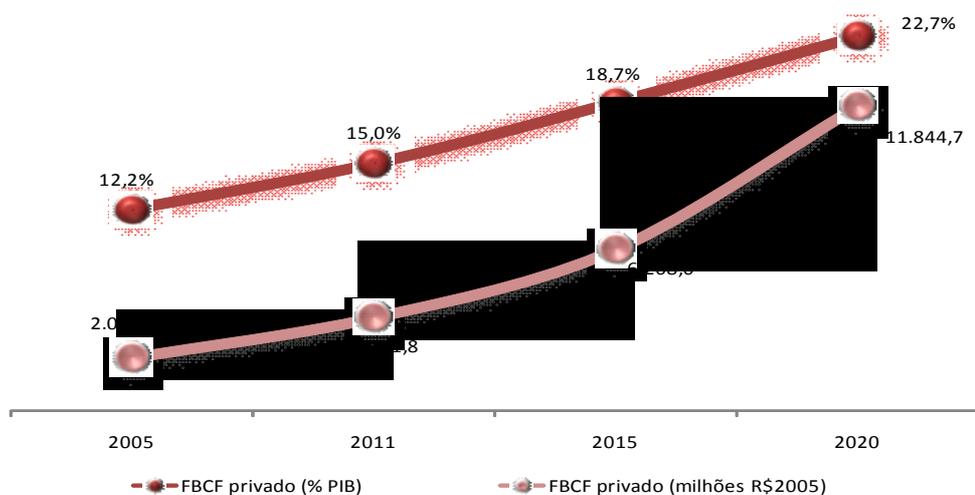
Gráfico 61 - Metas de Investimento Total



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

3. Aumento do **investimento privado na ampliação e diversificação da capacidade produtiva**, com adensamento das cadeias e APL, de cerca de R\$ 2,061 bilhões, em 2005, para R\$ 11,844 bilhões (a preços de 2005), em 2020, o que significa elevar a participação dos investimentos de cerca de 12,2% do PIB para 22,70%, entre 2005 e 2020 (Gráfico 62).

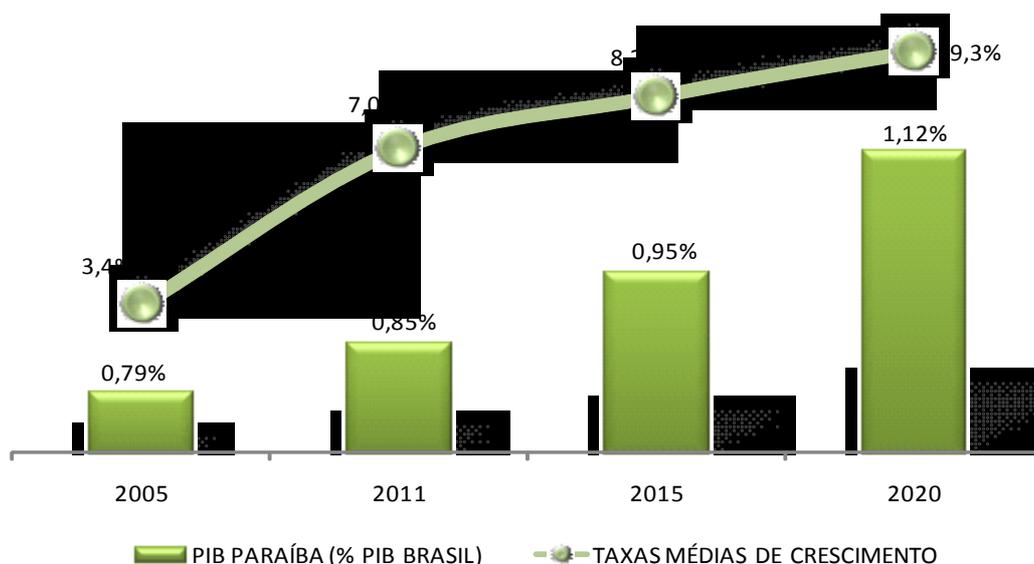
Gráfico 62 - Metas de Investimento Privado Produtivo



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

4. **Expansão da economia paraibana** acima da nacional, chegando em 2020 com um crescimento real de 9,3%, o que projeta uma média anual de 8,1%, entre 2008 e 2020, e uma participação no PIB nacional, em 2020, da ordem de 1,12%. Santa Catarina representa hoje 4,2% do PIB do Brasil e o Maranhão já equivale a 1,2% da economia nacional.

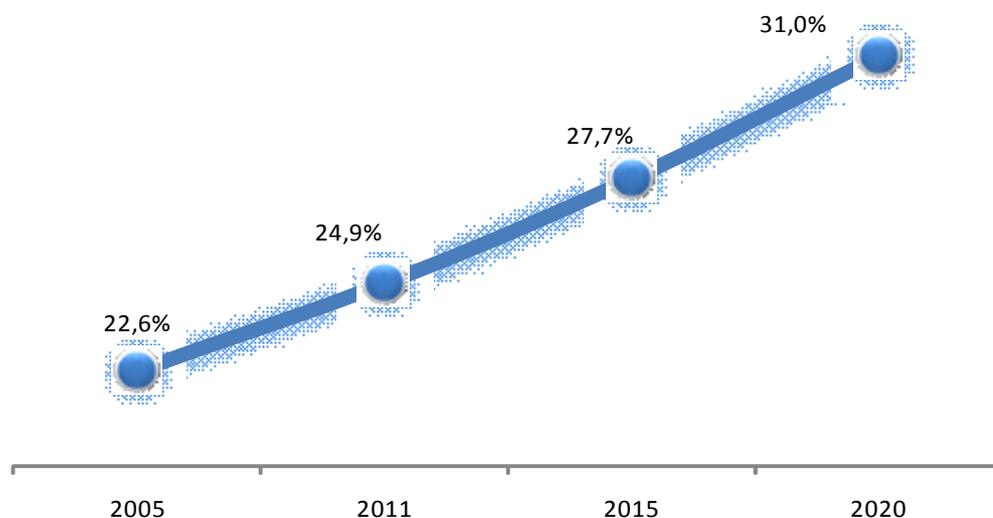
Gráfico 63 - Metas de Crescimento da Economia da Paraíba



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO - Multivisão/SEPLAG.

5. **Expansão vigorosa da atividade industrial** com ampliação da participação do setor no PIB estadual de 22,60%, em 2005, para 31%, em 2020. Em Santa Catarina a indústria representa 37,1% do PIB estadual.

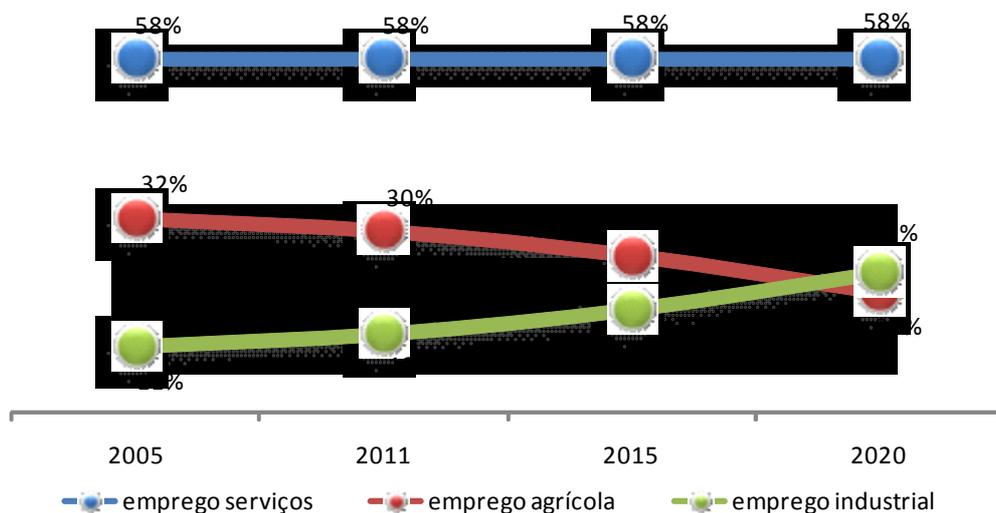
Gráfico 64 - Metas de Industrialização



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO - Multivisão/SEPLAG

6. Ampliação da participação da **população ocupada na indústria** de 10,7% para 22,7%, entre 2005 e 2020, em contrapartida à redução na agropecuária de 31,6% para 19,6%, no período. No Nordeste, a indústria ocupa cerca de 9,7% da PEA e em Santa Catarina ocupa 22.8%.

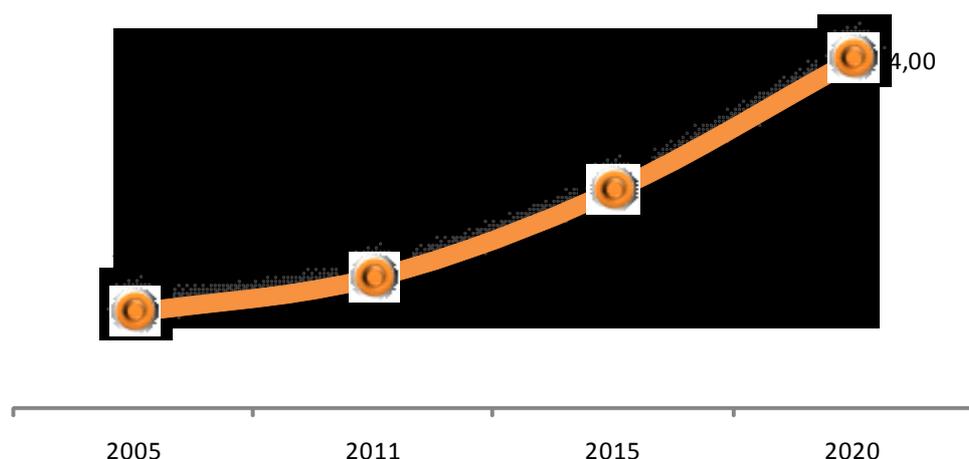
Gráfico 65 - Metas de Ocupação Industrial



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

7. Ampliação do **fluxo anual de turistas** para o Estado de 1,1 milhão, em 2005, para 4,0 milhões em 2020, representando um crescimento médio anual de 10,0%.

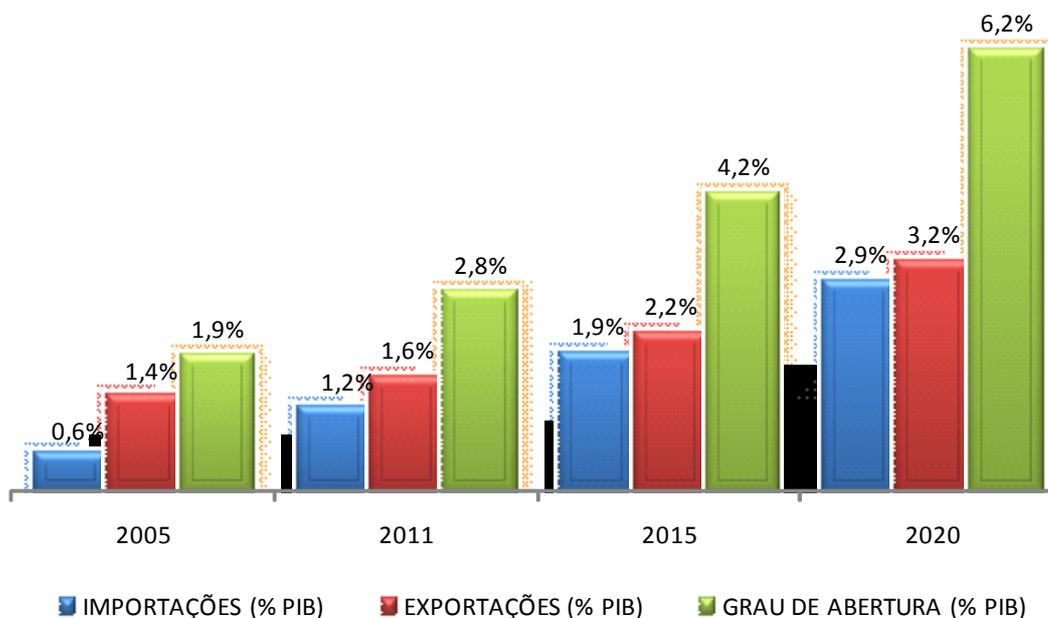
Gráfico 66 - Meta de Fluxo Turístico



Fonte: HISTÓRICO – EMBRATUR; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

8. Ampliação do **grau de abertura da economia** paraibana de 1,9% , em 2005, para 6,2%, em 2020, compreendendo: aumento das exportações de 1,4% para 3,2% do PIB, e das importações de 0,6% para 2,9% do PIB, no mesmo período. Santa Catarina tem uma abertura externa de 27,9% do PIB.

Gráfico 67 - Metas de Abertura Econômica e Comercial



Fonte: HISTÓRICO – SECEX-MDIC; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG

Eixo 4 - Ampliação e democratização da educação e do conhecimento

Os macro-objetivos do Eixo 4 estão apresentados abaixo e se expressam em cinco metas quantificáveis de resultados a serem alcançados no futuro e distribuídos em três intervalos temporais:

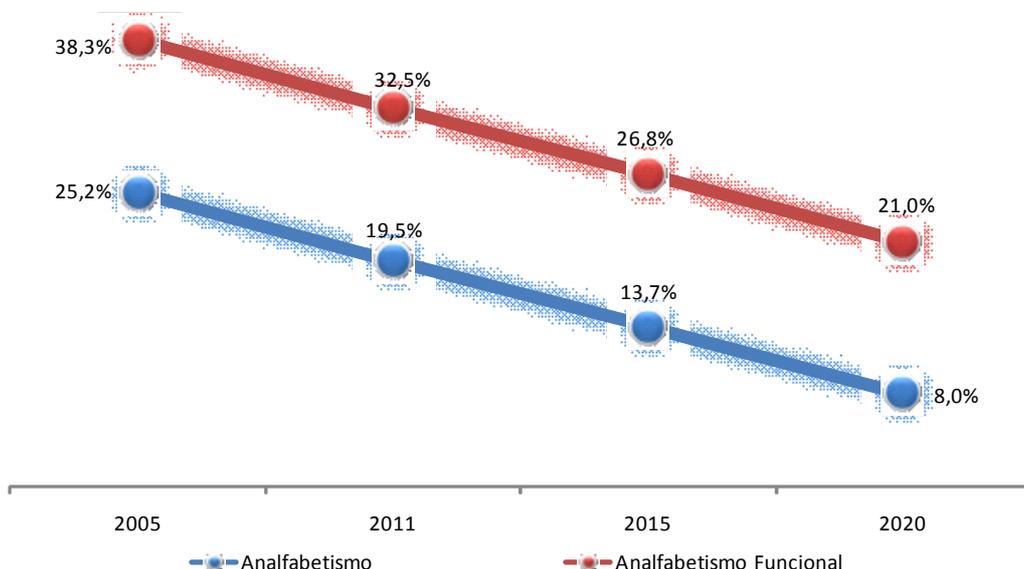
1. *Salto de qualidade **no sistema de ensino da Paraíba**, elevando os indicadores de escolaridade e de alfabetização acima da média nacional e nos primeiros lugares na região;*
2. ***Consolidação e da Paraíba como centro de referência em P&D** do Nordeste ampliando a capacidade científica e tecnológica*
3. ***Melhoria da qualificação da mão-de-obra** da população paraibana.*

As **metas** do Eixo 4 são as seguintes:

1. Redução da **taxa de analfabetismo** de 25,2% da população com 15 anos ou mais, em 2005, para cerca de 8,0%, em 2020 e redução na taxa de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais de idade, de

38,3%, em 2006, para 21,0%, em 2020. Santa Catarina tem, atualmente, uma taxa de analfabetismo de 5,2% e de 15,6% de analfabetismo funcional, enquanto a média do Nordeste é de 20,8% e 34,4%, respectivamente.

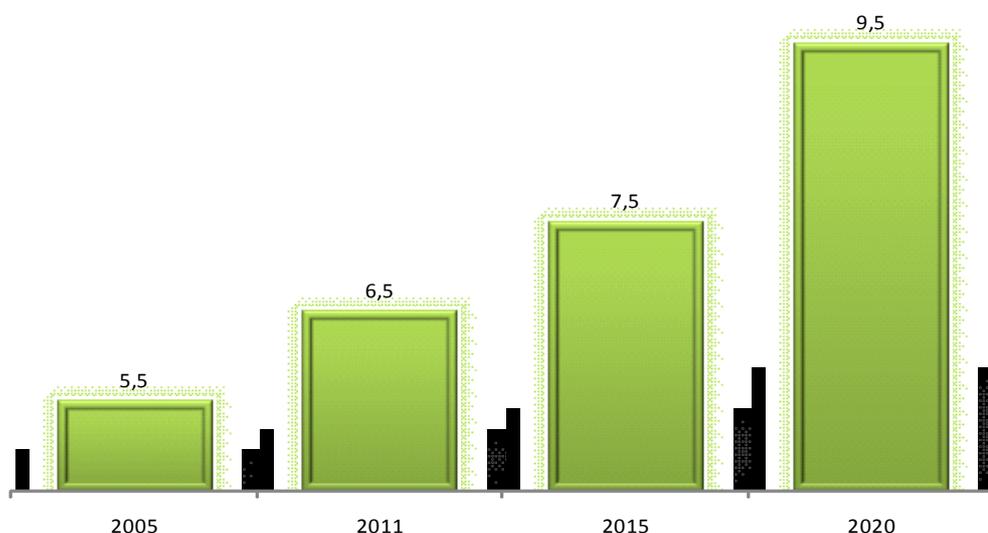
Gráfico 68 - Metas de Alfabetização



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

2. Aumento do **nível médio de escolaridade** (em anos de estudo) da população com 15 ou mais anos de idade, de 5,5 anos, em 2005, para 9,5 anos em 2020. A escolaridade em Santa Catarina já alcança, nesse ano, 7,8 anos de estudo contra 5,8 anos na média do Nordeste.

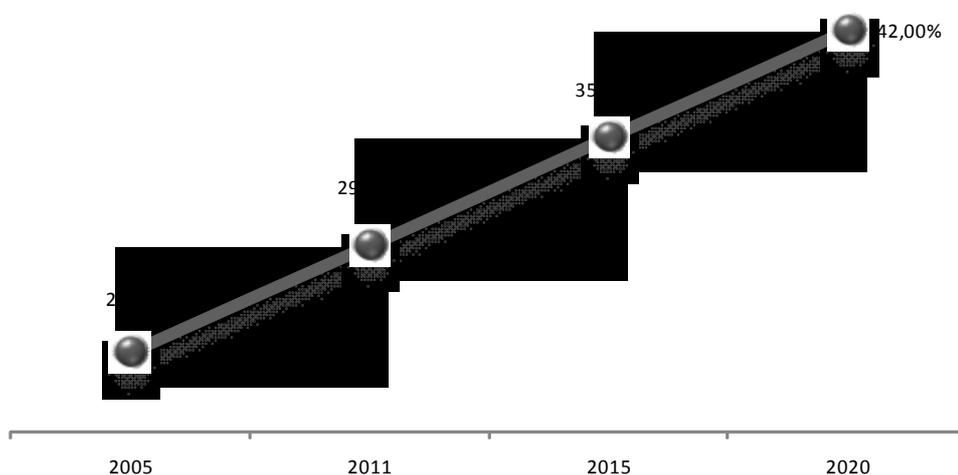
Gráfico 69 - Metas de Escolaridade (em anos de estudo)



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

3. **Elevação do acesso ao ensino superior** da população com idade entre 18 e 24 anos, de 22,8%, em 2005, para 42,0%, em 2020. Enquanto no Nordeste são cerca de 21% na universidade, em Santa Catarina já alcança 60% em 2005.

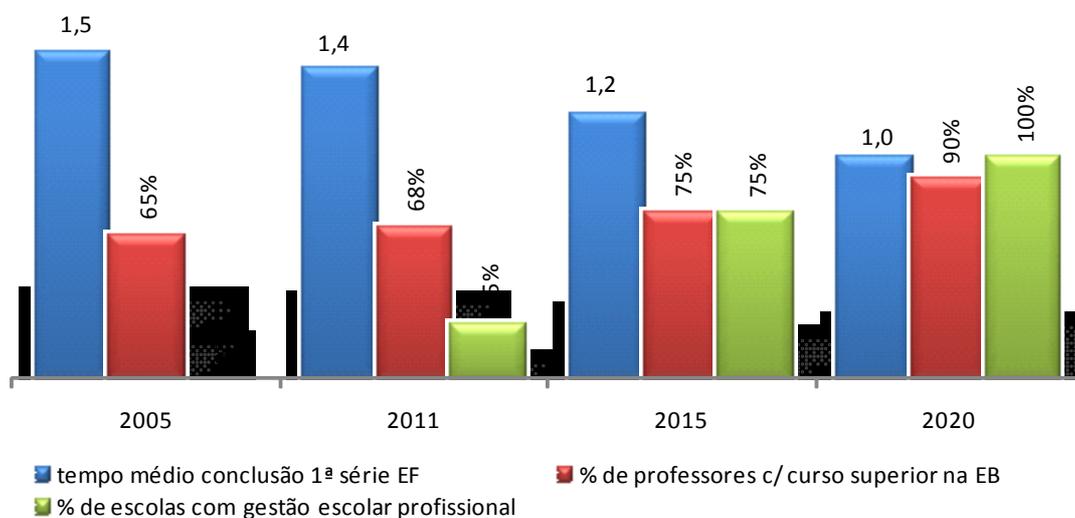
Gráfico 70 - Metas de Acesso ao Ensino Superior



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

4. **Elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB** de 2,7 para 5,7, como resultado de melhoria na taxa de aprovação (de 66,3% para 88,2%); melhora no desempenho na Prova Brasil (de 0,40 para 0,50); na redução do tempo médio de conclusão das séries (de 1,5 ano para 1,0 ano); na ampliação do percentual de profissionais com curso superior (de 65,0% para 90,0%); e, no aumento da parcela de escolas dirigidas por especialistas em gestão escolar de 0,0% para 100,0%.

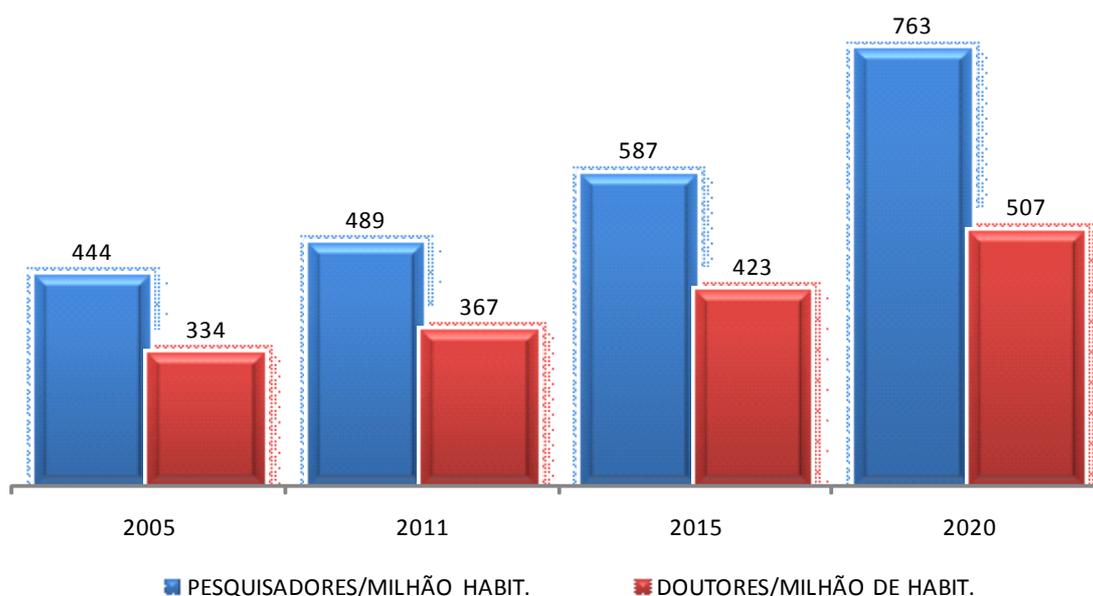
Gráfico 71 - Metas do IDEB



Fonte: HISTÓRICO – MEC; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

5. Ampliação do número de **pesquisadores por milhão de habitantes** de 444, em 2005, para 763 em 2020 e ampliação do número de **doutores por milhão de habitantes** de 334 para 507, entre 2005 e 2020. Santa Catarina tem 802,7 pesquisadores por milhão de habitantes, enquanto o Nordeste registra, atualmente, apenas 256,4 pesquisadores por milhão de habitantes. No que se refere aos doutores, a referência adotada foi o Rio de Janeiro com 566 por milhão de habitantes (no Nordeste são apenas 186 doutores por milhão de habitantes).

Gráfico 72 - Metas de Pesquisador e Doutor por Milhão de Habitantes



Fonte: HISTÓRICO - MCT; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

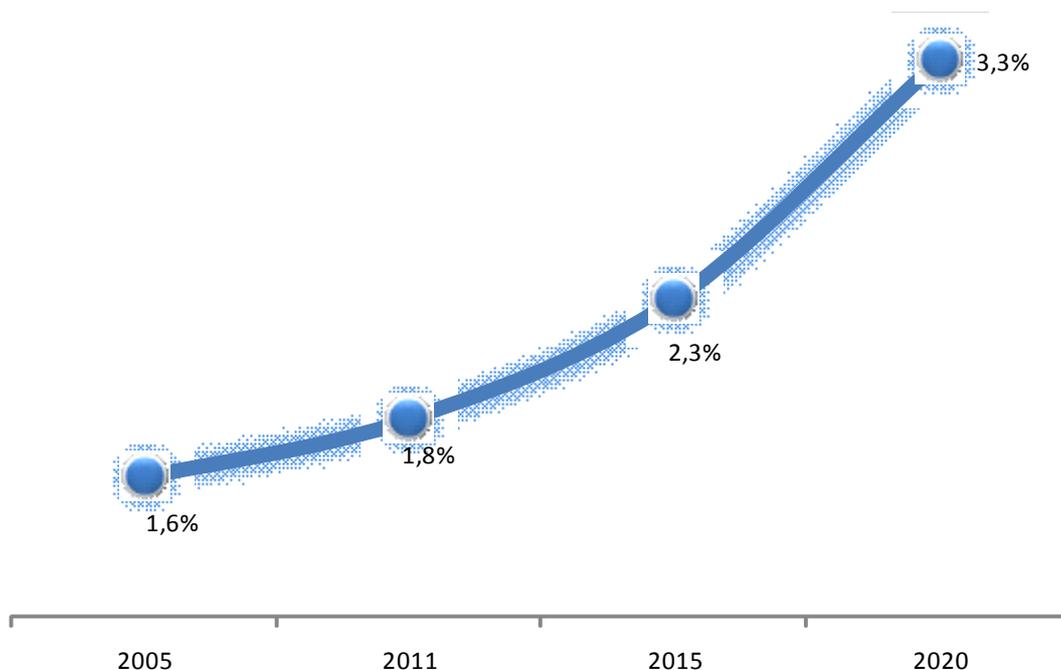
Eixo 5 - Conservação e recuperação do meio ambiente natural

O Eixo 5 tem dois macro-objetivos que se traduzem em uma meta, como apresentado a seguir:

1. Tornar a **Paraíba uma referência nacional na gestão do patrimônio ambiental;**
2. **Melhoria da qualidade do meio ambiente da Paraíba e recuperação de áreas degradadas.**

O Plano tem como meta no Eixo 5, a **ampliação da cobertura florestal do Estado de 1,6%, em 2005, para 3,3%, em 2020**, com uma evolução no tempo representada no Gráfico 73. Destaque que esta meta consolida as metas parciais de ampliação da cobertura vegetal nos ecossistemas Mata Atlântica e da Caatinga, na Região Semi-árida do Estado.

Gráfico 73 - Meta de Cobertura Florestal



Fonte: HISTÓRICO – SUDEMA-PB; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

Eixo 6 - Melhoria da eficiência e transparência governamental

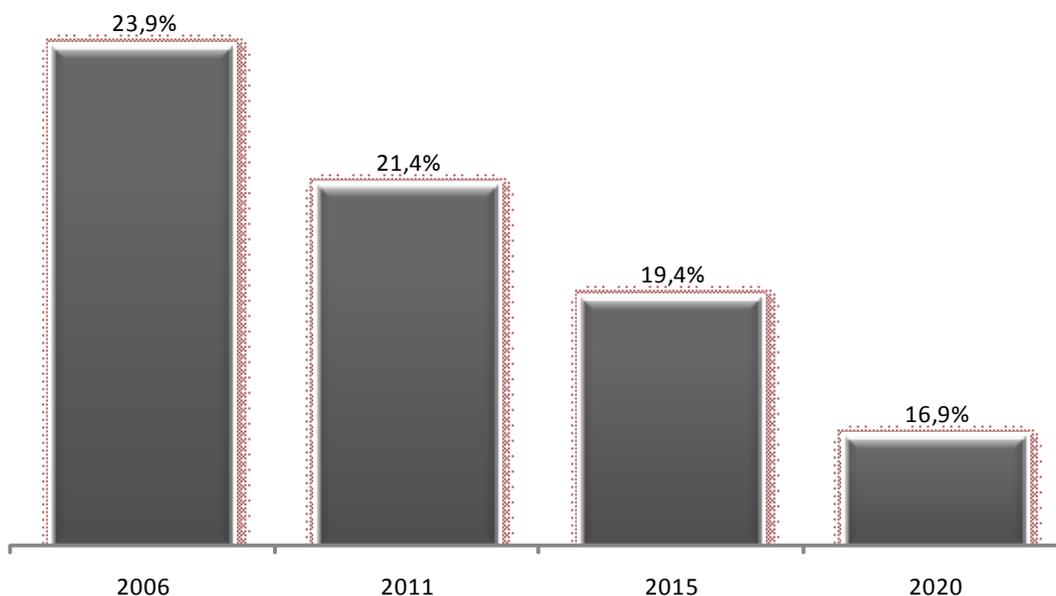
O Eixo 6 se orienta por dois macro-objetivos que se traduzem em três metas que procuram quantificar os resultados futuros esperados, seguindo uma trajetória lenta de enfrentamento das inércias.

- 1. Aumento da eficiência da gestão pública do Estado e dos Municípios paraibanos**
- 2. Ampliação da transparência da gestão pública**

As **metas** do Eixo 6 são as seguintes:

- 1. Redução dos gastos do governo como proporção do PIB**, de 23,9%, em 2006, para 16,9%, em 2020, mesmo assim ainda acima do nível atual do Estado de Santa Catarina, estimado em 12,5% do PIB estadual (o Gráfico 74 mostra a evolução das metas nos próximos 13 anos).

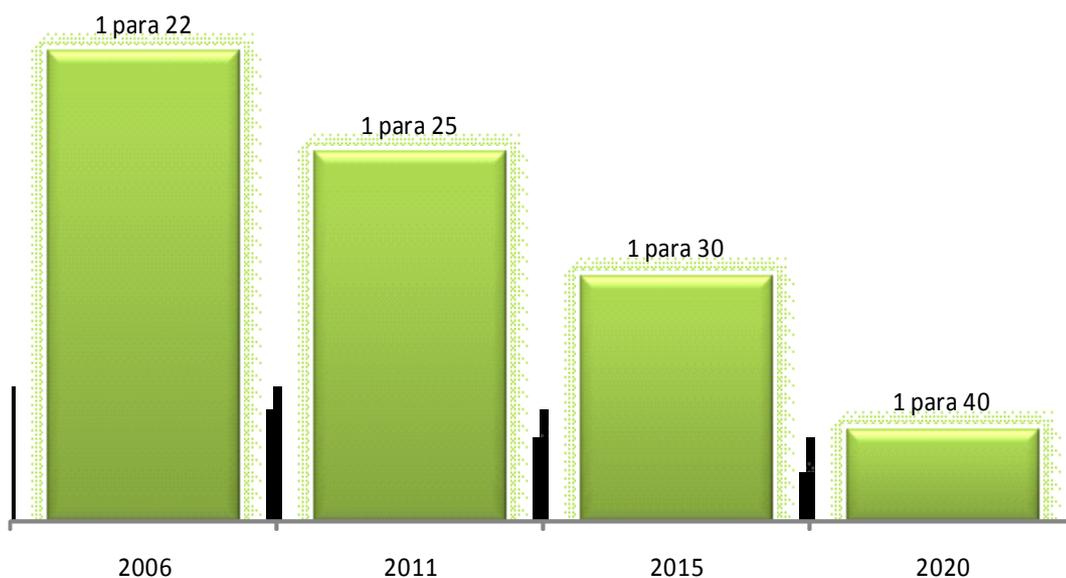
Gráfico 74 - Metas de Eficiência e Gastos do Governo



Fonte: HISTÓRICO - IBGE/IDEME; PROJEÇÃO – Multivisão/SEPLAG.

2. **Redução da relação servidor/habitante** de 1/22, em 2006, para 1/38, em 2020. Relacione-se a meta pretendida com o índice já atingido pela Bahia em 2005, um servidor para cada 39 habitantes, verifica-se estar muito acima do desempenho paraibano.

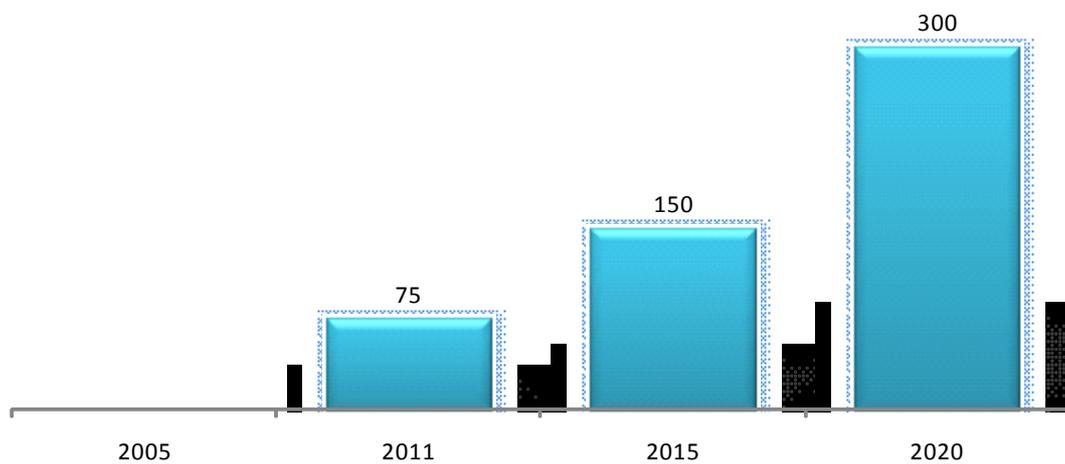
Gráfico 75 - Metas de Eficiência dos Recursos Humanos



Fonte: ELABORAÇÃO – Multivisão/SEPLAG

3. Ampliação da **capacidade de gestão** do Estado com a formação e aperfeiçoamento de cerca de 525 gestores de cidades e de rede de cidades integradas, entre 2007 e 2020. O Gráfico 76 mostra o número de gestores formados ao final dos períodos.

Gráfico 76 - Meta de Capacitação de Pessoal



Fonte: ELABORAÇÃO – MULTIVISÃO/SEPLAG

Os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento da Paraíba, assim como as grandes bandeiras que orientam as ações e iniciativas para transformação da realidade paraibana, de modo a construir o futuro, serão operacionalizados através de programas e projetos, instrumentos efetivos da intervenção governamental. Neste capítulo (tópico 5.1. Programas e Projetos), está apresentado um conjunto de 28 programas que estão desdobrados em 111 projetos, organizados segundo os eixos estratégicos. Alguns dos projetos estão apresentados com indicação de componentes, ações e providências que especificam e dão foco as iniciativas neles contidas. Na segunda parte, na Carteira de Projetos Prioritários (tópico 5.2), estão indicados os 41 projetos considerados de mais alta prioridade, com seleção feita a partir do conjunto de projetos do plano, tendo como base critérios para assegurar o foco nos segmentos de maior impacto e a interação com o conjunto da estratégia.

5.1 Programas e projetos

Eixo 1 - Melhoria da Qualidade de Vida e Valorização da Cultura

O Eixo 1 está desagregado em cinco programas desdobrados em 21 projetos, como apresentados a seguir.

1.1. Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade

Projetos

1.1.1. Ampliação da rede de saneamento básico e de abastecimento de água

- a) Implantação de esgotamento sanitário nas cidades e povoados;
- b) Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água – sistemas convencionais e simplificados.
- c) Construção de cisternas e recuperação de poços artesianos
- d) Implantação de drenagem superficial e profunda

1.1.2. Implantação de serviços de coleta seletiva e de tratamento do lixo

1.1.3. Implantação de unidades locais e regionais de reciclagem de resíduos sólidos

1.1.4. Infra-estrutura e melhoria das habitações urbanas e rurais

- a) Regularização fundiária e regulamentação do uso do solo;
- b) Urbanização de áreas com integração socioambiental e regularização da posse do solo;
- c) Construção, reforma e melhoria de unidades habitacionais isoladas;
- d) Construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda;

- e) Recuperação de áreas e transferência das famílias instaladas em locais de risco permanente;
- f) Monitoramento das áreas de risco para prevenir invasões.

1.1.5. Melhoria das condições de mobilidade urbana

- a) Construção, recuperação e pavimentação de vias públicas;
- b) Eliminação de barreiras arquitetônicas.

1.2. Programa de Ampliação dos Serviços de Saúde com Qualidade

Projetos

1.2.1. Reestruturação da rede física de saúde para expansão dos serviços de urgência e emergência

- a) Expansão da oferta de leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI);
- b) Ampliação e modernização das condições operacionais e de equipamentos das unidades de atendimento médico-hospitalar.

1.2.2. Qualificação e ampliação dos serviços do Programa Saúde da Família - PSF

- a) Fortalecimento da estratégia para cobertura de 100% das ações do Programa Saúde da Família;
- b) Adequação da rede de Atenção Hospitalar com até 30 leitos, ao perfil dos Hospitais de Pequeno Porte.

1.2.3. Implantação de uma Escola de Saúde Pública na Paraíba

1.2.4. Implantação de Centro de Imagem de alta complexidade

1.2.5. Qualificação dos profissionais do Sistema de Saúde

- a) Capacitação de gestores do Sistema Único de Saúde – SUS;
- b) Capacitação de profissionais de nível médio em áreas estratégicas para a saúde;
- c) Promoção de especialização dos profissionais de nível superior das equipes do Programa Saúde da Família;
- d) Capacitação de agentes e conselheiros para o controle social e a ação participativa.

1.3. Programa de Segurança e Cidadania

Projetos

- 1.3.1 Fortalecimento e organização do sistema de segurança pública
 - a) Informatização das polícias integrando as delegacias distritais;
 - b) Implantação e integração de sistemas de inteligência;
 - c) Ampliação e fortalecimento da infra-estrutura operacional da segurança pública - equipamentos e viaturas;
 - d) Capacitação continuada dos servidores do sistema de segurança pública;
 - e) Implantação do policiamento de fronteira;
 - f) Intensificação dos meios de combate à entrada de produtos ilegais no território paraibano;
 - g) Implantação de núcleo de atendimento à população em serviços de segurança, socorro e emergência;
 - h) Construção, conclusão, reforma, ampliação e modernização de estabelecimentos do sistema prisional do estado;
 - i) Capacitação e formação dos internos do sistema prisional;
 - j) Ampliação e modernização dos atendimentos dos serviços itinerantes de cidadania e assistência jurídica;
 - k) Implantação de um sistema de vigilância eletrônica em unidades prisionais.
- 1.3.2 Integração do sistema de segurança (polícias militar e civil, judiciário, guarda municipal e sistema prisional)
- 1.3.3 Policiamento comunitário;
- 1.3.4 Ampliação dos serviços de atendimento ao cidadão em informação e fornecimento de documentos;
- 1.3.5 Modernização dos serviços da Defensoria Pública
 - a) Qualificação continuada dos recursos humanos da Defensoria Pública;
 - b) Informatização da Defensoria Pública e de suas Comarcas.

- 1.3.6 Promoção social e cidadania focada em grupos de risco e vulnerabilidade social
- a) Apoio sócio-educativo, cultural e esportivo a crianças, adolescentes e jovens;
 - b) Construção e manutenção de casas para recuperação de drogados e centros de reabilitação para jovens em situação de risco;
 - c) Apoio à geração de ocupação para jovens;
 - d) Implementação de ações complementares aos programas sociais compensatórios no âmbito do Estado;
 - e) Assistência ao funcionamento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e Centros de Referência da Assistência Social - CRAS
 - f) Capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços na área de Assistência Social;
 - g) Ampliação da oferta de albergues para atendimento às pessoas em situação de risco.

1.4. Programa de Valorização da Cultura e do Patrimônio Cultural da Paraíba

Projetos

- 1.4.1 Promoção do capital cultural da Paraíba
- a) Fomento ao desenvolvimento e difusão das manifestações culturais da Paraíba;
 - b) Ampliação da infra-estrutura para a produção cultural no Estado (centros culturais e espaços alternativos);
 - c) Fomento à pesquisa sobre valores e manifestações culturais;
 - d) Promoção de eventos artísticos e culturais.
- 1.4.2 Criação de centro de valorização e preservação da cultura indígena
- 1.4.3 Preservação do patrimônio histórico e cultural da Paraíba
- a) Restauração e revitalização de sítios históricos;
 - b) Identificação e tombamento de sítios arqueológicos;

- c) Inventário do patrimônio histórico e cultural dos ciclos econômicos da Paraíba.

1.5. Programa de Combate à Pobreza e à Vulnerabilidade Social

Projetos

- 1.5.1. Promoção de emprego e renda para pessoas de grupos sociais em situação de risco
- a) Capacitação profissionalizante para membros de famílias vulneráveis;
 - b) Intermediação com o mercado de trabalho;
 - c) Financiamento de atividades produtivas através de micro-crédito.
- 1.5.2. Assistência social a famílias em situação de risco e vulnerabilidade
- a) Garantir suplementação alimentar e nutricional para famílias carentes;
 - b) Implantação de infra-estrutura social para as famílias da zona rural.

Necessidades de Recursos do Eixo 1 - Melhoria da Qualidade de Vida e Valorização da Cultura (mi R\$)

Programas	2008-2011	2012-2015	2016-2020	Total (2008-2020)
1.1. Melhoria das Condições de Habitabilidade	4.128,40	4.877,78	6.864,16	15.870,35
1.2. Ampliação dos Serviços de Saúde com Qualidade	1.767,34	1.868,80	2.509,04	6.145,18
1.3. Segurança e Cidadania	1.223,98	1.261,01	1.639,85	4.124,84
1.4. Valorização da Cultura e do Patrimônio Cultural da Paraíba	11,11	12,22	13,44	36,78
1.5. Combate à Pobreza e à Vulnerabilidade Social	2.698,29	2.841,69	3.555,10	9.095,09
TOTAL DO EIXO	9.829,13	10.861,51	14.581,59	35.272,24

Nota: Projeção dos recursos Multivisão. Os cinco programas do Eixo 1, englobam 21 projetos.

Eixo 2 - Aumento da Competitividade Econômica Paraibana

O Eixo 2 será operacionalizado através de quatro programas que, por seu turno, estão desdobrados em 17 projetos.

2.1 Programa de Ampliação e Recuperação do Sistema Rodoviário do Estado

Projetos

- 2.1.1 Construção de estradas para fortalecimento da malha viária do Estado
- 2.1.2 Recuperação e melhoria da malha rodoviária estadual pavimentada
- 2.1.3 Ampliação e recuperação de estradas vicinais e intermunicipais do Estado
- 2.1.4 Duplicação de Rodovias Integradoras (rodovia BR-104, entre Campina Grande / divisa com PE: 74,6 Km; BR-230, trechos: Campina Grande / Patos / Cajazeiras / Divisa com CE: 373,5 Km; Rodovia Costinha / Entroncamento BR-101: 31,0 Km)
- 2.1.5 Construção de obras para integração de território (Ponte ligando os municípios de Cabedelo e de Lucena)

2.2 Programa de Integração Logística Regional (nacional e internacional)

Projetos

- 2.2.1 Melhoria da estrutura logística do Estado
 - a) Implementação de centros e terminais integrados de carga (gestão e distribuição);
 - b) Implantação de centros de serviços logísticos e aprimoramento do sistema logístico (inspeção, controle de qualidade, embalagem, acabamento, montagem e inteligência)
- 2.2.2 Ampliação e melhoria da rede ferroviária do Estado
 - a) Integração da malha ferroviária do Estado à Transnordestina (ramais: Cabedelo-Suape e Sousa-Arojado);
 - b) Revitalização do trecho Ferroviário Campina Grande/Cabedelo (extensão de 170,0 Km).
- 2.2.3 Fortalecimento da infra-estrutura portuária

- a) Aprofundamento do calado do Porto de Cabedelo (dragagem, aprofundamento do canal de acesso, bacia de evolução e berços);
- b) Construção e ampliação do porto marítimo e recuperação do cais;
- c) Construção do terminal de passageiros e terminal de contêineres;
- d) Construção de terminais de granéis e terminal pesqueiro;
- e) Modernização da gestão e dos serviços logísticos portuários;
- f) Ampliação da capacidade de estocagem do terminal de combustível de 15 para 45 milhões de litros.

2.2.4 Ampliação e modernização do sistema aeroviário da Paraíba

- a) Ampliação e modernização do aeroporto Castro Pinto (ampliação das pistas de pouso e de taxiamento, modernização dos terminais de passageiros e carga; instalação de sistemas de orientação de pouso e decolagem - VOR e PAPI/VASIS);
- b) Construção, modernização e ampliação de aeroportos regionais (ampliação e modernização do aeroporto de Patos; construção do aeródromo de Cajazeiras / Sousa, com pista de pouso / decolagem pavimentada: (2.000,0x30,0); sinalização noturna; estação de passageiros).
- c) Ampliação e modernização do aeroporto João Suassuna

2.2.5 Ampliação do sistema de telecomunicações do Estado

- a) Implantação de rede de fibra ótica no Estado;
- b) Ampliação e melhoria do sistema de telefonia fixa e móvel no Estado;
- c) Implantação de centros comunitários de acesso gratuito à Internet.

2.3 Programa de Ampliação e Diversificação da Oferta de Energia

Projetos

2.3.1 Melhoria e ampliação do sistema de energia elétrica

- a) Construção de plantas termelétricas para operar com gás natural e/ou óleo combustível;
- b) Recuperação e expansão da rede de transmissão nas áreas urbanas e rurais.

- 2.3.2 Aumento da participação do gás natural na matriz energética da Paraíba
- a) Expansão da rede de gás natural para outros centros urbanos de maior porte do Estado;
 - b) Expansão da oferta de gás natural em João Pessoa e Campina Grande para fins industrial, comercial, residencial e automotivo;
 - c) Apoio à exploração de petróleo e gás natural na bacia do Rio do Peixe e na plataforma continental.
- 2.3.3 Fontes alternativas de energia
- a) Geração de energia elétrica a partir de fonte eólica;
 - b) Utilização de energia solar para aplicações térmicas e elétricas;
 - c) Produção de biodiesel a partir de oleaginosas (algodão, girassol, pinhão-mansão);
 - d) Ampliação da produção de etanol;
 - e) Produção do biogás a partir dos lixões ou usinas de processamento do lixo;
 - f) Utilização da lenha de forma ecológica (uso de recursos florestais para fins energéticos);
 - g) Produção de energia elétrica a partir da biomassa;
 - h) Recuperação de crédito carbono pela redução da emissão de poluentes na atmosfera.

2.4 . Programa de Fortalecimento da Infra-estrutura Hídrica

Projetos

- 2.4.1 Integração dos Vales do Piancó e Piranhas (Eixo Norte) e do Paraíba (Eixo Leste) ao projeto de transposição de águas do Rio São Francisco
- 2.4.2 Construção, reforma e recuperação de adutoras, barragens, açudes, reservatórios d'água
- a) Construção e conclusão de sistemas adutores;
 - b) Implantação do projeto Multilagos - Região da Grande Campina Grande;
 - c) Construção e recuperação de barragens;

- 2.4.3 Construção do Canal de Integração das Águas Litorâneas “Acauã-Araçagi”.
- 2.4.4 Instalação e recuperação de poços para aproveitamento de águas subterrâneas

Necessidades de Recursos do Eixo 2 - Aumento da Competitividade Econômica da Paraíba (mi R\$)

Programas	2008-2011	2012-2015	2016-2020	Total (2008-2020)
2.1. Ampliação e Recuperação do Sistema Rodoviário do Estado	1.602,46	2.012,81	4.360,15	7.975,43
2.2. Integração Logística Regional (nacional e internacional)	239,00	374,60	371,20	984,80
2.3. Ampliação e Diversificação da Oferta de Energia	165,00	190,00	215,00	570,00
2.4. Fortalecimento da Infra-estrutura Hídrica	189,87	19,87	19,87	229,60
TOTAL DO EIXO	2.196,32	2.597,28	4.966,22	9.759,83

Nota: Projeção dos recursos Multivisão. Os quatro programas do Eixo 2, englobam 17 projetos.

Eixo 3 - Ampliação e Diversificação da Base Econômica da Paraíba

O Eixo 3 – Ampliação e diversificação da base econômica da Paraíba – será implementado a partir de seis programas, desagregados em 30 projetos, como apresentado a seguir.

3.1 Programa de Dinamização do Turismo no Estado

Projetos

- 3.1.1 Estruturação e consolidação de roteiros turísticos nas modalidades / segmentos com reconhecido potencial no Estado
- a) Turismo de lazer;
 - b) Turismo de sol e mar;

- c) Turismo de negócios e eventos;
- d) Ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural;
- e) Turismo histórico-cultural (científico, paleontológico, arqueológico e religioso);
- f) Turismo para terceira idade.

3.1.2 Ampliação da infra-estrutura e das facilidades turísticas do Estado

- a) Construção de Centro de Convenções em João Pessoa;
- b) Urbanização de áreas turísticas;
- c) Adequação da logística estadual para fortalecer o receptivo (logística portuária, aeroviária e rodoviária);
- d) Reforma e adequação do Espaço Cultural José Lins do Rego como centro de identidade cultural da Paraíba;
- e) Fomento à recuperação e ampliação da rede hoteleira do Estado através de parcerias com o setor privado.

3.1.3 Criação de novos roteiros turísticos

3.1.4 Melhoria da qualidade dos serviços turísticos da Paraíba

- a) capacitação de mão-de-obra para o turismo no âmbito institucional e empresarial em habilidades específicas e de gestão;
- b) Instituição de selo de certificação turística.

3.1.5 Plano de marketing para fortalecer a divulgação, a venda e o pós-venda dos produtos turísticos da Paraíba

3.2 Programa de Promoção do Artesanato Paraibano

Projetos

3.2.1 Valorização do artesanato e dos trabalhos manuais locais

3.2.2 Apoio à comercialização do artesanato paraibano

- a) Realização de feiras, eventos e rodadas de negócios;
- b) Apoio à participação do artesão em feiras, eventos e rodadas de negócios nacionais e internacionais;

- c) Criação de centros / áreas de comercialização de produtos artesanais;
- d) Exposição e divulgação do artesanato em hotéis, agências de viagens, pontos turísticos, casas de câmbio.

3.2.3 Estímulo à organização dos artesãos:

- a) Apoio à organização da pequena produção artesanal;
- b) Apoio à estruturação das organizações de artesãos;
- c) Capacitação de artesãos individuais e membros de cooperativas e associações, em habilidades específicas e de gestão.

3.3 Programa de Desenvolvimento das Atividades Produtivas Tradicionais

Projetos

3.3.1 Promoção da agricultura irrigada no Estado

- a) Fornecimento de kits de irrigação para os pequenos produtores e implantação de medidores verdes;
- b) Implantação de projetos de irrigação no semi-árido;
- c) Difusão de tecnologia de convivência com a seca;

3.3.2 Expansão da agricultura orgânica e de base ecológica (algodão colorido, fruticultura e hortigranjeiros)

3.3.3 Desenvolvimento da agricultura irrigada nas várzeas de Sousa e áreas beneficiadas pelo Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco

3.3.4 Qualificação de produtos agropecuários

- a) Assistência técnica e extensão aos produtores rurais;
- b) Instituição de selo de certificação de produtos agropecuários e controle de qualidade;
- c) Fortalecimento do sistema estadual de vigilância fitossanitária.

3.3.5 Apoio à comercialização e distribuição de produtos agropecuários, com destaque para os de origem da agricultura familiar

3.3.6 Apoio à organização dos pequenos produtores

- a) Estímulo à criação de associações e cooperativas;

- b) Capacitação dos cooperados / associados em habilidades específicas e de gestão.

3.3.7 Fomento à cultura do algodão branco para o aproveitamento de fibra e produção de biodiesel

3.4 Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais

Projetos

3.4.1 Desenvolvimento do arranjo produtivo da apicultura

- a) Construção de Casas de Mel em áreas com elevada capacidade de produção;
- b) Assistência técnica e extensão para melhoria da produtividade e da qualidade;
- c) Apoio à comercialização de produtos;
- d) Instituição de selo de certificação de produtos e controle de qualidade.

3.4.2 Desenvolvimento do arranjo produtivo da ovinocaprinocultura

- a) Assistência técnica e extensão para melhoria da produtividade e da qualidade;
- b) Apoio à comercialização de produtos;
- c) Instituição de selo de certificação de produtos e controle de qualidade;
- d) Fomento à melhoria genética do rebanho.

3.4.3 Desenvolvimento de arranjos produtivos locais de base mineral: metálicos e não metálicos, com apoio em toda extensão da cadeia produtiva

- a) Assistência técnica para melhoria da produtividade e da qualidade;
- b) Apoio à comercialização de produtos;
- c) Instituição de selo de certificação de produtos e controle de qualidade;
- d) Pesquisa e dimensionamento do potencial de ocorrências minerais;
- e) Fomento à exploração de jazidas minerais;
- f) Estimulo à organização de cooperativas de mineradores;

- 3.4.4 Fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura
 - a) Zoneamento da atividade pesqueira no Estado;
 - b) Distribuição de alevinos;
 - c) Criação de pescado em tanques-rede;
 - d) Fomento a utilização de tecnologia para adensamento da cadeia produtiva (carne, pele e ração).
- 3.4.5 Fomento a carcinicultura no Estado

3.5 Programa de Diversificação das Atividades Produtivas da Paraíba

Projetos

- 3.5.1 Fomento a empresas de alta tecnologia para produção de hemoderivados
- 3.5.2 Diversificação de culturas oleaginosas (Mamona, Girassol, Algodão, Amendoim, Pinhão Manso)
- 3.5.3 Fortalecimento da indústria metal-mecânica.
- 3.5.4 Fortalecimento da indústria de papel e celulose.
- 3.5.5 Fomento à indústria cultural do Estado, com destaque para a atividade cenográfica (Cabaceiras e Taperoá)
 - a) Fomento aos produtores culturais e artistas do Estado;
 - b) Marketing dos espaços cenográficos.
- 3.5.6 Estímulo à expansão de incubadoras de empresas industriais e de serviços.

3.6 Programa de Adensamento das Cadeias Produtivas

Projetos

- 3.6.1 Fomento à implantação de agroindústrias na Paraíba
 - a) Beneficiamento de frutas tropicais
 - b) Beneficiamento de leite e produção de derivados

- 3.6.2 Adensamento da cadeia produtiva da construção civil com utilização de insumos das indústrias cerâmica e graniteira e outros insumos locais (areia, massame, brita e peças de cantaria).
- 3.6.3 Adensamento da cadeia produtiva coureiro-calçadista
- 3.6.4 Reestruturação e adensamento da cadeia de têxtil-confecções (destaque para algodão colorido).

Necessidades de Recursos do Eixo 3 - Ampliação e Diversificação da Base Econômica da Paraíba (mi R\$)

Programas	2008-2011	2012-2015	2016-2020	Total (2008-2020)
3.1. Dinamização do Turismo no Estado	296,15	513,41	1.190,00	1.999,55
3.2. Promoção do Artesanato Paraibano	444,22	770,11	1.784,99	2.999,33
3.3. Desenvolvimento das Atividades Produtivas Tradicionais	888,44	1.540,23	3.569,99	5.998,66
3.4. Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais	888,44	1.540,23	3.569,99	5.998,66
3.5. Diversificação da Atividade Produtiva da Paraíba	1.332,66	2.310,34	5.354,98	8.997,99
3.6. Adensamento das Cadeias Produtivas	2.073,03	3.593,87	8.329,97	13.996,87
TOTAL DO EIXO	5.922,95	10.268,20	23.799,90	39.991,05

Nota: Projeção dos recursos Multivisão. Os seis programas do Eixo 3, englobam 30 projetos.

Eixo 4 - Ampliação e Democratização da Educação e do Conhecimento

O Eixo 4 – Ampliação e Democratização da Educação e do Conhecimento – será implementado através de quatro programas que, por seu turno, estão desdobrados em 19 projetos, apresentados a seguir:

4.1. Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica

Projetos

4.1.1. Fortalecimento do Ensino Médio

- a) Expansão da oferta de vagas no Ensino Médio Regular;
- b) Expansão da oferta de vagas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional, inclusive do atendimento aos jovens e adultos;
- c) Ampliação da oferta de Bolsas de Iniciação Científica – atividade a ser desenvolvida pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, com execução através da FAPESQ-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba e UEPB-Universidade Estadual da Paraíba.

4.1.2. Fortalecimento do Ensino Fundamental

- a) Correção de fluxo (enfrentamento da distorção idade-série), universalizando o atendimento, inclusive nas redes municipais;
- b) Universalização do atendimento às crianças de 6 a 10 anos de idade, nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- c) Implantação e ampliação de escolas de tempo integral nas 12 regiões Geoadministrativas do estado;
- d) Implantação e ampliação das ações para integração escola-comunidade.

4.1.3. Fortalecimento da gestão escolar

- a) Universalização do processo de escolha dos gestores escolares, por meio de eleições diretas;
- b) Implementação do Plano de Organização Pedagógica da Escola - POPE;

- c) Implementação de ações visando o fortalecimento dos Conselhos Escolares.

4.1.4. Formação continuada e valorização dos profissionais da Educação Básica

- a) Oferta de cursos de formação continuada para os profissionais da Educação Básica, com foco na metodologia de projetos de integração curricular;
- b) Oferta de curso em Gestão Escolar para os gestores eleitos;
- c) Realização de concurso público para o provimento de cargo de professor da Educação Básica.

4.1.5. Modernização da infra-estrutura física e distribuição de equipamentos

- a) Construção, reforma e ampliação de escolas;
- b) Implantação de laboratórios de ciências e informática, inclusive com acesso à internet;
- c) Construção e reforma de ginásios poliesportivos;
- d) Distribuição de equipamentos.

4.1.6. Assistência ao Estudante

- a) Transporte escolar - oferta através de sistema integrado às redes municipais;
- b) Oferta de merenda, fardamento e livros;

4.1.7. Fortalecimento Institucional

- a) Dinamização do Fórum Estadual de Educação para democratização do processo de construção de políticas públicas em educação e avaliação do Plano Estadual de Educação;
- b) Integração de políticas públicas em educação, em conjunto com as redes municipais, com foco na expansão da oferta de benefícios e melhoria da aplicação dos recursos públicos.

4.1.8. Projetos Especiais

- a) Alfabetização de jovens e adultos;
- b) Prevenção e combate ao uso de drogas e à violência na escola.

4.2. Programa de Qualificação e Capacitação da Mão-de-obra Paraibana

Projetos

- 4.2.1. Fortalecimento da estrutura de educação profissional do Estado enfatizando as áreas prioritárias da economia paraibana - turismo, petróleo e gás, indústria metal-mecânica, agroindústria de alimentos, design de produtos artesanais, preservação de recursos ambientais.
- a) Implantação de escolas profissionalizantes (centros de formação profissional associados às potencialidades das regiões);
 - b) Ampliação das escolas técnicas e agrícolas;
 - c) Articulação das escolas técnicas e profissionalizantes em torno das prioridades das demandas e das necessidades da economia; e,
 - d) Levantamento da demanda e organização do cadastro dos candidatos para capacitação técnica e profissional, reciclagem e atualização das necessidades dos setores dinâmicos da economia paraibana.

4.3. Programa de Fortalecimento e Interiorização do Ensino superior

Projetos

- 4.3.1. Ampliação e interiorização das universidades
- a) Expansão e interiorização dos campi das universidades;
 - b) Ampliação e melhoria das instalações das universidades;
 - c) Ampliação do número de vagas.
- 4.3.2. Fortalecimento de políticas de democratização do acesso ao ensino superior
- 4.3.3. Implantação de cursos de qualificação docente e técnico-administrativo
- 4.3.4. Integração da Universidade com o setor produtivo paraibano
- 4.3.5. Criação e fortalecimento de cursos em função da demanda e perspectiva do mercado e em sintonia com o setor produtivo

4.4. Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Difusão de Tecnologia.

Projetos

- 4.4.9. Fortalecimento de centros de excelência em P&D

- a) Farmacologia e biotecnologia
- b) Engenharia
- c) Tecnologia da Informação
- d) Biodiversidade da caatinga
- e) Petróleo e gás
- f) Fontes alternativas e produção de energia
- g) Agropecuária

4.4.10. Instalação de núcleos de difusão de tecnologias apropriadas

4.4.11. Formação de redes de núcleos de inovação e difusão tecnológica para o semi-árido

4.4.12. Promoção da inovação e difusão tecnológica nas atividades produtivas prioritárias

- a) Produção industrial (têxtil-confecções, couro-calçado, agroindústria, metal-mecânica);
- b) Minerais não metálicos;
- c) Agropecuária do semi-árido;
- d) Agroenergia.

4.4.13. Definição de mecanismos de certificação, normatização e controle de qualidade.

Necessidades de Recursos do Eixo 4 - Ampliação e Democratização da Educação e do Conhecimento (mi R\$)

Programas	2008-2011	2012-2015	2016-2020	Total (2008-2020)
4.1. Melhoria da Qualidade da Educação Básica	3.882,36	4.432,17	4.642,54	12.957,06
4.2. Qualificação e Capacitação da Mão-de-obra Paraibana	1.529,10	1.693,04	2.403,50	5.625,64
4.3. Fortalecimento e Interiorização do Ensino Superior	2.750,85	3.545,76	5.538,51	11.835,12
4.4. Pesquisa, Desenvolvimento e Difusão de Tecnologia	93,63	183,88	313,31	590,82
TOTAL DO EIXO	8.255,93	9.854,85	12.897,87	31.008,65

Nota: Projeção dos recursos Multivisão. Os quatro programas do Eixo 4, englobam 19 projetos.

Eixo 5 - Conservação e Recuperação do Meio Ambiente Natural

O Eixo Estratégico 5 – Conservação e recuperação do meio ambiente natural está organizado em quatro programas, desdobrados em 11 projetos, apresentados a seguir:

5.1 Programa de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos

Projetos

- 5.1.1 Integração de bacias hidrográficas e mananciais do Estado
- 5.1.2 Proteção e revitalização de mananciais, açudes e reservatórios, com recuperação das matas ciliares e nascentes
 - a) Recuperação de matas ciliares de rios, nascentes, riachos, córregos e entorno de açudes e reservatórios;
 - b) Fiscalização e controle para preservação de rios, nascentes, riachos, córregos e áreas adjacentes de açudes e reservatórios.
- 5.1.3 Revitalização e adequação de rios para a transposição das águas do rio São Francisco

5.2 Programa de Conservação e Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas

Projetos

- 5.2.1 Recuperação de Ecossistemas Costeiros - Mata Atlântica e Mangue
 - a) Fomento ao reflorestamento de áreas degradadas de Mata Atlântica;
 - b) Recuperação de mangues;
 - c) Intensificação do controle e fiscalização para conservação da floresta e de áreas de mangue;
 - d) Produção de sementes e mudas.
- 5.2.2 Combate ao processo de desertificação e recomposição da cobertura florestal da Caatinga

- a) Controle e fiscalização do uso dos recursos florestais;
- b) Produção de sementes e mudas.

5.3 Programa de Conservação do Meio Ambiente

Projetos

- 5.3.1 Racionalização do uso da terra com manutenção de florestas e implantação de áreas de reserva legal em propriedades rurais
- 5.3.2 Introdução de sistemas de filtragem nas indústrias
- 5.3.3 Fomento à reciclagem dos resíduos das atividades industriais e domiciliares
- 5.3.4 Criação de parques e unidades de conservação
 - a) Criação de áreas de proteção e parques ecológicos, especialmente na Caatinga;
 - b) Criação e ampliação de corredores ecológicos na Mata Atlântica com conservação e recuperação da mata nativa;
 - c) Fortalecimento da gestão das unidades de conservação.

5.4 Programa de Fortalecimento do Sistema de Gestão do Meio Ambiente

Projetos

- 5.4.1 Melhoria da gestão dos recursos ambientais
 - a) Capacitação de recursos humanos;
 - b) Ampliação e melhoria das instalações e equipamentos dos órgãos de controle ambiental;
 - c) Descentralização da estrutura dos órgãos de controle e fiscalização ambiental.
- 5.4.2 Promoção da educação ambiental nas escolas públicas e comunidades.

Necessidades de Recursos do Eixo 5 - Conservação e Preservação do Meio Ambiente Natural (mi R\$)

Programas	2008-2011	2012-2015	2016-2020	Total (2008-2020)
5.1. Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos	1,07	1,07	1,07	3,22
5.2. Conservação e Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas	117,82	235,64	471,28	824,74
5.3. Conservação do Meio Ambiente	7,45	7,45	7,45	22,34
5.4. Fortalecimento do Sistema de Gestão do Meio Ambiente	2,35	2,35	2,35	7,06
TOTAL DO EIXO	128,69	246,51	482,15	857,35

Nota: Projeção dos recursos Multivisão. Os quatro programas do Eixo 5, englobam 11 projetos.

Eixo 6 - Melhoria da Eficiência e Aumento da Transparência Governamental

O Eixo 6 que focaliza as mudanças no sistema institucional e de gestão pública está organizado em cinco programas que se desdobram em 13 projetos, conforme segue:

6.1 Programa de Modernização e Reestruturação da Gestão Pública

Projetos

6.1.1 Reestruturação da gestão pública do Estado

- a) Melhoria da estrutura físico-operacional dos diversos órgãos públicos;
- b) Mapeamento dos processos estruturantes do Estado e continuidade na redefinição das estruturas e processo de reorganização da concepção gerencial das instituições públicas;
- c) Fortalecimento e modernização dos recursos de T&I do Estado
- d) Incorporação de novas tecnologias de gestão;
- e) Criação de mecanismos para agilização da aplicação dos recursos públicos;

- f) Instituição de instrumentos de premiação de gestores e instituições, para promoção da excelência na prestação dos serviços públicos;
- g) Definição e implantação de mecanismos de segurança para o controle das informações gerenciais dos órgãos públicos;
- h) Introdução de contratualização por meio de Acordo de Resultados;
- i) Introdução de sistema de gestão de projetos por resultado
- j) Descentralização da gestão pública no território facilitando a desconcentração dos projetos e investimentos governamentais

6.1.2 Novas institucionalidades para gestão de ações não exclusivas do Estado

- a) Utilização de Organizações Sociais e OSCIPs para execução de serviços delegados, de reconhecido interesse público, em áreas como educação, saúde, ação social, pesquisa e difusão de tecnologia;
- b) Concessão de serviços públicos nos segmentos infra-estrutura econômica e infra-estrutura social de natureza essencial;
- c) Fortalecimento das agências reguladoras nas áreas de energia, transportes, saneamento e comunicações;
- d) Fomento ao estabelecimento de Parcerias Público Privadas.

6.2 Programa de Qualificação dos Recursos Humanos dos Governos

Projetos

6.2.1 Gestão eficiente dos recursos humanos

- a) Concurso público para cargos de direção dos órgãos públicos com função exclusiva do Estado;
- b) Flexibilização na contratação de servidores (CLT) para instituições com funções não exclusivas do Estado;
- c) Ocupação prioritária de cargos comissionados por servidores públicos de carreira, atendidas exigências de capacitação técnica e profissional;
- d) Introdução de conceitos de avaliação de desempenho institucional e individual.

6.2.2 Qualificação continuada dos servidores públicos

- a) Habilidades específicas
- b) Habilidades de gestão

6.2.3 Organização da estrutura de cargos e salários do serviço público

6.3 Programa de Melhoria do Sistema de Planejamento Governamental

Projetos

6.3.1 Fortalecimento do sistema estadual de planejamento e gestão do governo

- a) Adequação dos quadros de pessoal às necessidades;
- b) Capacitação da média e alta gerência através da utilização de matriz de competências para definir o perfil e a capacitação necessária ao gestor;
- c) Implantação de sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações de governo.

6.3.2 Fortalecimento do órgão estadual de pesquisas e estudos sócio-econômicos para suporte ao planejamento e ao desenvolvimento estadual e municipal

- a) Realização de estudos e pesquisas sobre a realidade do Estado para apoio ao planejamento e à gestão pública;
- b) Assessoramento e assistência técnica aos municípios

6.4 Programa de Fortalecimento dos Processos de Participação da Sociedade

Projetos

6.4.1 Criação e fortalecimento de instâncias de governança locais e regionais, como espaços de participação da sociedade nos processos decisórios

6.4.2 Capacitação de lideranças integrantes de colégios locais e regionais de desenvolvimento para favorecer a melhoria da participação

6.5 Programa de Ampliação da Transparência e Controle Social da Gestão Pública**Projetos**

- 6.5.1. Aperfeiçoamento do sistema de divulgação dos programas e ações governamentais e do andamento da execução orçamentária e financeira
- 6.5.2. Instituição do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Estado
- 6.5.3. Aperfeiçoamento de normas e mecanismos para acompanhamento e apuração de denúncias
- 6.5.4. Aperfeiçoamento da ação do Tribunal de Contas
- a) Articulação intensa com os governos estadual e municipais;
- b) Ênfase à postura orientadora;
- c) celeridade do julgamento das contas públicas.

Necessidades de Recursos do Eixo 6 - Melhoria da Eficiência e Aumento da Transparência Governamental (mi R\$)

Programas	2008-2011	2012-2015	2016-2020	Total (2008-2020)
6.1. Modernização e Reestruturação da Gestão Pública	42,33	37,75	43,14	123,22
6.2. qualificação dos Recursos Humanos dos Governos	31,74	28,32	32,36	92,42
6.3. Melhoria do Sistema de Planejamento Governamental	7,94	7,08	8,09	23,10
6.4. Fortalecimento dos Processos de Participação da Sociedade	2,65	2,36	2,70	7,70
6.5. Ampliação da Transparência e Controle Social da Gestão Pública	21,16	18,88	21,57	61,61
TOTAL DO EIXO	105,81	94,39	107,86	308,06

Nota: Projeção dos recursos Multivisão. Os cinco programas do Eixo 6, englobam 13 projetos.

5.2 Carteira de projetos prioritários

O estoque de recursos, financeiros e humanos, disponíveis e passíveis de serem mobilizados pelos diversos agentes econômicos para aplicação na Paraíba no período 2008-2020, são limitados. Por outro lado, os prazos de maturação dos projetos e seus resultados sobre a realidade estadual são diferenciados. Assim, entende-se ser necessário efetuar uma hierarquização de prioridade, para melhor direcionamento dos esforços inerentes às iniciativas e ações, de modo a potencializar o impacto que deverá transformar a realidade paraibana.

Por tais motivos, foram escolhidos entre os 111 projetos que formam os 28 programas do plano, 41 projetos que são reputados como de relevância superior, para compor uma carteira prioritária. Ressalte-se que, na execução dessa tarefa, houve um cuidado especial para que a carteira de projetos construída refletisse o direcionamento expresso nos Eixos estratégicos do plano, de modo a assegurar para a Paraíba, o efeito positivo, combinado e complementar, das iniciativas neles propostas.

A relação dos projetos da carteira prioritária, organizados por eixos e identificados com as **Bandeiras**, está apresentada a seguir:

Eixo 1 - Melhoria da Qualidade de Vida e Valorização da Cultura está norteado por três grandes bandeiras: *Implantação do Saneamento em Larga Escala, Segurança Pública e Cidadania, e Recuperação das Condições de Habitabilidade*, onde estão incorporados sete projetos prioritários, como segue:

Projeto Prioritário E1P1: Ampliação da rede de saneamento básico e de abastecimento de água

Projeto Prioritário E1P2: Infra-estrutura e melhoria das habitações urbanas e rurais

Projeto Prioritário E1P3: Reestruturação da rede física de saúde para expansão dos serviços de urgência e emergência

Projeto Prioritário E1P4: Fortalecimento e organização do sistema de segurança pública

Projeto Prioritário E1P5: Promoção social e cidadania focada em grupos de risco e vulnerabilidade social

Projeto Prioritário E1P6: Promoção de emprego e renda para pessoas de grupos sociais em situação de risco

Projeto Prioritário E1P7: Assistência social a famílias em situação de risco e vulnerabilidade

O Eixo 2 - **Aumento da competitividade econômica da Paraíba** - que organiza três grandes bandeiras - *Interligação da Paraíba com o Eixo logístico regional, Modernização e ampliação do porto de Cabedelo, e Ampliação do aeroporto* – concentra esforços em doze projetos de alta prioridade:

Projeto Prioritário E2P1: Recuperação e melhoria da malha rodoviária estadual pavimentada

Projeto Prioritário E2P2: Duplicação de rodovias integradoras (rodovia BR 104, trecho Campina Grande - divisa PE, extensão 76 km; rodovia BR 230, trechos Campina Grande / Patos / Cajazeiras / divisa CE, extensão 373,5 km; rodovia Costinha / entroncamento BR 101, extensão 31 km)

Projeto Prioritário E2P3: Construção de obras para integração do território (ponte ligando os municípios de Cabedelo e Lucena)

Projeto Prioritário E2P4: Ampliação e melhoria da rede ferroviária do Estado.

Projeto Prioritário E2P5: Fortalecimento da infra-estrutura portuária

Projeto Prioritário E2P6: Ampliação e modernização do sistema aeroviário da Paraíba.

Projeto Prioritário E2P7: Melhoria e ampliação do sistema de energia elétrica

Projeto Prioritário E2P8: Aumento da participação do gás natural na matriz energética da Paraíba

Projeto Prioritário E2P9: Fontes alternativas de energia

Projeto Prioritário E2P10: Integração dos Vales do Piancó e Piranhas (Eixo Norte) e do Paraíba (Eixo Leste) ao Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco

Projeto Prioritário E2P11: Construção, reforma e recuperação de adutoras, barragens, açudes, reservatórios de água

Projeto Prioritário E2P12: Construção do Canal de Integração das Águas Litorâneas “Acauã-Araçagi”

O Eixo 3 - ***Ampliação e diversificação da base econômica da Paraíba*** – está estruturado em cinco grandes bandeiras - Turismo de qualidade; Dinamização da indústria com integração às cadeias produtivas do Nordeste; Petróleo e gás natural da bacia do Rio do Peixe e da Plataforma Continental; Produção sustentável dos recursos minerais; e, Fruticultura irrigada nas várzeas de Sousa e áreas beneficiadas pela transposição de bacias – devendo ser operacionalizado através nove projetos de alta prioridade:

Projeto Prioritário E3P1: Ampliação da infra-estrutura e das facilidades turísticas do Estado

Projeto Prioritário E3P2: Apoio à comercialização do artesanato paraibano

Projeto Prioritário E3P3: Promoção da agricultura irrigada no Estado

Projeto Prioritário E3P4: Desenvolvimento da agricultura irrigada nas várzeas de Sousa e áreas beneficiadas pelo projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco

Projeto Prioritário E3P5: Fomento à cultura do algodão branco para o aproveitamento de fibra e produção do biodiesel

Projeto Prioritário E3P6: Desenvolvimento do arranjo produtivo da ovinocaprinocultura

Projeto Prioritário E3P7: Desenvolvimento de arranjos produtivos locais de base mineral: metálicos e não metálicos, com apoio em toda extensão da cadeia produtiva

Projeto Prioritário E3P8: Fomento a empresas de alta tecnologia para produção de hemoderivados

Projeto Prioritário E3P9: Diversificação de culturas oleaginosas (Mamona, Girassol, Algodão, Amendoim, Pinhão Manso

No Eixo 4 - ***Ampliação e democratização da educação e do conhecimento*** - com suas três grandes bandeiras de desenvolvimento - *Escolas públicas de qualidade, Capacitação ampla e intensa da mão de obra paraibana, e Intensificação da pesquisa e difusão de tecnologias* – foram selecionados seis projetos de alta prioridade para compor a Carteira:

Projeto Prioritário E4P1: Fortalecimento do Ensino Médio

Projeto Prioritário E4P2: Fortalecimento do Ensino Fundamental

Projeto Prioritário E4P3: Modernização da infra-estrutura física e distribuição de equipamentos

Projeto Prioritário E4P4: Fortalecimento da estrutura de educação profissional do Estado

Projeto Prioritário E4P5: Ampliação e interiorização das universidades

Projeto Prioritário E4P6: Fortalecimento de centros de excelência em P&D

No Eixo 5 - **Conservação e recuperação do meio ambiente natural** – que contempla duas grandes bandeiras de desenvolvimento da Paraíba - *Gestão dos recursos hídricos com integração de bacias*, e *Recomposição da cobertura florestal do semi-árido paraibano* – foram selecionados três projetos de alta prioridade:

Projeto Prioritário E5P1: Integração de bacias hidrográficas e mananciais do Estado

Projeto Prioritário E5P2: Proteção e revitalização de mananciais, açudes e reservatórios, com recuperação de matas ciliares e nascentes.

Projeto Prioritário E5P3: Combate ao processo de desertificação e recomposição da cobertura vegetal da Caatinga.

No Eixo 6 - **Melhoria da eficiência e transparência governamental** - formado pela bandeira *Gestão de projetos com foco nos resultados*, foram priorizados quatro projetos para formação da Carteira:

Projeto Prioritário E6P1: Reestruturação da gestão pública do Estado

Projeto Prioritário E6P2: Qualificação continuada dos servidores públicos

Projeto Prioritário E6P3: Organização da estrutura de cargos e salários de serviço público

Projeto Prioritário E6P4: Fortalecimento do sistema estadual de planejamento e gestão do governo



VI. VIABILIDADE E INSTRUMENTOS PLANO - DEFININDO OS MEIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

A execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba deve contar com iniciativas e recursos públicos e privados e negociar o comprometimento de diferentes instâncias e instituições em parcerias para a viabilização dos programas e projetos que permitirão alcançar as metas definidas para o médio e o longo prazos. Os governos e os atores sociais locais devem assumir diferentes responsabilidades, formar parcerias estratégicas e, ao mesmo tempo, procurar captar recursos e atrair investimentos de fora do Estado, tanto do governo federal quanto de instituições internacionais e multilaterais.

De acordo com as tendências contemporâneas do Estado, os governos devem concentrar sua atuação na **criação de ambiente de inovação e negócios** e no **provimento de serviços sociais e da educação pública**, tanto para garantir a igualdade de oportunidades sociais quanto para ampliar a competitividade da economia; na criação do ambiente de negócios, os governos devem investir nas condições de competitividade – infra-estrutura econômica, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação e capacitação - e atuar como **reguladores e sinalizadores das iniciativas da sociedade**. Com relação aos outros atores sociais da Paraíba, uma grande responsabilidade nos projetos e iniciativas é do empresariado que deve realizar os investimentos produtivos e formar parcerias com os governos para investimentos na infra-estrutura e logística do Estado. No tocante a contribuição da sociedade, entende-se ser fundamental a aceleração do processo de organização, de modo a ensejar a sua efetiva participação em todas as etapas inerentes a construção do processo de desenvolvimento do Estado. Esta distribuição de responsabilidades vai se refletir na alocação de recursos nos diversos programas e iniciativas, segundo suas características, favorecendo a melhoria dos resultados decorrentes do esforço.

6.1 Investimentos

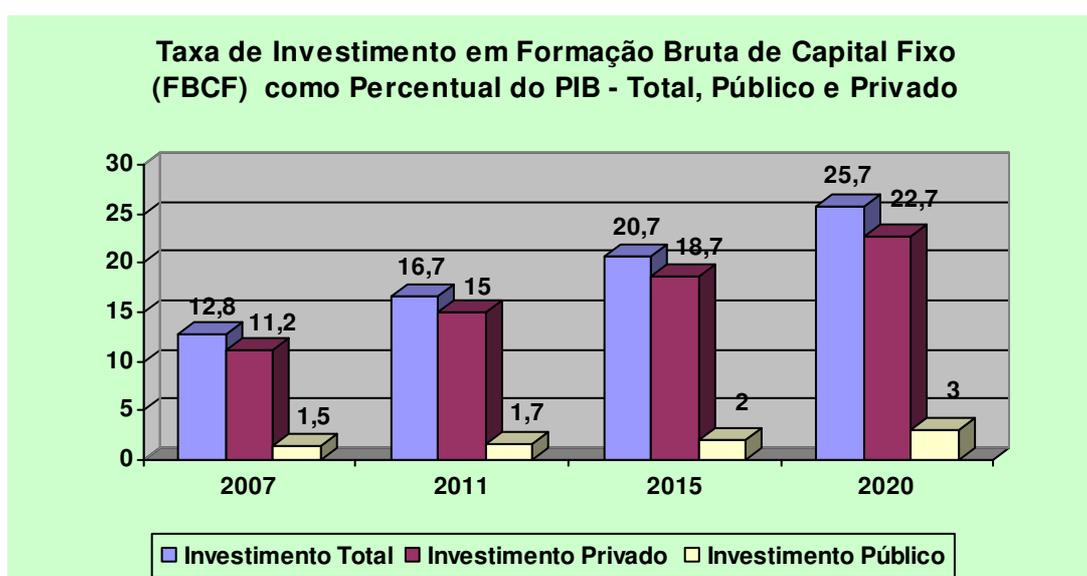
A viabilidade do Plano depende de crescentes investimentos públicos e privados na implementação dos projetos nele indicados, de modo a estimular o crescimento rápido da economia estadual. Para que a economia paraibana cresça a uma **taxa anual média de 8,2% entre os anos de 2008 a 2020**, deverá ser **investido um total de R\$ 86,19 bilhões no período** (valor acumulado), cerca de **R\$ 6,63 bilhões por ano, para aumentar a Formação Bruta de Capital Fixo no Estado; ou seja, inversões com** recursos públicos e privados para aumentar o estoque de capital da economia paraibana, nas atividades produtivas, na infra-estrutura econômica e nos

serviços sociais de natureza essencial, compreendendo edificações, instalações físicas, máquinas e equipamentos.

A taxa de investimento ou taxa de Formação Bruta de Capital Fixo projetada para o Estado no período 2008-2020 (Gráfico 66), está dimensionada em 12,8% do PIB em 2007, devendo ser ampliada gradativamente para 16,7%, em 2011; para 20,7%, em 2015; e, para 25,7%, em 2020, acelerando o ritmo de crescimento da economia estadual ao longo do período e em patamar mais elevado nos últimos cinco anos. O investimento é dominado, naturalmente, pelo setor privado, mas a taxa de investimento dos governos também se eleva, saindo dos atuais 1,5% para 1,7%, em 2011; para cerca de 2%, em 2015; e, para 3%, em 2020, praticamente dobrando em 13 anos. É relevante destacar que investimento público cobre parte importante da implementação dos projetos nos segmentos social, educacional, científico, tecnológico e de infra-estrutura econômica.

O volume total de investimento na Paraíba no período deve crescer com o aumento da taxa de investimento em FBCF, que se eleva nos intervalos de tempo 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2020, (vide Tabela 11 e Gráfico 66). Dos R\$ 86,19 bilhões de investimentos totais no período, deve caber aos Entes Governamentais das diversas esferas (federal, estadual e municipal) cerca de R\$ 9,16 bilhões em 13 anos, ou seja, em torno de R\$ 705,0 milhões por ano. Reitere-se que o investimento em Formação Bruta de Capital Fixo engloba todos os recursos alocados para ampliação da capacidade de produção (atividades produtivas) e para execução de projetos que representam construção, instalações e equipamentos, incluindo mesmo também aqueles que não apresentam altas contribuições para o desenvolvimento.

Gráfico 66 – Taxa de Investimentos Total Público e Privado em FBCF Como Percentual do PIB



Fonte: Simulação MULTIVISÃO/SEPLAG

Tabela 11 - Investimento Total e Público e Privado em FBCF Acumulado por Período e Global em R\$ milhões

INVESTIMENTO – PERÍODO	2008/2011	2012/2015	2016/2020	Total (2008/2020)
Investimento total	13.401,80	21.939,90	50.852,88	86.194,60
Investimento privado	11.968,09	19.779,62	45.281,78	77.029,50
Investimento público	1.433,73	2.160,29	5.571,12	9.165,14

Fonte: Simulação MULTIVISÃO/SEPLAG

O volume global de recursos necessários à implementação do Plano está estimado em R\$ **117,19 bilhões, em 13 anos**, cerca de R\$ 9,02 bilhões por ano, distribuídos nos seis eixos estratégicos. A Tabela 12 explicita as estimativas de recursos necessários para a implementação dos projetos e realização das metas do plano, estando apresentadas agrupadas nos eixos estratégicos de desenvolvimento. Para os primeiros quatro anos (2008/2011), São requeridos recursos na ordem de R\$ 26,43 bilhões, demanda que se eleva para R\$ 33,92 bilhões nos quatro anos seguintes (2012/2015); e, para R\$ 58,83 bilhões no último período (2016/2020), para cobrir as necessidades de recursos para investimento e custeio.

Tabela 12 - Necessidade de Recursos para a Realização das Metas em R\$ milhões

Recursos Estimados por Eixo Estratégico	2008/2011	2012/2015	2016/2020	TOTAL
EIXO 1 - Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura	9.829,13	10.861,51	14.581,59	35.272,24
EIXO 2 - Aumento da competitividade econômica da Paraíba	2.196,32	2.597,28	4.966,22	9.759,83
EIXO 3 - Ampliação e diversificação da base econômica da Paraíba	5.922,95	10.268,20	23.799,90	39.991,05
EIXO 4 - Ampliação e democratização da educação e do conhecimento	8.255,93	9.854,85	12.897,87	31.008,65
EIXO 5 - Conservação e preservação do meio ambiente natural	128,69	246,51	482,15	857,35
EIXO 6 - Melhoria da eficiência e aumento da transparência governamental	105,81	94,39	107,86	308,06
TOTAL	26.438,85	33.922,74	56.835,59	117.197,18

Fonte: Multivisão

A distribuição dos montantes de recursos segundo os eixos estratégicos (vide tabela 12), mostra uma forte concentração na demanda por recursos financeiros para a implementação dos respectivos programas e projetos, em três dos eixos:

O Eixo 3 - Ampliação e Diversificação da Base Econômica da Paraíba, estimando investimentos nas atividades produtivas, num total acumulado de **R\$ 39,99 bilhões**, particularmente de origem privada, propõe uma aplicação de R\$ 5,92 bilhões, nos primeiros quatro anos (2008/2011); montante que se eleva para R\$ 10,27 bilhões, entre 2012 e 2015; e, atinge cerca de R\$ 23,80 bilhões no período 2016/2020, quando já deverão estar amadurecendo as condições de competitividade da economia;

O Eixo 1 - Melhoria da Qualidade de Vida e Valorização da Cultura, com uma estimativa de **R\$ 35,27 bilhões** para o período 2008/2020, recursos entendidos como capazes de viabilizar, nos treze anos, a realização das metas definidas para a área social. Inicia com uma previsão de aplicação nos primeiros quatro anos de R\$ 9,83 bilhões, montante que se eleva para R\$ 10,86 bilhões, entre 2012 e 2015; e, atinge R\$ 14,58 bilhões no período 2016/2020, quando a elevação do emprego, da renda e do nível de escolaridade vão gerando impactos positivos na sociedade; e,

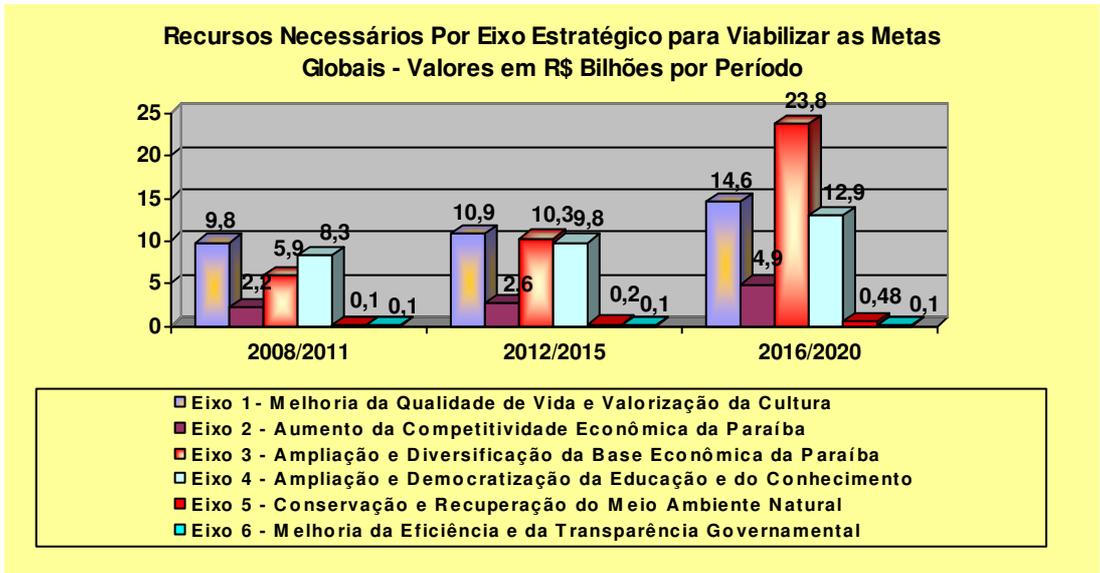
O Eixo 4 - Ampliação e Democratização da Educação e do Conhecimento, que demanda, **R\$ 31,00 bilhões**, nos treze anos, para aplicação na educação (básica e fundamental), capacitação e qualificação da mão-de-obra e inovação tecnológica. A destinação de recursos no Eixo começa com uma alocação de R\$ 8,25 bilhões, entre 2008/2011; montante que é ampliado para R\$ 9,85 bilhões entre 2011 e 2015; e, para cerca de R\$ 12,90 bilhões nos últimos anos (2016/2020).

Com relação aos recursos a serem mobilizados para financiar os programas e projetos dos outros Eixos 2, 5 e 6, cabe destacar:

O Eixo 2 - Aumento da Competitividade Econômica da Paraíba, prevê **R\$ 9,76 bilhões** para treze anos, em programas e projetos destinados a aumentar a competitividade da economia e fortalecer a oferta de infra-estrutura no Estado, sendo: R\$ 2,19 bilhões, entre 2008/2011; R\$ 2,60 bilhões entre 2011 e 2015; e, cerca de R\$ 4,97 bilhões no período 2016/2020; e,

Os dois Eixos restantes, **Eixo 5 - Conservação e Recuperação do Meio Ambiente Natural** e **Eixo 6 - Melhoria da Eficiência e da Transparência Governamental**, prevêem um volume de recursos bem inferior aos demandados pelos outros eixos, porquanto não exigem volume elevado de recursos na medida em que lidam, predominantemente, com processos organizacionais e gerenciais cujos custos para realização são de menor magnitude.

Gráfico 67 - Recursos necessários por Eixo Estratégico para Viabilização das Metas Globais por Período



Fonte: Multivisão

O Gráfico 68 mostra a distribuição em percentual dos recursos financeiros segundo eixo estratégico, com relação ao volume global de recursos demandados, cujos números são: Eixo 1 - Melhoria da Qualidade de Vida e Valorização da Cultura, 30,12%; Eixo 2 - Aumento da Competitividade Econômica da Paraíba, 8,33%; Eixo 3 - Ampliação e Diversificação da Base Econômica da Paraíba, 34,07%; Eixo 4 - Ampliação e Democratização da Educação e do Conhecimento, 26,47%; Eixo 5 - Conservação e Recuperação do Meio Ambiente Natural, 0,73%; e, Eixo 6 - Melhoria da Eficiência e da Transparência Governamental, 0,26% do total de recursos necessários para cumprimento das metas do plano.

Gráfico 68 - Distribuição dos Recursos Totais nos Eixos Estratégicos de Desenvolvimento



Fonte: Simulação MULTIVISÃO/SEPLAG

Os recursos estimados para a implementação dos programas e projetos nos seis Eixos Estratégicos de Desenvolvimento, devem ser mobilizados de diferentes fontes e parcerias públicas e privadas, de acordo com as características e focos de atuação dos mesmos. A negociação e captação desses recursos é um esforço a ser realizado em conformidade com o modelo de gestão do Plano, cujo desenho visa criar facilidades para a mobilização de recursos, a atração de parceiros; e, a identificação e viabilização de fontes financeiras compatíveis com os programas e projetos. De forma indicativa, para detalhamento posterior, estão apresentados abaixo (tabelas) as fontes e os parceiros potenciais para cada programa dos seis Eixos estratégicos¹⁶.

**Recursos Estimados por Programas e Fontes: EIXO 1 -
Melhoria da Qualidade de Vida e Valorização da Cultura**

PROGRAMAS	R\$ milhões	Fontes/parceiros
1.1. Melhoria das Condições de Habitabilidade	15.870,35	Min. da Cidade, OGU, OGE, Prefeituras, Caixa Econômica.
1.2. Ampliação dos Serviços de Saúde com Qualidade	6.145,18	SUS, Min. da Saúde, OGU, OGE, Prefeituras.
1.3. Segurança e Cidadania	4.124,84	Min. da Justiça, OGU, OGE
1.4. Valorização da Cultura e do Patrimônio Cultural da Paraíba	36,78	Min. da Cultura, OGU, OGE, Prefeituras
1.5. Combate à Pobreza e à Vulnerabilidade Social	9.095,09	Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Min. da Saúde, OGU, OGE, Banco Mundial, Prefeituras, ONGs, Caixa Econômica Federal
TOTAL	35.272,24	

¹⁶ Estimativa de disponibilidade de recursos e possibilidade de captação para algumas fontes fundamentais estão apresentadas no próximo sub-capítulo, procurando demonstrar a viabilidade de captação de financiamentos.

Recursos Estimados por Programas e Fontes: EIXO 2 - Aumento da Competitividade Econômica da Paraíba

PROGRAMAS	R\$ milhões	Fontes/parceiros
2.1. Ampliação e Recuperação do Sistema Rodoviário do Estado	7.975,43	DNIT, Min. dos Transportes, OGU, OGE, Banco Mundial, Caixa Econômica Federal
2.2. Integração Logística Regional (nacional e internacional)	984,80	DNIT, Min. dos Transportes, OGU, OGE, Banco Mundial, Caixa Econômica Federal
2.3. Ampliação e Diversificação da Oferta de Energia	570,00	Min. de Energia, OGU, OGE, Recursos privados, Caixa Econômica Federal
2.4. Fortalecimento da Infra-estrutura Hídrica	229,60	Min. da Integração, OGU, OGE, ANA,
TOTAL	9.759,83	

Recursos Estimados por Programas e Fontes: EIXO 3 - Ampliação e Diversificação da Base Econômica da Paraíba

PROGRAMAS	R\$ milhões	Fontes/parceiros
3.1. Dinamização do Turismo de Qualidade na Paraíba	1.999,55	Min. do Turismo, OGU, OGE, Recursos privados (empresas), incentivos fiscais, BNDES, FNE, FDR, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal.
3.2. Promoção do Artesanato Paraibano	2.999,33	Min. do Turismo, Min. da Cultura, OGU, OGE, FNE, Banco do Brasil e Caixa Econômica.
3.3. Desenvolvimento das Atividades Produtivas Tradicionais	5.998,66	Recursos privados (empresas), incentivos fiscais, BNDES, FNE, FDR, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal
3.4. Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais	5.998,66	Recursos privados (empresas), incentivos fiscais, BNDES, FNE, FDR, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal.
3.5. Diversificação das Atividades Produtivas da Paraíba	8.997,99	Recursos privados (empresas), incentivos fiscais, BNDES, FNE, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, MDA/PRONAF.
3.6. Adensamento das Cadeias Produtivas	13.996,87	Recursos privados (empresas), incentivos fiscais, BNDES, FNE, FDR, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal.
TOTAL	39.991,05	

Recursos Estimados por Programas e Fontes: EIXO 4 - Ampliação e Democratização da Educação e do Conhecimento

PROGRAMAS	R\$ milhões	Fontes/parceiros
4.1. Melhoria da qualidade da Educação Básica	12.957,06	Min. da Educação, OGU, OGE, Fundeb, Banco Mundial, recursos privados
4.2. Qualificação e Capacitação da Mão-de-Obra Paraibana	5.625,64	FAT, SENAI, SENAC, OGU, OGE
4.3. Fortalecimento e Interiorização do Ensino Superior	11.835,12	Min. da Educação, OGU, OGE
4.4. Pesquisa, Desenvolvimento e Difusão de Tecnologia	590,82	Min. da Ciência e Tecnologia, OGU, OGE, BNDES, FINEP, Fundos Setoriais, Banco do Nordeste
TOTAL	31.008,65	

Recursos Estimados por Programas e Fontes: EIXO 5- Conservação e Preservação do Meio Ambiente Natural

PROGRAMAS	R\$ milhões	Fontes/parceiros
5.1. Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas	3,22	MMA, ANA, OGE, BID
5.2. Recuperação de Áreas Degradadas	824,74	Crédito de carbono, recursos privados, OGU, OGE, incentivos fiscais
5.3. Conservação do Meio Ambiente	22,34	MMA, IBAMA, OGU, OGE
Fortalecimento do Sistema de Gestão do Meio Ambiente	7,06	MMA, IBAMA, OGU, OGE
TOTAL	857,35	

Recursos Estimados por Programas e Fontes: EIXO 6 - Melhoria da Eficiência e Aumento da Transparência Governamental

PROGRAMAS	R\$ milhões	Fontes/parceiros
6.1. Modernização e Reestruturação da Gestão Pública	123,22	OGE, OGU, FAT, BID
6.2. Qualificação dos Recursos Humanos dos Governos	92,42	OGE, OGU, FAT, BID
6.3. Melhoria do Sistema de Planejamento Governamental	23,10	OGE, OGU, FAT, BID
6.4. Fortalecimento dos Processos de Participação da Sociedade	7,70	OGE
6.5. Ampliação da Transparência e Controle Social da Gestão Pública	61,61	OGE
TOTAL	308,06	

6.2 Instrumentos e Disponibilidade de Recursos

O sub-capítulo 6.1 deste estudo técnico, que trata dos investimentos da Paraíba no horizonte 2008/2020, mostra os recursos que devem ser mobilizados para implementar as iniciativas estabelecidas nos macro-objetivos e metas globais do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba 2008/2020, derivadas das aspirações da sociedade. As fontes de financiamento e instrumentos para a sua captação, assim como os parceiros potenciais, foram indicados por eixo e programas.

Considere-se ademais, que estudos de análise sobre a viabilidade financeira do plano foram realizados, com base em estimativas da disponibilidade de recursos, bem como dos instrumentos e fontes que devem ser mobilizados para viabilizar as necessidades dos programas e projetos.

6.2.1 Instrumentos Financeiros

Embora se trate de um Plano de desenvolvimento da sociedade paraibana, o governo do Estado é o principal agente articulador, animador e mobilizador dos atores e recursos, considerando a sua autoridade política e a sua capacidade financeira. Assim, mesmo que não sejam as origens dos maiores volumes de

recursos mobilizáveis para implementação da estratégia, **o Plano Plurianual-PPA e o Orçamento Geral do Estado**, devem exercer papel central na destinação de recursos financeiros, ao longo dos próximos 13 anos, parte inclusive já contemplada no Plano Plurianual 2008/2011.

A capacidade de arrecadação de receita pública do governo do Estado da Paraíba deve evoluir no futuro, acompanhando o crescimento da economia e o aumento da eficiência da máquina governamental, na medida em que a implantação dos programas e projetos começa a gerar resultados. Assim, ao mesmo tempo em que estimulam o dinamismo econômico, os governos devem melhorar sua própria capacidade fiscal e de gestão, formando um círculo virtuoso na economia da Paraíba. Considerando o histórico de receita pública do Estado como parte do PIB e trabalhando com a hipótese de melhoria da eficiência arrecadadora, estima-se que o governo do Estado deverá dispor, nos próximos 13 anos, de, aproximadamente, **R\$ 25,12 bilhões** para implementação dos projetos que promovem o desenvolvimento da Paraíba, R\$ 1,93 bilhões por ano, como mostra a Tabela 13. montantes esses calculados já descontando os desembolsos futuros estimados para transferência aos municípios, gastos com pessoal e encargos, recursos para pagamento da dívida (amortização e encargos financeiros) e FUNDEF.

Partindo de uma estimativa inicial de R\$ 1,29 bilhões de reais de disponibilidade do governo da Paraíba, em 2007, a capacidade governamental de implementação do Plano se eleva para cerca de R\$ 5,87 bilhões no período compreendido entre 2008/2011, com aplicação anual média prevista de R\$ 1,47 bilhão; montante que aumenta para R\$ 7,20 bilhões, no período 2012/2015, representando cerca R\$ 1,80 bilhão anual; e, entre 2016/2020, a disponibilidade de recursos públicos estaduais para implementação do Plano chega a cerca de R\$ 12,1 bilhões de reais, representando média de aplicação anual de R\$ 2,5 bilhões. Destaque-se que a a disponibilidade de recursos públicos do Estado para implementação das ações inerentes as políticas públicas governamentais ao longo dos 13 anos, deve flutuar em torno 30% da sua receita total.

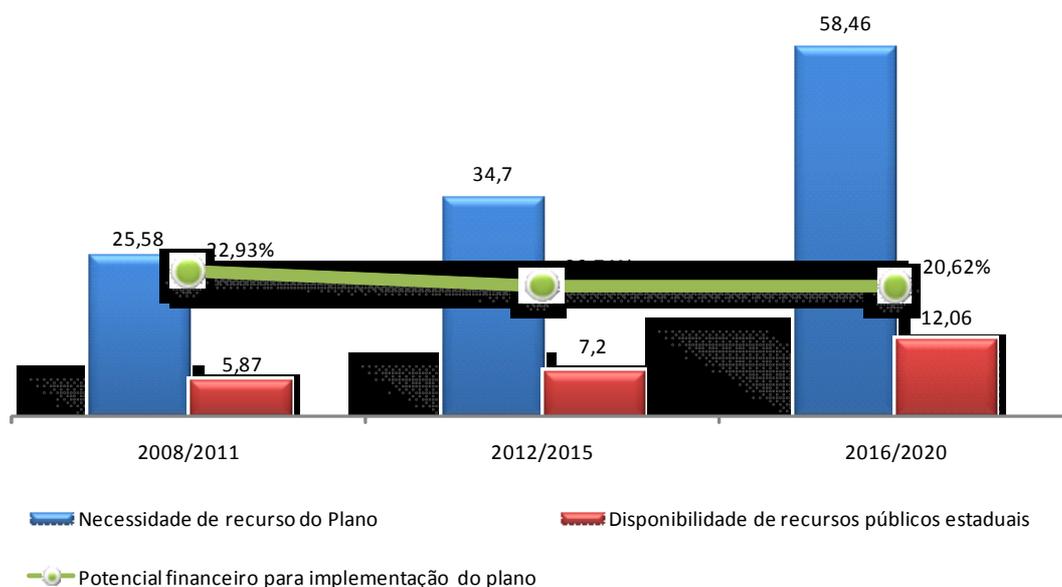
Tabela 13 - Receita Governamental e Disponibilidade de Recursos no Período – 2008/2020 (R\$ milhões)

Especificação de Receitas Despesas e Cálculo de Disponibilidade	2008/11	2012/15	2016/20	TOTAL
a) Receita Total (- FUNDEF)	19.380,45	23.340,4	38.292,8	81.013,72
b) Despesa com Pessoal e Encargos	9.686,48	11.409,6	18.135,2	39.231,25
c) Juros, encargos e amortização da dívida.	1.677,31	1.929,4	3.057,5	6.664,14
d) Transferência a Municípios	2.149,79	2.803,4	5.044,5	9.997,76
Disponibilidade de Recursos Públicos no Período = [a-Σ(b+c+d)]	5.866,88	7.198,0	12.055,7	25.120,57

Fonte: Simulação MULTIVISÃO/SEPLAG

Comparando a necessidade de recursos dos programas e projetos com a disponibilidade de recursos públicos estaduais nos períodos, constata-se que, ao longo dos próximos 13 anos, o governo da Paraíba pode garantir mais de 20% do total requerido; na média do período pode assumir 21% do total necessário. O Gráfico 71 mostra a relação da capacidade do governo frente às necessidades, iniciando com pouco 22,9%, no período 2008/2011, passando para cerca de 20,7% no período 2012/2015; e, para 20,6% entre 2016/2020. Entende-se que são percentuais bastante significativos, na medida em que o Eixo que mais requer recursos financeiros, Eixo 3 - Ampliação e Diversificação da Base Econômica da Paraíba, deve ter seus investimentos dominados por inversões originárias da iniciativa privada, para ampliação e diversificação das atividades produtivas. Além disso, é importante lembrar que os gastos e investimentos públicos do Estado permitem alavancar outras fontes de financiamento e investimento (principalmente dos parceiros federais).

Gráfico 69 - Capacidade Financeira do Governo Estadual para Implementação do Plano



Fonte: Simulação MULTIVISÃO/SEPLAG

É certo que tanto o Setor Público quanto a iniciativa privada necessitarão de recursos financeiros para implementar as iniciativas com execução proposta no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado da Paraíba.

Com relação às fontes de recursos passíveis de serem usadas pelo Governo do Estado ao longo do período 2008/2020; assim como, no que diz respeito à forma de acesso a esses recursos, há que destacar:

a) os recursos programados nos Planos Plurianuais do período, onde estarão programados os recursos que serão consignados de forma detalhada na Lei Orçamentária Estadual-LOA de cada exercício financeiro;

b) a utilização parte das receitas públicas arrecadadas para ofertar como garantia à contratação de empréstimos junto a entidades financeiras, nacionais, internacionais ou estrangeiras, tais como: Caixa Econômica Federal, para financiamento de saneamento, abastecimento d'água e habitação; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para financiamento de investimentos estruturadores; Banco do Brasil, no refinanciamento e redução da dívida; e, instituições financeiras internacionais de caráter multilaterais, como BIRD - Banco Mundial¹⁷ e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, financiamento infraestrutura e programas de grande alcance social e elevado efeito multiplicador; e,

c) O PPA - Plano Plurianual e Orçamento Geral da União, fonte de grande importância e que apresenta reais possibilidades de alocação de recursos em seus programas e projetos estruturadores e de impacto regional, particularmente os consignados no **PAC - Programa de Aceleração do Crescimento** lançado, no ano de 2007, pelo governo federal, que define um conjunto amplo de investimentos, parte dos quais sinalizando contemplar a Paraíba, além de outros projetos estruturadores do PAC voltados para o Nordeste, que deverão ter grande impacto direto e indireto na Paraíba, a exemplo da Duplicação da BR 101, da Transposição de Águas do Rio São Francisco, da Ferrovia Transnordestina, entre outros.

Levantamento dos projetos definidos no PPA da União 2008/2011 destinados à Paraíba ou com possibilidade de serem atraídos mediante negociação pelo Ente Estadual, permite estimar um volume de recursos aportados para financiar investimentos na Paraíba superior a **R\$ 1,50 bilhão** para os quatro anos iniciais de execução do plano, valor que representa a parcela mais visível e diretamente disponível para a Paraíba (vide tabela 14). Destaque-se ainda a possibilidade de captação de recursos adicionais pela Paraíba mediante apresentação de projetos de qualidade, com viabilidade técnica e financeira comprovada.

¹⁷ Entre os financiamentos do Banco Mundial está incluído contrato de financiamento para o Programa de Combate a Pobreza Rural no Estado, com ações a serem executadas através do COOPERAR.

Tabela 14 - Projetos do PPA da União para a Paraíba

Projetos	R\$ Milhões (estimados)
Obras de Infra-Estrutura Urbana no Município de João Pessoa	25,50
Obras de Infra-Estrutura Urbana no Município de Cajazeiras-PB	5,00
Implantação de Infra-estrutura para Esporte e Lazer no Município de Pedras de Fogo	2,00
Ampliação e Modernização da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG -	32,00
Construção da Biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba - Campina Grande - PB	23,00
Expansão do Ensino Superior no Estado	50,00
Implantação de Perímetro de Irrigação no Vale do Piancó com 4.205 ha	85,00
Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas Sousa com 5.100ha	35,00
Implantação do Centro Olímpico Poliesportivo da Paraíba na Cidade de João Pessoa	40,50
Construção da Barragem Manguape	20,00
Implantação da Adutora Acauã com 130km	103,00
Implantação do Sistema Adutor Barragem Capivara	10,00
Implementação do Projeto Multilagos no Município de Campina Grande	23,00
Reconstrução da Barragem de Camará	20,00
Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104	200,00
Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RN/PB - Divisa PB/PE - na BR-101	100,00
Adequação de Trecho Rodoviário - João Pessoa - Campina Grande - na BR-230	35,00
Construção de Ponte Sobre o Rio Paraíba Entre Cabedelo e Lucena - na BR-230	200,00
Construção de Trecho Rodoviário - Piancó - Nova Olinda - na BR-426	20,00
Construção de Trecho Rodoviário - São João do Rio do Peixe - Marizópolis - na BR-405	20,00
Construção do Trecho Rodoviário - Uiraúna - Poço Dantas - na BR-434	20,00
Construção da Biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba - Campina Grande - PB	23,00
Implantação de Melhorias Habitacionais	28,50
Implantação de Melhorias Habitacionais no Vale do Piancó -	28,00
Implantação do Centro Olímpico Poliesportivo na Cidade de João Pessoa – PB	40,50
Implantação do Centro Esportivo Nabor Wanderley da Nóbrega - Patos – PB	25,00
Revitalização da Feira Central em Campina Grande - PB	23,00
Construção do terminal de cargas do aeroporto Internacional Pres. Castro Pinto	50,00
Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB)	10,50
Recuperação de Trecho Ferroviário - Mossoró (RN) - Sousa (PB)	15,00
Recuperação do Porto de Cabedelo (PB)	32,00
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB	51,06
Recuperação de Trecho Ferroviário - Mossoró (RN) - Sousa (PB)	15,00
Recuperação de Trecho Ferroviário – Juazeirinho (PB) – Suape (PE)	50,00
TOTAIS	1.510,06

Fonte: PPA da União – 2008/2011 organizado pela MULTIVISÃO

Além dos instrumentos convencionais de financiamento existentes no país, os gestores do Plano devem explorar fontes internacionais, inclusive privadas, para investimentos e aplicações em projetos prioritários. Com isto, a Paraíba desconcentra o foco central das suas negociações de Brasília para entidades internacionais, públicas e privadas, que atuam apoiando iniciativas para fortalecimento de infra-estrutura econômica e social, assim como para a conservação e a revitalização do meio ambiente.

Especificamente para financiar os investimentos produtivos privados que estão concentrados no Eixo 3 - Ampliação e Diversificação da Base Econômica, devem ser consideradas várias fontes, com destaque para três, pelo foco das inversões em algumas áreas / segmentos e pelo maior peso e volume de recursos que podem aportar: **BNDES** e seus agentes no financiamento de longo prazo, principalmente nos investimentos em construção, máquinas, equipamentos e inovação tecnológica¹⁸; **FNE - Fundo Constitucional do Nordeste**, gerido pelo Banco do Nordeste no financiamento com condições diferenciadas para investimento e custeio do setor produtivo e para infra-estrutura econômica; e, **Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)**, administrado pela SUDENE, direcionado para financiar empreendimentos produtivos e de infra-estrutura, na Região.

Estimativas realizadas com dados históricos e hipóteses para evolução destas três fontes e da capacidade do Estado da Paraíba captar parcela das mesmas, chegam a uma disponibilidade de financiamento, aproximadamente, **R\$ 14,93 bilhões**, no acumulado dos treze anos¹⁹. Como mostra a Tabela 15, nos primeiros quatro anos (2008/2011), as três grandes fontes financeiras, juntas, podem financiar R\$ 2,18 bilhões, valor que pode se elevar para R\$ 3,75 bilhões no período 2012/2015, e saltar para R\$ 9 bilhões no acumulado entre 2016/2020.

Tabela 15 - Disponibilidade de Financiamento nos períodos (acumulado) por fonte (2008/2020)

Fontes	2008/11	2012/15	2016/20	total
FNE	1.397,99	2.400,83	5.766,28	9.565,10
BNDES	345,57	593,46	1.425,35	2.364,37
FDNE	439,22	754,30	1.811,66	3.005,19
TOTAL	2.182,78	3.748,59	9.003,29	14.934,66

Fonte: Simulação da MULTIVISÃO com base em dados históricos e hipóteses para financiamento de 40% dos investimentos privados no período 2008/2020.

Considerando que as três fontes financiariam, em média, 40% do investimento total dos empreendimentos privados (valores aportados via empréstimos), o potencial de financiamento estimado pode promover um volume total de investimentos na Paraíba de **R\$ 37,33 bilhões**, nos próximos 13 anos, como mostra a Tabela 16. Os investimentos se elevam de pouco mais de R\$ 5,45 bilhões no período 2008/2011, para cerca de R\$ 9,37 bilhões, entre 2012 e 2015, e logo salta para mais do dobro, no intervalo de 2016 a 2020, chegando a um investimento de R\$ 22,51 bilhões.

¹⁸ O BNDES também apóia as micro, pequenas e médias empresas de todo o país, tendo em vista o seu papel na criação de empregos e geração de renda.

¹⁹ De 2004 a 2007, na média a Paraíba captou 5,98% dos recursos disponíveis no Nordeste e o BNDES financiou 3,1% da região, entre 2003/2006; com essa média, foi estimado o percentual do financiamento no PIB da Paraíba; para o FDR (FDNE), como não se tinha a parcela da Paraíba, foi adotado a média das duas outras fontes. Para cálculo das projeções do período 2008/2020, foi aplicada sobre o PIB a média do percentual financiamentos recebidos 2003/2006 e recursos captados pela Paraíba 2004/2007, com os ajustes necessários, considerando que a Paraíba tende a aumentar sua capacidade de captação, o que gerou ampliação dos percentuais a captar para: 2011, valor correspondente a 1,25 vezes o montante de 2008; 2015, valor correspondente 1,5 vezes o montante de 2008; e, finalmente, 2020 valor correspondente a 2 vezes o montante captado em 2008.

Tabela 16 - Estimativa de Investimentos Globais com Participação de Recursos das Três Fontes de Financiamento (2008/2020) – R\$ milhões

Fontes	2008/11	2012/15	2016/20	Total
FNE	3.494,98	6.002,09	14.415,69	23.912,75
BNDES	863,91	1.483,64	3.563,38	5.910,93
FDNE	1.098,06	1.885,75	4.529,16	7.512,97
TOTAL	5.456,95	9.371,48	22.508,22	37.336,65

Fonte: Simulação da MULTIVISÃO para os valores globais dos investimentos privados a realizar no período 2008/2020, montantes calculados englobando 40% referente a financiamento e 60% de recursos próprios ou de outras fontes.

Como quase todo financiamento destas fontes é concentrado nas atividades produtivas privadas (embora também financiem os governos e alguns investimentos em infra-estrutura econômica), os **R\$ 37,33 bilhões** correspondem, aproximadamente, à demanda estimada de recursos para viabilizar o Eixo 3 - Ampliação e diversificação da base econômica da Paraíba, confirmando a plausibilidade dos programas e das suas metas. Vale lembrar que os investimentos privados para fins produtivos podem contar com outras fontes de financiamento, como o Banco do Brasil, particularmente para projetos agropecuários, assim como outros agentes financeiros; além dos recursos próprios que são aportados pelos empresários. A Tabela 17 mostra que os investimentos globais realizados com participação de recursos financiados com pelas fontes FNE, BNDES e FDNE, representam, em cada período mais de 90% dos recursos demandados pelas iniciativas propostas no Eixo 3; e, que os financiamentos concedidos a conta de recursos do FNE, BNDES e FDNE, representam, no período 2008/2020, percentual médio de 37,05% sobre os recursos demandados pelo Eixo 3. .

Tabela 17 - Relação entre a Estimativa de Recursos Necessários e os Investimentos Previstos (R\$ bilhões)

Estimativas	2008/2011	2012/2015	2016/2020	Total
a) Recursos demandados pelo Eixo 3	5,92	10,27	23,80	39,99
b) Investimentos Globais com participação de financiamento do FNE, BNDES e FDNE	5,45	9,37	22,51	37,96
c) Estimativas de financiamentos concedidos pelo FNE, BNDES e FDNE	2,18	3,75	9,00	14,93
(Investimentos com participação do FNE, BNDES e FDNE) / (Recursos demandados pelo Eixo 3) = [(b)/(a)%]	92,06	91,24	94,58	94,92
(Financiamentos concedidos pelo FNE, BNDES e FDNE) / (Recursos demandados pelo Eixo 3) = [(c)/(a)%]	36,82	36,51	37,82	37,33

Fonte: Simulação da MULTIVISÃO

Além das instituições financeiras que funcionam como origens dos financiamentos para acelerar o processo de desenvolvimento já referenciadas, destaque-se também, as seguintes:

A **Caixa Econômica Federal**, instituição com ampla atuação em financiamentos públicos para programas e projetos em infra-estrutura social e urbana (habitação, saneamento, abastecimento d'água e equipamentos urbanos), além de financiamento ao setor privado. Entre as linhas de financiamento e programas da Caixa Econômica que podem ser mobilizados para financiamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba podem ser destacados os seguintes:

1. **Habitação, saneamento e desenvolvimento urbano** – PSH - Subsídios à Habitação de Interesse Social, Habitar Brasil/BID, Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, PAR-Programa de Assentamento Residencial;
2. **Infra-estrutura econômica e social** – PROEs - Apoio à Infra-estrutura Econômica e Social, incluindo reforma e instalação de equipamentos e instalações, construção e recuperação de rodovias, implantação de distritos industriais e infra-estrutura turísticas;
3. **Desenvolvimento rural** – Infra-estrutura e serviços de Reforma Agrária, Promoradia, Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; PRODESA - Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, incluindo eletrificação rural, construção rural e agroindústria, assistência técnica e cooperativismo.
4. **Micro-crédito** – além do crédito em geral, a Caixa Econômica Federal oferece sistema de micro-crédito para financiamento de pequenos e micro negócios, e modalidades do PROGER para geração de emprego e renda.

O **Banco do Brasil** é outra instituição linhas de financiamento para projetos de desenvolvimento em diversas áreas de interesse do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba, a exemplo de: crédito para as atividades produtivas, particularmente para a agropecuária, com financiamento da agricultura familiar, através do PRONAF- Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar; do PROEX - Programa de Financiamento as Exportações linha de financiamento destinada para apoiar atividades de exportação; PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda, para financiar atividades privadas, como produtos para o setor formal e informal (atividades do setor indústria, comércio e serviços, turismo, etc).

A estas fontes financeiras de grande peso pode ser acrescentado o **mercado de crédito de carbono** com projetos de captura e emissões evitadas de carbono, respectivamente pelo reflorestamento e aterro sanitário, neste último caso, com aproveitamento pra produção de energia. Embora não deva representar um volume significativo de recursos para financiamento das atividades econômicas, o crédito de carbono tem importância pela sua contribuição para implantação de projetos ambientalmente sustentáveis. A modalidade resulta do chamado “Mecanismo de

Desenvolvimento Limpo-MDL”, criado pelo Protocolo de Kyoto, que estimula a comercialização de direito de emissão de gases de efeito estufa entre países e empresas, criando um mercado de crédito de carbono de países em desenvolvimento e emergentes para nações industrializadas. Os países que não cumprem internamente suas metas de redução da emissão podem substituir através do financiamento de projetos ambientais que compensem o diferencial da meta, na forma de crédito de carbono quantificada em tonelada equivalente.

A “United Nations Conference on Trade and Development”, estima que a demanda mundial pelo direito de emissão pode chegar a cerca de US\$ 20 bilhões por ano, quando os mecanismos para esse comércio estiverem devidamente definidos e aceitos pela comunidade internacional. O Brasil pode ocupar, no mínimo, 10% desta fatia do mercado, chegando a negociar mais de US\$ 2 bilhões de crédito de carbono, por ano. Se a Paraíba apresentar um volume de projetos para venda de crédito de carbono equivalente a 1% da fatia brasileira (pouco mais dos 0,8% da participação da Paraíba no PIB do Brasil), teria uma receita anual de US\$ 20 milhões (cerca de R\$ 34 milhões, considerada a taxa média de câmbio de dezembro 2007).

6.2.2 Instrumentos fiscais

O principal instrumento fiscal para a promoção do investimento privado na Paraíba está ancorado em incentivos concedidos pelo Governo do Estado com base na renúncia de parte do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Entre 2000 e 2005, foram investidos na economia paraibana R\$ 994 milhões em indústrias com este incentivo fiscal, o que representa, na média, R\$ 165,7 milhões por ano. A permanência desta modalidade de incentivo fiscal estadual será possível apenas se avançarem as negociações em torno da reforma tributária que defina regras uniformes e transparentes que evitem a continuidade da guerra fiscal entre os Estados da Federação.

Os incentivos fiscais constituem instrumento adicional aos mecanismos financeiros que favorecem a implantação de projetos produtivos no Estado da Paraíba, devido à redução da carga tributária diferenciada diferencial que complementa as vantagens locais do Estado. Embora os investimentos estimulados pelo incentivo recebam também financiamento, o que dificulta separar o efetivo resultado gerado pelos incentivos na promoção dos empreendimentos, pode ser efetuada uma previsão do que seria estimulado pela renúncia fiscal no Estado. A média anual do período anterior, R\$ 165,7 milhões, representa 0,88% do PIB paraibano em 2007; supondo que o investimento incentivado acompanha a evolução do PIB com leve aumento do poder de alavancagem de capital, na medida em que melhoram as condições de competitividade, pode ser feita uma estimativa do volume total de capital investido nos próximos 13 com apoio do incentivo fiscal. A Tabela 18 mostra a distribuição dos investimentos incentivados nos períodos, evoluindo pelo efeito combinado da

ampliação do PIB e da capacidade de atração adicional de investimento, de modo que forma, estima-se inversões de R\$ 5,64 bilhões, puxados pela renúncia fiscal no período 2008/2020, principalmente na indústria, o que representa uma média anual de cerca de R\$ 433, 86 milhões²⁰.

**Tabela 18 - Estimativa de Investimento Incentivado
2008/2020 – Valores em R\$ milhões**

	2008/11	2012/15	2016/20	Total
Investimento incentivado	824,35	1.415,68	3.400,17	5.640,20

Fonte: Simulação da MULTIVISÃO

Para estimular a desconcentração regional da economia, os incentivos fiscais para atração de investimentos devem introduzir um mecanismo diferenciado de regionalização segundo a distribuição da base econômica e do PIB per capita no território. Assim, entende-se necessário que na concessão do benefício da renúncia fiscal, o volume e o prazo do incentivo devam ser inversamente proporcional à participação das regiões geoadministrativas no PIB da Paraíba. Reconhecendo que a distribuição dos investimentos no território segue diretamente o diferencial de vantagem competitiva das regiões, os incentivos podem, transitoriamente, compensar as desvantagens dos territórios mais frágeis, enquanto amadurecem os investimentos capazes de tornar mais equilibrada as vantagens competitivas no território paraibano.

Na dimensão ambiental, um instrumento importante que pode ser utilizado é o chamado “imposto verde”, que estabelece “critérios ecológicos” para a composição do índice da cota parte do ICMS dos municípios. Através dele, governos locais podem ser estimulados a priorizar iniciativas voltadas para a recuperação e conservação do meio ambiente, tais como tratamento adequado do lixo, recuperação da cobertura florestal, manutenção da qualidade dos recursos hídricos e mananciais, etc. O mecanismo estimula a conservação ambiental com a compensação de receita adicional, na medida em que municípios com base de recursos naturais e hídricos favorecem o conjunto da qualidade de vida da população paraibana.

20 A maior parte destes investimentos recebe também financiamento das fontes financeiras referidas antes, que financiam investimentos em diferentes segmentos mesmo sem incentivos fiscais.

21 Para a projeção foi suposto que o percentual do investimento incentivado no PIB se elevaria, em 2011, em 1,25 vezes do percentual de 2008, passando em 2015 para 1,5 vezes de 2008, e em 2020 para 2 vezes o percentual de 2008.

6.2.3 Instrumentos políticos e organizacionais

A parceira é o principal instrumento de organização para potencialização das iniciativas e ações de cada ator social, quaisquer que sejam as esferas que atuem. Nesse sentido, os envolvidos com a gestão e a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba, devem procurar formar amplas parcerias entre os Entes Públicos - União, Estado e Municípios, com seus diversos órgãos - e destes com empresas privadas e organizações. Para a ampliação da parceria do setor público com o privado, o principal instrumento é a **PPP - Parceria Público-Privada**, que de acordo com a Lei Nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004, no seu artigo 2º, define “Parceria público-privada” como: contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada (concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado) ou administrativa (contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens). A PPP pode vir a ser importante instrumento para atrair participação do empresariado em projetos de interesse público, tanto para investimentos na infraestrutura econômica (estradas, energia, comunicações, etc.) quanto para segmentos sociais, como educação e saneamento.

6.2.4 Outros instrumentos

Entre os outros instrumentos complementares que podem ser utilizados para melhorar a performance da econômica paraibana e consolidar e adensar as cadeias produtivas do Estado, cabe destacar:

- a) a garantia de preço mínimo à produção familiar, combinando recursos estaduais e federais como mecanismos de apoio, a exemplo do PRONAF;
- b) a utilização do poder de compras dos governos, oferecendo condições favoráveis de escala e preço para vincular a oferta de produtos paraibanos; e,
- c) a integração das empresas nas grandes cadeias de negócios com incentivo aos produtores de porte na compra de insumos e serviços industriais de empreendimentos locais.



VII. MODELO DE GESTÃO - ORGANIZANDO ESTADO E A SOCIEDADE PARA CONSTRUÇÃO DO FUTURO

A implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba requer a montagem de um sistema de gestão capaz de organizar e viabilizar a participação dos diferentes agentes públicos e privados na execução e monitoramento da estratégia nos diversos estágios e níveis de tratamento. O sistema de gestão define a estrutura e o formato de organização e articulação dos diversos órgãos e instituições do governo do Estado, da sociedade civil e dos governos municipais, parceiros no propósito de implantação (eficiente, eficaz e efetiva) das ações previstas no Plano. Desta forma, o sistema de gestão estrutura a base institucional para detalhamento, negociação, execução e acompanhamento dos programas e projetos do Plano, organizando o Estado e a sociedade para a construção do futuro da Paraíba.

7.1 Pressupostos Gerenciais

O modelo de gestão deve ter três características centrais: a busca de **resultados**, a **eficiência** na execução das ações, e a **participação** da sociedade na implantação e no acompanhamento dos projetos permitindo que sejam combinados o uso da estrutura e os procedimentos técnicos para assegurar resultados com baixos custos, com formas de representação e participação da sociedade na execução e no monitoramento do Plano.

O sistema de gestão deve acompanhar os resultados confrontando com as **metas globais de desenvolvimento da Paraíba** para o período 2008-2020 e estruturar um processo decisório e gerencial que garanta eficiência na execução; e, deve construir **instâncias de participação e fomentar o compartilhamento** de responsabilidades no monitoramento com os parceiros. A combinação desses objetivos exige formas gerenciais com flexibilidade e agilidade na medida em que deve articular **múltiplas dimensões** (econômica, sócio-cultural, ambiental, tecnológica e institucional), várias instâncias e organizações.

Além das três características, o modelo de gestão deve adotar o **critério de subsidiaridade**, segundo o qual, o que pode ser feito pelas unidades de menor porte e hierarquia (municípios, distritos e comunidades) deve ser descentralizado, e o que pode ser realizado diretamente pelos atores sociais não precisa ser executado pelos governos. Esse critério estimula a utilização de PPP e a gestão de projetos de interesse público por organizações de direito privado, com o controle e o acompanhamento dos instrumentos reguladores do Estado.

A eficácia da gestão do Plano e a efetividade dos seus resultados dependem do gerenciamento competente e comprometido que assegurem: a **mobilização das**

equipes, o fluxo adequado de recursos, a produção de informação sobre a evolução de cada programa ou ação, a pactuação das instituições e dos atores sociais envolvidos, a **cooperação horizontal** para a superação dos obstáculos, e a **comunicação eficaz dos resultados** para os beneficiários e agentes envolvidos no esforço, assim como para a sociedade.

7.2 Estrutura do Modelo de Gestão²²

O modelo de gestão do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba está centrado nos seguintes pilares básicos para favorecer a organização do Estado e a geração de ganhos à sociedade paraibana²³:

1. Introdução do sistema de **gestão por resultado** – todo o enfoque da gestão dos projetos deve que ser focado na busca e no acompanhamento dos resultados, o que pressupõe uma mudança na cultura processualista da administração pública paraibana orientando os gerentes e as decisões para os resultados finais na economia, na sociedade e no meio ambiente. A definição das metas permite esta mudança da cultura organizacional, buscando alcançar resultados efetivos na realidade da Paraíba e procurando comparar os resultados reais alcançados com o que se pretendia construir.
2. Fortalecimento **do sistema de planejamento** do Estado – o sistema de planejamento governamental, que expressa a forma de organização do processo decisório (fluxos de informação, negociação e decisão) do governo, deve ser fortalecido para lidar com os desafios e a complexidade de gestão do Plano. O fortalecimento do sistema de planejamento tem como pressuposto os seguintes aspectos:
 - a) Fortalecimento da Secretaria de Planejamento e Gestão, instância articuladora das demais Secretarias setoriais e da sociedade no processo de execução e monitoramento do Plano. A SEPLAG deve ser o **elo básico do sistema de planejamento** do governo, e deve formar um **núcleo central** (Diretoria Executiva do Sistema de planejamento) com técnicos qualificados e com dedicação exclusiva para operar o processo de gestão do Plano. O fortalecimento do sistema requer uma readequação da estrutura de planejamento do governo como um todo e da SEPLAG, em

²² A proposta de modelo de gestão trata apenas da forma de organização para execução e acompanhamento do PB2020; não trata, portanto, da Reforma da Estrutura do Estado da Paraíba, cuja proposta foi elaborada, pelo governo, e apresentada à Assembleia Estadual por meio de projeto de Lei Complementar que define as áreas, os meios e as formas de atuação do Poder Executivo e dá outras providências, e de projeto de Lei Ordinária propondo a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo e dá outras providências.

²³ Este Capítulo apresenta as linhas gerais do sistema gerencial para execução do Plano que devem ser, posteriormente, detalhadas incluindo a modelagem das novas instituições e formas organizacionais propostas.

particular, e a capacitação do pessoal para **formação de equipes de alta capacidade técnica e gerencial**;

- b) Criação de um **Instituto de Estudos e Pesquisas da Paraíba**²⁴ como unidade autônoma vinculada à SEPLAG, com massa crítica de recursos humanos qualificados²⁵, com a missão de realizar pesquisas e estudos econômicos, sociais, setoriais e temáticos, para subsidiar o Sistema de Planejamento, função particularmente importante no monitoramento da execução do Plano e no processo de planejamento. O Instituto deve ter natureza jurídica de direito privado com autonomia decisória e financeira, trabalhando com contrato de gestão, mandato para seus dirigentes e possibilidade de contratação de pessoal no mercado e venda de serviços informacionais. O Instituto deve trabalhar em rede, articulando diferentes instituições de estudos e pesquisas, como as universidades.
- c) Formação de um **Comitê de Planejamento**, como um fórum institucionalizado composto por técnicos e gerentes das unidades de planejamento das Secretarias setoriais, órgãos e empresas do Governo, com a missão de subsidiar, assessorar e debater com o núcleo técnico da SEPLAG, encaminhamentos e recomendações técnicas de reordenamento dos cenários e reformulação das estratégias. O Comitê deve apoiar a SEPLAG na coordenação do planejamento e fazer a ligação das secretarias setoriais com a unidade central de articulação, a Diretoria Executiva do Sistema de Planejamento - DIPLAN.
- d) Constituição de um **Conselho de Desenvolvimento** – para institucionalizar e ampliar o processo de participação e compartilhamento da sociedade com o Governo, deve ser constituído um Conselho formado por representantes das diferentes instâncias do Estado (representantes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) e entidades da sociedade civil organizada, incluindo representantes das Regiões Geoadministrativas do Estado. O Conselho de Desenvolvimento deve ser uma instância com a função de monitoramento e acompanhamento da execução do Plano e das decisões e realizações governamentais. A **SEPLAG**, como

²⁴ O Instituto poderia resultar de uma transformação do IDEME com alteração da sua natureza jurídica e das suas responsabilidades; a função atual do IDEME de assistência técnica aos municípios pode ser mantida no instituto ou transferida para outras unidades do governo.

²⁵ Para promover uma intensa e permanente capacitação do pessoal do governo do Estado, particularmente do sistema de planejamento, o Governo poderia criar uma “Escola de Governo” em parceria com as universidades da Paraíba.

No apoio ao governador, a Secretaria de Planejamento e Gestão deve **articular as secretarias setoriais para a convergência e complementaridade das ações em torno dos programas e projetos**, principalmente quando se tratar daqueles que demandem uma forte interação de diferentes áreas.

A gestão operacional dos programas / projetos deve ser conduzida por um **gerente**, técnico capacitado na gerência de programas / projetos, que assume a **autoridade e o poder de negociação e de articulação** das instâncias e secretarias para assegurar a sua execução eficaz. O gerente do programa / projeto deve reunir as qualidades gerenciais e executivas e receber, por delegação do governador, as seguintes responsabilidades:

- a) Planejar a implantação do programa / projeto;
- b) Elaborar os documentos e informações gerenciais;
- c) Negociar parcerias e buscar mecanismos de financiamentos;
- d) Controlar o andamento físico e financeiro da execução do programa / projeto;
- e) Integrar instituições e parceiros na execução de ações
- f) Identificar e superar possíveis restrições ao bom andamento do programa / projeto.

O gerente deve produzir relatórios periódicos de andamento, informando sobre o ritmo dos trabalhos e recomendando medidas e iniciativas que acelerem o processo e melhorem os resultados. Os relatórios dos gerentes devem ser consolidados em relatório síntese para informação do governo e do Conselho de Desenvolvimento do Estado, para fins de discussão e avaliação, o qual emitirá relatórios com deliberações e recomendações, que serão divulgados à sociedade através de uma estratégia de comunicação do Plano.

O gerente de programa / projeto é uma função que exige competência técnica e gerencial e, portanto, deve receber remuneração compatível com os valores de mercado de modo atrair profissionais de excelência. Embora os gerentes venham a ser lotados em secretarias setoriais das áreas específicas dos programas / projetos, portanto, subordinados aos secretários, devem ter seu trabalho acompanhado pela unidade técnica central da SEPLAG; além disso, deve responder diretamente ao governador pelo andamento dos programas / projetos e, sempre que necessário para agilizar o processo, pode se reportar ao chefe do Executivo na solução de entraves e obstáculos.

Consistentemente com a orientação para resultados, os gerentes dos programas / projetos devem executar ações e monitorar seus desdobramentos, voltado para as metas finalísticas, confrontando o desempenho com o que foi proposto alcançar no futuro. Na gestão de programas / projetos, os gerentes devem prestar contas às

instâncias do governo e elaborar relatórios para os colegiados, tanto o Comitê de Planejamento quanto as Câmaras Técnicas. Quando os programas / projetos envolverem várias áreas e secretarias, devem ser formados também **grupos gestores específicos**, para atuar sob a coordenação do **gerente** na execução das ações compartilhadas.

7.3 Monitoramento do Plano

Monitoramento é uma forma estruturada e contínua de avaliação da evolução das condições internas - problemas e potencialidades - e externas -oportunidades e ameaças – da realidade planejada, de modo a **confirmar ou redefinir as escolhas estratégicas**, permitindo a rápida resposta aos desafios e às eventuais mudanças na realidade. O monitoramento do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Paraíba está estruturado em três níveis diferentes de agregação:

1. **monitoramento do ambiente externo** – será realizado através da análise e atualização dos cenários do contexto mundial e nacional, como um processo permanente e continuado de observação e análise do ambiente da Paraíba, confrontando com as alternativas de futuro desenhadas nos cenários, de modo a preparar a sociedade para as incertezas e surpresas da realidade futura. O monitoramento de cenários permite reavaliar as oportunidades e as ameaças externas, para definir as respostas em tempo hábil, antecipando as mudanças e transformações do ambiente.
2. **monitoramento da estratégia** – o monitoramento da estratégia deve analisar os resultados finalísticos na realidade, comparando com as metas globais definidas, para testar a efetividade da execução do Plano. Sob este aspecto, trata-se de um processo continuado de acompanhamento da realidade da Paraíba, nas diversas dimensões, verificando de que forma estão evoluindo os indicadores sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos. Além de permitir ajustar a estratégia e, eventualmente redefinir as metas globais, ensejando meios para acelerar ou retardar os resultados esperados, o monitoramento pode levar também a uma revisão das potencialidades e estrangulamentos internos ao desenvolvimento, que leve a eventuais redefinições dos Eixos estratégicos.
3. **monitoramento dos programas / projetos** - processo continuado de acompanhamento operativo da execução dos diversos programas / projetos prioritários, analisando a eficácia (o quanto foi implantado), a eficiência e os resultados específicos dos mesmos sobre a realidade a ser transformada por eles. A Figura central da execução e do monitoramento de programa / projeto é o **gerente**, cuja atuação deve ser muito mais intensa do que aquela usualmente requerida nas ações de rotina. Neste sentido, cada programa / projeto que se entenda ter um grau superior de prioridade, deve ter um gerente - uma única pessoa responsável pela sua implantação - com o indispensável apoio político e técnico do governo e o reconhecimento da sociedade.

ABEMA – Associação Brasileira do Meio Ambiente - Brasil 92 – Perfil Ambiental e Estratégica. São Paulo; Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1992;

Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, 1985 - IDEME

Anuário Estatístico da Paraíba – 2005/2006 - IDEME

BACEN - Relatório Anual, 2006

BRASIL, Governo do Estado da Paraíba - SECTMA. Plano Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba: Resumo Executivo e Atlas. Brasília-DF: Consórcio TC/BR – Concremat, 2006.

BRASIL. Governo do Estado da Paraíba. Diagnóstico do Setor Florestal do Estado da Paraíba. João Pessoa: 2004.

DNPM- “Anuário Mineral do Brasil” – 2006

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e do Movimento Brasil Competitivo (MBC) – “Índice de Competitividade Estadual” – Relatório Executivo (versão preliminar) – Brasília – Fevereiro de 2006

Governo do Estado da Paraíba – “Relatório do Estudo Retrospectivo – Produto 2” - (primeira parte) – versão preliminar – Brasília - 2007

IBGE - Censo Demográfico (1990 e 2000)

IBGE – Contas Nacionais – 2000 a 2004

IBGE – Contas Regionais – 2000 a 2005

IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal, 2005

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2005.

IBGE – Síntese dos Indicadores Sociais - 2006

IBGE, Pesquisa Comércio e Serviços, 2005

IBGE, Pesquisa da Construção, 2005

IBGE, Pesquisa Industrial, 2005

IDEME/IBGE, Produto Interno Bruto Total e Municipal do Estado da Paraíba

IPEADATA - Dados macroeconômicos e regionais (www.ipeadata.gov.br)

LINS, Janizete Rangel Pontes; Medeiros, Airon Neves. Mapeamento da Cobertura Florestal Nativa Lenhosa do Estado da Paraíba. João Pessoa: PNUD/FAO/IBAMA/GOVERNO DA PARAIBA. 1994.

MELO, Mario Lacerda de. *Áreas de exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco*. Recife: Sudene, 1988. (Serie Estudos Regionais – 19)

Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, *Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE*

Ministério do Planejamento – “Estudo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento do Brasil” – Brasília – 1997

Ministério do Planejamento / Monitor – “Atualização dos Eixos de Integração e Desenvolvimento do Brasil” – Brasília – 2003

Multivisão: Relatório preliminar de Pesquisa Qualitativa com atores sociais da Paraíba

PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro – Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – 1970/1980/1991

RANGEL, Janizete – “Combate à desertificação” - (www.sudema.gov.pb.br)

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior do MDIC (dados do site),SIDRA,2007

Secretaria do Tesouro Nacional (MF) - (dados do site da Secretaria)

Secretaria de Estado da Fazenda –SEFAZ - Balanço Geral – 2006

Revista: Desenvolvimento econômico e a questão ambiental, Editora Grafset, 2003

Secretaria de Finanças/Controladoria Geral do Estado da Paraíba.

Secretaria do Tesouro Nacional (MF) - (dados do site da Secretaria)

Site do Governo da Paraíba (www.pb.gov.br)

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA/SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio ambiente. Governo do Estado da Paraíba;

SUDEMA - Plano Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba –

SUDEMA – Revista SUDEMA, ano 2001 nº 01. SEMARH – Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais

SUDEMA – “Atualização do Diagnóstico Florestal do Estado da Paraíba” - João Pessoa / 2004

SUDEMA. *Governo do Estado da Paraíba. POLÍTICA ESTADUAL DE CONTROLE DA DESERTIFICAÇÃO. Documento I – Desertificação*. João Pessoa: SUDEMA / SEBRAE / Governo do Estado da Paraíba. 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Franklin de Araújo Neto Secretário

Marilo Costa Secretário Executivo

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO	
EQUIPE CONSULTORA	
Enéas Fernandes de Aguiar	Coordenação Geral
Sergio Cavalcante Buarque	Coordenação Técnica
Edvaldo Martiniano de Luna	Consultor
Ester Aguiar de Sousa	Consultor
Gabriel Katter	Consultor
Jose Gerson Aguiar de Sousa	Consultor
José Raimundo F. de Aguiar	Consultor
José Thomaz Coelho	Consultor
Mônica Mercadante	Editores e Arte
Vilton Gonzaga	Editores e Arte
Gilberto da Silveira Barros Neto	Estagiário
Rodrigo Marques	Estagiário
EQUIPE DA SEPLAG	
Coordenação Técnica	
Roberto Alves de Araújo	Diretor do Sistema de Planejamento
Coordenação Setorial	
Maria Luiza Marques Evangelista	Gerente de Planos e Programas
Carlos Alberto Apolinário da Silva	Gerente de Desenvolvimento Regional
Vânia Monteiro da Silva	Gerente de Acompanhamento
Equipe Técnica	
Ana Suerda Moura	
Josival de Freitas Costa	
Marileide de Fátima Assis Cartaxo	
Zilmar Almeida Formiga	
Elzani Bastos da Costa	Informática

ANEXOS

Anexo 1 – Lista de Atores Sociais Entrevistados

Anexo 2 - Participação nas Oficinas de Planejamento

ANEXO 1: Plano Estratégico 2008/2020 - Lista de Atores Sociais Entrevistados

Nº ORDEM	GRUPO DE ATIVIDADE / NOME	ENTIDADE	FUNÇÃO/ATIVIDADE
ARTISTAS / AGENTES CULTURAIS			
1	Flávio Tavares		Artista Plástico
2	Oliveira de Panelas		Músico repentista
3	Luiz Hugo Guimarães	Instituto Histórico Paraibano	Presidente
EMPRESÁRIOS			
4	José Marcone Medeiros	Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado	Presidente
5	Raimundo Nonato Siqueira	Assoc. Plant. de Cana de Açúcar da PB	Presidente
6	Luiz Félix de Lucena	Assoc. Brasileira de Agentes de Viagem da PB - ABAV	Presidente
7	Tadeu Sobreira Pinto	Assoc. Brasileira da Indústria Hoteleira - ABIH/PB	Presidente
8	José Irenaldo J. Quintans	SINDUSCON - Sind. Da Industria da Construção Civil	Presidente
9	Mário Borba	FAEPA-Federação da Agricultura e Pecuária do Estado	Presidente
10	Roberto Santiago	Shopping Manaira	Diretor Presidente
11	João Leone	Armazém Paraíba	Diretor
12	Eduardo Ribeiro Coutinho	Empresário	Diretor Usina São João
13	Francisco Buega Gadelha	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba	Presidente
14	Alexandre José Beltrão Moura	Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande	Presidente
15	Jurandir Wasconcelos	CDL	Presidente
16	João Feitosa Neto	Central das Coop. de Crédito do NE	Presidente
JORNALISTAS/COLUNISTAS			
17	Gonzaga Rodrigues	Jornalista/Escritor	
18	Lena Guimarães	Jornal O Correio	Jornalista
19	Hermes Luna	Jornal da Paraíba	
20	Anchieta Araújo	TV Borborema	
21	Arimatéia de Souza	Rádio Campina FM	jornalista
MEMBROS DE INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS E CIENTÍFICAS			
22	Rômulo Soares Polari	Universidade Federal da Paraíba/UFPB	Reitor (Economista)
23	Juarez Farias	Academia Paraibana de Letras	Presidente
24	Marlene Alves Sousa Lima	UEPB	Reitora
25	Roberto Germano Costa	Instituto do Semi-Árido	Presidente
26	Francilene Procópio Garcia	Fundação Parque Tecnológico	Diretor
GESTORES PÚBLICOS-DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES DO ESTADO			
27	Antonio de Pádua Montenegro	Tribunal de Justiça do Estado	Presidente
28	Arnóbio Alves Viana	Tribunal de Contas do Estado	Presidente
29	Janete Ismael da Costa	Ministério Público	Procuradora - Geral
INTELECTUAIS E PESQUISADORES			
30	Altimar Pimentel		Escritor Cultura Popular
31	José Otávio de Arruda Melo		Escritor Historiador
32	Oswaldo Meira Trigueiro		Folclorista Prof. Universitário
33	José Loureiro Lopes	UNIPÉ	Reitor
34	Rosa Maria Godoy	UFPB	Pesquisadora - Dep. História

ANEXO 1: Plano Estratégico 2008/2020 - Lista de Atores Sociais Entrevistados (continuação)

Nº Ordem	Grupo de Atividade / Nome	Entidade	Função/Atividade
LIDERANÇAS POLÍTICAS			
35	José Carlos da Silva Júnior	Personalidade Política	Não Partidária
36	Ricardo Coutinho	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Prefeito
37	Maria de Fátima Paulino	Prefeitura Municipal de Guarabira	Prefeita
38	Marcus Odilon Ribeiro Coutinho	Prefeitura Municipal de Santa Rita	Prefeito
LIDERANÇAS RELIGIOSAS			
39	Dom Aldo Pagotto	Igreja Católica/Arcebispo	Arcebispo
40	Estevam Fernandes de Oliveira	Igreja Evangélica/Pastor	Pastor
DIRIGENTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS			
41	Socorro Fernandes	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza	
CONSELHOS E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS			
42	Paulo Laércio	Conselho Regional de Engenharia	Presidente
43	João Pinto	Assoc. Paraibana de Imprensa	Presidente
44	José Mário Porto	Ordem dos advogados do Brasil/AB	Presidente
45	Mário Alexandre	Conselho Regional de Economia	Economista
46	Paulo Hermance Paiva	CORECON	Presidente
SISTEMA "S"			
47	Julio Rafael J. da Costa	SEBRAE	Superintende
LIDERANÇAS SINDICAIS E OUTRAS LIDERANÇAS			
48	Liberalino Ferreira de Lucena	FETAG	Presidente
49	Lúcius Fabiani de Vasconcelos	Sindicato dos Bancários	Presidente
50	Agostinho dos Santos	Federação das Cooperativas	Presidente
51	Genival Ribeiro		Publicitário
GESTORES PÚBLICOS-SECRETÁRIOS DE ESTADO			
52	Romero Rodrigues Veiga	Secretaria de Estado Interiorização das Ações de Governo	Secretário
53	Franklin Araújo Neto	Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão	Secretário
54	Francisco de Assis Quintans	Secretaria de Estado do Desenvol. da Agropecuária e da Pesca	Secretário
55	Roberto Magno Meira Braga	Secretaria de Estado do Turismo e do Desenv. Econômico	Secretário
56	Eitel Santiago de Brito Pereira	Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social	Secretário
57	Neroaldo Pontes de Azevedo	Secretaria de Estado da Educação e Cultura	Secretário
58	Francisco Evangelista de Freitas	Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	Secretário
59	Geraldo de Almeida Cunha Filho	Secretaria de Estado da Saúde	Secretário
60	Djaci Farias Brasileiro	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano	Secretário
61	Jurandir Antônio Xavier	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente	Secretário
62	Ruy Manoel Carneiro B. de Aça Belchior	Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer	Secretário
63	Milton Gomes Soares	Secretaria de Estado da Receita	Secretário
64	Jacy Fernandes Toscano de Brito	Secretaria de Estado das Finanças	Secretário
65	Luzemar Martins	Secretaria de Estado da Controladoria Geral	Secretário
66	Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira	Secretaria de Estado da Administração	Secretário

Nota: Total de lideranças entrevistadas 66, em 13 Grupos de atores

Anexo 2: Participação nas Oficinas de Planejamento

Nº	NOME	ÓRGÃO
1	Adelmo de Medeiros	SDH/FAC
2	Aldacy de Paiva Costa	SEDH
3	Ana Lúcia G. M Leite	COOPERAR
4	Andréa Cristina A Feitosa	CGE
5	Ângela Maria Formiga	IDEME
6	Angelita Braz Silva	SETDE
7	Aquelina da Silva Montenegro	Defensoria Pública
8	Carlos Alberto Apolinário Silva	SEPLAG
9	Catharine Brasil	PRODETUR
10	Danielle Lucena	PRODETUR
11	Dilma Jeane Patrício de Araújo	SECOM
12	Edleuda de Oliveira H.	SEJEL
13	Ednaldo Paulo dos Santos	Tribunal de Justiça
14	Edson Tadeu	SEIE
15	Elzani Bastos da Costa	SEPLAG
17	Eneide Gondim Cesar	Sec. da Receita
19	Everaldo Braga	SEPLAG
20	Genilza Sousa da Silva	IDEME
21	Geraldo Lopes de Oliveira	IDEME
22	Geraldo Medeiros	Autônomo
24	Geraldo Neves de oliveira júnior	SEDH
25	Giovani Luiz	SEAD
26	Helvio C. Ribeiro Silva	SETDE
27	Iara Andrade de Lima	SEEC
28	João Batista Araújo	SEFIN
29	José Gomes de Almeida	Escrit. Represent. Brasília
31	José Nilo Tavares	SEDES
32	Josival de Freitas Costa	SEPLAG
33	Lineide Maria da Silva	AGEVISA
34	Lucindo José Quintans	UFPB
35	Marcos Aurélio de A. Carvalho	Casa Militar

Anexo 2: Participação nas Oficinas de Planejamento (continuação)

Nº	NOME	ÓRGÃO
36	Maria de Fátima D.C. Souto	SUDEMA
37	Maria do Carmo Araújo Lima	IDEME
38	Maria José Lima da Silva	SECTMA/FAPESC
39	Maria Josilene de Lima Cavalcanti	FAC
41	Maria Lúcia S.Pinheiro Almeida	SEDES
42	Maria Luiza M. Evangelista	SEPLAG
43	Maria Wanderly O Siebra Coelho	Programa Felicidade
44	Mário Moreno Neto	Defensoria Pública
45	Marize Tomaz Vieira	PRODETUR
46	Mônica Maria S. Lima	SEPLAG
47	Morival Mendes	SECAP
48	Neuma Benigno da Silva	IDEME
49	Paulo José da Silva	SEPLAG
51	Rivaldo da Silva Costa	PMPb
52	Rubens Daniel Pessoa Junior	FAC
53	Sandoval da Mata	SEDAP
54	Valuce Alencar Bezerra	SEEC
55	Vânia Monteiro da Silva	SEPLAG
56	Verônica B. A. Galvão	SEEC
57	Walter de Araújo	SES
58	Wilma Aires Couto	P.G.E
59	Zélia Alves de Araújo	IDEME